
Universidade de Salamanca

Instituto Universitário de Ibero-américa

Programa de Doutorado Interuniversitário em

Antropologia de Ibero-américa



**PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DO LITORAL CATARINENSE:
Grupo Arcos na preservação dos bens culturais - um estudo de
caso.**

Diretor:
Dr. D. Ángel B. Espina Barrio

Tese doutoral apresentada pela Lda.
Ana Lúcia Coutinho

Novembro 2015

Universidade de Salamanca

Instituto Universitário de Ibero-américa

Programa de Doutorado Interuniversitário em

Antropologia de Ibero-américa



PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DO LITORAL CATARINENSE: Grupo Arcos na preservação dos bens culturais - um estudo de caso.

Tese de doutoral apresentada pela doutoranda Ana Lúcia Coutinho, sob a orientação do Professor Doutor Ángel Baldomero Espina Barrio, do programa Interuniversitário, Antropologia de Ibero-América, junto ao Instituto Universitário de Iberoamérica da Universidade de Salamanca.

Novembro 2015

A cultura popular é o saldo da sabedoria oral na memória coletiva. (Câmara Cascudo).

O sonho é que leva a gente para a frente. Se a gente for seguir a razão, fica aquietado, acomodado. (Ariano Suassuna).

À minha filha Caroline Coutinho Locks, por ter lhe tirado dela inúmeros momentos de convivência, quando do meu envolvimento, desde muito cedo, em projetos de pesquisa, voltados para a identificação, registro e salvaguarda do patrimônio cultural no litoral catarinense. No seu sorriso, ao voltar para casa, o amparo afetivo para continuar naquilo que, particularmente, acredito.

AGRADECIMENTOS

Falar do óbvio, às vezes, não é tão óbvio assim, já dizia meu avô materno, Virgílio Hipólito Machado, quando repetia as falas sobre as suas andanças “literárias” focado no cotidiano, utilizando-se de histórias e de narrativas compostas de informações alheias, por ele incorporadas. Diante dessa frase, aparentemente ingênua, centrada na lógica das suas abstrações compartilhada com familiares e amigos, percebo após anos, os múltiplos caminhos percorrido. Das lembranças uma certeza que a memória se mantém viva quando nos dispomos a percorrê-la, ainda que no sentido figurado. Percebo também, que ao escutar as histórias, muitas vezes as informações se abreviam. É preciso manter contato com outras pessoas e cruzar caminhos e ficar atento para que o conteúdo se abrevie, mas sem prejuízo dos fatos.

É importante lembrar que não estamos sozinhos durante a caminhada e para se construir algo, se depende do outro, não importa o campo de conhecimento que se esteja atuando durante um determinado processo. Estabelecemos contatos, dependemos de apoio, informações, por exemplo.

No caminho percorrido admite-se as parcerias, e dela faz parte o agradecimento, somado as informações, fragmentos extraídos de cada um dos informantes, quando se forma um todo, que resulta, quase sempre na elaboração de um trabalho de pesquisa acadêmica ou não.

Refletindo ainda sobre a frase inicial, confesso que fiquei na dúvida de tornar público as relações construídas físicas e imaginárias. No entanto, o amadurecimento me conduz a este caminho restabelece o meu dever ético, firmado em compromisso que encaro na forma de reconhecimento e gratidão.

Aprendi com a vida que não se caminha sozinho. Precisamos de pessoas, de grupos, instituições, palavras, livros, leituras, formação, natureza, incentivos para continuar aquilo que projetamos. Desta feita, optei por apontar nomes e instituições que considero de importância para a elaboração deste trabalho, que não poderiam estar somente na minha memória. Havia que compartilhar!

A primeira delas refere-se aos meus pais Thomaz de Azevedo Coutinho e Júlia Machado Coutinho; aos avós maternos Virgílio Hipólito Machado e Maria Júlia da Linhares da Rocha e paternos Martinha Angélica Corrêa e Joao Cirilo Coutinho, todos de matriz luso-açoriana, por ter desde a minha tenra idade, me incentivado a olhar nos olhos dos mais velhos e dos mestres o gosto para escutar as narrativas e histórias e, como consequência, apreciar o patrimônio intangível, fora do mundo acadêmico, como um dos valores de importância na formação das pessoas e na constituição da cidadania.

Ao Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu e ao Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, laboratório permanente que permite a visibilidade das minhas pesquisas relacionadas ao tema. A todos os integrantes e voluntários desses grupos, indistintamente, que dispõem a troca diária de experiências, de informações, confrontações, discussões, narrativas, e memórias, que me levaram ao constante amadurecimento, tanto no aspecto particular, quanto profissional o meu carinho na certeza que o lastro construído, continuará a servir para a produção de novos trabalhos nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Ao professor Doutor Donizete Rodrigues, que me aproximou do Programa de Doctorado Interuniversitário em Antropologia de Iberoamérica da Universidade de Salamanca, biênio 2008-2010, que me encorajou a atravessar o Atlântico, reconhecendo o meu trabalho, oportunizando a busca de novos olhares acadêmico-científicos para o entendimento dessa cultura popular local a minha eterna amizade.

Ao professor Doutor Ángel Espina, pela maneira que conduz o doutorado na Universidade de Salamanca, oportuniza o surgimento de seminários nos diversos campos da Antropologia, agregando a todos. A orientação e discussão pertinentes ao tema e, ainda, ao incentivo constante para a conclusão da pesquisa, revertendo-a em tese doutoral a minha gratidão.

Aos professores Doutor Eloy Gómez Pellón e a Doutora Mercedes Cano Herrera que provocavam o debate e conduziram a reflexão em suas classes a cada menção teórica relacionada à cultura local, a identidade e ao patrimônio material e imaterial. Dessas classes embuti na bagagem que as pessoas dispostas ao patrimônio cultural, sejam elas pesquisadores ou não, possuem a responsabilidade de tornar a memória um fator positivo de paz, de democracia, de respeito, de igualdade pela dignidade humana.

A fotógrafa Catarina Rüdiger, que tem contribuído com a produção de imagens para o acervo permanente do Grupo Arcos, pelas extensas conversas e compartilhamento de experiências, respeito e gratidão.

Agradecer, à Caroline Coutinho Locks, minha filha, pela paciência e compreensão, administrando a minha ausência desde a sua tenra idade e que, de forma graciosa e profissional, sempre que necessário, lança palavras de incentivo e coloca-me no foco.

Ao Luiz Nilton Corrêa, integrante do Grupo Arcos pela coragem que teve de imigrar para as ilhas dos Açores em busca de novos conhecimentos e retornar a instituição para compartilhar experiências, sinônimo de reconhecimento e companheirismo. Gratidão pela atitude e pelas constantes discussões durante a finalização deste trabalho.

ÍNDICE

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	15
CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	19
OBJETIVO GERAL.....	21
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
HIPÓTESE.....	22
JUSTIFICATIVA.....	25
METODOLOGIA DA PESQUISA	28
ESTRUTURA DO TRABALHO E CRONOGRAMA	47
GEOGRAFIA DA PESQUISA, OBJETO E LIMITES	48
1 CULTURA E PATRIMÔNIO IMATERIAL: IDEIAS E CONCEITOS	67
1.1 GRUPO ARCOS: ETNOGRAFIA DAS EXPRESSÕES CULTURAIS.....	79
1.1.1 <i>Celebrações (Religiosidade)</i>	80
1.1.2 <i>Formas de Expressão</i>	89
1.2.3 <i>Ofícios e Modo de Fazer</i>	140
2 GRUPO ARCOS: SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL UMA RELAÇÃO DE INTERESSE IDENTITÁRIO	157
2.1 BIGUAÇU: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	160
2.2 ANTIGA VILA DE SÃO MIGUEL DA “TERRA FIRME”.....	168
2.3 IDENTIDADE CULTURAL: SENTIMENTO DE PERTENÇA	173
2.4 GUARDIÃO DO SABER	183
3 GRUPO ARCOS: ETNOGRAFIA E INTERPRETAÇÃO	189
3.1 GRUPO ARCOS: NARRATIVAS E PERDAS	193
3.2 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS RELACIONADOS AS PRÁTICAS DO SABER POPULAR.....	207
3.3 PROJETOS E AÇÕES REFLETIDO NA PRÁTICA:ETNOGRAFIA.....	219
3.3.1 <i>Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano</i>	224
3.3.2 <i>Simbologia e Ritual de apresentação</i>	234
3.3.3 <i>Danças e Cantorias breve caracterização</i>	250
3.3.4 <i>Ensaio e Normas: características fundamentada</i>	267
3.3.5 <i>Trajes e Alfaias: descrição e simbologias</i>	272
3.4 GRUPO ARCOS: INTEPRETAÇÕES ANTROPOLÓGICAS.....	283
3.5 SÍMBOLO E IDENTIDADE	290
3.6 PRÁTICAS CULTURAIS APLICADAS: INTERPRETAÇÕES.....	299
CONCLUSÃO	315

REFERÊNCIAS	319
SITES/WEB	333
ANEXO - I	338
ANEXO - II.....	342
ANEXO - III	344
ANEXO - IV.....	345
ANEXO - V	349

PREFÁCIO

Nasci à beira mar. Aprendi desde muito cedo a trilhar os caminhos de chão batido, antigos, que contornam a geografia singular do litoral catarinense. Lugares naturais e os construídos, aqueles encurtados pela sabedoria dos mais velhos. Na trajetória vivenciada no cotidiano desses lugares, minha percepção compõe o imaginário ancorado no inconsciente, construindo, na maioria das vezes, pelas novas passagens e pelas produções humanas que se materializam nos bens culturais dispostos na cultura popular.

Perceber o que está ao meu redor, as pessoas, os grupos sociais, as incorporações diárias marco de vivências, geram inquietações e desejos de entender o processo de vida dos que habitam nestes cenários litorâneos. Me pergunto como esses grupos procedem para preservar as manifestações culturais num estado multifacetado, povoado no século XVIII, por ilhéus do Atlântico Norte.

Entender essas questões e perceber o enfrentamento de indivíduos em solitário ou, em grupos, que se constituem para vencer os desafios impostos pela geografia, ora retas e curvas, elevadas e planas, de planícies e montanhas, morros e penhascos, lagos e lagoas de águas doce e salgadas, escuras e claras, com riachos e rios, com características diferenciadas. Com praias de areia branca ou de cascalhos de pequena e de grandes extensões, cenários que compõem a Mata Atlântica e que cobre parte desse território promissor aos olhos dos informantes e daqueles que a escolheram para fixar suas moradas, após um processo migratório de fixação à terra, que escolheram ao acaso e sem dela nada conhecer. Famílias do além-mar, oriundas especificamente do Arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira misturadas a tantas outras que por razões diversas também se estabeleceram.

A topografia de rara beleza, com mata pródiga, caracteriza singularmente a costa catarinense com 561km de extensão. Considerada de fácil acesso pelos que escolheram e optaram pelos caminhos terrestres a sua fixação ou por aqueles que seguem o instinto da navegabilidade propícia que, ao aportarem, deixam, quando de suas partidas, indivíduos que, por razões múltiplas, escolhem ou não continuar a viagem.

Para aqueles que ficaram e adotaram essa paragem como pátria, somam-se a eles os imigrantes açorianos que se estabelecem à beira-mar após meses de adaptação na Ilha de Santa Catarina. Durante o processo a fixação, algumas famílias procederam o reconhecimento da terra e muitas delas avançaram para o interior do território catarinense, garantindo melhor sobrevivência e expandindo a área de convívio e de estabelecimento. A atitude gera a ampliação do territorial e permitiu a transformação do espaço que escolheram para viver, implementada pela coragem dessas pessoas e pela forma como aplicaram as técnicas de cultivo de subsistência. Essa condição permitiu a estabilidade durante o processo de fixação, garantindo a segurança quanto aos aspectos de expansão física das fronteiras, permitindo-lhes a demarcação de novas áreas em definitivo.

A necessidade de sobrevivência e a fixação provocaram o surgimento das indústrias tradicionais focadas nos engenhos de farinha e de açúcar, no desenvolvimento das atafonas, nas construções de teares resultando no trabalho de fiar o fio para a preparação de peças de vestuários e utilitárias, como as mantas tecidas que serviam para agasalhar do inverno rigoroso sulista. As olarias também passaram a compor o cenário e se constituem em partes integrantes da memória cultural, que em território catarinense, mesclam-se a outros conhecimentos resultado do encontro com outras culturas, como a indígena e a negra, que foram gradativamente incorporam alguns elementos.

Sobre o aspecto apontado, me recordo de uma das classes ministradas por Herrera (2009), sobre Patrimônio Cultural, realizada durante o Curso de Doutorado em Antropologia de Ibero-América, na Universidade de Salamanca, quando mencionava que “todas as sociedades se agrupam de alguma maneira para realizar os distintos atos que se conformam como grupo”. Pode-se afirmar que os sujeitos criam mecanismos de proteção para a sobrevivência e consideram os atos e feitos sociais produzidos por suas vivências individuais e coletivas relacionadas as suas práticas culturais.

Considerando o que foi mencionado pela referida mestra e fazendo uma analogia com que aprendi desde criança no seio familiar, a de se ter a destreza de avançar o olhar para além do “meu espaço de convívio” e agregar o perceptível do seu entorno e fora dele. Me parece que a Antropologia Cultural é a ciência que permite e proporciona a condição de se entender esses processos sociais.

Aprendi, ainda, a respeitar cada pedaço do chão que nasci, tanto na composição da escala humana, quanto na escala geográfica e paisagística e que menciono sem pretensão as reflexões abordadas e apresentadas e espero que não sejam definitivas. A partir daí me leva perceber a sua configuração e as múltiplas formas estabelecidas, construídas pelo tempo, nesses espaços, através dos grupos sociais constituídos. Certamente, que a memória aflora e se achega, move os aspectos identitários e abrange as múltiplas possibilidades e caminhos que se possui para se interpretar a cultura que nos permeia.

Desses diferentes caminhos percorridos estão o mundo dos saberes e fazeres construído pelos mestres, compostos pelas suas especificidades, das celebrações e manifestações populares seculares que atravessaram o tempo e compõem toda complexidade humana implícitas nas vivências coletivas, reflexo das práticas culturais dos grupos sociais.

Na lógica da interpretação é importante se utilizar da observação empírica que se soma a métodos de pesquisas, dispostos a nosso favor, a fim de obter os resultados referentes à construção social, neste caso, da gente migrante açoriana, no processo de fixação nos mais de duzentos e sessenta anos de história em território catarinense.

É entender e valorar um patrimônio cultural singular, reconhecido pelas gerações, onde as pessoas e seus grupos constituídos tratam de se identificar e se diferenciar dos demais, nele inseridos e, assumir como próprias as características do seu núcleo identitário ou, ainda, considerar a soma dessas relações, alguns com características muito diferentes nas suas formas de vivências de origem.

Nas observações realizadas durante o processo de pesquisa figura o conjunto de ações realizadas por instituições culturais constituídas com o objetivo de conhecer as suas origens, proceder o resgate e preservar a identidade de um povo migrante, neste caso os ilhéus açorianos, que nas dificuldades inerentes à diversidade, superaram os desafios e deixaram um legado significativo na construção do estado catarinense.

Para o entendimento da questão me valho mais uma vez de Herrera (2009), quando se refere que para a compreensão dessas questões, se deve procurar entender as manifestações culturais de um determinado grupo social a partir de suas práticas culturais e também nos servir de práticas para conhecê-los são passos fundamentais durante o processo de pesquisa. Mas, para isso, temos

que nos inserir no campo para alcançar o que significa o feito social, suas relações e os parâmetros de comportamento explícito e implícito na sociedade que habitam e figuram nos “seus códigos existenciais e de valores que se juntam e se convergem nos signos e símbolos de uma determinada sociedade”.

Considerando o que está mencionado por Herrera, nos deparamos com uma situação bastante peculiar na medida em que construímos o percurso da pesquisa e nela imergimos. Para além das manifestações culturais, estão presentes nas comunidades litorâneas, o desejo permanente de arrolar e descrever etnograficamente as tradições culturais de base açoriana, olhando-a para a ótica do patrimônio imaterial como algo a ser salvaguardado no processo de continuidade sócio cultural. Neste caso, percebe-se, no entanto, o envolvimento e esforço dos grupos para manter viva a identidade cultural local e regional.

Este é um movimento carregado de simbologias que tem despertado o interesse das pessoas e de instituições nas últimas três décadas. Embora gradativo, tem se constituído em algo crescente, onde a cada dia se reinventam no processo, fortalecendo o sentimento de pertença.

Para tanto, as comunidades têm, cada vez mais, se atribuído de ações coletivas para buscar o envolvimento das pessoas, na tentativa de se ter alternativas para a manutenção das manifestações e preservar as tradições, relacionadas aos espaços de vivências. Uma dessas questões está vinculada ao surgimento direto de grupos culturais com características voluntárias, que, através da organização coletiva, exteriorizam uma série de trabalhos e compartilham as experiências na tentativa de fortalecer nos seus segmentos sociais em favor destas questões.

O surgimento dos grupos vem ocorrendo de forma gradativa e direcionado por múltiplos interesses. Questões tem contribuído para que a situação ocorra. Dentre elas, a abertura democrática do país a partir década de 80 do século XX, os constantes movimentos sociais também tem possibilitado essas formas de organização. Talvez, para além da abertura política, a ocorrência pode ser resultado da criação de políticas públicas colocadas à disposição da sociedade pelos organismos federal, estadual e, em muitos casos, pelo engajamento municipal, buscando proporcionar o reconhecimento do patrimônio imaterial brasileiro nos mais diferentes níveis.

Neste caso, as manifestações da cultura popular não é apenas sinônimo de atividades de grupos sociais que se juntam para cultivar algo no seu espaço de vivência, ela é muito mais do que isso. Invade de maneira sutil todos espaços coletivos até pouco tempo proibitivos a esse segmento. Agora é possível estar nos teatros, nos salões nobres, nos congressos e participar de festas elaboradas.

Uma outra dimensão ocorre nesta interpretação de ver a cultura popular. Ela não é algo só do outro. É nossa como algo do cotidiano construído. Talvez, por isso, percebe-se que está cada vez mais presente os olhares para os grupos culturais. Esses simbolizam a cultura na sua essência, a inclusão social, é a cultura valorando e tecendo a “teia de significado”, que oportuniza a visibilidade coletiva. Permite pensar as tradições, o patrimônio imaterial através das práticas culturais como uma importante ação de construção da cidadania, onde todos conectam.

O Grupo Arcos Pró- Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu, o Núcleo de Estudos Açorianas e outras entidades, no litoral catarinense são exemplos, que exercitam a democracia, através de uma série de atividades com a função de agregar, fortalecer e estabelecer ações de convívio, de pesquisa, baseado no conceito universalista da cultura, onde todos têm o direito à cultura e o seu pleno exercício e contribui com ações no sentido de estimular a autoestima do indivíduo nos seus contextos sociais.

A esse respeito, o escritor e compositor brasileiro, pesquisador da literatura de cordel e de cantorias de violas, Bráulio Tavares, define cultura como sendo universalista por vocação, porque se refere às experiências humanas. Segundo a sua interpretação, as culturas “são tentativas individuais e coletivas de responder aos mistérios dessas experiências” e, no seu olhar contemporâneo, dá sentido à complexidade que compõe a engenharia social, composta pelos símbolos, ritos, abstrações e interpretações que se encaixam e se confrontam nos recorridos da vida resultado da ação humana, suas lideranças e organizações.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do tema Patrimônio e Memória, Etnografia, Cultura Imaterial do litoral catarinense e foca no estudo de caso relacionado ao Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica e Artística e Cultural de Biguaçu, instituição não governamental, comprometida com a preservação das manifestações culturais vinculada à cultura popular e ao folclore. Conecta a sua trajetória a partir do empoderamento individual e coletivo neste contexto social. Produz e mantém atualizado o levantamento a descrição etnográfica dos bens arrolados nominados por informantes desse corredor cultural. Da relação com grupos sociais e culturais reconhece as relações estabelecidas e mantém ativa o sentimento de pertença relacionado à cultura de base açoriana.

Considera, ainda, que a dinâmica da existência da instituição está relacionada a três questões de ordem estrutural: a primeira se expressa pela perda gradual do patrimônio cultural material; a segunda diz respeito a abertura política do país, onde o governo federal institui gradativamente uma série de políticas públicas, colocando-as à disposição da sociedade. Esta iniciativa pública torna as discussões sobre cultura e memória cada vez mais próxima e acessível das pessoas no âmbito popular. A visão é estimulada por encontros, reuniões, trocas de saberes que conduz a sociedade a participação democrática. Na terceira questão, refere-se à oportunidade de participação da sociedade civil, através dos seus grupos culturais a se engajar no processo e a criar mecanismos de participação na divulgação dos bens culturais reconhecido por seus pares.

Contextualiza o tema do trabalho a partir da varredura realizada sobre o patrimônio cultural imaterial nos 38 municípios da orla marítima catarinense. Aponta uma amostra do arrolamento a partir dos informantes e das observações instituídas durante a pesquisa. Busca entender as práticas culturais, os símbolos, os ritos cometidos nas comunidades e as instituídas como proteção aos bens culturais, enquanto exercício de cidadania a partir da compreensão das relações instituídas, onde o Grupo se define como um grupo cultural.

Desta maneira o grupo cultural discute no seu núcleo a utilização de práticas culturais como instrumentos para a afirmação da identidade, agregando diferentes grupos sociais, reconhecendo-os a partir de ser Santa Catarina um estado de migrante que se reafirma no cenário nacional a partir do século XIX.

Reconhece que Santa Catarina, como em todo o Brasil, ser um estado marcado por múltiplos grupos étnicos que emprestaram cada uma a sua maneira os seus saberes e fazeres construindo o todo catarinense. Todavia, nesta concepção ainda é possível distinguir-se redutos distintos que preservam as manifestações vinculadas as culturas de origem. Nesta lógica, o litoral catarinense é um desses redutos, onde a cultura de base açoriana está presente e pode ser constatada, através do legado e da presença de grupos culturais instituídos, que tratam em manter vivas as tradições.

O Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu é uma dessas instituições que possui as suas ações voltadas para este fim, conjugado nos seus objetivos atribuído a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, relacionado a herança de matriz açoriana como parte do processo de construção da identidade catarinense, percebida no litoral, como afirmação da açorianidade local.

Observa-se que, nas últimas duas décadas, os grupos culturais que surgiram neste corredor cultural, enfrentam desafios, e buscam alternativas para assegurar a preservação dos bens culturais legitimados, através das práticas que desenvolvem e aplicam nos municípios, reafirmando o seu papel de salvaguarda do patrimônio imaterial e da identidade cultural.

É neste caminho que este trabalho foi trilhado e está apresentado em três capítulos distintos: o primeiro trata da Cultura e Patrimônio Imaterial: ideias e conceitos e relaciona os termos cultura, memória, herança e patrimônio cultural, baseados em discussões de diversos autores, para um melhor entendimento da questão. Contudo é na “teias de significados” que refere a busca pelo entendimento das complexidades humana. Em seguida, refere-se à Etnografia das Expressões Culturais do litoral focada nas celebrações (religiosidade), nas formas de expressões e nos ofícios de modos de fazer, compondo a descrição etnográfica da amostra, afim de proceder a visibilidade desses bens e os relaciona com os trabalhos organizados pelo Grupo Arcos para manter a preservação.

Quando trata desta questão considera ser exemplos de uma prática relacionada ao arrolamento dos bens culturais de base açoriana, que por sua vez, gerou uma produção palpável e de entendimento do legado existente. Neste sentido, para uma maior compreensão do desenvolvimento das suas ações previstas estatutariamente, centra o trabalho na ótica da preservação e da

salvaguarda para obter o empoderamento sócio cultural, relacionado ainda no sentimento de pertença.

Para cada item alistado no arrolamento, produz uma etnografia a partir das observações realizadas em campo e da leitura que produz extrai dos seus informantes. No complemento das descrições emprega a pesquisa baseada em fontes secundárias referenciada por autores nacionais e estrangeiros, utilizando-se, ainda, de uma varredura realizada nas bibliotecas públicas universitárias e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, da capital do Estado catarinense relacionadas ao tema.

Identifica e reconhece os informantes das comunidades do litoral catarinense como verdadeiras fontes do saber popular, protagonistas de ações que reverte-se na manutenção do conhecimento individual e coletivo. Deste modo, ao oportunizar a visibilidade das manifestações, contribui, ao mesmo tempo, para a salvaguarda dos aspectos direcionados à identidade cultural do litoral catarinense, com foco nas celebrações, formas de expressão e nos saberes e fazeres.

O segundo capítulo, especifica Grupo Arcos: Salvaguarda do Patrimônio Imaterial uma relação de interesse identitário, aborda a territorialidade em que está inserida e a etnografia da instituição a partir das suas ações e práticas coletivas para manter a divulgação e a salvaguarda e no terceiro capítulo, procede a análise da instituição e suas interpretações antropológicas no contexto das vivências e simbologias e identidade como forma de atingir o empoderamento sócio cultural, considerando o sentimento de pertença que permeia essas relações.

Aborda, ainda, as práticas culturais aplicadas e suas interpretações. Relaciona o Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano como um dos símbolos do Grupo Arcos na preservação e divulgação da cultura popular, pautando e procedendo a etnografia das danças e cantorias, a organização interna da instituição, a descrição dos trajes e alfaias e o seu emprego para divulgação das manifestações através do folclore, como uma vitrine cultural.

Considera os grupos culturais como fontes e instrumentos importantes de preservação da identidade, quando se trata do entendimento e da identificação e divulgação dos bens culturais. Essas instituições criam símbolos, reinventam e resinificam a todo tempo as ações a fim de proporcionar a visibilidade cultural, que resulta do processo de construção das relações humanas. E, por último, estão a

Conclusão, seguida das Referências e Sites/Web e os Anexos concernentes a composição dos dados inseridos na pesquisa. Utiliza as fichas do INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais, composto pelo ANEXO - I denominada de Bens Culturais Inventariados; ANEXO - II Fotografia e Artes Visuais; ANEXO - III, foi criada a Amostra do Patrimônio Cultural Imaterial do Litoral Catarinense, para melhor identificar e proceder a descrição etnográfica dos bens relacionados a que se propõe o trabalho do Grupo; ANEXO – IV aponta uma mostra das imagens do patrimônio imaterial abordado pelo Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano e o ANEXO – V estão arrolados uma amostra das publicações realizadas pelo Grupo Arcos resultado dos trabalhos elaborados numa demonstração da relação interativa com a comunidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A escolha do tema de pesquisa vem de uma longa caminhada, construída numa trajetória muito particular e profissional, onde o corredor litorâneo e a chamada cultura de base açoriana sempre esteve presente no meu cotidiano. Tanto nos terreiros de casa como na comunidade em que resido e, ainda, quanto no enfretamento da estrada para visitar a minha avó materna no vizinho estado do Paraná do lado norte e ao vizinho estado do Rio Grande do Sul, dois extremos que se completam, quando das andanças, já na vida profissional, na busca de informantes com conhecimento nas danças e cantigas populares alistadas à cultura açoriana.

Do lado norte, as estradas percorridas por mais de cinco horas de ônibus, segue as rotas estabelecidas pelas empresas de transporte terrestre e atinge caminhos vicinais das cidades litorâneas, seguidos por paradas obrigatórias, o que levou a ter contato com pessoas e a estar atenta à paisagem singular, ora entremeada por ruas estreitas emoldura pela vegetação, casas e ranchos agrícolas e de pescadores com os seus instrumentos de trabalho expostos nos terreiros e nas praias de areia branca. Ora a paisagem reflete o número de embarcações ancoradas no mar de baías tranquilas com coloridos pintados que enfeitam suas bordas, delicadamente delineadas pela ação do mestre construtor, que as cuida como peças únicas para vencer o tempo. A essas unidades que agregam saberes seculares, lhe conferem a certidão de nascimento, batizando-as geralmente com nomes femininos.

Também fazem parte dessas viagens e do imaginário sem compromisso aparente, o encontro com as festas populares dos santos juninos, com a bandeira do Divino que percorre as casas sobre o sol escaldante ou com chuva batida e as pessoas em pequenas procissões, vão mantendo as tradições. Das mulheres arrumadas que nas suas charretes transportadas por parelhas de cavalos e conduzidas aos seus destinos.

Dos carros de bois que percorrem distâncias carregados com produtos das roças para serem negociados nas áreas urbanas e se fazem anunciar por onde passam pelo cantado dos seus fueiros. Do contato, ainda que através da passada rápida dos olhos, quando se depara com cenários domésticos, onde mulheres executam seus fazeres sentada nas calçadas de suas residências, tramando a

renda de bilros ou, debruçadas sobre as janelas quando expõem os seus bastidores, produzindo peças de crivo, enquanto os maridos não retornam das tarefas de marinharia ou agrícolas.

Aos grupos de cantorias populares que exibem os seus folguedos populares, carregando os símbolos e insígnias pelas estradas durante o percorrer as residências numa demonstração ao culto as tradições. Lá estão o boi-de-mamão e a bicharada que o compõem. A bernunça e a Maricota, dois elementos que chamam a atenção pelo tamanho, arrematados por vezes, ao chegar ao destino da brincadeira pela dança do pau-de-fita e a cantoria da Ratoeira executada por mulheres mais velhas que jogam quadras umas às outras sem parar, tornando-se, muitas vezes, uma espécie de desafios. As cantorias de Ternos de Reis que anuncia o fim do ciclo natalino e tantas outras manifestações que permeiam a memória da gente litorânea ainda no final do século XX.

Do lado sul, a mesma observação, agora com o olhar adulto, acadêmico, amadurecido. Percebe-se que as manifestações relacionadas anteriormente, ainda compõem os ambientes e faz parte da alma do povo litorâneo e não importa o município que se trafegue. Sempre há o que se ver tanto na forma espontânea, quanto na planejada por suas lideranças locais. Contudo, quando se indaga se as manifestações são recorrentes nas comunidades, sempre se referem que antigamente havia muitas práticas desta ou daquela manifestação e, que, na atualidade, existe o esforço das pessoas e grupos para mantê-las ativas.

Na colocação dos informantes esta questão intriga e, no mínimo, transporta-se como curiosa pelas linhas da vida, haja vista que a qualquer tempo essas comunidades nos seus saberes e fazeres, não importa o tempo que se transite, possui algo para mostrar, todavia para alguns existe o sentimento de perda. Por outro, a cada momento é possível se deparar com inúmeras manifestações e elementos, constituindo num celeiro cultural que merece ser investigado no Campo da Antropologia Cultural.

Diante do exposto, a estrutura proposta para a investigação, para além das inquietudes pessoais, foi se construindo, inicialmente, a partir dos contatos das observações estabelecidas no encontro das vivências particulares e dos informantes, atores sociais que transitam pela cultura popular, presentes nas comunidades dos municípios da faixa litorânea catarinense, que se dispõem às

primeiras informações. Dado a riqueza de informações utilizando-se o campo da observação, soma-se uma varredura bibliográfica relacionada a temática.

Estabelecido o reconhecimento da costa catarinense, de Passo de Torres, na divisa com o Rio Grande Sul a Itapoá ao norte, divisa com o Paraná, distingue-se a faixa litorânea e agrega-se o principal objetivo focado num estudo de caso relacionado a instituição não governamental, denominada de Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu, compondo a contextualização espacial e cultural da presente pesquisa.

OBJETIVO GERAL

A partir do levantamento do patrimônio cultural imaterial do litoral catarinense, produzir o arrolamento e a descrição etnográfica das manifestações nomeadas pelo conhecimento dos informantes, considerando as celebrações, as formas de expressões e os ofícios e modos de fazer. Do desenvolvimento, compor-se-á a amostra dos dados e realizar-se-á um estudo de caso focado no Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu, instituição não governamental, comprometida com o empoderamento sócio cultural territorial, seguido do sentimento de pertença relacionado ao movimento de afirmação da cultura de base açoriana no litoral catarinense e analisar no campo da Antropologia Cultural o seu papel na salvaguarda dos bens culturais, no contexto da contemporaneidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Realizar a identificação do patrimônio cultural imaterial do litoral catarinense, através de levantamento, arrolamento e descrição das manifestações culturais a partir do reconhecimento individual e coletivo apontados por informantes;

Produzir a etnografia dos bens culturais de natureza imaterial, abordando as celebrações, as formas de expressão e o ofícios e modos de fazer;

Relacionar uma amostra das manifestações culturais para uma melhor compreensão do patrimônio cultural imaterial na afirmação da territorialidade no litoral catarinense;

Considerar a importância dos informantes de ancestralidade luso-açoriana no litoral, no processo de salvaguarda da identidade cultural local;

Produzir a descrição e a etnografia do Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu, registrando a sua trajetória e os meios que utiliza para identificar, preservar a identidade cultural, relacionado ao patrimônio imaterial, considerando as práticas culturais que adota para instituir o empoderamento sócio cultural e atingir a salvaguarda do patrimônio, através do sentimento de pertença.

Perceber a importância da produção do arrolamento cultural como resultado das relações humanas e como essas manifestações contribuem para as práticas de divulgação da cultura popular nos contextos sociais.

Identificar a importância da instituição no contexto sociocultural como um grupo de referência cultural na relação identitária.

Arrolar e descrever os símbolos, as danças e cantares, os trajes e alfaias utilizados pela instituição, para manter o sentimento de pertença no contributo a açorinidade litorânea;

HIPÓTESE

Santa Catarina é um estado de imigrantes que acentua a sua composição étnica a partir do século XIX, quando aportam no território novos grupos europeus. Com essa característica, se destaca no âmbito cultural brasileiro por manter uma série de particularidades referentes a esses grupos sociais, pontuados distintamente no território, que conservam e dão vida as suas tradições culturais, percorrendo caminhos distintos na execução de práticas, que os conduzem a manutenção e preservação das raízes culturais no âmbito da cultura popular e do folclore. Na composição estão presentes mais de 22 etnias, que juntos e misturados conservam a língua e as manifestações dos saberes e fazeres de origem, o que torna o território multifacetado e singular, compondo um mosaico cultural distinto.

Como uma das primeiras variantes de análise distingue no âmbito do litoral a existência de um corredor cultural de matriz açoriana que revela um patrimônio imaterial expressivo, tradicional, composto por uma multiplicidade de aspectos e formas que merece atenção dos pesquisadores, governantes, das instituições e

lideranças culturais, voltados a manter a preservação dos bens culturais utilizando de conhecimentos próprios. Nesta questão, pontuam-se de fundamental importância o surgimento de grupos culturais independentes que se revelam no esforço de manter as tradições locais, pontuando os seus territórios, realizando e participando de atividades institucionais, produzindo a varredura, o arrolamento e inventários das manifestações culturais composto por descrições, levantamentos fotográficos, a fim de protegê-las e salvaguardá-las, enquanto processo integrante de afirmação identitária local.

A segunda variante está condicionada as experiências acumuladas dessas iniciativas privadas bem-sucedidas que refletem o alinhamento de diretrizes estabelecidas por esses grupos culturais que a partir das lideranças e de preceitos, se organizam, destacam o empoderamento social, dispostos em plataforma extraída de anos de convivências e de vivências, dos compartilhamentos realizados que transportam para os grupos. Discutem o seu papel social, enquanto resultado coletivo na busca de princípios e diretrizes, a fim de se inserir no contexto das políticas públicas, buscam a visibilidade, comprometendo-se com a preservação dos bens culturais.

Considero ainda uma terceira variante pautada na informalidade das instituições. Esta questão dificulta a relação com o poder público que exige o registro (certidão de nascimento), para que possam participar de projetos, programas, conselhos culturais, buscam recursos para a implementação de ações. No entanto, essa oficialidade, em muitos casos, é desconsiderada pelos grupos que continuam a realizar seus trabalhos para manter a cultura popular ativa em suas comunidades, estimulam os seus pares a expor o sentimento de pertença, o que muitas vezes conduz os integrantes a agir independente das exigências legais.

Mesmo com as dificuldades imposta pela burocracia brasileira, nas últimas duas décadas se multiplicam as iniciativas locais. No litoral catarinense, por exemplo, as comunidades se despertam e se engajam no processo. Buscam a visibilidade institucional e utilizam a prática do registro, firmados nos trabalhos realizados, pautadas por iniciativas internas de gestão e no compartilhamento de experiências entre os pares e instituições congêneres. Estabelecem, desta forma, a unicidade que converge para o fortalecimento da preservação da instituição e, em particular, no âmbito da cultura popular.

A formulação desse comportamento não nasce do dia para noite, decorre de um longo processo que envolve as instituições não governamentais, conduz ao debate, oportuniza a participação local, reforça os compromissos individuais e coletivos entre as pessoas e os grupos sociais com o objetivo de atuar frente às demandas relativas à valorização do patrimônio imaterial focado no conceito antropológico de cultura, que entende e visualiza os novos atores sociais existentes nas comunidades tradicionais, a partir da abertura política firmada no País durante a década de 80 do século XX.

Estar afinados com os compromissos políticos instituídos no País é compromisso dos grupos culturais que, gradativamente, se incluem nas discussões para a elaboração das políticas culturais nesses setores, faz parte do processo e tem sido uma tendência, quando se trata do exercício da cidadania e nela, certamente, está embutido o fortalecimento das instituições nos diversos campos de atuação. Nas suas estâncias performáticas, são esses atores que legitimam e desempenham a participação, propiciando a compreensão nos espaços nos quais estão inseridos, fortalecendo as relações sócio históricas no controle social.

Neste contexto, o Grupo Arcos Pró Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu, ao longo da sua trajetória, trouxe determinadas contribuições para ampliar o sentimento de pertença, favorece posturas cívicas e, sobretudo, valoriza, preserva, salvaguarda e difundi o patrimônio cultural do litoral catarinense com foco no município de Biguaçu. Desta feita, torna-se modelo de referência institucional reconhecido e seguido em muitos casos por seus pares.

Nesta prática cultural, colabora com grupos culturais nesta tendência, estimulando a participação, independentemente da matriz cultural, embora o seu foco principal esteja pautado na cultura de base açoriana e na permanente vinculação à continuidade do arrolamento das manifestações culturais litorâneas, relacionadas a esta composição étnica, que as utiliza como ferramenta de gestão na luta pela salvaguarda, instituição de políticas culturais no âmbito da cultura popular, do exercício da cidadania e da inclusão sociocultural. É um grupo cultural propulsor das práticas culturais que se prevalece da cultura popular e do folclore para proceder a divulgação e a afirmação da identidade cultural local tem sido uma tendência, constituindo-se na quarta variante desse trabalho.

JUSTIFICATIVA

O propósito de fazer este trabalho de doutoramento prende-se a diferentes fatores, com distintos níveis de importância. Em primeiro lugar focaliza a existência de elementos históricos, econômicos, sociais e culturais significativos na construção do estado catarinense a partir do povoamento designado pelo governo português, apontada na Provisão Régia, assinada 06 de agosto de 1747. A intenção da política administrativa estabelecida, está centrada inicialmente na questão militar, voltada exclusivamente para assegurar, através do povoamento, a posse do território ao Governo português, a costa sul do Brasil Meridional (PIAZZA: 1999). No processo de fixação o imigrante ilhéu contou apenas com a sua força de trabalho, mantendo o espírito de fácil adaptação nessas terras do lado de cá do Atlântico nomeia um dos primeiros historiadores catarinense sobre a questão (CABRAL: 1950).

Um segundo ponto a considerar é o fato de ser o território catarinense, um estado de imigrantes com espaços de ocupação territorial bem definido, com inúmeras etnias estabelecidas¹. Menciona-se que neste espaço não ocorreram os ciclos econômicos que provocaram o povoamento espontâneo como em outras regiões brasileiras, mas sendo o litoral catarinense estratégico na demarcação dos limites da América Meridional, era fundamental fortalecê-lo e ocupá-lo (VIEIRA: 2000). O resultado dessa iniciativa é visível através de diversas iniciativas constatadas no território pelos grupos sociais estabelecidos.

O terceiro ponto está relacionado à vivência cotidiana desses grupos sociais e o seu legado, que se constitui, de forma ímpar, num estado de contrastes geográficos e na sua ocupação. Desde muito pequena, para além das viagens particulares que estavam inseridas no percurso da minha vida, pautada quase sempre nas observações, escutei ainda dos mais velhos, nas rodas de conversas em casa ou nas comunidades por onde transitava, nos finais de semanas ou, nos serões, que o trabalho exigia, que as formas de expressão, as celebrações e os modos de saber e fazer, a cultura popular e o folclore dos diferentes grupos sociais que compõem as regiões do estado catarinense são universos ricos, diversificados e, na maioria das vezes, não tão visíveis, perante uns com os outros.

¹ Das etnias enumera-se a título de elucidar os filhos da terra – os indígenas da grande nação tupi, portugueses

Na trajetória das comunidades a busca pela visibilidade é tema recorrente nas conversas assim como a marcação de um corredor cultural litorâneo relacionado à cultura de base açoriana. Elementos culturais distintos, celebrações, ritos, insígnias, simbologias, crenças, festas populares, as formas de produzir o artesanato e preparar a terra para o plantio, as cantigas que embalam o trabalho durante o período de colheita são expostas com naturalidade na sociedade litorânea, porém nessa recorrência, o mundo acadêmico demorou anos para se debruçar sobre essas questões e entender a sua importância na formação do conjunto sócio cultural. Talvez por essa razão o envolvimento e compreensão na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial tenha demorado tanto para fazer parte dos discursos acadêmicos e gerar um compromisso institucional de preservação, restando apenas as detentores dos saberes e fazeres dessas práticas sem sofrer preconceito.

Por anos, se vive e se convive somente nas suas relações internas, sem se voltar ao compromisso político e técnico-científico de se envolver com pesquisas que caminhem na direção do patrimônio cultural imaterial, que se constituem em inúmeros universos e em importantes “terreiros” repletos de informações à disposição dos pesquisadores e das ciências humanas e sociais, para se entender, principalmente, no caso em estudo, a composição da identidade cultural catarinense, no âmbito do litoral, quando se refere à contribuição dos povoadores açorianos na formação do Estado catarinense.

O olhar sobre a composição do patrimônio imaterial, até então pouco percebido e valorizado pelas instituições públicas de direito e pelo mundo acadêmico vem gerando um novo rumo deste a promulgação da Constituição Brasileira em 1988. A Carta Magna estabelece no Artigo 216 a importância do reconhecimento e da proteção a esses bens. Menciona que “constituem patrimônio brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (BRASIL: 1988).

A partir do instrumento constitucional novos olhares acontecem e enredam pessoas e instituições que buscam essa perspectiva de atuação e análise. O foco, agora, não está voltado, exclusivamente, para o patrimônio material, mencionado até a promulgação da constituição, somente para as grandes obras e monumentos nacionais, atribuída a responsabilidade na década de 30, ao Instituto do Patrimônio

Histórico e Cultural Brasileiro, quando da criação da instituição. A partir da constituição, a visão atinge outros universos e entendimento a respeito da questão. O universo social é ampliado, valorizando os aspectos individuais e coletivos da sociedade, através de mecanismos que os próprios sujeitos criam e desenvolvem. Neste Contexto, seguramente, a Antropologia Cultural tem proporcionada uma série as interpretações que colaboram para o entendimento coletivo.

Outro ponto, importante na construção desse trabalho está centrado nas observações realizadas pelo somatório da vida como já mencionado, refazendo em muitos casos os caminhos das freguesias, das vilas, nas áreas rurais e nos espaços urbanos, mantendo encontros com pessoas e grupos sociais à procura das manifestações culturais, das práticas, rituais e simbologias nas suas diferentes formas e linguagens, histórias, valores, crenças e costumes, incluindo a origem e a evolução nas comunidades nos mais de dois séculos e meio de migração a essas terras.

Neste ponto, ainda, está vinculada a minha relação pessoal com esse tema, que através das relações instituídas se envolve com as práticas culturais relacionadas a cultura popular e ao folclore, por meio da organização de festas populares estimulando a vivência coletiva, seus encontros, como se pautam e se entrelaçam e como esses grupos sociais e sujeitos estão inseridos nestes contextos e colaboram para a memória coletiva na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Essas questões vinculam, certamente, a minha trajetória de vida e me estimulam a pesquisar esse ramo do conhecimento, ligado à cultura açoriana do litoral catarinense², sobre a ótica da Antropologia Cultural, considerando o que um trabalho de campo pressupõe. Para ilustrar aludo Espina (2005), “o contato direto, pessoal e prolongado, do antropólogo com as culturas, que são objetos de estudo, necessitará da imersão do pesquisador na vida, cosmovisão e mitologia do povo que estuda”, que capta a sua alma nas diferentes formas que se apresenta aos olhos do outro e as relaciona para obter um melhor entendimento social e cultura de um determinado núcleo.

² Para o Antropólogo João Leal em seu estudo denominado “Cultura e Identidade Açoriana – o movimento açorianista em Santa Catarina” define a expressão cultura açoriana, não apenas a um termo que se aplicava inicialmente apenas à cultura popular do arquipélago dos Açores e às suas eventuais sobrevivências catarinenses, passa agora a abranger o conjunto das criações culturais que caracterizam no presente a área de colonização do litoral catarinense, independentes das suas raízes açorianas. A açorianização deixou de ser um procedimento exclusivamente etnogenealógico para passar a ser um procedimento de apropriação de toda a cultura popular - incluindo a autóctone - da área de colonização açoriana vista como um território “étnico”. (LEAL: 2007).

Naturalmente há que se observar todos os aspectos da cultura e a sua diversidade para melhor compreender as razões de sua existência, num campo híbrido, aflorado pelo sentimento de pertença.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Ao definir o trabalho e pensar os seus objetivos, três eixos são apontados no que se refere a nortear a pesquisa. O primeiro deles está focado na revisão da literatura no campo da Antropologia Cultural, direcionado, a autores que assinalam singularmente aos temas ligado à cultura, memória, identidade, à diversidade popular, à oralidade e a cultura açoriana no litoral catarinense.

No campo específico, direcionado a base cultural, o procedimento foi realizar o levantamento nas publicações que versem sobre a temática, recorrendo-se a Biblioteca do Núcleo de Estudos Açorianos (BNEA); Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (BUFSC); Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (BIHGSC); Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BUDESC); Biblioteca da Universidade do Estado de Santa Catarina (BUDESC) e o Arquivo privado do Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu. Contempla-se os livros, as revistas e os estudos monográficos (monografias, dissertações e teses), que versam sobre as manifestações ocorridas no litoral catarinense.

Para cada publicação foram elaborados verbetes descritivos cuja intenção foi ter contato mais aprofundado com as publicações editadas sobre a temática, assim como buscar subsídios que colaborassem na ampliação de conteúdos editados sobre a pesquisa de doutoramento. Esta não foi uma tarefa fácil, pois a primeira ideia era somente contemplar a biblioteca do Núcleo de Estudos Açorianos por estar intimamente ligada ao tema. Na medida em que foi se produzindo e avançando em conteúdos relacionados à cultura popular e ao folclore, sente-se a necessidade de arrolar outras instituições para obter o maior número possível de informações e ter contato com a produção contemporânea em conjugação ao tema.

Menciono, ainda, que o levantamento realizado foi apenas uma amostra do acervo existente nas bibliotecas relacionadas. Neste caso, considera-se duas situações: a primeira delas é quanto à complementação periódica desse

levantamento, pois os acervos são regularmente ampliados e, a segunda, refere-se à não-opção de pautar outros tipos de suportes publicados, como por exemplo os audiovisuais, os fotográficos, vídeos e cassetes disponíveis nesses espaços culturais. Diante do que se propunha inicialmente, foram produzidos verbetes para cada obra arrolada, a fim de contribuir para o conhecimento geral e facilitar a leitura, quando do cruzamento das informações obtidas em campo e, também, cooperar na construção e formulação das descrições dos verbetes dos bens culturais arrolados.

O segundo eixo relaciona-se à escolha de material para se proceder a mostra do arrolamento das manifestações culturais do litoral catarinense. A opção por esta área territorial se distingue de modo muito particular e está vinculada ao reconhecimento, à concentração numa única faixa que agrupa um número significativo de manifestações e reverte-se na necessidade de sistematizar os bens culturais das diferentes informações sobre o patrimônio imaterial apontado a matriz açoriana, a partir da herança desse povoamento.

Para a composição metodológica da pesquisa na sua realização, utiliza-se, por opção, as fichas denominadas “INRC - Inventário Nacional de Referência Cultural”, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, por considerar o material de fácil acesso, disponível nas suas superintendências, com campos distintos, que possibilita as indicações e a descrição etnográfica do bem cultural, ação que está em consonância com o que se pretendia durante o percurso relacionado ao levantamento dos dados e contato com os informantes.

O terceiro eixo refere-se à vinculação de uma instituição cultural do litoral catarinense com experiência em pesquisa, criação e divulgação de práticas culturais, comprometido com a preservação do patrimônio cultural local. Opta-se, neste caso, em produzir um estudo de caso sobre o Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu, que surge no final da década de oitenta, do século XX com a função de tratar e viver essas questões.

A escolha da metodologia e dos instrumentos para se proceder a varredura e arrolamento propostos estão embasadas em contextos de trabalho de campo, evidenciadas por visitas, observações realizadas durante os períodos que ocorrem as manifestações do patrimônio cultural local, utilizando, também, as indicações apontadas pelos informantes. Destaco que os eixos sugeridos não acontecem de forma isolada. Eles se relacionam e se apoiam considerando o levantamento

bibliográfico referente às manifestações culturais alicerçadas em conceitos apontados pela revisão bibliográfica no campo da Antropologia Cultural, com procedimentos assim descritos: após a revisão bibliográfica como já acenado e da pesquisa de campo são montados as descrições dos verbetes referentes as obras que tratam sobre o tema. Esse procedimento é parte da pesquisa e se integra ao recorrido realizado nos 38 municípios do litoral catarinense, a partir deste, se procede o preenchimento das referidas fichas (ANEXO - I e II), contempladas com os dados obtidos em contado direto com os informantes nas comunidades pelas observações realizadas.

Importante citar que para a execução do levantamento, para além das observações em campo, o trabalho foi seguindo o caminho das indicações dos próprios informantes a partir do reconhecimento a outras pessoas, instituições e profissionais, que no transcorrer do processo se tornaram fundamental. Através desses contatos, relacionei, ainda, uma série de informantes com idade superior a 60 anos, haja vista o papel que desempenham nos seus grupos sociais locais, relacionados ao espírito de liderança na comunidade, partindo das suas vivência; e, a outros mais jovens pelas participações e atuações em grupos culturais, pelos conhecimentos empíricos voltados as manifestações que ocorrem e que participam e ainda, por considerar que o enfrentamento com essas pessoas de diferentes idades são de importância e não pode ser mais adiado, por conta de se perder a memória contida nessas comunidades, principalmente, quando se trata das pessoas mais velhos.

Diante dos primeiros contatos e dos dados relacionados foi estabelecido um calendário direcionado aos meses que ocorrem as festas populares no litoral catarinense, observando a partir do mês de abril a outubro e, na sequência, dezembro a fevereiro, finalizando a varredura e procedendo categorização e a descrição das manifestações.

As visitas às comunidades não ocorrem de forma aleatória, seguem-se um roteiro pré-estabelecido para melhor aproveitamento do tempo, após se ter agrupado os municípios, considerando as suas fronteiras, surge cinco regiões³. A opção possui uma motivação e se caracteriza por três razões distintas.

³ Região 1 São Francisco do Sul; seguida pelas demais: Região 2 – Itajaí; Região 3 Florianópolis; Região 4 Laguna e Região 5 Criciúma.

A primeira tem a preocupação de facilitar o deslocamento e, a segunda, minimizar o tempo no local e os custos, haja vista ser esta uma pesquisa que não conta com recursos relacionados a bolsas de estudos e tão pouco está condicionada a qualquer instituição pública ou privada. A terceira razão está concebida com o propósito de facilitar o agrupamento dos dados obtidos durante a investigação, o que dá origem ao mapeamento proposto ligado a uma sistematização clara e concisa dos registros e das informações ora geradas.

Ressalta-se que a opção pela divisão geográfica realizada no agrupamento dos municípios não é a divisão oficial da política territorial adotada pelo órgão de Geografia e Estatística do Estado de Santa Catarina e sim, se distingue, pela aproximação dos municípios, partindo do norte do estado, registro da entrada dos primeiros desbravadores vicentistas rumo ao sul do país.

As etapas de abordagem também são distintas. Primeiramente, no período que abrange os primeiros meses de pesquisa, foi realizado o reconhecimento do traçado da costa catarinense, utilizando-se as observações *in-loco* e procede-se uma primeira varredura, ainda que superficial, já com a finalidade de usar o material produzido, nesta primeira iniciativa concreta se estabelece em definitivo o projeto de doutoramento focado na Antropologia Cultural.

A intenção era identificar as manifestações culturais existentes em cada município das cinco regiões estabelecidas para a pesquisa, quando os espaços sociais marcadas por manifestações culturais, rituais sagrados e profanos⁴, considerando que as comunidades dessa faixa litorânea possuem santos padroeiros e festas distintas que são reverenciados com novenas, ladainhas, procissões, pagamento de promessas, festas com apresentação de folguedos, benzeduras, demonstrando a ligação com as suas tradições ancestrais, seus saberes e fazeres e, ainda, as manifestações relacionadas a literatura e a medicina popular, dos ensinamentos dos mestres do patrimônio naval e as danças e cantorias folclóricas, por exemplo.

⁴ BARRIO (2005) “esta uma importante dicotomia para se entender antropologicamente o papel da religião na cultura foi proposta por Durkheim. Mais adequada do que a que fala do natural e o sobrenatural – já que em algumas culturas é difícil situar tal divisão - divide o mundo em dois domínios: o do cotidiano, ordinário (profano), o do estranho, misterioso, pouco comum (o sagrado). Tanto a magia como a religião têm a ver com esta última esfera e sua origem terá que ser situada nela.” A indicação teórica do autor remete a reflexão e permite encontrar uma série de elementos que me pareceram ausentes na bibliografia revisada sobre as referências culturais ligadas aos mitos, magias, benzeduras e os rituais ligados a folia do Divino.

Estar na comunidade era uma maneira de viver, se inserir e manter contato com as pessoas e, ainda, se preparar para a continuidade das pesquisas, o que se concretiza em caráter amplo, após os créditos disciplinares efetuados durante as classes de doutoramento em 2009. Esta atitude se constituía num indicador importante e facilitador para o acesso e obtenção de novas informações, no retorno as comunidades na complementação do arrolamento iniciado muito antes do projeto de doutoramento.

As andanças estendem-se pelos municípios de São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, São João do Itaperiú e Barra Velha. Na segunda etapa são percorridos os municípios de Itajaí, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas; a terceira etapa, abrange as comunidades e freguesias tradicionais da Ilha de Santa Catarina, hoje Florianópolis, capital do Estado catarinense (Santo Antônio de Lisboa, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha, Trindade, Forte de São José da Ponta Grossa, Ratonés, Canasvieiras, Ingleses e Rio Vermelho) e depois se estende para os demais municípios dessa região metropolitana, como Biguaçu, Governador Celso Ramos (antigo Ganchos), Tijucas, São José, Palhoça com olhar específico para Enseada de Brito (uma das primeiras comunidades de fixação açoriana, via São José da “terra firme”) e Santo Amaro da Imperatriz.

A partir destas cidades decorre a continuidade, visitando outros municípios e comunidades, abordando a extensão da orla sul catarinense, passando por Paulo Lopes, Imaruí (comunidade antiga de Vila Nova), Garopaba, Imbituba, Gravatal Capivari de Baixo, Laguna, Tubarão e Jaguaruna. E por último Criciúma, Içara, Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Sombrio, Balneário Gaivota e Passo de Torres, estendendo-se à comunidade de Currealinho, um dos redutos de existência da memória açórica e que merece sem dúvida uma atenção especial pela diversidade dados num outro momento disponível.

Nos municípios e nas comunidades percorridas a relação com grupos estabelecidos e com pessoas ocorre de maneira espontânea e natural, seguida já pelas observações e de anotações precisas aos usos, costumes e crenças, manifestados através das comemorações a santos padroeiros, procissões, romarias, festas populares e apresentações de folguedos, artesanato e do folclore local. Na perspectiva, pode-se considerar que essa foi uma estratégia utilizada para permitir a aproximação com as pessoas das comunidades cuja finalidade está em

estabelecer o convívio de forma harmoniosa e facilitadora para a obtenção das informações, sem produzir nenhum tipo de constrangimentos.

Na medida em que se avançava nas visitas aos municípios, percorrendo suas comunidades, se institui uma relação de boa convivência e de fácil acesso junto aos moradores dos lugares e de seus informantes, advindas das recordações já estabelecidas. Esta facilidade talvez, possa ser atribuída à passagem anterior e ao fato desses grupos sociais, independentes de suas classes sociais, gênero e profissões serem dotados de uma hospitalidade ímpar, incorporada à sua herança cultural, não se configurando em momento algum, nenhum tipo ou espécie de conflito com esses segmentos.

A partir das visitas estabelecidas nos municípios, foi criado um vínculo com as lideranças comunitárias, produtores e agentes culturais locais, professores, artesãos, benzedeiros e mestres construtores de embarcações, participação manifestações culturais e as constantes observações, permite de maneira direta, realizar as recolhas e proceder a descrição etnográfica, ora em reduto de pescadores, ora em reduto de lavradores e, ainda, nas áreas centrais urbanas, na sua maioria com a ancestralidade açoriana, habitados nos núcleos originários pelos primeiros imigrantes, estabelecendo com os descendentes uma relação de cordialidade e de distinção da sua identidade que ora atribuo como litorânea.

Nos meses que sucedem a pesquisa, outras anotações ocorrem relacionadas as manifestações culturais anteriormente apontadas e identificadas, procedendo ao registro em diário de campo e o registro fotográfico, apontado neste trabalho apenas como uma amostra.

Com relação à visita é imperativo reforçar que são realizadas sucessivamente, respeitando os horários disponíveis dos informantes, quando ocorrem o diálogo direto, permitindo uma maior interação com as vivências e as atividades locais. Essa relação provoca a compreensão, estabelece a confiança e facilita o preenchimento das referidas fichas. Muitos dos contatos, também estão relacionadas as apresentações folclóricas do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriana, do Grupo Arcos, por solicitação dos municípios, acompanhado e vivendo ambos os grupos. A convivência oportuniza a observação direta relacionada as manifestações da cultura popular se constituindo em elementos importantes que acrescentam as observações para continuar a produzir a etnografias das relações mantidas nas comunidades.

Na execução da pesquisa, para além das observações, dois tipos de fichas são preenchidas para facilitar a identificação e descrição dos dados. A primeira delas denominada de INRC-Inventário Nacional de Referências Culturais dos “Bens Culturais Inventariados” (ANEXO – I), referência o “cabeçalho” seguido de “estado”, “região” e “município”; no segundo campo está o item “denominação”, seguido da palavra identificada “sim” ou “não”; “tipo”; “condição atual”, se está “vigente” e “íntegro” se é “memória” ou “ruína”; depois segue o item “ocorrência”, que indica a “época” e o “lugar” e o “campo descrição”; “registros” e “contatos”, ambos finalizados com o “indicador em números”. A segunda refere-se a INRC- Inventário Nacional de Referências Culturais, dos “Registros Audiovisuais” (ANEXO – II), com o campo a preencher denominado de “código da ficha” (UF, sítio, localidade, ano, número da ficha). Na sequência da ficha estão os campos 1. “Fotografia ou Artes Visuais”, seguido de cinco campos: “título” ou “localizador”, “data”, “assunto”, “descrição técnica”, “localização”, “autor/fonte”. Destaca-se que o registro do levantamento fotográfico foi realizado no mesmo período de ocorrência das manifestações, quando se procedia as observações em campo. Foi utilizado esse recurso por considerar de importância na compreensão da abordagem para a descrição etnográfica e a análise dos bens culturais e os grupos citados.

O preenchimento das fichas num primeiro momento, parecia ser difícil e ter muitos dados, no entanto, na medida em que foi se procede, constata-se a fácil absorção, não havendo nenhum tipo de problema durante o processo de pesquisa. Todavia, ressalta-se que nem todos os campos foram preenchidos, condicionado ao desejo do informante. Muitos deles preferem omitir o dia, mês e ano de nascimento, o que não foi questionado, respeitando a decisão, embora no primeiro momento do contato não hesitam mencionar a referida idade, quando indagados. Mesmo assim, não se considera este fato algo que tenha demandado algum tipo de prejuízo à dinâmica da pesquisa, até porque a base da mesma se constitui na observação participante.

Para a melhor compreensão dos dados, haja vista se tratar de bens culturais, o resultado dos procedimentos anteriores gera uma nova ficha que denomino de “Amostra das Manifestações Culturais do Litoral Catarinense” (Anexo – III), onde foram agrupadas as manifestações em três categorias distintas com as seguintes subdivisões: Celebrações (religiosidade); Formas de Expressão (jogos, brinquedos e brincadeiras, literatura popular, credices populares, folguedos,

danças e cantorias) e os Ofícios e Modos de Fazer (gastronomia, patrimônio naval, medicina popular, produção artesanal, transporte terrestre e indústrias artesanais), utilizando a mesma nomenclatura do INRC, contido no ANEXO - I, para uma melhor visualização na hora de proceder a descrição dos bens e da conseqüente etnografia. Neste caso específico, foram apenas nominados na forma de itens, compondo-se a referida amostra tratada em capítulo específico.

Outro ponto a ser considerado está vinculado a minha formação acadêmica com base no campo da História envolvida com projetos de pesquisas voltados para pesquisa de campo, utilizando a oralidade para obtenção de informações. Essa experiência permite ter um contato mais direto com os informantes, utilizando as técnicas de história oral, para obtenção das informações adquiridas, quando aluna do laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina e das leituras aos trabalhos de Ecléia Bosi (1994), o que colabora para a clareza e compreensão dos dados.

Quanto ao levantamento fotográfico, ao definir o processo de pesquisa se incluí desde o início, após ter reflexionado sobre a frase de Confúcio “uma imagem vale mais que mil palavras” e o quanto poderia se obter informação através do contato com esse recurso. Considero, ainda, a abrangência da frase e o que dela pode-se abstrair ao se ter contato a partir da captação de imagens realizadas durante o processo, ao mesmo tempo, em que, se gera um material iconográfico que pode se figurar em acervo para futuras pesquisas e de referências para a montagem de futuros arquivos permanentes nas comunidades e de grupos culturais relacionados ao tema.

Neste caso, a relação com a imagem fotográfica está em entendê-la como um documento a serviço da análise histórica e antropológica durante ao andamento da pesquisa e a sua relação com o espaço no início da captação, ampliando, desta forma, o conhecimento interpretativo, que, muitas vezes, durante a pesquisa de campo, escapam a nossa percepção. (ANDRADE:2002).

Na mesma lógica continua Andrade (2002) quando cita, em sua obra, que a imagem fotográfica “carrega sempre o estigma de ser a realidade, congelada no tempo e fruto da imaginação e da interpretação do autor”, como algo que não vai além do perceptivo de imediato. Pode-se considerar, que mesmo distante do tempo que foi emitida, ao se ter contato com a imagem pode-se ter outras

percepções que no momento da captação e envolvimento no campo não foi possível se deparar, portanto, se dispõe de um material inseparável que valida o tempo e permite novas interpretações fora do seu período, conclui. A imagem fotográfica tem como uma das funções ampliar o universo interpretativo sobre aquilo que captamos num determinado momento. Por esse motivo, os pesquisadores cada vez mais tem se envolvido com este recurso e, particularmente me valho do mesmo. Para a referida autora, a fotografia tornou-se uma parceira indispensável ao trabalho de campo para qualquer ação de pesquisa que deseja-se interpretar, principalmente, no campo da Antropologia.

Ao se estabelecer esta conexão durante a captação das imagens, gerando o produto fotográfico, a intenção não é só observar o retrato como um documento único de um determinado momento e guardá-lo. A referida autora chama a atenção ainda, dos pesquisadores para questões de ordem prática quando sugere que é “a partir delas que se pode fazer as observações fora do campo pesquisado e juntar a elas as informações obtidas durante o processo o que facilita a compreensão a partir da abrangência do contexto”, que se está relacionando (ANDRADE:2002). Ainda sobre esta questão, a Fotógrafa Catarina Rüdiger, distingue a fotografia como um documento que deve acompanhar o processo de interpretação do pesquisador, quando se trata das manifestações culturais, haja vista que se permite comparar as mudanças inerentes aos processo humanos.

Durante o processo descritivo dos bens e práticas culturais, para o trabalho, não se estabelece um número de linhas relacionadas à produção de verbetes relacionadas a descrição etnográfica dos bens arrolados. Todas as informações dispostas foram mencionadas em filtro natural, atendendo às generalidades e as suas peculiaridades e a abordagem teórica dos dados coletados, configura-se no entendimento da antropologia cultural, acrescidas de dados e descrições históricas completando a composição etnográfica.

Ao finalizar o cruzamento dos dados para realização da amostra sugerida, um questão importante deve ser apontado. Trata-se do número de informações obtidas. Cruzá-las com os registros fotográficos demandou um certo tempo e atenção redobrada, para não haver repetição da indicação e, sim, agregar o maior número possível de conteúdo mencionado pelos informantes e pelas observações realizadas.

Cumprida esta parte da pesquisa, as descrições dos verbetes e as imagens fotográficas, as informações foram cruzadas com o acervo produzido, relacionadas ao Grupo Arcos, a partir das suas vivências, ações e práticas que desenvolve e aplica para manter a salvaguarda do patrimônio imaterial da identidade cultural açoriana suas relações a partir deste contexto. Estar com o Grupo num processo permanente de pesquisa é algo que chama atenção pela forma em que executa as atividades e assimila o processo de pertencimento das suas raízes ancestrais e relaciono também para durante a execução o campo da Antropologia Aplicada, algo que requer atenção redobrada durante processo das interpretações.

Uma relação com o Tema.

A pesquisa está pautada em leituras e análises realizadas em trabalhos no âmbito da Antropologia Cultural e Aplicada, do patrimônio cultural brasileiro focado na cultura popular e no folclore. Publicações em livros e periódicos, dos trabalhos acadêmicos, artigos e vinculação ao levantamento, arrolamento e descrição realizada da cultura de base açoriano no litoral catarinense, com a utilização da publicação da metodologia publicada pelo IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que se constitui num conjunto de atividades embasadas a partir das leituras minuciosas do livro “Cultura e Identidade Açoriana – o movimento açorianista em Santa Catarina, do Antropólogo João Leal (2001), referencial na Antropologia cultural por seus estudos dedicados à etnicidade, transnacionalidade, migrações, identidade nacional, processos de emblematização da cultura popular e a história da Antropologia em Portugal.

No âmbito da cultura popular recorri aos estudos de Renato de Almeida, responsável por criar em 1946, a Comissão do Folclore Brasileiro com o objetivo de dar coro e visibilidade a esta questão. Liderou o movimento em todo território nacional. Suas ideias podem ser encontradas na Carta do Folclore (1951). Ao poeta Mario de Andrade (1893/1945), citado por Márcia Sant’Anna, que “defendeu pela primeira vez no Brasil uma ideia nova de incluir os bens culturais que estão no cotidiano das pessoas: saberes, fazeres e as expressões culturais como elementos

importantes da cultura nacional”⁵. Edison Carneiro (1912/1972) e Arthur Ramos (1903/1949), também possui papel fundamental em solidificar a questão no país.

No campo catarinense está a obra de Franklin Cascaes (1974), pioneiro na pesquisa e nas narrativas, quando aporta detalhes singulares, resultado das visitas particulares aos terreiros das famílias, referentes a cultura popular florianopolitana, reconhecida pelo aprofundamento. Na atualidade a disposição dos pesquisadores no Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina e, de diversos trabalhos publicados por autores sobre a obra deste pesquisador, que se constituem, a meu ver, num valioso contributo à história popular relacionado ao cotidiano dos descendentes de açoriano no litoral.

Sua obra se constitui em alicerce para novos pesquisadores que desejam percorrer esse caminho e a construir projetos de pesquisas, acadêmicas ou institucionais sobre as manifestações culturais do litoral de Santa Catarina atribuídas ao século XX e XXI. Vinculo, também, a obra de Oswaldo Rodrigues Cabral, (1950); Walter Fernando Piazza (1999); Vilson Francisco Farias (2000; a Nereu do Vale Pereira (2003) e aos trabalhos realizados pelo Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina a partir de sua fundação (1984).

Paralelo a esta plataforma inicial, nomeio, também Mircea Eliade, quando produz a reflexão sobre “Mito e a Realidade” ao Antropólogo Donizete Rodrigues, que possui pesquisas no campo da Antropologia das religiões e da cultura focadas no patrimônio imaterial, utilizando a oralidade e as relações estabelecidas para a compreensão da memória social, através dos saberes e fazeres, conforme sugere:

Durante as leituras que vinculam a importância da oralidade como elemento importante para o entendimento da linguagem figurativa da concepção do patrimônio imaterial, dos primórdios até hoje e em diferentes regiões do mundo, produzem, reproduzem e materializam o saber, ou seja, as diferentes sociedades formam e transmitem o seu conhecimento acumulado ao longo dos tempos. (RODRIGUES: 2004).

⁵ Ressalta Sant’Anna, no texto Patrimônio Imaterial e Políticas Públicas. In: Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana (org) Danilo Santos de Miranda. São Paulo: SESP, 2007, que a solicitação realizada pelo ministro Capanema em 1930 a Mário de Andrade não surte muito efeito e a estruturação da criação do IPHAN, volta-se para “seleção de monumento construídos, de sítios urbanos que eram delimitados e preservados, de objetos de arte”. Somente em 1970 com Aloísio Magalhães é que as ideias de Mario de Andrade voltam a figurar.

Na mesma perspectiva, a fim de construir um universo teórico para melhor nortear a pesquisa, outros autores de importância são nomeados: Lévi-Strauss (1949); Cliff James Geertz (1950); Marcel Mauss (1947); Bronislaw Malinowski (1913); E. B. Taylor (1871) Boas (1942); Roberto Cardoso de Oliveira (1979); Roque de Barros Laraia (1986); José A. Fernández de Rota (1969); Ángel B. Espina Barrio (2005), Peter Burke (1978), Elloy Pellón (2000), Mercedes Cano Herrera (2007), conjugado os conhecimentos adquiridos e aplicando à prática da pesquisa no campo, através das quais esteve relacionada a coleta de dados, observações, troca de experiências, compartilhamentos entre a literatura e a prática na execução do mencionado trabalho, que sem este referencial teórico, talvez ocorresse uma série de dificuldade para as menções no campo interpretativo.

Durante a dinâmica da pesquisa caminhos são percorridos no campo da observação participante e, também, está relacionado a Antropologia Aplicada, quando trato do estudo de caso ao Grupo Arcos. Também, considerando a abrangência da interpretação, direcionei parte das leituras a George Foster (1969), e naveguei por seus conhecimentos, o que me proporcionou esclarecimentos e não me distanciei das interrogações e explicações do que se refere o papel de uma organização não governamental na sociedade e sua relação de liderança para obter os resultados relacionados ao que se propõe a partir da organização dos seus objetivos.

No artigo: “A Antropologia Aplicada e as suas perspectivas” Xerardo Pereiro Pérez (2005), reporta a atividade que o antropólogo desenvolve de acordo com o seu referencial numa “organização pública ou particular de cooperação”.

No caso específico, nesta pesquisa, a analogia se constitui num olhar para um grupo cultural, cuja relação se estabelece entre os signatários e a sociedade não apenas, na execução de atividades, mas, sobretudo, está no referencial da organização e a cooperação que está relacionada à forma voluntária e à responsabilidade aferida pelos integrantes na constituição da organização e os trabalhos por ela desempenhados, acompanhadas também por outros profissionais que se inserem para melhor obtenção dos resultados.

Posso afirmar que a minha inserção em campo acontece para além dos trabalhos mencionados e se fortalece a partir, também, das leituras relacionados aos trabalhos de Ariano Suassuna, dramaturgo, romancista, ensaísta e poeta preeminente defensor da cultura popular do nordeste brasileiro que, nas suas

pesquisas e diálogos com o público, possui a capacidade de envolver o pesquisador nas entranhas da literatura popular brasileira, valorando cada detalhe das atividades cotidianas e suas relações sociais do seu povo, não importa a região em que estão fixados quando dispõe o resultado das suas vivências.

Para uma melhor compreensão o autor menciona a oralidade como uma das linguagens utilizada como importante no processo de transmissão dos aspectos inerentes à cultura popular de um povo e faz o pesquisador pensar e relacionar com as suas vivências e refletir sobre a estrutura de como vive e reagem os indivíduos no seu espaço territorial e a perceber o resultado de suas ações na sociedade, considerando e valorando os seus conhecimentos populares, as vinculações apropriadas as crenças, costumes, arte, hábitos, em fim a sua relação com o simbólico a partir da reprodução individual e coletiva como resposta a afirmação da identidade local.

Ainda no campo da literatura ocorreu o envolvimento com as leituras do pesquisador, Luís da Câmara Cascudo, principalmente, à publicação denominada “Civilização e Cultura, pesquisas e notas de etnografia geral”. Nesta publicação, o autor desperta-nos, para a importância da oralidade como repassadora de conhecimento, do envolvimento das várias linguagens que se somam ao cotidiano na tradição de um povo. Argumenta o pesquisador: “o povo tem uma cultura que recebeu dos antepassados. Recebeu-a pelo exercício de atos e audição de regras de conduta, religiosa e social” e fundamenta a questão com a frase a “cultura popular é o saldo da sabedoria oral na memória coletiva” (CASCUDO: 2004). Ainda, neste raciocínio, lembra que a cultura “é transmitida pelo replantio de galhos e não pelas sementes unitárias”, fazendo-nos pensar sobre a importância da cultura popular e do folclore na constituição da identidade de um povo e relacioná-la com as vivências coletivas. Esses aspectos certamente se constitui em importância de se ter grupos culturais preocupados e envolvidos com esse tema tão presente.

Transcorrendo pela dinâmica da cultura popular me pergunto como não considerar a descrição que realiza nas primeiras páginas do livro a “Antologia do Folclore Brasileiro”, (2001), quando temos a oportunidade de mergulhar na sua obra e perceber a sensibilidade transcrita: “Aos cantadores e violeiros analfabetos e geniais, às velhas amas contadeiras de estórias maravilhosas fontes perpétuas da literatura oral do Brasil, ofereço, dedico e consagro este livro que jamais hão de

ler...” (CASCUDO: 2001). Uma menção de dedicação aos anônimos, aqueles que certamente, construíram com suas ideias e história, a sua maneira nesse país.

Ao interpretar a frase não julgo e nem reproduzo um juízo de valor que parece estar embutido nas palavras do autor, reflexiono sobre o que percebeu e escreveu sobre os que os mestres e mestras informantes lhe transmitiram, mas nunca tiveram a oportunidade, provavelmente, de manusear seus escritos e ver suas próprias histórias publicadas e repassadas aos pesquisadores e aos possíveis simpatizantes da cultura popular, ora por não perceberem a escrita, ora por estar fora do seus alcances, ocasionado pela distância, aparentemente, simbólica que ocorre entre o pesquisador e o retorno da pesquisa as comunidades de origem. Fato este tão comum no transcorrer da busca de dados para se elaborar uma determinada pesquisa.

A cada leitura um envolvimento crescente com o tema da cultura popular e do folclore com as nuances que lhe são peculiar durante uma pesquisa *in-loco* que proporciona, talvez, a vivência entre os membros das comunidades seja ao meu ver a mais atraente de todas. O autor me aproxima e me faz perceber a importância de se entender as relações contidas nas manifestações culturais de um determinado grupo social.

Percebo, a partir do conceito que define oralidade a relação com à preservação das tradições surgindo desta maneira uma atrelamento vertical e horizontal implícita na lógica da existência do que repassam os grupos sociais e culturais, para manter viva a identidade e as tradições, que, a manutenção ocorre a partir do exercício livre e contínuo de cada um em sociedade, no desejo recíproco do encontro com as práticas culturais existentes e na formação em muitos casos com grupos culturais.

Neste contexto, considero ser as referências de cada um e, no coletivo, o somatório das experiências vividas, partilhadas que convergem para as relações intermediadas e construídas pela produção humana que denominamos de cultura.

Neste caso, o ator brasileiro Sérgio Mamberti, durante o Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares (2005), em Brasília, remete ao tema, o que, seguramente, nos faz compreender a dimensão do termo e seu significado, procedendo um corte para a cultura popular no contexto das relações locais e afirma que não se deve ter medo de por ela transitar, pois é

através dessa circulação que encontramos as diferenças e a multiculturalidade é estabelecida e legitimada pelos seus grupos.

Na relação com o tema, outro ponto que considero importante nesta decisão profissional está vinculado a minha inserção como membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1984). Estimulada quase que diariamente pelos professores, pesquisadores da cultura popular, Osvaldo Ferreira de Mello, pela demógrafa Dra. Marly Bustamante Mira e o maestro Hélio Teixeira da Rosa, que me desafiavam, constantemente, a fim de que me aprofundasse nas questões relacionadas à temática da cultura popular e do folclore local e, muito especialmente, a de base açoriana catarinense, procurando direcionar o meu olhar para o patrimônio imaterial pelas razões que vem sendo descritas no início desse trabalho.

Esse desafio permaneceu por anos e conduziu a uma parceria com o referido maestro em 1989 a 1995, quando passamos a desenvolver o projeto de pesquisa, na área das cantigas populares, na região metropolitana de Florianópolis, envolvendo quatro municípios: São José da “terra firme”, Biguaçu, antigo São Miguel da “terra firme” e o antigo Ganchos, hoje Governador Celso Ramos e Tijucas. A Trajetória profissional não parou por aí e toma outro caminho relacionado ao campo da educação, tornando-a fascinante e se fixa em paralelo ao campo da investigação na área do patrimônio cultural.

Soma-se a este o meu envolvimento como professora do Segundo Grau dos Colégios Maria da Glória Viríssimo de Faria e Tânia Mara de Faria Locks, no município de Biguaçu; do Colégio Rosa Torres de Miranda, Irineu Bornhausen e Osmar Cunha, todos no município da grande Florianópolis. Em ambas as situações profissionais estou atrelada a trabalhos extracurriculares nas referidas escolas a fim de estimular e despertar nos alunos a consciência coletiva relacionada a buscar a responsabilidade no tratamento com a salvaguarda dos bens culturais a partir da realidade local.

Mas, nem sempre essa trajetória escolhida foi fácil. Implica em introduzir nas aulas de História o conteúdo voltado ao patrimônio cultural, seja material ou imaterial. Isso se deve ao tema ser considerado por muitas escolas das cidades periféricas, num conteúdo alheio a percepção acadêmica, distante da realidade local e, ainda, por não estar inserido ao currículo escolar tradicional. Trabalhar a verticalidade dos temas nos currículos escolares programáticos de segundo grau

torna-se um desafio presente conectado com o compromisso de aproximação com as comunidades nas relações de compreensão da identidade local.

Ademais, como professora da Universidade Federal de Santa Catarina (1980) Universidade de Joinville (1993), ainda que por um curto período, o compromisso acadêmico, não se porta de forma diferente, quando da minha relação com o ensino de nível médio. O interesse continua vinculado em agregar às disciplinas de História as discussões sobre o patrimônio histórico, paisagístico e cultural local, a fim de despertar nos alunos o compromisso de inserir a temática nas discussões acadêmicas e políticas como exercício de cidadania.

O desejo está em aprofundar os debates, formular projetos vincular à salvaguarda do patrimônio cultural, já que o cenário nas cidades litorâneas é desrespeitoso em virtude de um crescimento desordenado que podem arrastar a destruição total dos bens culturais, mesmo os de natureza imaterial. Agindo assim, o objetivo está cada vez mais inserido e próximo dos alunos nas discussões como plataforma de se contribuir para um entendimento coletivo sobre a questão.

A soma das experiências acadêmicas foram determinante no momento de decidir definitivamente sobre a escolha do tema para a elaboração do projeto de pesquisa considerando, ainda, alguns pontos que me incomodam no cotidiano, durante a minha trajetória profissional. O primeiro deles está relacionado a ser Santa Catarina um estado de imigrantes, com pouca visibilidade às contribuições da cultura de matriz açoriana na transformação sócio cultural do Estado catarinense.

Neste caso, me pergunto: onde está a força do trabalho do povoamento açoriano que, sem dúvida, foi de importância para a formação e consolidação do território nacional no Sul? O que o patrimônio cultural do litoral representa na vida social das suas comunidades? Como se conecta a busca das raízes com as particularidades dos grupos dessa matriz com o Arquipélago os Açores? Como agem as organizações culturais frente a esses aspectos sócio culturais? O que leva cada vez mais pessoas, a partir de 1980, a se agregarem e formarem grupos culturais no litoral catarinense? Será o sentimento de pertença da identidade local, voltado para a não valorização da etnia? Ou será apenas um modismo estimulado pela mídia e do turismo?

Quantas perguntas! Difícil, certamente, de responder a todas. É neste campo aparentemente inquieto, abstrato e simbólico que o trabalho do Grupo Arcos

se encontra e se prende a sua comunidade de povoamento açoriana o na busca de estímulos para manter as relações culturais, na complexidade do que abrange o termo cultura.

Outra questão a esses aspectos também são notados. Ainda persiste, na concepção de pessoas, por décadas, o estereótipo de que o povo do litoral “foi contemplado em toda a sua melancolia e incapacidade de transformação das coisas” complementada pela frase “a difícil vida daquelas pessoas era agravada, pela ignorância e pobreza em que viviam, dentro de um inexorável destino, o que lhes conferia uma imanente tristeza” (D’EÇA:1978), citado por Severino (1999).

Nesta linha de raciocínio, considera o pesquisador que o mencionado autor “Bacharel em Direito e outros especialistas e intelectuais de sua época, via o povo do litoral através das lentes de seu saber e do alto de sua posição social” (SEVERINO:1999) replicando no tempo esta conduta social e as suas manifestações. Parece que por anos o pensamento entre os mais variados grupos permaneceu. No entanto, me parece que se busca novos caminhos interpretativos e a Antropologia se interessa por temas assim, para se entender condutas como estas.

Para um melhor entendimento da questão menciono Silva (2000), quando em sua tese de doutorado, atribui ao ofício do etnógrafo a perspectiva de se buscar o entendimento sobre as coisas, as crenças, símbolos, lei, moral, as relações estabelecidas nos grupos sociais, como realizam as interações entre si e os grupos da mesma perspectiva cultural. Na concepção relaciona, nomeia o autor, que o pesquisador deve ficar atento as questões que permeia o ambiente pesquisado, abstraído dele os conhecimentos, que poderão fornecer informações que vão muito além das percepções de campo.

Para o autor, a lógica do trabalho de campo está associada ao dilatação da visão e da razão, que possibilita o conhecimento de várias concepções do mundo presentes nas diferentes culturas. Pondera ainda, que é no campo que se traduz as diferentes percepções sobre o cotidiano e não apenas instituído na vivência de cada um. É, portanto, na escrita etnográfica que se demonstra a astúcia do pesquisador como o seu envolvimento com a pesquisa, colocando-a à disposição do público através das suas interpretações.

Ainda, nesta mesma linha de raciocínio, o trabalho de campo se revela nas diferentes formas de captar as informações aferidas pelos encontros que temos

com as pessoas e informantes, das idas e vindas que nos dispomos a realizar. Dos contatos estabelecidos, sejam do nosso convívio, sejam aqueles indicados pela comunidade ou, ainda, da relação que se tem com o tema, a partir das nossas vivências, das leituras que executamos ou dos relatos que herdamos ou, aqueles que incorporamos a partir das observações que alcançamos.

Na forma descrita, o autor atribui ao projeto de pesquisa uma relação intensa, permanente durante a construção, inteiramente vinculada ao trabalho de campo e ao texto etnográfico a ser produzido. Não existe desvinculação nesta perspectiva de trabalho. Argumenta, ainda, que as etapas a serem produzidas não se constituem de uma única forma. Pode ser vista na sua linearidade, pois é na prática que elas se revelam em resultados, que se comunicam e se entrelaçam e, se faz, cruzar as informações, para que se obtenha uma análise objetiva do grupo social estudado.

Para o Antropólogo Ángel Espina, “o trabalho de campo se constitui no cerne da atividade do antropólogo. Não é somente uma observação sem preconceito do que ocorre em uma comunidade pouco familiar. É, também, uma imersão vital na forma de ser de tal grupo humano”, que nos leva a ficar totalmente envolvido, numa certa distância entre as observações e as vivências. E, recomenda que, “deve-se dar, por outro lado, grande atenção à literatura oral que, muitas vezes, é a única literatura existente e que está viva no povo, em lendas, contos, adivinhações etc”. (ESPINA:2005). Destaca ainda, que “todas estas produções simbólicas cristalizam muitos aspectos da história e da cultura.” Na interpretação do autor se deve ficar atento a todas as questões para que o pesquisador ao estar imerso durante o processo de pesquisa, se desprenda de qualquer tipo de relação, para que possa ter um bom resultado do trabalho de campo, finalmente observa.

Durante o desenvolvimento de pesquisa, a oralidade foi considerada como um elemento importante nas buscas das informações. Trata-se do elo entre as pessoas, considera o antropólogo Donizete (2004). Na sua concepção, este fato caracteriza a memória social. Aponta, que a Antropologia Cultural procura entender como as sociedades dos primórdios até a atualidade, nos mais variados recantos do mundo, “produzem, reproduzem e materializam o saber, como essas sociedades formam e transmitem o seu conhecimento acumulado ao longo dos tempos”, mantendo-se dessa maneira uma relação de existência humana.

Nesta mesma ótica interpretativa o arquiteto Dalmo Vieira Filho (2009) argumenta que a sociedade, através dos seus “saberes e fazeres, das suas manifestações e celebrações, forma o que denominamos de patrimônio cultural a partir das suas vivências, das suas relações cotidianas e das suas representações simbólicas, dos seus objetos, compondo o todo que denominamos patrimônio”.

Já no campo durante a pesquisa, outra questão aflora e estabelece um conflito interior atribuído às minhas inquietações relacionadas anteriormente, quando da aproximação com os mestres e informantes. Como tratar o convívio com os grupos sociais, atores sociais e detentores do conhecimento da memória social sem se envolver? Essa questão reporta-nos a pensar sobre os diferentes dilemas éticos que surgem durante o percurso a partir das experiências de cada um com as relações as questões pré-estabelecidas e com instituições e grupos culturais no território preterido.

A questão, certamente, vincula-se ao compromisso do investigador com os seus informantes ao proceder o estudo. O conflito, talvez, apareça dessa relação estabelecida. Neste caso, pergunto ao meu inconsciente como acontece a interatividade com os informantes sem prejudicar a imparcialidade? Como será que o conhecimento adquirido e a carga pessoal de vivência no patrimônio imaterial não poderão influenciar a análise ou mascarar os resultados? Essas questões estão presentes durante todo o percurso da investigação e a inquietação diária me desperta a redobrar os cuidados durante a sua realização e ser fiel aos meus princípios éticos, me colocando muitas vezes numa encruzilhada.

O que fazer perante esse universo complexo e de tanta informação? É preciso se ter a coragem e determinar um corte na pesquisa, nem sempre tarefa fácil, quando se trata das manifestações populares e as suas relações. Porque trata-se das relações humanas. Elas são amplas e abrangentes e ao mesmo tempo amplo e dinâmico. Muitas das manifestações se prendem a simbologias, crenças, ritos, insígnias, por exemplo. Neste caso, não se deve incorporar o desconforto pessoal, achando que se não fizer o todo estar-se-á prejudicando o resultado da pesquisa ou não se está agindo eticamente com aqueles que dispuseram o seu tempo e os seus conhecimentos para que a mesma acontecesse.

Outro ponto que floresce durante a pesquisa está relacionado à ética neste campo. O eu e outro. Como envolver as inúmeras pessoas as respostas das informações que gentilmente repassaram durante o período de investigação?

Pergunta nada fácil. Mas, penso, também, que o melhor caminho é deixar fluir e disponibilizar de alguma forma os resultados, que poderão ocorrer através da conclusão do trabalho, de futuros artigos, exposição nas comunidades e de apresentações, para que a relação não fique somente no meio acadêmico. Desta maneira, procuro não prolongar estas questões e nem esta relação, para não haver o distanciamento e nem sair do foco.

Para estabelecer uma maior segurança durante o processo de pesquisa, reporto-me, sempre que possível, aos ensinamentos de Geertz, quando conceitua cultura relacionando a “teia de significado” e a Bronislaw Malinowski, citado por Rodrigues (2004) “que não basta observar, é preciso integrar-se e participar plenamente nas atividades cotidianas do grupo ou da sociedade em estudo”. O ato de integrar-se reforça a segurança durante a sua constituição e legitima a ação e consequentemente o seu resultado.

ESTRUTURA DO TRABALHO E CRONOGRAMA

Considero a estrutura do trabalho a soma de minhas experiências e as vivências amadurecidas durante todo o processo de pesquisa, culminando com o trabalho realizado no Grupo Arcos, quando da realização da varredura das manifestações culturais da Região Metropolitana de Florianópolis em 1989, (COUTINHO:1989) e, também, sobre a mesma ótica as realizadas para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 2006, procedendo um arrolamento e varredura do patrimônio cultural imaterial em todo território litorâneo catarinense. Naquele momento se caracteriza numa forma um pouco mais ampliada, por se estar envolvendo todos os município. Estas bases constituídas e seu resultado despertou o interesse em aprofundar a questão a partir do Grupo Arcos, instituição não governamental local e seu envolvimento do processo de salvaguarda que permite o desenvolvimento de projeto, haja vista uma intenção anterior, um pouco mais amadurecida, para se realizar o doutoramento em 2009 (COUTINHO:2006).

O cronograma do projeto distribui-se em três fases distintas: Na primeira estão previstos os créditos teóricos e os seminários, envolvendo as trocas de conhecimento e as experiências exigidas pelo programa de doutoramento em 2009 na Universidade de Salamanca.

A segunda se caracteriza pelo retorno ao Brasil, se confirmando na segunda metade de 2009, estendendo-se por todo ano 2010. O compromisso está vinculado ao processo de investigação, atribuído para a defesa dos trabalhos tutelados em cumprimento às exigências acadêmicas concluídas em 2010.

Na terceira fase está o envolvimento com o retorno a campo que ocorre durante os anos de 2011 à 2013 com o objetivo de proceder a continuidade da pesquisa destinado ao arrolamento, atendo-se a um maior detalhamento e a consequente descrição dos bens culturais, envolvendo a descrição etnográfica e a análise, considerando desta feita as citações relacionadas nas publicações da obra de Franklin Cascaes, a partir da década de 50.

Para além do arrolamento e descrição foi estabelecido um corte na investigação no litoral catarinense, e junta-se as experiências e conhecimentos, do Grupo Arcos dado a importância da aplicabilidades de práticas culturais como uma forma de instituir a preservação do patrimônio cultural imaterial local. O foco, neste caso, está centrado na instituição por ser uma das primeiras entidades surgida no final da década de 80, no litoral, com objetivos centrados na cultura de base açoriana, que aplica na sua gestão o trabalho voluntário, para salvaguarda e preservação do patrimônio cultural dirigido ao imaterial. Após o procedimento das ações de pesquisa volta-se para a análise das informações direcionada ao processo de leituras complementares e da escrita da referida tese, de 2014 a 2015, por vezes, retornando a campo.

GEOGRAFIA DA PESQUISA, OBJETO E LIMITES

Parece antigo o que se está a mencionar neste item, quando se descreve a ocupação do litoral catarinense, mas é de extrema importância para se entender a vinculação com o cenário da presente pesquisa. Na revisão da literatura a historiografia catarinense revela fases distintas quanto à ocupação territorial do litoral. A primeira delas é vivenciada pelo homem pré-histórico, presente neste território há mais de cinco mil anos, tanto no litoral quanto no interior, constatados através da constituição de expressiva organização, responsável pela construção de

grandes sambaquis⁶. Estes foram também os criadores de uma tradição bastante particular relacionado à manifestação cultural estabelecida nas inscrições rupestres⁷ e das oficinas líticas⁸.

Seguido pela presença do homem europeu no século XVI, quando expedições náuticas estrangeiras aqui aportaram em reconhecimento da costa, desta parte do Brasil Meridional. Na sua passagem pela costa catarinense deixam marinheiros, tripulantes e degredados, que constituem nestas terras a sua sobrevivência e deixam às gerações futuras um legado que incorporado a outras culturas, resinifica as vivências individuais e coletivas transmitidas e incorporadas pelos grupos sociais posteriores.

O século XVII é marcado pela política de estabelecimento da posse definitiva das fronteiras brasileiras. Expedições como a de Manoel Lourenço de Andrade acompanhada por sua família, arrasta homens, mulheres e crianças, indígenas e negros escravizados, formando um contingente significativo para a ocupação do território. Essa gente parte de São Vicente (São Paulo), com o objetivo de fundar núcleos populacionais para garantir a posse definitiva dessas terras à Coroa Portuguesa.

Núcleos foram surgindo, o primeiro deles ao Norte denominado de São Francisco do Sul (1658); ao Sul está Santo Antônio dos Anjos de Laguna, atual Laguna, fundada em (1682) e entre as duas pontas está a Ilha de Santa Catarina, antiga Nossa Senhora do Desterro (1662), hoje Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina.

Esses três núcleos fundados através das expedições organizadas implantaram vilas e equipamentos de subsistência voltados, inicialmente, para a agricultura porém demonstraram uma política expansionista fragilizada, devido à distância geográfica que existe entre as bases fundadas em relação ao núcleo

⁶ Palavra de origem tupi-samba ou tambá = amontoado ou monte cônico, e qui ou ki = concha – é caracterizado por ter uma forma de morro ou montículo formado, essencialmente, por carapaças de moluscos e outros restos faunísticos. Construídos tanto em planícies quanto em encostas, diretamente na areia ou sobre o embasamento rochoso os sambaquis ocorrem, geralmente, no litoral, sendo sua dispersão evidenciada desde o Rio Grande do Sul até a Baía de Todos os Santos (...) (LIMA: 1999-2000, Apud CORDEIRO: 2005).

⁷ É toda figura desenhada, pintada ou gravada em paredes de grutas, cavernas e abrigos, ou blocos rochosos (CORDEIRO: 2005).

⁸ Esses tipos de sítios podem ser encontrados em locais a céu aberto, próximos a fontes de matéria prima (rochas), mas também podem ser encontrados em grutas ou abrigos. Nesses sítios são verificados vestígios de fabricação de artefatos líticos, que podem ser lascas, refugos, núcleos rochosos, etc, além do uso de grandes blocos rochosos, como matrizes, para o afiamento de lâminas de machado ou para polimento de artefatos (CORDEIRO: 2005).

político-administrativo da Capitania de São Vicente, São Paulo. (CABRAL: 1970).

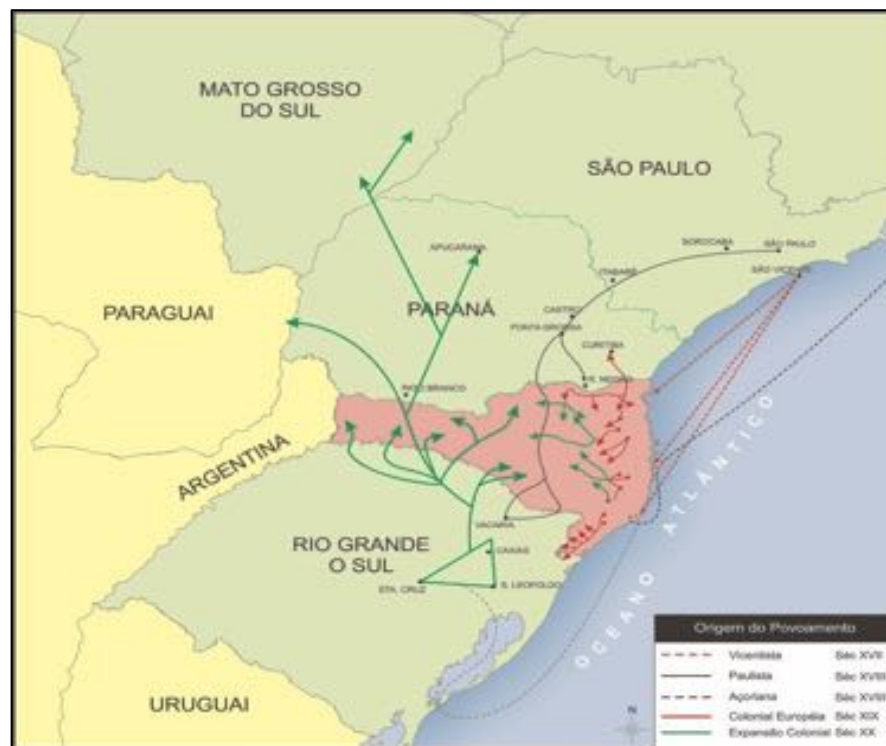


Figura 1. Expansão do Povoamento. Fonte: Secretaria de Estado de Coordenação Geral de Planejamento SEPLAN/SC

Na formação do território litorâneo o uso desses espaços, outros grupos compuseram a geografia humana como: espanhóis, franceses, ingleses e como foi mencionado, juntam-se aos degredados e prisioneiros das incursões estrangeiras e dos aventureiros por essas terras aportadas. Diante desse quadro, nada foi tão significativo nesta ocupação, quanto à intenção política de trazer gente do Arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira, designando-se a epopeia açoreo-madeirenses (PIAZZA:1999).

A segunda fase ocorre na metade do século XVIII, marcada pela ação realizada por Frei Agostinho da Trindade, o qual solicita ao Rei de Portugal atenção para com as pessoas estabelecidas no litoral catarinense, pois se encontravam em condições de extrema vulnerabilidade. O Frei insiste nas escritas oficiais "(...) ao seu rei que mandasse vir do Arquipélago Açoriano alguns casais de Ilhéus daquela gente inigualável para a missão de radicar nas terras novas a consciência gente inigualável para a missão de radicar nas terras novas a consciência legitimamente portuguesa que elas exigiam" (FONTES:1965).

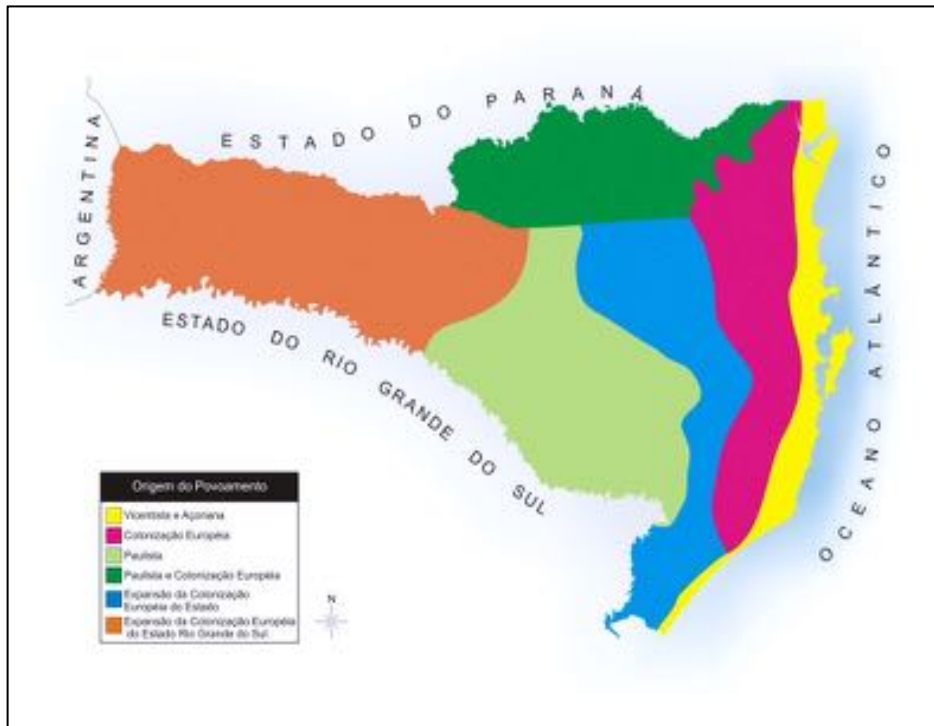


Figura 2. Origem do Povoamento. *Fonte: Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento SEPLAN/SC*

Na Ilha de Santa Catarina a pobreza se instala e o abandono estabelecido levava os residentes a uma vida precária e economicamente sem sucesso. Destaca a argumentação, aliado à importância estratégica da Ilha de Santa Catarina em relação à Capitania de São Vicente e a Região do Rio da Prata, estabelece-se uma comunicação permanente entre a Igreja e os órgãos oficiais. A insistência pelo envio de colonos torna-se prioritária, endossada, um pouco mais tarde, pelo Brigadeiro José da Silva Paes, que se torna primeiro governador da Província catarinense. Era preciso desenvolver a região e defender de forma segura a ocupação do território contra aos possíveis ataques estrangeiros (PIAZZA:1999).

A demanda política apoiada em uma estratégia de defesa territorial foca a migração do além-mar para resolver os problemas causados pela falta de gente e a vulnerabilidade existente no sul do Brasil. Com isso, outras questões que deixavam o governo português vulnerável politicamente e socialmente, também seriam resolvidas sem muito esforço, como por exemplo a relação com o problema demográfico, a fome, o vulcanismo e a pobreza instalada no Arquipélago dos Açores e na Ilha da Madeira. (CABRAL:1950) e, também, não era mais possível

governar a Capitania de Santa Catarina, criada em 7 de março de 1739, por D. João V, Rei de Portugal, sem estabelecer a garantia das fronteiras.

Diante das insistências coube ao estrategista militar José da Silva Paes a incumbência de instalar a sede do governo da vila de Nossa Senhora do Desterro, que passou a ser a capital da Capitania de Santa Catarina e fortificar os pontos estratégicos do litoral que seriam responsáveis a defesa da Colônia do Sacramento, no extremo sul, garantindo a posse do território contestado pelas coroas de Espanha e Portugal” (CABRAL:1970).

Estabelecer uma política de povoamento frente ao território vulnerável era ponto importante no olhar estratégico de Silva Paes. A Ilha de Santa Catarina território cobiçado pelos estrangeiros, devido a sua posição estratégica - está no meio do caminho Atlântico entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro - apresentando excelentes condições de navegabilidade e uma geografia propício ao desenvolvimento das famílias.

Em terra oferece água de boa qualidade, madeiras nobres para reparos de embarcações, caça e frutos silvestres, para abastecimento das tripulações dos navios. Diante dessas questões, pode-se afirmar que o povoamento não era apenas fruto de uma ação isolada, ela permeia todo um entendimento de ocupação territorial embasada na política portuguesa a fim de garantir o desenvolvimento da região.

Embora no território sul brasileiro já se tenha recebido contingentes populacionais da matriz portuguesa continental, como foi mencionado anteriormente, foram os ilhéus portugueses, sem dúvida alguma, advindos da mesma ligação de grupos humanos, que irão definir a posse, o controle de fronteiras e realizar a expansão para o interior catarinense e, ainda, para o sul do Brasil e Uruguai. Essa relação pode ser refletida e encarada como descreve o geográfico catarinense como:

(...) um conjunto de relações entre o homem e a paisagem e que se constitui não como um fim declaradamente definido no sentido de se valorizar uma dada região na etapa em que se processa, mas como sequência de meios para, inicialmente, assegurar o domínio territorial (LAGO:1968).

Considerando-se a extensão territorial do litoral catarinense, não se discute o processo de povoamento implantado e o desleixo por parte do Governo Central

com as famílias que chegaram a bordo das galeras “Jesus, Maria e José”, “Senhor do Bonfim” e “Santa Anna”, motivadas pelo lançamento de Edital fixado em 6 de agosto de 1746, muito embora garantia fosse assegurada, antecedendo o embarque em 6 de outubro de 1747. Esses imigrantes eram procedentes das Ilhas do Pico, Faial, São Jorge, Terceira, São Miguel, Graciosa, Santa Maria, Flores e de Funchal, na Ilha da Madeira, aportados em Santa Catarina no transcorrer dos anos de 1748 a 1756. Segundo o historiador Walter Fernando Piazza (1999), foram 6.031 indivíduos, no mais diferentes ramos e profissões: agricultores, ferreiros, carpinteiros, ceramistas, construtores de embarcações, acompanhados de crianças e mulheres compunham o cenário e deram vida ao território pródigo.

Atravessaram o oceano e trouxeram na memória afetiva uma cultura própria de ser ilhéu com suas crenças, costumes, arte, moral e hábitos aqui reproduzidos e adaptados à nova vida.

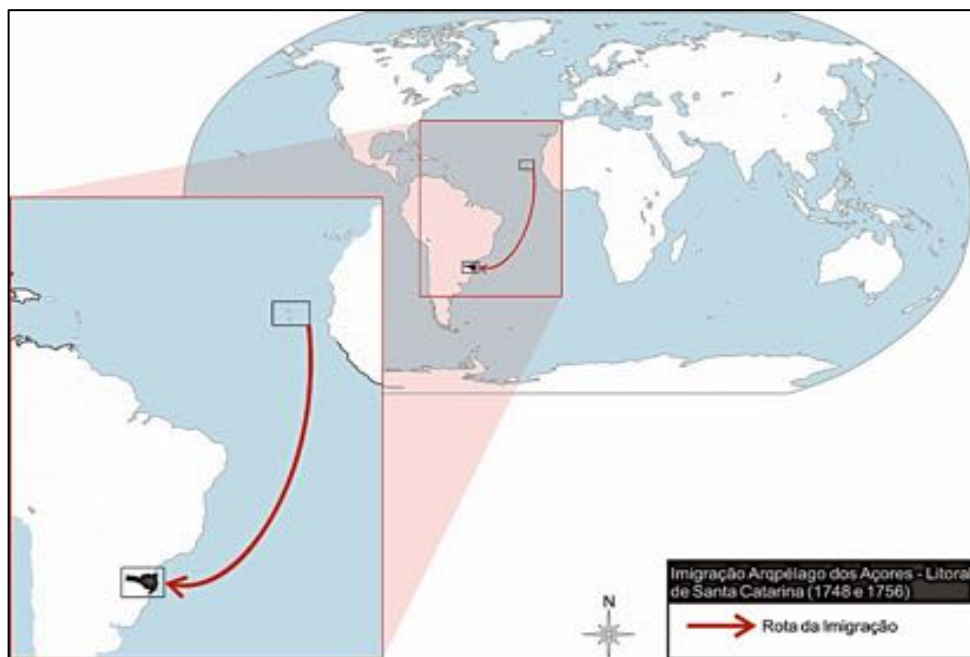


Figura 3. Imigração do Arquipélago dos Açores ao litoral de Santa Catarina *Fonte:* <http://vecteezy.cdn.eezyinc.com> em 22/03/2010, o mapa foi editado.

Muitas dessas pessoas eram senhoras donas de casa que detinham o conhecimento da manufatura do linho em suas comunidades de origem, neste caso o arquipélago dos Açores. Sabiam costurar, faziam rendas de bilro e tramavam o linho, executando peças de crivo e manejavam com eficiência os teares, produzindo as tradicionais mantas que utilizam para cobrir os colchões,

preenchidos por palhas secas. A intenção à época era amenizar os dias de frio. Essa gente, de todas as idades e profissões da mesma matriz cultural luso-açoriana foi misturada, superou as dificuldades de adaptação em solo catarinense. Assimilaram e aperfeiçoaram as técnicas para o manejo e redução da mandioca, implantaram formas de produzir o café e a transformar a cana de açúcar e derivados.

Esses imigrantes sabiam lidar com a madeira, adaptando-se às espécies da flora regional, desenvolvendo as indústrias artesanais, como os engenhos de farinha e açúcar e alambiques. Também conheciam as técnicas de construção para execução de embarcações e de carros de boi, para utilizar no transporte agrícola e terrestre.

Praticavam com eficiência o uso da argila na construção de residências e edifícios, aplicavam técnicas de construção para elaboração de aqueduto responsável pela canalização de água, desenvolveram as olarias (telhas, tijolos, cerâmicas utilitária e figurativa). Sabiam lidar com técnicas para manipular o ferro, onde construía as ferramentas para agricultura, além de trabalharem nas “indústrias” da caça à baleia e nos regimentos militares (PEREIRA: 2003).

Embora a procedência desses colonos pertença ao mesma matriz cultural portuguesa, às ilhas de onde migraram, o arquipélago dos Açores, contam com particularidades e singularidades apresentadas nos seus saberes e fazeres misturados em terras brasileiras ao longo dos anos de vivência. Assim, resulta um sotaque único neste litoral, cantado e ligeirinho, onde os fonemas “rr” e “ss” destacam os mesmos termos linguísticos, as mesmas manifestações do imaginário e, principalmente, a fé e devoção ao Divino Espírito Santo, aos padroeiros a criação de um imaginário rico e único, relacionado às crenças e credices populares. As receitas tradicionais utilizadas na culinária também fazem parte desse patrimônio intangível que se constituiu num mosaico cultural estabelecido, identificados no litoral catarinense como açorianos. (COUTINHO:1998).

Foi este contingente que dinamizou o processo de ocupação no sul do Brasil, marcou fronteira e estabeleceu definitivamente o território. Seguramente, esse acontecimento vincula na tradição oral da sua gente como um dos fatos mais importante e de maiores consequências para o futuro da história do Estado, de todo o século XVIII (VIEIRA: 2001). Eram homens de terra, ao contrário do que

muitos pensam. Entretanto, ao se depararem no litoral catarinense com uma costa inteiramente navegável, diferentemente do arquipélago dos Açores e da Madeira, não hesitaram em se aventurar ao mar.

Assim, tornaram-se pescadores de “mar grosso”, “de costa”, de lagoas e rios descobrindo e agregando conhecimento na área da pesca e da construção naval. Economicamente as atividades desenvolvidas eram sazonais, com ciclos definidos, entre a pesca e a agricultura, conforme o calendário lunar e o religioso.

Por sua vez, as mulheres colaboravam no trabalho doméstico e se revertiam em artesãs produzindo as rendas de bilro, o crivo e as mantas no tear, técnicas repassadas de mãe para filha, além de realizar bordados de ponto cheio para enxovais das mulheres e crianças, conhecem a técnica de tingimento, utilizando os vegetais. Teciam o linho e o fio de ticum ou tucum, fibra vegetal, para que os maridos tramassem os instrumentos que utilizavam na pesca como as redes e as tarrafas.

Foram espalhados no litoral e criaram uma rede de povoamento, partindo do centro na Ilha de Santa Catarina, entremeando as vilas de São Francisco, Desterro e Laguna, então as únicas do território, tornando efetiva e definitiva a ocupação portuguesa na atual terra catarinense (VIEIRA:2001).

Mas, a terceira fase de ocupação do território catarinense, ocorre no início do século XIX, para o interior, com a chegada dos alemães, em 1829, instalados na localidade de São Pedro de Alcântara, que pertencia à época, a localidade de São José “da terra firme”. Os alemães não se limitaram a ficar somente nesse espaço, avançaram para a Bacia do rio Biguaçu, onde hoje é o município de Antônio Carlos, (FARIAS:1998), hoje pertencentes à Região Metropolitana de Florianópolis.

Na formação do território outras importantes culturas aparecem. Os italianos chegam por volta de 1836 e se estabelecem no vale do rio Tijucas, região que os viajantes estrangeiros apontam como terra fértil com espécies variadas de madeira de lei de excelente qualidade para ser utilizada na construção civil e naval. (PIAZZA: 1999).

Ainda no século XIX, houve a fixação dos poloneses e italianos na região de Criciúma, bem como a migração causada pela Guerra do Paraguai (1865-1870) e Abolição da Escravatura (1888), que contribuíram para maior distribuição populacional na região dos rios Itajaí, Itapocu, Cubatão, Tubarão, Tijucas, Araranguá e Urussanga (FARIAS: 2000).

Neste processo de ocupação do interior e do litoral os açorianos estabelecidos por mais de um século, fornecem gêneros alimentícios, repassam conhecimentos, principalmente àqueles voltados à produção agrícola, como a transformação da mandioca em farinha e polvilho, do milho e amendoim em farinha, a banana em doces e a cana-de-açúcar em açúcar e a garapa. Nas indústrias artesanais, engenhos de farinha, açúcar e alambique repassam as técnicas de construção e de manuseio. Em troca os alemães italianos e poloneses repassam seus conhecimentos adaptando a essas unidades a força hidráulica em substituição à força animal.

Outro momento importante no processo de ocupação da região litorânea acontece a partir de 1910 quando existe uma série de reivindicações para investimentos em infraestrutura dos espaços urbanos, como iluminação e limpeza pública, canalização de água e esgoto, abertura de estradas para ligação interna e entre municípios. Esta última, intensificada na década de 60 com a passagem da BR 101, cortando o litoral, dinamizando a economia e atraindo as pessoas do campo para a cidade.

Entretanto, o aumento populacional das cidades litorâneas catarinenses vai ocorrer definitivamente após a década de 1970, quando passa a existir uma valorização dessas terras, estimulado pela especulação imobiliária e atraindo investimentos para a zona balneária, remexe com as vivências locais e a torna susceptível a mudanças, processo cultural natural. Além do estabelecimento de empresas públicas privadas na capital do Estado e o crescimento da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, hoje Universidade do Estado de Santa Catarina, ambas com núcleos espalhados pelo território estadual, que, na sua trajetória, amplia o seu universo administrativo estudantil, atraindo cada vez mais pessoas.

No entanto, a marca identitária está no reflexo do processo migratório, incorporado pelos descendentes dos primeiros núcleos fixados, atribuídos no século XX e XXI, como uma identidade de base açoriana⁹, que se perpetua no tempo, “protegida” das influências externas causadas pelo inchaço das cidades,

⁹ Termo atribuído pelo historiador Vilson Farias, quando da elaboração de estudos sobre o povoamento açoriano em Santa Catarina, na década de 90.

provocado pelo desenvolvimento urbano desordenado dos grandes centros brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Curitiba e Porto Alegre.

Ainda a esse respeito, o conceito é incorporado pelo Núcleo de Estudos Açorianos e difundido no litoral de Santa Catarina. Para ilustrar, o antropólogo João Leal, comenta, “é nos escritos de Vilson Farias que este conceito é mais detalhadamente argumentado. Para ele, a cultura de base açoriana “fundamenta-se nos valores transplantados do arquipélago do Açores”, a que se somaram os valores da “cultura vicentista (...), bem como das culturas indígenas, negra, e de outras minorias”. Na interpretação do autor a cultura de base açoriana seria distinta da “cultura açoriana”, entendida como “a que se pratica nos Açores.” (LEAL:2007).

É importante frisar que existe no litoral catarinense a incorporação desse conceito pelas instituições e pelas pessoas envolvidas no processo açorinidade, apontado por João Leal, como as pessoas envolvidas com essa cultura. A informante Júlia Machado, integrante do Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica e Cultural de Biguaçu e do Grupo da Terceira Idade, do mesmo lugar, descreve a cultura de base açoriana da seguinte maneira:

(...) é tudo aquilo que está presente no nosso dia a dia, repassado por nossos pais e avós de origem açoriana e que praticamos até hoje, como por exemplo: os doces que se faz para a festa do Divino, a arte de tramar o crivo, a renda de bilro, o bordado de ponto cheio, a festa do Divino e as suas cantorias de Terno de Reis, as parlendas, o Pasquim, o Pão-por-Deus a Dança do Pau-de-Fita e do Arcos de Flores. As adivinhações, o entrudo, as brincadeiras de rodas, os bailes da Chamarrita e do Pezinho, as benzeduras, a brincadeira do boi do campo. As nossas lendas que contamos aos nossos filhos e as cantigas de ninar e as adivinhações. Para nós, na nossa comunidade tudo faz sentido nas nossas vidas, faz parte da nossa cultura daqui. É o que cultuamos para manter as nossas tradições. (MACHADO: 2009).

Ressalta-se, no depoimento a vinculação com os Açores, através de uma memória afetiva e pode-se, vincular, também, que no processo de desenvolvimento econômico das freguesias, vilas e cidades, a capital do estado catarinense não esteve envolvida com os ciclos econômicos importantes como do ouro, do café, da cana - de açúcar, a exemplo de outros centros brasileiros, o que talvez tenha colaborado para manter uma série de referências culturais no cotidiano e no imaginário praticamente intocado até meados do século XX, quando o estado

catarinense recebe a construção da BR 101, estrada federal que liga o sul do país ao nordeste brasileiro.

Essa construção corta o litoral brasileiro e, durante a sua implantação, invadiu comunidades. Destruiu boa parte do patrimônio material dos primeiros povoadores açorianos: as casas, os ranchos de canoas, os estaleiros de embarcações para as canoas, baleeiras e botes, os alambiques, os engenhos de farinha e açúcar, os entrepostos de troca de pescados, resultando apenas fragmentados, ou poucas unidades, nas muitas comunidades litorâneas, destruindo o patrimônio material.

Contudo, mesmo com parte da destruição física das residências que compõem os sítios de base açoriana existentes em áreas ao longo do litoral, alcançado pela construção da BR101, esta situação desperta, ainda que muito devagar, o sentimento de pertença com as coisas do lugar. Pontos de memória são identificados, descritos e reconhecidos pelas comunidades. Um exemplo que pode ser mencionado está caracterizado no sítio São Miguel da “terra firme” no município de Biguaçu, onde caracteriza os feitos da imigração.

As terras da orla marítima ocupadas por outras culturas realizam uma aproximação com a necessidade de se manter as tradições, ao mesmo tempo em que desperta para a importância da história social, considerada ímpar, cujo legado venceu o tempo, perpassou gerações e na atualidade retrata a alma de um povo que venceu as dificuldades, lutou contra o esquecimento¹⁰, construiu através dos seus saberes e fazeres uma sociedade que convive com os múltiplos grupos étnicos que forma o todo catarinense, expressamente vivenciado num patrimônio cultural significativo.

(...) expresso e retratado por traços de sobreviventes de uma matriz açoriana, perdida no tempo, sem qualquer registro que não o da tradição oral. Toda essa rede de manifestações mantém viva e é facilmente percebida no cotidiano das freguesias, vilas e cidades e legitima uma memória histórico-cultural preservada e reverenciada (NUNES: 2007).

¹⁰ A falta de comunicação com o Arquipélago dos Açores por esses imigrantes deste o povoamento no século XVIII, e do próprio governo à época gera essa condição. Em viagem de pesquisa à Ilha de São Miguel, nos Açores, em 2000, me chama atenção a colocação de uma moradora da freguesia dos Mosteiros, com mais 80 anos, quando pergunta de onde sou. Afirmando que sou do sul do Brasil. Diante da afirmativa, responde sem hesitar: “Ah! És da terra dos esquecidos”. Percebe-se, na colocação, que permaneceu na memória familiar, o feito de não haver contato com os que partiram.

Este processo torna-se mais evidentes na década de 80 do século passado, quando os moradores de grandes centros urbanos do país migraram para o litoral catarinense em busca de segurança, novas oportunidades de trabalho e atraídos, principalmente, pela ideia do conforto de residir à beira mar. As cidades incham e contribuem significativamente para a descaracterização das comunidades nativas consideradas tradicionais.

Entretanto, há comunidades que têm procurado manter suas tradições e manifestações culturais por meio da organização espontânea de grupos culturais, voluntários comprometidos com a questão, grupos da terceira idade e das escolas municipais, estadual, federal e particulares.

Ainda, com uma geografia que proporciona paisagens urbanas e rurais constituídas pelos primeiros núcleos açorianos, se observa uma série de particularidades de fortalecimento da identidade que podem se constatadas numa série de letreiros nas construções civis, comerciais e de serviços e logradouros, onde vinculam nomes de indicação açorianas: caminho dos açorianos; Hotel Faial; Padaria Açoriana; AçorMultimídia; Açougue Ilha de São Miguel; Praia dos Açores, Restaurante Rancho Açoriano, Casa Açoriana de Rendas e Tramóias Ilhoas, Bar dos Açores, Rua dos Açores, Condomínio dos Açores, Farmácia dos Açores, Condomínio dos Açores, dentre outros, numa relação de identificação com a origem de seus antepassados, onde marcam aos quatro cantos a identidade cultural, usando outras formas que não estão vinculadas, exclusivamente, com a cultura popular.

Neste caso, o objeto da pesquisa está relacionado ao limite geográfico que impomos durante o processo de pesquisa, compreende a faixa litorânea catarinense a partir da realização da revisão bibliográfica sobre a história de Santa Catarina, compreendida entre os municípios de Itapoá a Passos de Torres. Faz parte desse universo a cultura transmitida de pai para filho, algumas há mais de dez gerações, desde a instalação do povoamento programado oficialmente pelo rei Dom João V de Portugal.

Essas famílias aportadas trazem seus jeitos e trejeitos e na bagagem suas tradições que permanecem em território catarinense, constituindo a sua formação identitária, firmada numa história para contar, somadas a tantas outras enraizadas pelas vivências coletivas e misturadas aos saberes e fazeres que repercutam na

atualidade. As crenças e os costumes repassados às gerações. Memórias presentes no cotidiano individual e coletivo, transmitidas através da tradição oral. Costumes vividos e remexidos desses sujeitos que hoje se juntam através de instituições culturais como forma de manter a identidade, através das suas múltiplas formas de expressão.

Exemplos dessas expressões podem ser presenciados numa faixa contínua desse território e se reverte em objeto dessa pesquisa, através do papel do Grupo Arcos dos quais cita a forma como essa gente narra numa linguagem fluida a sua relação com o patrimônio imaterial.

No campo religioso é marcado por rituais que evidenciam a fé no Divino Espírito Santo e nos Santos padroeiros, destacando-se: São Sebastião, São Gonçalo, São Miguel, Santo Antônio, São João, São Pedro e São Paulo, Nossa Senhora da Graça, Santa Teresinha do Menino Jesus, Nossa Senhora de Fátima, Senhor Bom Jesus, Nossa Senhora dos Navegantes, são alguns dos exemplos cultuados, envolvendo rituais, voltados pela visita dos padroeiros que percorre as residências de sua comunidade, nos dias estabelecidos pelo calendário instituído pela igreja católica.

Marcadamente, essas festas contam, antecipadamente, com reuniões instituídas por irmandades e grupos da comunidade que têm a função de manter vivas as tradições. Nesse processo, novenas, visita da padroeira às residências é parte do ritual. Percorrer a comunidade conduzida pelos festeiros ou mordomos é parte do processo. Outras se valem de espaços comunitários para louvar e transparecer a fé, outras louvam às inúmeras Santas Cruzes, espalhadas pelas comunidades.

Um elemento que chama atenção são as manifestações da brincadeira do boi, conhecida em algumas comunidades desse litoral como a farra do boi, ou boi na vara; é parte da expressão popular desses descendentes e ocorre durante todo o período da quaresma.

A prática, durante a década de 80 do século XX, desperta na comunidade política local o desejo de extingui-la. Propagandas são vinculadas nos meios de comunicação a fim de esclarecer a população de que a sociedade moderna não comporta esse tipo de manifestação. Essa atitude determinada por políticos, gera uma série de discussão em nível nacional, transformando-a numa séria polêmica,

despertando na mídia o interesse pela divulgação do assunto. Grupos de nativos (aqueles nascidos nas comunidades litorâneas tradicionais) são favoráveis à manifestação. Na outra margem estão os grupos contrários aos brincantes ou farristas, assim denominados pela mídia. Esse confronto gera conflitos que levam a produção de debates, encontros nos municípios que possuem a prática como: Florianópolis, Governador Celso Ramos, Tijucas, Porto Belo e Bombinhas, com a intenção de rever as críticas espalhadas, extrapolando as fronteiras locais.

A questão envolve aspectos da identidade local e transforma-se num verdadeiro desafio para os governantes e líderes de movimentos sociais e culturais a se envolver na questão da salvaguarda. O Grupo Arcos através de seus integrantes é um deles.

É importante mencionar que as manifestações culturais do litoral catarinense são mantidas em mais de dois séculos e meio de povoamento açoriano, reflexo da sua “interiorização” em torno das suas tradições. Mesmo com o fluxo migratório de novos grupos populacionais ocorridos no século XIX, acentuadas por uma migração que, a partir de 1970, causou a alteração do espaço rural e a beira mar (a fuga do homem do campo para os centros urbanos na busca de melhores condições de vida), configurando pela expansão urbana em aproximadamente em 80% da população. Mesmo com esse crescimento na faixa litorânea, as crenças, as vivências e os costumes se mantêm e convivem em novos contextos sociais que privilegia as constantes mudanças de hábitos desses habitantes e contam com a parceria de grupos culturais sensível a causa.

A percepção dessas manifestações como importante para valorização do coletivo e da identidade cultural desses lugares faz parte de um movimento marcadamente atribuído as instituições culturais, que, irmanadas num único espírito de proteção, desenvolvem ações espontâneas que contribuem para a salvaguarda do patrimônio material e imaterial, marcado e vivenciado pelo espírito açorianista (LEAL: 2007).

Os grupos culturais, os folclóricos e sujeitos “anônimas” estão engajados no processo e são atribuídos a eles inúmeros ações e práticas de proteção e de reconhecimento às tradições locais.

Além desses, as instituições públicas também se envolvem em processos de salvaguarda. Um exemplo vincula o Governo Brasileiro através do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural Brasileiro/ IPHAN, que se compromete no

fortalecimento de práticas e ações que visem à preservação. Institui políticas públicas através da aplicabilidade do inventário cultural nas mais diferentes formas, utilizando metodologia própria, utilizando os escritórios instituídos nas capitais brasileiras no intuito de orientar a sua aplicabilidade nas comunidades.

Na teia que se constrói num processo gradativo no século XXI, quanto à valorização do patrimônio imaterial brasileiro, o olhar, no caso catarinense, tem sido gradativo no que se refere à cultura de base açoriana e ao despertar para a salvaguarda do espírito açorianista, deflagrado, talvez, no final da década em 1948, quando da realização do primeiro Congresso Catarinense de História, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, por um grupo de intelectuais que por ali transitam e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, por considerar de fundamental importância para esta questão.

Essa manifestação tem início no mundo acadêmico e intelectual e adquire força através da realização de inúmeros eventos acadêmicos e científicos na área das Ciências Sociais, da História e da Antropologia que se sucederam. Todos com a mesma intenção: promover e dar visibilidade para a importância do reconhecimento ao patrimônio cultural açoriano, considerada à margem das políticas públicas e de proteção do Estado e, ainda, sem o alcance do entendimento e o desejo da população, inserida no contexto, a buscar alternativas de proteção.

Nesta perspectiva, aponta-se como importante no litoral catarinense o trabalho de instituições privadas que vem sendo concretizado pelo Núcleo de Estudos Açorianos (1984), situado na Universidade Federal de Santa Catarina. Há trinta anos, essa instituição congrega voluntários, mestres dos saberes e dos fazeres, especialistas, pesquisadores, fundações culturais, grupos culturais e folclóricos e as prefeituras litorâneas com o objetivo de desenvolver ações parceiras, a fim de legitimar a importância dessa herança cultural na formação do Estado catarinense.

Essa instituição, na prática da salvaguarda dos bens culturais dos ilhéus açorianos, se utiliza de estratégias amplamente discutidas em reuniões com os segmentos envolvidos administrada por um conselho consultivo com função deliberativa pelas instituições inscritas, barganhada por uma dinâmica firmada no espírito de transparência política, programa e orientações, quando consultado.

Na ótica da transparência promove: oficinas, palestras, seminários,

exposições, congressos e também o mapeamento cultural, confluindo todos para os mesmos desejos. Porém, ressalta-se que as instituições também realizam o seu planejamento particular que se processa de possui uma configuração independente sem precisar consultar o Conselho Gestor do NEA, no qual muitos estão vinculadas a sua plataforma que resulta das deliberações coletivas. (NEA:2010).

Para um maior estímulo a instituição cria premiações com destaque para o troféu açorianidade¹¹, que tem a finalidade de apontar e destacar personalidades, mestres do saber, escolas públicas, instituições culturais, executivas e privadas, que executam trabalhos relacionados à salvaguarda do patrimônio cultural com abrangência local ou regional, exposto anualmente, na festa da cultura Açoriana, denominada AÇOR, estrutura itinerante, a partir da vinculação e co-participação na promoção entre os municípios do litoral, sobre a liderança do NEA, reconhecendo e estimulando as referências e os valores da cultura local. Com essa ação instituída em 1993, a instituição constrói uma rede integrada que permeia os grupos sociais e valoriza a autoestima das comunidades, instigando-se ao sentimento de pertença.

Agregadas a esse movimento estão outras importantes instituições da sociedade civil com características voluntárias. Menciona-se o Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica Artística e Cultural de Biguaçu (1989); o Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu (1990); A Casa dos Açores de Florianópolis (1999); o Grupo da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina (1989) e uma série de outros grupos culturais formais e informais que surgem a partir dessa base, com a mesma disposição institucional, o de fortalecer a cultura de base açoriana e a de provocar nesses grupos o empoderamento das ações coletivas a partir do reconhecimento espontâneo de seus pares proporcionando visibilidade às ações referentes à identidade local.

Neste ótica, algumas das instituições inseridas neste processo são as de características da cultura popular e folclórica. Essas, além de estar comprometidas com a pesquisa histórica vinculada a sua identidade, realizam o trabalho de divulgação da cultura no qual estão inseridas. Outras estão focadas nas irmandades religiosas antigas e, outras, surgiram nas duas últimas décadas como já citado, estimulados pelo espírito de parceria, agregado ao reconhecimento à

¹¹ Este prêmio foi concedido ao Grupo Arcos em 1996, em deferência aos trabalhos desenvolvidos de salvaguarda do patrimônio açoriano catarinense realizado, através da divulgação procedida pelo Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu. A Mestre Artesã criveira, Júlia Machado também recebe igual prêmio.

valorização sociocultural de suas raízes de base açoriana, vinculadas às escolas particulares, públicas estaduais e municipais. Na incorporação desse processo estão as Secretarias de Educação municipais e estadual, que, comprometidas com a questão, desenvolvem projetos a fim de estimular a autoestima de seus alunos, utilizando os aspectos identitário como construção de cidadania.

A opção pelo litoral catarinense se distingue de modo muito particular. Primeiramente, está vinculada ao reconhecimento, à concentração das manifestações e à necessidade de se realizar e sistematizar o arrolamento das diferentes informações sobre o patrimônio cultural açoriana a partir do povoamento, compondo as diversidades das culturas estabelecidas no Estado.

Outro particular está focado na configuração do espaço geográfico, ora nas construções estabelecidas à beira-mar, ora para o interior, enfrentando os desafios da especulação imobiliária que cresce vertiginosamente, descaracterizando espaços e paisagens, onde estão inseridos esses grupos sociais a partir da segunda metade do século XX.

O terceiro aspecto relaciona-se ao fato de que o litoral de Santa Catarina, partindo do estabelecimento das primeiras famílias açorianas da antiga vila do Desterro, se insere como polo irradiador do processo de povoamento que contribui para a fixação dessas famílias, compondo a configuração da faixa litorânea.

O quarto aspecto está vinculado ao espírito açorianista desencadeado após a década de 80, a partir de um sentimento de amor às raízes, vinculado ao termo “ser mané” ou “manezinho”. Institui, em 1987, o Troféu “Manezinho”¹² a fim de valorizar a cultura local.

O termo considerado pejorativo era atribuído a todos os descendentes de matriz luso-açoriana, residentes, a princípio, no interior da ilha de Santa Catarina. Ser ilhéu das freguesias - o pescador ou agricultor - significava ser “manezinho” e estes eram vistos pelas elites locais como grupos sem expressão, na maioria das vezes, hostilizados pela maneira de ser. Gente simples de sotaque cantado e ligeirinho, utilizando inúmeras frases no seu cotidiano que, marcadamente, os distingue de outros grupos sociais era fruto de comentários pejorativos por aqueles que viviam nos centros urbanos, principalmente na Capital. Importante mencionar

¹² Instituído por Aldírio Simões. O troféu não é atribuído apenas a gente nascida na terra. É também agraciado aqueles que adotaram a Ilha de Santa Catarina com reconhecido trabalho a preservação da memória cultural local.

que esse não era apenas um privilégio do ser ilhéu na capital do estado, mas estende-se para toda gente dos demais municípios da orla catarinense.

Diante do quadro, o jornalista e pesquisador da cultura açoriana, Aldírio Simões, na década de 80, inicia uma campanha de valorização desse jeito simples de ser e de receber do ilhéu, da linguagem utilizada, assimilado como aportes na identificação cultural não só da Ilha de Santa Catarina como dos municípios do litoral. Narra os “causos” pitorescos da ilha envolvendo o pescador, fala das visagens e das viagens bruxólicas que fazem parte do imaginário desse povo, baseado também nas narrativas realizadas pelo pesquisador e artista popular, Franklin Cascaes e das entrevistas realizadas para compor o seu trabalho.

Produz manuscritos, cria desenhos em nanquim e reproduz as informações em esculturas de cerâmica em miniaturas. Sua obra, dessa maneira, referência os trabalhos de pesquisadores que se envolvem com a pesquisa açoriana no litoral catarinense pela riqueza de detalhes nela contida e que de certa maneira não pode deixar de ser vinculada.

Na mesma lógica, reconhecendo a obra de Cascaes e a de Aldírio Simões, está o tenista catarinense, Gustavo (Guga) Kürten, quando, na década de 90 do século XX, incorpora o espírito manezinho, divulgando aspectos pitorescos do jeito de ser e de viver ilhéu, e do linguajar postados em palavras com entonações rápidas, usadas nas suas andanças pelo mundo. Produz, na sua simplicidade, que lhe é peculiar, um marketing da “cultura Mané”. Essa atitude fortalece os aspectos da cultura local, quando das entrevistas realizadas a centenas de jornalistas, mencionando inúmeras expressões corriqueiras características do ser Ilhéu, cita folguedos, celebrações religiosas, menciona aspectos da literatura popular.

A partir dessas vinculações na mídia, a “cultura Mané” recebe mais adeptos e se caracteriza como motivo de orgulho da gente litorânea, colaborando para a sua transparência e reconhecimento das referências culturais, estimulando o surgimento de inúmeros trabalhos acadêmicos e o sentimento de orgulho aflorado de sua gente que, gradativamente, toma vulto no litoral catarinense caracterizado por questões que envolvem a singularidade da divulgação de outras etnias que compõem o estado catarinense.

Para um melhor entendimento da panorâmica traçada me propus realizar a pesquisa nos municípios da orla marítima catarinense, como já mencionado, a fim

de se perceber a continuidade dos traços desta cultura mencionada já na década de 50, por Franklin Cascaes e seguido por outros estudiosos.

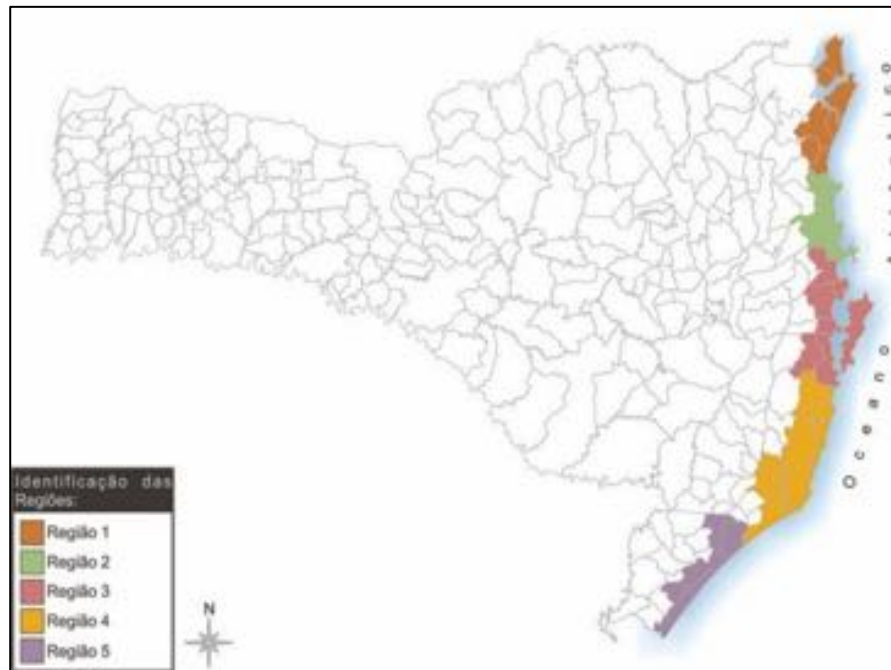


Figura 4. Cenário da Pesquisa: Corredor Cultural de base açoriana no litoral catarinense. *Fonte: Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento SEPLAN/SC*

Essas regiões estendem-se ao norte (Itapoá), na foz do rio Isai-Guaçu na divisa com o estado do Paraná até a foz do rio Mampituba (Passos de Torres), na divisa com o Rio Grande Sul, percorridas para se proceder o arrolamento dos bens culturais, considerando a dicotomia que permeia a vivência das pessoas, dos grupos culturais e informantes, quando se refere ao patrimônio imaterial no presente. Há que se considerar, ao caso relacionado, que manifestações estão presentes na memória dos informantes.

No cenário proposto está a vinculação do Grupo Arcos, objeto maior do trabalho, a sua relação com a salvaguarda das manifestações culturais, relacionadas ao legado do povoamento açoriano a partir os trabalhos realizados por mais de duas décadas, referenciados pela a sua atuação na pesquisa para compor o arrolamento e a descrição etnográfica e o esforço que mantém para divulgar as informações atualizadas num processo de pesquisa que considera como ação contínua da instituição, abordando os conceitos de cultura, memória para o desenvolvimento das práticas culturais na manutenção e salvaguarda.

1 CULTURA E PATRIMÔNIO IMATERIAL: IDEIAS E CONCEITOS

Este capítulo tem o propósito de abordar aspectos relacionados às múltiplas interpretações referentes ao termo cultura, dada a sua complexidade a partir de sua evolução como denominação balizadora à investigação proposta. Menciona a abordagem universalista da Constituição Brasileira de 1988 e a prática da sociedade no reconhecimento dos seus bens, enquanto patrimônio cultural e memória, no revés imaterial. Relaciona, ainda, para uma melhor compreensão durante a realização da pesquisa, a aproximação de diversos conceitos inerentes à Cultura, Identidade, Herança e Memória distinguidos por importantes autores.

A intenção não é realizar uma análise crítica dos conceitos concernentes e tão pouco confrontar autores; trata apenas de buscar referências que servirão de princípios norteadores para balizar o estudo indicado para se proceder interpretações no campo da Antropologia Cultural, quando trata do patrimônio cultural intágivel do litoral Catarinense, um estudo de caso, nomeando uma instituição relacionada a este fim.

Apona-se que este é um estudo fruto da observação participante somada às experiências particulares, procedendo a descrição etnográfica, iniciada numa revisão de base incipiente de arrolamento da cultura imaterial nos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, realizado pelo Grupo Arcos, já em 1989.

Vale enfatizar que a descrição etnográfica dos bens culturais apontados por seus informantes no litoral catarinense, como há de se perceber é uma tentativa de proceder a visibilidade das manifestações culturais estabelecidas neste território, onde os descendentes do povoamento açoriano estão, em sua maioria, estabelecidos por mais de duzentos e sessenta anos. Realizar o referido arrolamento e a sua descrição a partir do entendimento dos grupos sociais e informantes estabelecidos com vistas a contribuir para a salvaguarda da memória coletiva e identitária desse grupo “étnico” tem sido uma prática cultural do Grupo Arcos.

Ao proceder o trabalho deparou-me com uma situação recorrente nos meios de comunicação, numa mídia voltada para a divulgação de trabalhos realizados por grupos culturais aportadas nas oportunidades de dispendir espaços e encontros para se discutir cultura. Nunca, em tão pouco, tempo no Brasil, se aventou, de maneira enfática, o significado do termo e a sua abrangência coletiva.

As discussões são realizadas no plural e permeiam todas as camadas da sociedade, ora a partir de provocações espontâneas que surgem no universo popular, ora no mundo acadêmico, científico e governamental.

O desejo dos sujeitos e grupos sociais em fazer parte do processo democrático da valorização da cultura, toma vulto e é legitimado a partir da crescente organização e reconhecimento a instituições e a grupos culturais, através do estabelecimento de encontros populares e técnicos, seminários, congressos, feiras, edição de filmes ligados aos aspectos culturais na ótica local, da ocorrência e produção de audiovisuais, propagandas, tombamentos de sítios urbanos, reconhecimento de espaços de memória e paisagens consideradas culturais, criação de museus e bibliotecas, dentre outras possibilidades a disposição da sociedade, no transcorrer do século XX e XXI.

Estas ações oportunizam o encontro entre os segmentos culturais, provoca a visibilidade sociocultural, produz lançamentos de projetos setoriais, estimula a criação de programas e projetos culturais a fim de reconhecer e valorizar a cultura popular num esforço coletivo.

A manutenção das ações depende da organização e do empoderamento da sociedade civil frente às políticas pré-estabelecidas, que têm a função de agregar valor ao conhecimento para melhor se compreender o que está sendo produzido no País nos mais diferentes níveis da cultura popular. Um exemplo a ser mencionado refere-se ao Programa Cultura Viva.¹³ Nesta linha de raciocínio se insere o compromisso do estado brasileiro através de articulação ministerial de promover a criação de editais públicos em parceria com a iniciativa privada, a fim de contribuir com a salvaguarda do patrimônio cultural material ou imaterial, dando voz às iniciativas promovidas nas comunidades pelos grupos populares, numa relação como os mestres produtores dos saberes e fazeres.

Na construção estão inseridas as camadas sociais menos favorecida da população nas suas mais variadas formas de apresentações, que, nos seus contornos sociais e do reconhecimento institucional, se envolvem num processo construtivo para buscar o reconhecimento e a valorização dos bens culturais locais.

¹³ “O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva (2003 - 2010), age como uma plataforma, cujo espaço no cenário de políticas públicas é o da articulação, fomento e disseminação de ações culturais provenientes, especialmente, de agente culturais periféricos e comunitários, sem os quais tais iniciativas não receberiam visibilidade nem adesão pública. ” In: <www.Culturaviva.org.br/programa-Culturaviva>, acessado em 10 de agosto de 2015.

Nesta ação não importa a origem e onde estão sitiados, importa deixar o País mais inclusivo no que alude ao reconhecimento da diversidade cultural de todas as “marcas e tons”.

A partir desse reconhecimento institucional faz valer os direitos plenos dos cidadãos ao acesso à cultura, nos mais variados campos do conhecimento estabelecido por meio das relações sociais estabelecidas. Para uma maior compreensão aponta-se o conceito de cultura, sua abrangência e complexidade, transitando por nomeados autores e reflexões aludidas.

Teixeira Coelho (2008), no livro a “Cultura e seu Contrário”, remete ser “a ideia a forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu aspecto social, totalizante.”¹⁴ Na interpretação apresentada o conceito e se coloca de forma ampla e não apenas vinculado a um único aspecto da natureza humana, remete ao todo que permeia o indivíduo não só ao grupo que está inserido. Reuni, por assim dizer, os contextos das relações que refletem os aspectos inerentes ao resultado da imaterialidade e materialidade e inclui as exterioridades relacionadas ao espaço e à natureza.

Esses aspectos representam os espaços de vivência, de criação, recriação e como os indivíduos transformam seus ambientes a partir das relações estabelecidas uns com os outros. A ação individual ou coletiva é “resultante das produções concretas e das construções empreendidas pelos seres humanos”.¹⁵ A esse respeito vinculo o conceito nomeado pela antropóloga norte-americana Ruth Benedict (1972), no livro O Crisântemo e a Espada¹⁶ :

A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Essa lente revela o modo como os indivíduos ou grupos sociais respondem às suas próprias necessidades e desejos. Como os homens de culturas diferentes usam lentes diversas, os homens têm visões desencontradas das coisas.(BENEDICT:1972).

Significa dizer que a complexidade do conceito converge para um ponto comum que está inerente às necessidades, aos anseios e desejos dos indivíduos motivados pelas criações e transformações que utilizam na convivência humana a

¹⁴ Teixeira Coelho. A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2008.

¹⁵ O que é cultura? In Viva a Cultura. Disponível em: <www.vivaacultura.Org.br/Videos1> Acessado em: 10 ago. 2015.

¹⁶ O que é cultura? In Viva a Cultura. Ibidem.

partir do que cada um enxerga no seu grupo social e, por conta desses aspectos, há que se respeitar e se reconhecer nas diferentes manifestações culturais.

BAUMAN (2012), por sua vez, no livro *Ensaio sobre o conceito de Cultura*, atribui ser “um conjunto único, total e indivisível de significados e instrumentos simbolizados, atribuível apenas à humanidade em seu todo” e, completa no mesmo texto, citando Leslie A. White, “a cultura da espécie humana é, na realidade, um sistema único, singular; todas as chamadas culturas são apenas porções distinguíveis de um só tecido”, compõem um todo complexo somados a códigos e símbolos.

Marshall Sahlins (1979) define cultura como os feitos que se “estabelece numa centralidade dos processos de simbolização na produção humana”. Por outro lado, Gliffor Geertz ancora a centralidade da cultura nas “redes de significados às quais estamos imersos”.¹⁷

Ressalta, Laraia (2009), que o conceito de cultura é amplo e abrangente e fundiu novas formas de entendimento sujeitas às inúmeras interpretações a partir do século XVIII. A cultura é o segmento que está intrínseco à realidade humana e transita por todas as suas instâncias, independente do meio no qual o indivíduo está a fazer parte. Na lógica da interpretação, acrescenta a evolução partir do pensamento de Taylor:

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados Edward Tylor (1832-1917), no vocábulo inglês *Culture*, que ‘tomado em amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Com esta definição Taylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em uma oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. (LARAIA:2009).

Ainda, Laraia ao exibir a contribuição de Kroeber, quanto à ampliação do conceito de cultura, compreende a definição como um “processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo

¹⁷ Rosa Lydia Teixeira Corrêa. *Cultura e diversidade*. Curitiba: Ibepex, 2008.

limita ou estimula a ação criativa do indivíduo”. (LARAIA:2009), o que induz ser o indivíduo reflexo das suas ações na sua trajetória.

Por sua vez, Malinowski (1973) define cultura como “algo inerente ao ser humano e está compreendida nas formas de organização, de hierarquia e sucessão baseada no fato biológico”, argumenta:

(...) os seres humanos são uma espécie animal. Estão sujeitos a condições elementares que tem de ser atendidas de modo que os indivíduos possam sobreviver à raça continuar e os organismos em conjunto ser mantidos em relação de funcionamento. Ademais, com sua bagagem de artefatos e sua capacidade para produzi-los e apreciá-los o homem cria um ambiente secundário. (MALINOWSKI:1973).

Considerando a multiplicidade de conceitos relacionados ao termo cultura e suas complexidades interpretativas, equivale dizer que estão à disposição dos pesquisadores e suscitam provocar reflexões e dirigir os caminhos para a análise textual. Todavia esta não é uma tarefa fácil. Há que se ter cuidado nas observações para se obter uma melhor compreensão de abordagem daquilo que se pretende alcançar. Durante o processo de pesquisa ter um conceito claro e preciso é uma tarefa que facilitará sobre maneira o entendimento durante o processo de análise.

No Brasil, por exemplo, o olhar para a definição do termo cultura está amparado na Constituição Brasileira (1988), não desconsiderando os conceitos relacionados e tratados nas formas interpretativas dos diferentes autores abordados. A Constituição procede através da inclusão de artigos específicos com denominação própria, após um longo caminho técnico e político percorrido nas mais variadas instâncias sociais e culturais um olhar mais preciso o que garante uma maior mobilidade de interpretação.

Neste caso, atribui-se ao amadurecimento da questão uma série de mecanismos levados à sociedade como forma de se entender e fazer cultura nos mais variados campos do conhecimento. Na medida em que intelectuais e o governo avançam, criam-se as múltiplas oportunidades de participação, reconhecendo o segmento da cultura popular e suas variações como parte importante para a compreensão da sociedade.

A inclusão se caracteriza como um processo contínuo e se estimula o empoderamento dos grupos culturais no que tange à visibilidade das

manifestações culturais, sugerindo a proteção e a salvaguarda do patrimônio imaterial, mantendo-se o reconhecimento aos trabalhos coletivos existentes, intrínseco ao compromisso de cuidar das coisas locais.

A esse deferência reforça o pensamento do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil (2003), quando adota o conceito antropológico de cultural e o relaciona em três dimensões, considerando-os interdependentes, mas que, no todo, se abstraem e se conectam. A primeira revela que:

(...) a dimensão simbólica, relacionada ao imaginário, às expressões artísticas e práticas culturais; o segundo vincula a cultura como prática de cidadania, direito assegurado na Constituição e nas declarações universais, condição indispensável ao desenvolvimento humano e a terceira atribui a cultura como uma das vertentes da economia geradora de crescimento, emprego e renda.¹⁸

A esse respeito refere-se que todas as vinculações instituídas e abordadas pelos sujeitos sociais nas mais diferentes esferas estão indicadas na Constituição, no seu Artigo 215 e 216, onde atribui o caráter universalista do termo cultura especificada enquanto aos aspectos construtivos de uma nação e a sua responsabilidade de cuidar e propor a visibilidade e a salvaguarda dos bens culturais. Direito do cidadão e dever do estado nacional.

Aporto o reconhecimento ao patrimônio cultural, do bem existente relacionado pelos grupos sociais, do valor a ele achegado nas mais diferentes esferas e das ações atribuídas para se atingir o reconhecimento e propor a salvaguarda, considerando o resultado, enquanto indicador de saberes e fazeres capaz de levar ao desenvolvimento social e o reconhecimento do conjunto das etnias que compõem a nação brasileira, a fim de valorizar, proteger e respeitar cada uma nas suas diferenças e singularidades, num mundo cada vez mais globalizado.

Refere-se a Constituição Brasileira, no seu artigo 215, como indicado, estabelece que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL:1988).

¹⁸ Secretaria Geral, Disponível em: www.secretariageral.gov.br/arquivos/monografia, in: André Luiz Fernandes. **Pontos de cultura, uma experiência de política pública participativa. 2010.** Acessado em 15 de jul. de 2015.

No parágrafo primeiro estabelece que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL:1988) e, acrescenta, no artigo 216, que:

Constituem patrimônio material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II - os moldes de criar, fazer, viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A estrutura explícita na Constituição institui o vínculo direto entre o que se entende por cultura e uma nação compromissada com o seu povo que reconhece e respeitada as expressões tecidas pelas formas humanas. Reflexiona-se que são repletas de simbologias, rituais e significados, marcadas por vivências a partir de suas relações, por sua vez, estabelecidas em sociedade que traduzem o mundo relacionado compondo partes de um todo.

A esse respeito, Geertz (1989), refere-se à cultura como essencialmente simiótica. Na sua compreensão “o homem é um animal amarrado a “teias de significados” que ele mesmo teceu.” Corrêa, por sua vez, argumenta que, na concepção de Geertz, o conceito “precisa ser analisado e interpretado no sentido de procurar os múltiplos significados e que se traduz em signos, particularmente de cada manifestação cultural.” (CORRÊA:2008), que referenda e faz parte dos universos socioculturais construídos e transmitidos a gerações.

Avançando um pouco mais sobre o que significa cultura, relaciono o saber popular da mestra criveira¹⁹ que, na sua simplicidade, ao tramar a peça de crivo, arrisca-se em palavras simples:

¹⁹ Júlia Machado, é mestra criveira, do município de Biguaçu, nascida em 20 de julho de 1938. Por sua habilidade e conhecimento na arte de tramar o crivo é considerada uma mestra do saber. Entende-se por mestre artesão ou artesã “aquele ou aquela “que se notabilizou em seu ofício, legitimado pela comunidade que representa e/ou reconhecido pela academia, destacando-se através do repasse de conhecimentos fundamentais da sua atividade para novas gerações”. Conceito designado pelo Programa Brasileiro, através da Portaria SCS/MDIC N29 de 05 de outubro de 2010.

(...) é tudo aquilo que aprendemos durante a vida e cultuamos. Em casa ou em sociedade. É que passa a fazer parte da nossa vida. Os ritos e crenças, ao Divino por exemplo a forma de vestir, de executar um trabalho de acreditar em algo. É o que trazemos na nossa memória e vamos construindo com o passar dos anos uns com os outros e colocando em prática, transmitindo as gerações. (MACHADO:2012).

O olhar da referida mestra reflete a forma singular do que entende sobre cultura, quando expressa as diferentes formas de linguagens que pode estar visível ou invisível, durante o percurso da vida, cultuada e repassada às gerações futuras e fica à disposição para ser absorvida pelas pessoas, compondo um todo nos mais diferentes espaços de vivência e que faz um grupo se distinguir do outro.

É o resultado de um caminho que se percorre e se tece por gerações, onde pessoas e instituições nos seus universos lutam para manter os seus referenciais, caracterizado pelo somatório das tradições que forma a identidade de um povo, dos seus grupos instituídos e por seus sujeitos.

Exemplifica, ainda, a referida criveira, que na sua cultura – a açoriana - a devoção e os ritos ao Divino é a tradição religiosa mais cultuada de todas as celebrações, mas isso não significa dizer que para alguns seja a única. Atribui-se que todas as manifestações são consideradas por seus sujeitos e estão cercadas por uma série de rituais e símbolos que refletem a aproximação com aquilo que acreditam e praticam para manter nos seus meios sociais. No caso específico, acredita que a luz Divina chega a terra através da devoção, absorvida pela evocação abstrata. Relaciona ainda, as danças folclóricas cantadas durante os serões para animar o trabalho o artesanato, as cantorias ao Divino, o valor de se ter uma peça como o pilão em casa, pois é dele que se manufatura o café para compor o jejum; a devoção e o respeito implícito, quando a Bandeira do Divino sai à rua para visitar as residências, durante o período que antecede a festa religiosa, a forma de se praticar uma benzedura, compõe a cultura e segunda a sua interpretação ainda,

(...) possuem um valor inestimável e são tão importantes, para a minha cultura, quanto a relação que se faz por exemplo, com os comportamentos de outras culturas, quanto as suas celebrações e manifestações culturais. Cada um no seu espaço, defende a sua arte o seu jeito de ser e procura manter as suas tradições de suas origens, dentro daquilo que foi repassado através dos pais e avós e faz parte da vida. O crença e fé no Divino é parte da alma da nossa gente (MACHADO:2015).

Verifica-se, na colocação da mestra, o sentimento de pertença quanto a “sua” identidade cultural, embora fruto de um país híbrido culturalmente, ao mesmo tempo, se distingue a vinculação com seus pares, que faz questão de pontuar, ao nomear as manifestações, as celebrações, os modos de fazeres e as simbologias que se traduzem em ações e objetos que representam épocas e marcam a territorialidade cultural. É esse sentimento que tem despertado interesse de cada vez mais as pessoas se posicionarem quanto a forma de manter a sua identidade cultural, representada pelos ritos símbolos e posturas sociais.

Caminhando nessa lógica a identidade reúne valores simbólicos e históricos das relações estabelecidas pelos indivíduos uns com os outros não só no seu grupo social local. Para Pesavento (2003), essas relações “se constrói em torno de elementos de positividade, que agregam as pessoas em torno de atributos e características valorizadas que rendam conhecimento social aos seus detentores”. Registra ser um sentimento que nasce do contexto sócio cultural afetivo do sujeito e de como se comporta e se vê diante do outro.

A identidade, por sua vez, está ligada aos hábitos e costumes e guarda os sentimentos e valores em relação às coisas e pessoas que não foram apagados ou esquecidos pela memória no trânsito da vida, portanto é mister lembrar, evocar, salvaguardar e se relacionar. É ela que nos diferencia e posiciona num determinado grupo social, argumenta.

Para Bhabhal (1995), a “identidade nunca é, a priori, um produto acabado, é sempre o processo problemático de acesso a uma imagem de totalidade. ” Por outro lado, enquanto substantivo ela evoca, identifica e enquadra os sujeitos e os grupos sociais nos seus diferentes ritmos, encontros e interpretações.

A esse respeito, o Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu se identifica na valorização da identidade cultural, mantendo as simbologias e os rituais da cultura açoriana local, agrega conhecimento dos diferentes informantes que são compartilhados e relacionados ao patrimônio de natureza imaterial, atribuindo-os a uma série dos saberes e fazeres, das celebrações, das manifestações representados na cultura popular, através das danças folclórica e das manifestações desses sujeitos sociais que reavivam a memória, sugerindo atividades, relacionando-as e reproduzindo as tradições através das práticas culturais.

Por sua vez, para obtenção do alcance, recorre à memória individual e coletiva, a fim de entender o processo de sobrevivências das práticas sociais mantidas nos mais diferentes níveis e grupos sociais. Assim, se refere a memória como uma palavra que vem do latim *memoris*, que significa “a faculdade de lembrar e conservar o estado de consciência do passado e tudo quanto a ela está relacionado”, onde se considera estar intimamente ligada à identidade de grupo seja no aspecto coletivo ou no singular.

Pedro Nava, por sua vez, (1903-1984), memorista da língua portuguesa atribui ser a memória o “elemento básico da tradição familiar”. Sem ela não haveria o elo de ligação que a distingue no grupo. É através dela que se pode ter contato com fatos, símbolos, crenças, costumes, transmitidos através da oralidade, mas sugere que, em muitos casos, não temos o hábito de escrevê-los, ficam apenas guardados na memória e não sendo compartilhados com outros sujeitos e grupos, podem ocasionar, certamente o seu desaparecimento, conclui.

Ressalta, ainda, que, quanto mais se exercita a memória, repassando o que se sabe, mas se vive e se revive aquilo que nos é transmitido. A possibilidade da ação gera o que se denomina repassar aquilo que se entende, troca, se absorve e o que se aprende, durante a existência humana e do que se leva a perpetuar através das gerações e da socialização.

Nota ainda o autor que “toda a memória humana é assim a memória de alguém”, quando compartilhada contribui para o enriquecimento dos seus núcleos afetivos e social²⁰.

Para Jacques Le Goff (1990), atribui que o conceito de memória é importante para o entendimento da complexidade da obra humana nos mais diferentes contextos, seja coletiva ou individual. Todavia, é através dela que se “trata como surge na história e na Antropologia Cultural se ocupa mais da memória coletiva que das memórias individuais”.

Valho-me, também, do conceito da Enciclopédia Delta Universal, atribuído no seu volume 10: “é a capacidade que uma pessoa tem de registrar mentalmente experiências passadas. Basicamente, a memória é aprendizado e cada pessoa aprende uma quantidade de coisas.” Pode ser encarada como o caminho que se produz para se chegar a algum lugar. É através da memória que se mantém a

²⁰ Enciclopédia Delta Universal. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1984, vol. 10.

conexão entre o passado e o presente e se constrói o futuro, observando os aspectos individuais e coletivos das pessoas, dos grupos, das instituições, por exemplo.

Pode ser caracterizada ainda como:

(...) conjunto dos processos psíquicos que se referem à evocação ou reconhecimento das experiências passadas do indivíduo. Segundo a psicanálise pode-se falar também de uma memória inconsciente, constituída de impressões recebidas na infância e que, embora não afloram ao nível do consciente, influem na ação. (ENCICLOPÉDIA DELTA UNIVERSAL, VOL.10: 1984).

Pollak, (1989,1992), citado por Oswaldo Truzzi em seu artigo “Comunidades de Memória” (2007), revela que o mencionado autor, sinaliza um conflito entre memória individual que denomina de subterrânea e a memória coletiva que consigna como coletiva, assim se refere:

(...) memória individual (subterrânea) e a memória coletiva (oficial), já que esta última tem a função reforçar o sentimento de pertencimento do indivíduo ao grupo, à nação, a uma comunidade imaginada, enquanto a segunda se nutre por experiências únicas, de caráter pessoal, resistindo às imagens coletivas e oficiais propostas pela primeira. (ANDERSON:1991)

Segundo a sua interpretação a memória coletiva é aquela que:

Seleciona e enquadrar elementos da história e da própria memória individual, armazenando-os em museus, arquivos, bibliotecas, monumentos, etc., constituindo um patrimônio coletivo que nos informa a respeito de como foi construída a memória oficial e a memória individual, ao contrário, nutre-se de vivências próprias, individuais, que esboçam uma espécie de resistências às imagens coletivas e individuais. (TRUZZI:2007).

Para se construir a herança cultural há que se considerar como se trata e se vivencia as relações dos sujeitos e grupos culturais a partir do que a sociedade as identifica e as caracteriza, atribui-lhe a memória. É utilizada quando se discute patrimônio cultural, neste caso, recorro ao conceito utilizado na área do Direito que vincula a sua origem ao latim *háerentia* que significa:

(...) o conjunto dos bens, dos direitos e das obrigações que à morte de uma pessoa são transmitidos aos respectivos herdeiros ou legatários. Isto é, pela via da sucessão. Herança é, portanto, o direito de herdar algo, receber de uma situação anterior. Também se aplica aos hábitos culturais, sociais ou influentes a um momento histórico e que tem origem em etapas prévias”. Por outro lado, a

herança também é composta pelas características morais, ideológicas ou de outro tipo, pelo fato de caracterizarem uma pessoa, é possível constatá-la em um dos seus descendentes. (<http://conceito de herança>, acesso em 30 de jun. de 2014).

Considera-se que a herança cultural de um povo é algo herdado e faz parte da composição da vida humana e se distingue pelo conjunto de valores que se emite a coisas, lugares, símbolos que se constitui e lhe são incorporados e transmitidos por seus grupos sociais, através:

(...) do processo de socialização entre gerações e que são característicos de identidade de um povo que de um modo dinâmico vai sendo criado uma intenção de diferentes elementos geográficos, ambientais, sociais e outros fatores extremos que de uma perspectiva antropológica, irá afetar os modos de ser, pensar e agir de uma pessoa. (<http://conceito de herança>, acesso em 30 de jun. de 2014).

Ao indagar os informantes sobre o que está vinculado à herança cultural nos seus grupos sociais não conseguem produzir de imediato um conceito claro e preciso a respeito. No entanto, referem-se à herança como tudo aquilo que trazem na bagagem e que adquiriram não só no seio familiar, mas com outras pessoas que estão no seu entorno e, conseqüentemente, inseridos no seu convívio sobre uma determinada manifestação cultural, social, política, religiosa, por exemplo.

Argumentam, também, que esta não é a única maneira de se obter a herança cultural. Ela pode estar relacionada a diferentes aspectos. A leituras, por exemplo, que realizam durante a vida, as experiências adquiridas e a sua observação diária sobre um determinado assunto ou contexto, que acontecem ao seu redor, pode produzir a herança cultural, conclui Catarina Rüdiger (2015), uma das informantes e integrante do Grupo Arcos.

A herança cultural também pode estar atrelada à carga genética e que, na prática do dia a dia, floresce e são ilustrados pela memória. São as histórias de cada um e as conseqüentes interpretações, muitas das quais recorrentes no dia a dia, marcadas pela continuidade que a indicam, disposta muitas vezes pelo imaginário coletivo, explanada através das expressões, das manifestações e dos saberes que, ao se reunir uns com os outros, formam um todo e, quando dispostos são passíveis de reconhecimento e legitimadas, através de atuações e ações que retificam a identidade étnica de um determinado grupo.

Me amparando do breve panorama conceitual, procedo a descrição etnográfica das expressões culturais do litoral catarinense com o objetivo de se evidenciar o que existe na memória individual e coletiva, testemunhos vivos das práticas culturais relacionadas nos seus meios de vivências asseguradas pela transmissão oral.

1.1 GRUPO ARCOS: ETNOGRAFIA DAS EXPRESSÕES CULTURAIS

Neste item me propus enumerar o levantamento das expressões culturais do litoral catarinense arroladas pelos informantes dos 38 municípios da orla, durante o processo de investigação. Denominei de arrolamento e procedi com a descrição etnográfica das seguintes divisões e subdivisões: as Celebrações, atendem a religiosidade; as Formas de Expressão estão os jogos, brinquedos e brincadeiras; as credices populares; a literatura popular; as danças e cantorias e os folguedos.

Também foram arrolados e descritos os Ofícios e Modos de Fazer: representado pela culinária; a produção artesanal; a medicina popular; o patrimônio naval; o transporte terrestre e as indústrias artesanais o que gerou uma “Amostra do Patrimônio Cultural do Litoral Catarinense” (ANEXO - III), para melhor visualização e compreensão, serve de plataforma para a relação disposta no trabalho realizado pelo Grupo Arcos.

Destaco que, ao finalizar a pesquisa e formatadas as informações, não ocorre a pretensão de realizar as descrições relativas aos bens culturais arrolados pelos informantes de atingir o aprofundamento teórico dos itens, quanto a sua origem, até porque a complexidade que as envolve não é o principal objeto desse trabalho. Todavia reputo como parte importante para se entender a maneira de atuação do Grupo Arcos a partir da base construída.

Ressalto, que numa primeira leitura, parece ser assunto recorrente, no entanto, a pesquisa se distingue por estabelecer o tempo histórico relacioná-la a instituição cultural mencionada, que possui o compromisso estatutário de salvaguardar e proporcionar a visibilidade do patrimônio cultural imaterial resultante das ações dos sujeitos e grupos sociais que as compõem e a divulgá-las através de atuações folclóricas que serão atribuídas em capítulo próprio.

A intenção não foi confrontar os dados, mas agregar conhecimento para se obter um panorama das manifestações culturais existente no final do século XX e

XXI, resultante das narrativas e das práticas memoráveis e em execução nas comunidades e pelos grupos culturais que as utilizam no processo de preservação, não abandonando as trocas que esses atores sociais e informantes estabelecem no seu cotidiano. A essa conformação cito:

(...) o que se propõe é um olhar *de perto e de dentro*, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. (MAGNANI:2002).

Todavia, a relação busca ainda se ter o entendimento das relações do homem com o espaço e as inter-relações que mantém com arte, com os saberes e fazeres e a natureza que pode nos remeter a tantas histórias do cotidiano, estabelecendo uma vinculação com as narrativas a partir das explicações e disposição que foram delineadas ou projetadas pelos informantes durante a composição do arrolamento. Talvez este seja um dos instrumentos mais importantes nomeados pelo Grupo Arcos na condução dos objetivos de trabalho dirigido para manutenção e salvaguarda dos bens culturais, incorporado a lógica do pertencimento social.

1.1.1 Celebrações²¹ (Religiosidade)

As celebrações (ANEXO - III) faz parte da identidade de um povo e compõem as diferentes formas de ritualização que produzem em agrado às divindades para manter a conexão com a espiritualidade. Essas manifestações são compostas por simbologias que traduzem, em muitos casos, as singularidades e práticas de cada povo e seu diversos grupos, que a suas maneiras satisfazem aos calendários religiosos instituídos de acordo com as práticas realizadas nas suas comunidades.

São manifestações de natureza imaterial que compõem o patrimônio cultural da sociedade brasileira nas mais diferentes maneiras de ritualizar e executar as celebrações, onde os seus sujeitos e grupos sociais nos quais estão inseridos as exteriorizam por meio de diferentes práticas.

²¹Definição atribuída pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional “são rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.” <www.imaterial.org/celebrações>. Acessado em 05 de março de 2014,

Para o museólogo Gelci José Coelho (2010), profissional dedicado a pesquisa da cultura popular catarinense, a religiosidade é pautada em crenças e costumes e no litoral específico é parte da memória coletiva do povo do Arquipélago dos Açores, aportados em suas memórias e transmitidas através das suas práticas. Assim se refere à questão:

(...) quando Portugal colonizou o Arquipélago dos Açores, exigia de cada colono uma condição essencial a de ser católico e temente a Deus. Percebe-se no litoral catarinense, a profunda religiosidade transmitida da Idade Média europeia, que via arquipélago dos Açores, através de seus colonizadores que chegaram a Santa Catarina no século XVIII, trazendo os seus hábitos e costumes. Há um calendário de janeiro a dezembro, onde ocorrem celebrações de cunho religioso e profano. Todas as comunidades do litoral de Santa Catarina possuem santos padroeiros. São reverenciados com novenas, procissões, pagamento de promessas e festas com folguedos diversos e as obrigações religiosas que provocam uma movimentação significativa nas comunidades. (COELHO:2010).

Esta movimentação, relacionada ao ato das práticas, realizadas para manter as tradições, a qual se refere, efetivada por sua gente ao compor o conjunto das atividades religiosas, expressam a vontade individual e coletiva de um povo e são legitimadas por uma série de ritos e símbolos que certamente marcam o sentido das suas vidas. Para Geertz:

(...) os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o ethos de um povo – o tom, o caráter, e a qualidade de vida, seu estilo e disposições morais e estéticos e sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, nas suas ideias mais abrangentes sobre ordem. Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida. (GEERTZ, 1989).

A importância das práticas religiosas, a sua dimensão quando se institui a ritualização que compõem esse universo nas comunidades rurais e urbanas, podem estar expressas de várias formas e processadas de múltiplas maneiras e se caracterizam ao estilo de vida da sua gente e de seus grupos expondo a herança cultural que se individualiza por comportamentos distintos quando do exercício das práticas. Podem estar expressas nas festas, nas novenas, nos pagamentos de

promessas, nas romarias e em toda a complexidade que remete às simbologias durante o seu exercício.

A esse respeito considera CORRÊA (2008), ao traduzir que “tudo indica que os símbolos religiosos legitimam a ação do exercício da religiosidade”. A autora, acrescenta Geertz, para melhor clarificar o pensamento: “entende símbolo pelo significado, ou seja, pela concepção e não pela noção de representação exterior e sim pela interiorização”.

Neste sentido as práticas são vistas de forma que a subjetividade implícita requer atenção redobrada por parte do pesquisador, quando se propõe a realizar a etnografia, porque ao externar aquilo que presenciamos e, neste caso, estão o contato com as celebrações e seus rituais, os lugares preparados para este fim, as novenas os agradecimentos por graças alcançadas, que, ao vivenciá-los ou observá-los podemos deixar escapar algo no ato interpretativo, por isso a necessidade de se estar presente em várias ocasiões dos referidos feitos para melhor absorvê-los.

Contudo, os rituais que antecedem as festas sinalizam as expressões vivas e dinâmicas da religiosidade que proporcionam a dimensão da exteriorização pelo sujeito quando se pratica o ato da comemoração. O ato em si permanece no tempo e faz parte da cultura popular religiosa não implicando no ritual espiritual que conduz o sujeito ao ato devocional realizado, através do processo que o conduz a festa ser a única forma da prática, argumenta a referida autora. Outros elementos também acontecem durante esses rituais que marcam essa relação. Por exemplo, o momento de se estar sozinho frente a uma imagem conectando através dela o espiritual, o ato de pagar uma promessa, participando de uma procissão, realizar a doação de uma prenda, etc. Essas práticas repetidas a cada festa ou durante aos atos festivos de devoção traduzem a tradição e o que está explícito no linguagem dos devotos e na memória popular.

(...) o modo de vida de homens e mulheres representados por tradições religiosas e comemorativas comunitárias, que envolvem fiéis e festeiros de todas as classes sociais, de todas as regiões, abrangendo culturas diversas, heranças benditas trazidas desde o tempo colonial. (TIRAPELI:2003).

Destaco que a intenção não é discutir os conceitos sobre as festas e a religiosidade implícita a cada uma das citações realizadas a seguir, mas sim, enumerar e descrever de forma generalizada o que está arrolado na Amostra do

Patrimônio Cultural Imaterial (ANEXO - III), envolvendo as manifestações do litoral catarinense, especificamente, neste caso, os que estão relacionados a participação do Grupo Arcos, no processo de divulgação e salvaguarda.

1.1.1.1 Corpus Christi

Na tradição popular este um ritual religioso que mantém a tradição de fé na adoração ao *Corpus Christi*, através da hóstia sagrada, envolvendo uma multidão que vai à rua manter a tradição, também configurada em outras partes do território brasileiro. Tem origem no século XIII, quando se espalha pela Europa e da comunidades brasileiras pelo mundo. O ritual contém partes distintas, onde, talvez, o ponto mais importante consiste na procissão que transporta o *Corpus Christi*, para se celebrar o mistério da eucaristia, realizada na quinta-feira, após o dia da Santíssima Trindade, no mês de junho.

Durante dia o cortejo sai à rua em locais previamente marcados e simbolizados por tapetes de materiais natural, arranjados por grupos religiosos e voluntários que presam pela fé e a tradição no intuito de receber os símbolos que envolve a celebração. Durante o trajeto da procissão está igreja representada pelos cléricos, o povo representado pelo poder executivo estadual e municipal autoridades, irmandades e convidados especiais. Ao povo cabe acompanhar em sinal de fé e devoção.

Para a passagem do Corpo de Deus são confeccionados os tapetes com materiais, geralmente, natural, como areia, serragem, pó de café, pétalas de flores coloridas, tampinha de garrafa, rolhas de garrafa que são recolhidas e guardada durante os meses do ano. Na construção inúmeros desenhos coloridos se formam muitos dos quais reportam-se a situações sociais vivenciada pela comunidade, revertendo-se a final num simbolismo de fé e devoção. Durante o ritual é comum pessoas que não praticam essa fé religiosa irem ao local para ver a arte estampada na rua, fotografar e filmar, dado o embelezamento que se constitui o ambiente se revertendo num momento onde a arte popular e o religioso se encontram para celebrar a fé.

1.1.1.2 Festa de Navegantes

Na religiosidade popular do litoral catarinense estão as manifestações ligadas ao mar e à pesca em devoção à Nossa Senhora de Navegantes e a São

Pedro. No entanto, as mais populares são as comemorações em devoção à Nossa Senhora dos Navegantes, venerada em comunidades pescatórias do litoral brasileiro. Nela os homens que tiram o sustento do mar e o enfrentam as intempéries, ritualizam a fé em agradecimento e renovam a proteção, sacralizando a devoção à padroeira, organizando novenas, missas e procissões pelo mar e rios, na última semana de janeiro, culminado com o dia festivo de dois de fevereiro, dia da padroeira.

O momento mais esperado entre os fiéis está à procissão pelo mar ou rio, quando a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes é conduzida à embarcação pelo festeiro (mordomo) e, seguida, pelas demais embarcações que vão se incorporando durante o percurso comandado pela embarcação que vai a santa, quase sempre alegradas por bandas de músicas e por foguetório. Cada qual a sua maneira buscam enfeitar as embarcações conferindo-lhes um colorido especial. O percurso no mar dura em torno de uma hora e meia até o retorno da imagem a igreja, já com a participação do festeiro, para o ano seguinte anunciado na missa festiva.

1.1.1.3 Festa do Divino Espírito Santo²²

Figura na memória coletiva como a festa da partilha²³, por haver a doação para a execução da festa de comidas aos pobres. Todavia, esta simbologia que figurou no litoral em Santa Catarina, deixou de existir na maioria das comunidades já na década de 60 e foi substituída por outras.

No linguajar religioso e popular o Espírito Santo significa fonte de luz, amor e sabedoria e a simbologia está representado pela pomba branca e por línguas de fogo ora pintadas, ora bordadas na bandeira vermelha traduzida, na linguagem popular a luz que desce sobre os apóstolos e espalha-se entre seus devotos. A origem da festa possui raízes medievais e chegou ao Brasil pelos portugueses continentais e, em Santa Catarina, atribui-se aos povoadores açorianos, quando aportados nessas terras em meados do século XVIII, assim descrevem o historiador Oswaldo Cabral e o antropólogo João Leal.

²² Na narrativa religiosa a festa homenageia a terceira pessoa da Santíssima Trindade, cinquenta dias após a Ressurreição, quando os devotos comemoram Pentecostes.

²³ Termo descrito pela pesquisadora Lélia Pereira da Silva Nunes, quando do seu estudo referente aos “Caminhos do Divino um olhar sobre a Festa do Espírito Santo em Santa Catarina” (2007).

De importância reconhecida e legitimada pelos informantes, o ciclo do Divino Espírito Santo é uma das mais tradicionais manifestações da religiosidade dos descendentes açorianos ocorrida no litoral catarinense, o que não é diferente do território nacional, abstraindo-se as particularidades, do tempo e do espaço e a paisagem. A esse respeito escreve Maria do Carmo Ramos Krieger (2003) no trabalho intitulado “Penha, Santa Catarina: O Relicário do Divino”, “a Geografia da religião explora um ambiente, uma área cultural” o que, muitas vezes, transcende a percepção do que nela vive e faz perdurar a tradição por gerações.

O ritual do ciclo apresenta etapas e símbolos bem definidos: a coroa, o cetro e a bandeira. É uma verdadeira cena do teatro popular iniciando com o ritual da Cantoria ou Folia do Divino. A Bandeira do Espírito Santo e a Coroa percorrem as casas da comunidade acompanhadas por cantorias e tocata ao som da rabeca, violão e bumbo a três vozes (improvisador, tripa e o coro), em muitos casos o que se denomina peditório do Divino. Já, a Folia do Divino, acompanha o cortejo da procissão durante as festividades e também se manifesta durante o ritual religioso.

As quadras cantadas durante o ritual do peditório são homenagens apresentadas em versos que atravessam os tempos e o Atlântico e permanecem entre seus descendentes. Esta função, em particular, tem como objetivo anunciar e preparar a comunidade para a comemoração da festa, reafirmando e renovando a fé, simbolizando a aproximação com o sagrado. O ritual da festa dura três dias e todas incluem a coroação simbólica do Imperador na missa festiva, o cortejo com a procissão, as novenas, os leilões de prendas, o foguetório, as apresentações folclóricas comunitárias como forma de aproximação entre o sagrado e o profano. Em algumas comunidades ocorre o hasteamento da bandeira do Divino²⁴, a gastronomia e a gastronomia, incluindo o almoço festivo, as barraquinhas, o pagamento de promessas com as tradicionais massas²⁵ e pãezinhos. No domingo,

²⁴ Ocorre em três municípios: Penha e Itajaí ao norte e Paulo Lopes ao Sul do litoral catarinense. A respeito da utilização de bandeiras e estandartes nas festas religiosas e pagãs, Mário Jorge de Lima, na sua tese de Doutorado denominada “Antropologia da dor: os rituais dos flagelantes, penitentes e disciplinantes (Ceará – la Rioja: 2012, p. 293), quando se refere ao hasteamento de bandeiras e seus significados cita “o que importa assinalar quanto a esses aspectos gerais é que bandeiras e insígnias carregam sempre grande comprometimento simbólico. No caso da bandeira em si, e de modo ainda mais claro, com o seu hasteamento num mastro, fato tão cultivado no Brasil e em outros países ibero-americanos de aportar estandartes e bandeiras em festas, desfiles, procissões, pode ser que derive dos romanos e de lá foram incorporados pela península ibérica”.

²⁵ As massas são dedicadas ao Divino e marcam o pagamento de promessas pelos devotos a graça alcançada. São simbologias que caracterizam o mal acometido e curado e se revertem em pão no

último dia da Festa, após a última procissão coroada pela missa, o pároco local anuncia o novo casal de festeiros que terá a responsabilidade de proceder e manter a continuidade das atividades para o ano seguinte.

1.1.1.4 Festa do Senhor dos Passos

É também conhecida pelos devotos no litoral como de Nosso Senhor Jesus dos Passos e muitos municípios do litoral mantem a prática religiosa. A mais tradicional de todas é atribuída a capital dos catarinenses²⁶, é considerada como a festa mais antiga (1764), que reúne todos os anos milhares de devotos em seu ritual de fé e devolução. Tem início pela lavação da imagem realizada por duas crianças menores de sete anos que possui a incumbência de ritualizar a prática, passando uma toalha embebida em água no corpo do Senhor dos Passos, na sexta-feira, que antecede ao sábado e domingo de Passos, duas semanas antes da Páscoa.

Simbolicamente a água da lavação é distribuída para os fiéis que acreditam em seu poder de cura. Já o momento consagrado é composta de três momentos distintos: a primeira se caracteriza pela procissão denominada de Procissão da Mudança que ocorre no sábado pela manhã, quando os fiéis transladam as alfaias do Santo da Capela do Menino Deus para a Catedral Metropolitana, no centro de Florianópolis. A segunda Procissão ocorre no sábado à noite, quando a imagem do Senhor dos Passos é transladada pela irmandade num dossel fechado, seguida pelos fiéis e pagadores de promessa com uma formação que transfere ao popular uma certa pompa da irmandade e a terceira ocorre no domingo à tarde quando os fiéis lotam o pátio da Catedral Metropolitana para acompanhar a procissão, ora com o Senhor dos Passos, ora com a imagem de Maria. Das procissão o esperado encontro de mãe e filho, na renovação da fé e tradição religiosa e ao final as imagens são conduzidas à Capela do Menino Deus.

Destaca-se que nem todas as festas de Passos do litoral compõe toda a ritualidade presenciada, considera na mais antiga e tradicional de todas.

formato de seios, cabeça, pernas, braços, joelhos, são as mais tradicionais. São expostas no altar do Divino e levadas a leilão procedendo-se a arrematação ou venda das mesmas.

²⁶ Todo o processo de ritualização da fé está implícito a devoção foi reconhecido pelo Conselho de Cultura do Estado de Santa Catarina como patrimônio cultural e imaterial. Se encontra com processo de tombamento em andamento no IPHAN, para o devido registro nacional. Isso significa dizer que o tombamento da referida celebração se refere apenas à festa organizada na Capital do estado, embora a maioria das igrejas do litoral mantém o ritual religioso, cada um à sua forma.

1.1.1.5 As Festas de Padroeiros

Ao reconhecimento das celebrações e da religiosidade de seu povo estão as Festas de Padroeiros que sem mantém no litoral catarinense seguindo o calendário cristão e obedecendo os dias dos referidos santos em rituais de manutenção da fé desde as fundações das suas paróquias. No litoral, os mais tradicionais, estão ligados a devoção a Santo Antônio, São João e São Pedro, São Francisco, Nossa Senhora da Conceição e da Graça, ao Arcanjo São Miguel, ao Senhor Bom Jesus, Nossa Senhora de Navegantes, São Sebastião, Coração de Jesus, por exemplo.

As festas acontecem, com a elaboração de novenas dedicadas aos santos com acompanhamento de quermesses as casas ou no salão paroquial. Durante o período da festa, geralmente de três dias, ocorrem as barraquinhas com comidas típicas da região, jantares comemorativos, shows típicos ligado a cultura popular local, foguetório, procissão que possuem a função de agregar à comunidade, animando ao convívio sócio religioso e mantendo a tradição. Essas festas possuem em cada comunidade do litoral as suas particularidades, porém a estrutura organizacional da festa cumpre-se através de um calendário pré-estabelecido por seus festeiros ou mordomos. A semana da realização possui o seu ponto máximo no último dia com uma missão festiva e com a divulgação dos festeiros para o ano seguinte, que tem função principal manter a tradição religiosa.

1.1.1.6 Novenas e Ladainhas

São práticas que acompanham a vida religiosa do povo açoriano do litoral catarinense provenientes das suas tradições seculares o que não é diferente de outras partes do Brasil, quando se trata de manter a espiritualidade através da devoção aos santos padroeiros. No entanto, a literatura aponta que são encontros de oração que se traduz a fé e o senso comum cotidiano permeado entre as famílias. E, como o termo atribui, são nove dias consecutivos na ritualização da fé, não pode haver interrupção, para que os pedidos e pagamentos de promessas sejam atendidos.

As novenas e ladainhas fazem parte não só dos festejos comemorativos, onde as comunidades cumprem o ritual religioso em preparação as festas dedicadas aos santos padroeiros, ao Divino Espírito Santo, Nossa Senhora da

Conceição, Santo Antônio, por exemplo, ou, as realizam como pagamento de promessas, por graças alcançadas ou em benefício de alguém que está necessitando ser agraciado pela força Divina.

Na simbologia religiosa “o número nove possui ainda um significado especial no culto Católico, por ser igual ao quadrado de três, número esse considerado perfeito por estar relacionado à Santíssima Trindade. Por isso, ao longo dos nove dias da novena, louva-se três vezes a cada Pessoa Divina e Eterna”²⁷.

As manifestações de devoção estão ligadas a uma série de rituais que consiste desde a arrumação da residência que irá receber a imagem. No envolvimento constroem altares improvisados na parte mais visível da residência para receber os devotos. Na execução da ritualização a finalidade consiste em ficar mais próximo do sagrado, externalizando a devoção e mantendo a tradição no catolicismo popular.

1.1.1.7 Procissões, Romarias à Santa Cruz e Grutas

São considerados símbolos de participação coletiva e se manifestam de forma singela como agradecimento aos santos padroeiros pelas graças alcançadas ou simplesmente agradecimentos. Estas procissões, geralmente são acompanhadas por bandas de músicas que entoam os cantos religiosos, aproximando o povo dos santos e para que eles intercedam junto ao Divino quando do pedido de graças, agradecimentos, ou representam a limpeza das almas daqueles que se encontram no ritual ou para aqueles que dirigem os pensamentos.

Geralmente são imponentes, quando tratam das tradicionais. Existe toda uma preparação que envolve meses de trabalho dos organizadores. Seus devotos enfeitam as ruas com mantas nas janelas, as bandas de músicas e corais se envolvem realizando os cantos que acompanham o percurso pré-estabelecido. Outras são bastante simples sem nenhum tipo de arranjo ou pomposidade.

As procissões que se referem às romarias à Santa Cruz e as grutas ocorrem de forma espontânea e possuem um caráter bastante simples não havendo a pomposidade dos paramentos religiosos, observadas nas festas tradicionais das comunidades. As pessoas se organizam geralmente estimulada por um grupo religioso comunitário ou por disposições de peregrinos.

²⁷ <http://pt.Wikipedia.org/Wiki/Novena>. Acesso realizado em 04 de novembro de 2014.

1.1.2 Formas de Expressão

São formas que traduzem as manifestações que expressam a maneira que os grupos sociais vivem e convivem nas suas comunidades e externam as diferentes formas que simbolizam as práticas de vivência e de socialização, através de manifestações que abrangem todas as idades, que vão desde as brincadeiras infantis, que servem num primeiro momento as crianças como meio de educação social, integrando-as ao convívio de maneira lúdica e outras como um ensaio da vivência coletiva externando o seu meio. Este certamente será utilizado na fase adulta, pois de certa maneira está num repositório chamado memória.

Outras formas de expressão como as crenças e as crendices que envolve a mitologia e o modo de agir e pensar das comunidades, o medo relacionada as muitas histórias que se caracterizam como superstições e, que, de maneira oral conectam a sociedade aos mesmos medos e costumes atrelados. A literatura popular que congrega a criatividade de um povo se manifesta através da escrita e da oralidade. Estão ainda, vinculados as diferentes expressões os folguedos e as danças e cantores que envolvem os mais diferenciados ritmos, as festas populares, religiosas e pagas que envolvem toda a comunidades, independente de idade, gênero ou estatuto social.

1.1.2.1 Jogos, Brinquedos e Brincadeiras

São configurações cotidianas que expressam a socialização, independente da sociedades que as criaram e dos meios que possuem para a execução. Os jogos, brinquedos e brincadeiras geralmente aparecem espontaneamente no convívio social e figuram como parte da imaginação das crianças e dos adultos que criam e recriam, ao se depararem com objetos e tipos de matéria prima disponíveis no seu cotidiano..

Muitos são originários a partir da sua referência cultural e se mantém através do tempo pela tradição oral, através da relação estabelecida com os mais velhos e no núcleo familiar, quando repassam às crianças técnicas dos saberes e fazeres ligados a materiais simples, que as transformam em carrinhos, casinhas, barquinhos, bonecos, pernas de pau, por exemplo. Também são transmitidas histórias, danças e as cantorias, que são utilizadas para passar o tempo.

Diante deste universo, é quase impossível determinar a origem dessas ou daquela brincadeira pela dinâmica da sociedade. No entanto, verifica-se, nas comunidades açorianas do litoral catarinense muitas das brincadeiras reconhecidas como tradicionais pelos informantes são mantidas, através de práticas executadas espontaneamente pelas crianças, outras são incentivadas por professores de arte educação, história e educação física, promotores e grupos culturais e folclóricos que instigam o coletivo para manter as tradições. Foram nominadas durante a pesquisa:

1.1.2.1.1 Amarelinha

É uma brincadeira bastante comum entre as meninas dos municípios do litoral catarinense. Brincam nos terreiros de casas, das escolas, na praia e nas quadras dos condomínios. Qualquer espaço livre serve para produzirem os desenhos que formam os retângulos no chão, que grudam uns aos outros, dando origem a brincadeira. Quando estão sobre um chão rijo utilizam giz, carvão, tinta para impor o formato, caso contrário apenas traçam o chão com um pedaço de madeira.

Sobre a origem da brincadeira a historiografia aponta que no mundo antigo já era conhecida entre as crianças romanas e, que aos poucos passa a ser difundida pela Europa. Outra versão aponta que a sua origem ocorre na França e a partir desse país se espalha pelo mundo levada pelos imigrantes e navegadores.

É uma brincadeira que apresenta variações de desenho, dependendo da comunidade. No litoral de Santa Catarina a forma mais comum consiste na construção de quadrados realizados no chão, reconhecidos pelas crianças por casinhas utilizando um objeto específico, normalmente uma pedrinha que indica a casa a ser pulada. A regra da brincadeira é simples e pré determinada pelas meninas antes de dar o início. Começa pulando a primeira casinha denominada de “inferno” até chegar à última casa, que denominam de “céu”. Esta é a forma mais tradicional encontrada entre as crianças que costumam realizar a brincadeira. Executam, utilizando um pedacinho de pedra, caco de telha que é jogado dentro da casinha, saltando por ela com os dois pés e prosseguindo até chegar à última casinha denominada de céu. Sem colocar o pé no chão faz o processo inverso e, na penúltima casinha, deve se agachar e recolher a pedrinha sem perder o equilíbrio.

Na sequência, deve pular a primeira casa para as outras casas na mesma forma que executou a primeira. Se pular até a penúltima casa da mesma forma, sem errar, pode ir direto para o “céu”. Vence quem percorreu todo o trajeto sem colocar um dos pés no chão, que procede ao rolar a pedrinha certamente dentro da casinha e, assim, sucessivamente. A brincadeira ajuda na socialização da criança e desenvolve o equilíbrio.

1.1.2.1.2 Bandeira

Consiste numa brincadeira mista bastante divertida devido a sua movimentação que envolve um vai e vem. Para o estarte escolhe-se no grupo um líder e demarca-se uma área para se bater a bandeira que pode ser um objeto qualquer colocado no lugar pré-determinado, uma parede de um muro ou de uma casa.

A regra para a execução é simples. Incide no líder ficar responsável em contar até dez, para dar tempo do grupo se evadir e se esconder por entre os espaços. Durante a socialização os meninos e meninas têm como objetivo enganar o líder e bater a bandeira dizendo: um, dois, três, “bandeira”. Caso o líder aviste os integrantes do grupo se repete a mesma frase e vai eliminando-os da brincadeira. É uma brincadeira bastante comum executada durante as férias de verão por ter o dia prolongado. Professores de educação física também durante as atividades escolares, para exercitar a coordenação motora das crianças.

1.1.2.1.3 Bate Manteiga

É uma brincadeira antiga no litoral catarinense, bastante executada nas escolas e nos terreiros das vizinhanças. É uma ótima brincadeira que estimula a esperteza da criança e também a preparação física, coordenação motora e estimula, ainda, a ter um raciocínio rápido devido à forma que é executada.

Para o seu início há que se separar os brincantes em dois grupos e escolhe-se o líder das equipes entre os integrantes, para proceder o comando entre as partes. Após esse ato, risca-se no chão, duas linhas paralelas deixando uma distância uma da outra mais ou menos de 8 a 10 metros, isso depende da idade das crianças, ficando um grande vão entre as mesmas que poderá ser aumentado ou diminuído dependendo, também, do que for acordado no início da brincadeira.

Para o início da brincadeira as crianças ficam perfilados, atrás de uma das linhas com a palma da mão virada para cima e o cotovelo dobrado na altura da cintura. A posição deve ser mantida durante todo o tempo até um representante de uma das equipes ir até o time adversário e passar de um em um, tocando levemente nas mãos que estão estendidas, sendo que, a qualquer momento, ele deve bater mais forte em um dos adversários, gritando: “bate manteiga” e sai correndo de volta em direção ao seu campo, onde está o seu grupo. Se for alcançado pelo adversário durante o percurso passa integrar o grupo adversário desfalcando o seu time. Vence a equipe que terminar com maior número de jogadores.

1.1.2.1.4 Batizado de Boneca

É uma brincadeira tradicional realizada independentemente do nível social da criança. Na atualidade, é uma brincadeira que vem se reacendendo entre as meninas motivadas pela a criatividade do mercado comercial que lança a cada ano novos modelos de boneca.

A brincadeira reproduz na sua maioria o ambiente familiar. A menina ao ganhar uma boneca nova, estabelece o dia do seu batizado, convidando as crianças do seu convívio social para uma festinha que organiza com esmero e cuidado, denominando-a de sua “filha”. Os preparativos para o batizado da boneca, geralmente, envolvem as pessoas mais velhas da casa, na confecção de bolos e guloseimas, bem como na produção da roupa de boneca que são preparadas com a ajuda das mães ou das avós se construindo um verdadeiro ritual repedindo-se a simbologia de um batizado de criança. Na atualidade as crianças utilizam os meios eletrônicos para proceder os convites as parceiras da brincadeira.

1.1.2.1.5 Bolinha de Vidro

É uma brincadeira essencialmente masculina, tradicional, todavia meninas também se aventuram, mas não se converte em prática comum a esse segmento.

Para executá-la basta ter algumas bolinhas disponível e se juntar ao grupo, onde estipulam as regras. Apresenta duas formas: uma está relacionada a uma roda pré estabelecida e a outra o que denominam de linha reta. No chão produzem uma circunferência e no meio desta fazem um buraco com o calcanhar que denominam de boca (buraco raso). A brincadeira neste formato ocorre quando

as crianças se posicionam fora do círculo e jogam a bolinha de vidro para dentro, que significa, tirar o “ponto” e, assim, proceder a brincadeira, após a classificação dos participantes.

No entanto, quem conseguir “embocar” ou ficar mais próximo da boca inicia o jogo e tenta “matar” as bolinhas do adversários que estão no círculo. À medida que assim procedem vão eliminado o adversário e se torna proprietário das referidas bolinhas.

Outra forma de executar a brincadeira está vinculada à “linha reta” traçada no chão, praticada com três “bocas” uma do lado da outra, posicionada sobre a linha, mais ou menos de 50 centímetros de distância uma das outras. No entanto, esse espaço pode ser maior, caso assim, os brincantes determinarem. Na regra pré determinada a primeira “boca” serve como referência para tirar o “ponto”. O criança deverá “embocar” a bolinha de uma só vez. Caso contrário, perde a vez. Assim, procede nas três “bocas”. Somente quando concluí-las poderá matar o adversário, ficando com as bolinhas. À medida que mata fica com as bolinhas. E assim sucessivamente.

1.1.2.1.6 Boloquê ou biboquê

Vincula na memória dos mais velhos como estritamente masculina. Com a evolução da sociedade as meninas se aventuram na brincadeira e disputam com meninos. Na atualidade, os boloquês, geralmente são adquiridos em casas de brinquedos ou em feiras de artesanato. No entanto, muitos brincantes, ainda, preferem produzir o próprio brinquedo. Para se fazer um boloquê ou biboquê a que se ter habilidade no uso de ferramentas domésticas. Podem ser feitos de duas formas: no formato de sino e na forma arredondada. Para o primeiro pega-se um pedaço de madeira nobre e com um canivete vai se escavando o seu interior até atingir a forma desejada. Para ficar bem liso passa-se no torno ou lixa-se com um pedaço de vidro até ficar liso. O tamanho do brinquedo varia, mas geralmente são peças pequenas mais ou menos de uns dez centímetros de altura.

Para dar o acabamento final, pega-se um fio de barbante resistente e prende-se por dentro da mesma com um nó. A outra parte deverá ficar para fora e será amarrada numa haste de madeira, no tamanho de uns quinze centímetros, que será utilizada para se praticar os movimentos e encaixar na base oca do sino. Esta, geralmente, de fácil encaixe, devido ser o buraco maior.

Já para confecção do modelo redondo procede-se da mesma forma apenas fazendo o buraco bem pequeno para ser introduzida a haste durante os movimentos.

É uma brincadeira que atravessou os tempos e não possui regras pré-estabelecidas. Consiste em repetir o que o outro faz se procedendo o ato de embilocar. Brinca-se sozinho desafiando as suas habilidades, descobrindo as várias formas de embilocar ou disputa-se com outras crianças. Quando resolvem proceder alguma disputa, pré-estipulam as regras, geralmente, ligadas a malabarismos realizados para o ato de embilocar.

1.1.2.1.8 Bonecas de pano

É uma tradição que consiste nos saberes das mulheres mais velhas da comunidade com habilidade para confeccioná-las. Para a execução utilizam os restos de tecidos, pequenos retalhos, que dão forma ao corpo da boneca (ANEXO-IV) e fabricam as roupas. São consideradas pelas meninas como um brinquedo inseparável, que no resgate, vêm sendo cada vez mais utilizadas nas suas vivências.

Esse brinquedo, que teve praticamente extinto em muitas das comunidades do litoral, na atualidade, é comum entre as meninas, ocorrendo o feito pelas mães e avós. Essa condição deve-se a duas razões: a primeira delas está relacionada à consciência coletiva das mães em buscar as tradições das suas brincadeiras de criança, outra, está ligada à divulgação através de grupos folclóricos que traduz a brincadeira em cena próprias durante as apresentações.

A ação de resgate tem estimulado professores das primeiras séries iniciais a motivar a brincadeira com as referidas bonecas entre as meninas, o que também acompanha as explicações de como são executadas pelos mais velhos.

Para isso, tem ocorrido o envolvimento das avós no repassar o saber e também a produzir as bonequinhas, nos espaços escolares, ministrando oficinas do saber. A importância consiste sobre dois aspectos a saber: a primeira a criança tem contato com a história das avós, conhecendo uma brincadeira que faz parte da tradição oral e da evolução dos brinquedos e, a outra, estimula a criatividade, proporcionando à menina a produzir a própria boneca, manipulando uma série de

materiais, como pedaços de tecidos, escolha de cores, lápis para pintar os olhos, agulha e linha, estimulando a criatividade.

1.1.2.1.9 Cantigas de Roda

Talvez, a brincadeira feminina mais antiga e repercutida entre as crianças não só no litoral catarinense. Consiste em traduzir as cantigas e as modas que aos poucos foi se perderam no tempo. É considerada parte do patrimônio imaterial brasileiro vinculada ao repertório da canção popular folclórica. A herança, é oriunda da bagagem dos imigrantes europeus, quando da chega a Santa Catarina, neste caso específico ao conhecimento popular vinculada as famílias dos povoadores açorianos, que através de ações de resgate procuram reviver, estimulada por grupos culturais, folclóricos e professores das séries iniciais, que estimulam a brincadeira durante as atividades escolares. Elas fazem parte das histórias infantis e animam as brincadeiras das meninas nas manhãs e tardes livres, quando se juntam como seus grupos sociais. Na atualidade, mesmo que essas crianças estejam envolvidas com a era da internet, a brincadeira tem aparecido gradativamente nas comunidades urbanas e rurais e se mantém como prática de brincadeira infantil. Obviamente, não conta com a intensidade dos terreiros das avós, haja vista a verticalização das construções e do encolhimento dos espaços causados pela densidade populacional das cidades.

As cantigas motivam o acolhimento e a socialização das crianças. É democrática, agregam sem distinção de raça, cor ou religião. É uma brincadeira que basta dar as mãos e puxar os versos da cantiga que a roda começa a girar e tem a capacidade de produzir o ajuntamento. As meninas, têm por hábito, emendar uma cantoria a outra, como exemplo: atirei o pau no gato, a ciranda ou cirandinha; fui no Tororó beber água; o cravo brigou com a rosa, dentre tantas outras, herdadas no meio familiar.

Câmara Cascudo (1988), nomeia que as cantigas permanecem no tempo e possuem um caráter constante na memória das populações por serem transmitidas através da oralidade, onde se agrupam e se redefinem com o passar das gerações.

1.1.2.1.10 Corrida do ovo

É uma brincadeira bastante antiga que representa competição entre as crianças ou adolescentes, estimulando a coordenação motora. É realizada para

animar festas de crianças e nas escolas está relacionada ao calendário de festas comemorativas. Na memória dos mais velhos vinculam ser esta uma brincadeira típica de terreiro, ao ar livre.

Na tradição oral não é apontada uma origem certa para a brincadeira, mas é considerada entre os informantes como sendo bastante antiga e aparece durante os festejos juninos como uma atração das festas. Há quem acredite que veio na bagagem dos imigrantes portugueses para o Brasil e por aí se expandiu por todo o território nacional.

Existe várias formas de brincar. A mais tradicional consiste em prender o cabo de uma colher de tamanho normal com os dentes e sobre ela colocar um ovo de galinha cru ou cozido. Para o início desta brincadeira marca-se no chão uma linha para saída e outra para a chegada, após dez a quinze passos. É importante mencionar que o tamanho do campo a ser percorrido poderá depender do acordo estabelecido anteriormente entre os líderes dos participantes.

Para executar a brincadeira não existe um número determinado de crianças ou jovens. No entanto, é interessante organizar a brincadeira de acordo com o tamanho das criança, para que o tamanho fique equilibrado. Vence a brincadeira quem chegar primeiro e não deixar o ovo cair durante o percurso.

1.1.2.1.11 Corrida do Saco

É uma brincadeira, geralmente mista que requer habilidade e velocidade dos participantes. Para executá-la os grupos devem ser divididos por faixa etária, sob a responsabilidade líder escolhido pelos brincantes ou um adulto que estiver a frente da brincadeira.

O primeiro passo consiste em proceder um risco no chão, produzindo uma linha demarcatória e, em seguida, posicionar as equipes atrás da linha. Após o procedimento conta dez passadas, a princípio, para ser realizado outra linha no chão que simbolizará a marca da chegada.

Na sequência são distribuídos os sacos de tecido aos brincantes que deverão vesti-los imitando as calças de pessoas adultas. São utilizados sacos de tecidos de 50 quilos ou de plásticos resistentes. As crianças ou adultos se colocam dentro, segurando as pontas e, ao sinal do líder, procedem a corrida aos pulos até atingir a marca indicada anteriormente. Vence quem chegar primeiro.

1.1.2.1.12 Esconde-Esconde

É uma brincadeira muito comum no litoral catarinense, conhecida como brincadeira de verão. Ocorre geralmente nos finais de tarde, adentrando à noite. Reúne crianças e jovens dispostos a correr, procedendo um vai e vem, para enganar o líder da brincadeira.

As regras se apresentam de forma simples. Primeiro o grupo reunido escolhe um líder da brincadeira. Na sequência, o líder da brincadeira terá a função de estipular um tempo imaginário, geralmente contado em voz alta, de um até dez, para dar tempo dos participantes buscarem um lugar próximo da bandeira, marcação do local, estipulado anteriormente pelos participantes, que serve de base, onde os escondidos deverão enganar o líder e bater a bandeira sem ser vistos pelo líder.

Outra regra da brincadeira consiste em, o líder, ao avistar um dos brincantes, contar até três em voz alta e mencionar o nome do colega, para identificar que foi visto e deverá se entregar. Os identificados pelo líder vão saindo fora da brincadeira e, assim, sucessivamente. Vence aquele que não conseguir se pego pelo líder, o qual se transformará no próximo líder.

1.1.2.1.13 Escravos de Jó

Brincadeira utilizada, geralmente, em casa, principalmente nos dias de chuva. Serve para acalmar as crianças alvoroçadas e dar a elas uma atividade de entretenimento. Também bastante utilizada quando a família está reunida e serve como motivação para testar a atenção das crianças. Não distingue meninas e meninos. Todos podem fazer parte da brincadeira.

Para se iniciar é necessário que o grupo disposto à prática da brincadeira deva sentar-se numa superfície plana ou no chão ou em cadeiras sobre uma mesa para facilitar a colocação de uma das mãos, pois é através delas que acontece toda a habilidade na execução. As crianças e adultos podem ficar perfilados ou em roda. Inicia-se com uma pedrinha na mão ou um pequeno saquinho de arroz ou uma caixa de fósforo pequena. Ao ritmo da cantoria as palavras ditam movimento em forma de zigue-zague.

Inicia-se o movimento sempre pela direita, da seguinte forma: cantando “**os escravos de Jó**, jogavam caxangá (a direita executa o movimento primeiramente do vai e vem, passando a pecinha para o próximo brincante); quando cantam a

palavra **Tira** (cada um dos brincantes levanta o objeto que está em suas mãos); e seguem com a palavra **Bota** (cada jogador coloca o objeto no chão) e deixa o **Zé Berê ficar** (executam o movimento deixando a pecinha com o próximo); **Guerreiros, com Guerreiros** (voltam a passar o objeto para à direita); **Fazem Zigue** (colocam o objeto na frente do jogador a direita, mas não soltam) e repetem o movimento à esquerda, quando pronunciam **Zigue**, (mas também não soltam) e por último o **Zá** (colocam o objeto à frente do jogador à direita e repete-se o movimento). Quanto mais rápido se fizer o movimento mais chance se tem de fazer o companheiro ao lado, errar. Vence quem não cometer nenhum erro.

1.1.2.1.14 Malhação de Judas

É praticada no litoral de Santa Catarina e simboliza no imaginário popular a figura de Judas Iscariotes, o traidor de Jesus. Os brincantes transferem para a figura, a sua insatisfação com situações de ocorrência política ou social pessoal ou da coletividade. Esta prática acontece na sociedade como uma brincadeira de adolescentes e adultos, onde a criança também participa, estimulados por um grupo de pessoas que a colocam em prática no sábado de Aleluia.

Para a reprodução do “indivíduo” criam uma imagem a semelhança. Juntam uma série de materiais e iniciam o processo na maioria das vezes as escondidas. Utilizam uma roupa velha masculina calça, chapéu de palha ou feltro, pedaços de retalhos e estopas, camisa, gravata, sapato e outros adereços que fazem parte da indumentária do indivíduo que desejam representar. Quando o boneco está pronto é carregado para rua e pendurado num poste ou numa árvore, na maioria das vezes, em sigilo, para que ninguém identifique o “dono”, e não causar nenhum constrangimento, para o executor, ou executores. Assim procedem e deixam a disposição para que as pessoas insatisfeitas malhem a criatura e por fim ateiem fogo para eliminá-lo da sociedade.

1.1.2.1.15 Malho ou Calha

Jogo masculino praticado entre crianças, adolescentes e adultos, hoje já não se brinca com tanta intensidade. No entanto, ressalta-se, que em festas tradicionais das comunidades do litoral catarinense, vez por outro, aparece como atrativo, ocorrendo campeonatos a fim que a brincadeira permaneça viva. É

praticado por homens e raramente, ocorre o envolvimento de mulheres nas competições na forma individual ou coletiva.

Para executá-lo é necessário um pedaço de madeira no formato de um pino, ou de uma lata. Estes são apelidados pelos brincantes de malho. O malho deve ser leve para facilitar a sua derrubada, quando arremessado as calhas. Essas, por sua vez, podem ser feitas de chapinha de ferro redondinhas e pequenas, ou pedaços de cacos de telha quadrados, produzido pelos próprios brincantes.

Num espaço vazio, formando um corredor, a brincadeira tem início com a fixação do malho numa ponta do espaço, determinado pelos seus integrantes. Na outra extremidade traça-se no chão uma linha para que os participantes não avancem e fiquem todos na mesma posição. Os jogadores com as suas calhas na mão, lançam uma a uma para derrubar o malho. Cada malho, ao ser derrubado significa pontos, estes, pré-estabelecidos no início do jogo. É uma brincadeira divertida, que requer habilidade e concentração dos jogadores e vence quem efetuar o maior número de pontos e permanecer por mais tempo na brincadeira.

1.1.2.1.16 Mata Soldado

É uma brincadeira caracterizada no litoral catarinense como antiga, também conhecida por alguns informantes de queimada. É mista, realizada nos terreiros das residências ou espaços vazios, para permitir a movimentação durante a brincadeira. Com a expansão urbana essa prática encolheu, porém, dos espaços dos terreiros, buscam outros espaços.

É uma brincadeira espontaneidade quando as crianças se juntam. Todavia, os profissionais de Educação Física, utilizam para desenvolver a coordenação motora e desenvolver o equilíbrio e a esperteza dos alunos e, com isso, a brincadeira se mantém viva nas comunidades.

Assim como na maioria das brincadeiras existem regras distintas. Para o seu estarte a regra é bastante simples e consiste em fazer um retângulo no chão, no formato de um campo e o brincantes se posicionam. Os brincantes recebem o nome de soldados. Fora da linha, nas extremidades do campo, os líderes se posicionam (são dois) e possui a função de matar os soldados, remessando a bola sobre eles. Num movimento de vai e vem de um líder para outro, procedendo ação, com o objetivo de atingi-los e tirá-los da brincadeira.

Para se livrarem da morte os soldados correm de um lado para outro do campo, de frente para o adversário. Nunca ficam de costa. O objetivo é perceber o movimento dos mesmos e a trajetória da bola. Ficam atentos e só podem pegar a bola se ela estiver no ar. A bola não poderá tocar no corpo dos sujeitos da cintura para baixo, caso contrário são eliminados. Vence a brincadeira o grupo que permanecer com um soldado que não foi atingido e, se repete a brincadeira, até haver disposição das crianças.

1.1.2.1.17 Ovo Choco

Consiste numa roda de crianças, geralmente composta por meninas. Todas agachadas sobre os joelhos se posicionam viradas para o centro da mesma. Para executar a brincadeira escolhem uma líder que ficará fora da roda. A primeira providência da líder é arranjar um galhinho de árvore ou uma pedrinha. De posse do objeto a mesma corre por fora da roda com um objeto na mão, procurando enganar as crianças, utilizando, por vezes, de alguma cantoria. Imitando esperteza, dará várias voltas para distrair as crianças.

Num certo momento, executando um movimento rápido, coloca o objeto atrás de uma criança escolhida de forma aleatória. Se a criança perceber o objeto, junta-o e sai correndo para alcançar a líder, que tem por objetivo, atingir o seu lugar. Caso isso não aconteça, a líder será presa e irá para dentro da roda chocar o ovo. Caso contrário, o processo é o mesmo. A líder conduzirá a criança ao centro da roda e continuará desenvolvendo o papel de líder até conseguir enganar outra criança ou ser pega por ela, e assim, sucessivamente. Esta brincadeira tem por objetivo estimular a esperteza, a velocidade e a coordenação motora.

1.1.2.1.18 Pandorga ou Pipa

Outra brincadeira tradicional entre as crianças. Cantada em prosa e verso pelo poeta se distingue por ser uma brincadeira essencialmente masculina. Essa unidades enfeitam o céu durante o período de maio e outubro, quando ventos são propícios. Diz o ditado popular “onde há vento, há a brincadeira”. As meninas, quanto tentam se inserir na brincadeira e nas disputas organizadas pelos meninos

não são bem vistas por eles, narra Valdir Agostinho²⁸ (2012). E, continua, este fazer desperta o convívio e a socialização, pois aqueles que desejam fazer suas pandorgas, geralmente, se reúnem e trocam os seus materiais, como: papel fino colorido, vareta de bambu já raspada, cola (grude, feito em casa, com farinha de trigo e vinagre) e a linha de carretel, para fazer a rabiola e, também, serve para proceder o movimento de içá-la.

Segundo o pandorgueiro, a regra para a execução que envolve a prática da brincadeira consiste em soltar o brinquedo e mantê-lo o mais alto possível e por maior tempo, no ar, e assim, adultos e crianças se divertem nesta brincadeira secular trazidos pelos açorianos para o litoral catarinense. Sua origem é chinesa e atravessou os tempos, circulando no imaginário das pessoas de porto em porto.

A brincadeira também possui regras, estimuladas pelos brincantes durante o período que escolhem para empiná-las. Todavia, uma regra proibida, na atualidade, consiste em não permitir o uso do cerol (vidro, picado e amassado envolvido na cola ou no breu, que se passa na linha da pandorga que a mantém no ar). O mesmo, serve para cortar as demais linhas dos brincantes e derrubar as pandorgas dos adversários, quando estão em disputa.

Executam movimentos rápidos que conduz ao feito. Esse ato do movimento rápido, atrelado às corridas que emprenham fugindo do “adversário”, muitas vezes, causam acidentes graves e pode levar até a morte, quando correm sem direção podendo se chocar com veículos ou com os próprios brincantes. Fato que as autoridades tem se preocupado e as escolas tem se manifestado com orientações e propagandas de conscientização,

1.1.2.1.19 Pata Cega

É uma brincadeira bastante antiga do litoral catarinense. Não existe registro quanto a origem. É através da oralidade que se manteve nas comunidades. Alguns autores se referem e a citam como uma brincadeira secular. É através da memória oral que os informantes, quando questionados, possuem o conhecimento da brincadeira. Sabem, no entanto, que faz parte do imaginário e da sua herança

²⁸ O músico e artesão pandorgueiro, Valdir Agostinho, da Lagoa da Conceição, é um manezinho que, por tradição, cria pandorgas fora do padrão original, as quadradas. Na sua criatividade, imprime as pandorgas formas ovaladas, cilíndricas, impetrando a elas muitas cores e lhe conferindo modelos únicos. No fazer, cada indivíduo desenvolve a sua criatividade e o seu segredo para que se torne um objeto leve e de fácil manejo comenta o pandorgueiro.

cultural com prática durante as festas em comemoração à Santo Antônio e a São João e mais recentemente a ocorrência se dá no mês de outubro, quando das comemorações ao dia da criança.

Aparece, também nas festas comemorativas de escolas, quando professores, comprometidos com a cultura local, revivem a brincadeira, não havendo distinção entre idade e gênero. Todos os envolvidos se divertem com a brincadeira dispostos ao comando de um líder escolhido entre os brincantes. Escolhem o que possui astúcia, desenvoltura corporal, destreza e agilidade para incorporar o papel da “Pata Cega”.

Na memória coletiva a “Pata Cega” representa um andarilho, que desde a antiguidade, percorre o mundo. Também pode estar vinculado ao desenvolvimento social de uma pessoa que possui dinheiro na comunidade e por ser sovina, prende o dinheiro ao seu corpo para não ser roubado. Todavia, em contato com as pessoas reproduzem a brincadeira, vendando os olhos do brincante, para roubá-lo e assim manter a tradição. Na representação escolhem um rapaz ágil que desempenhará o papel do andante e para a brincadeira ficar mais excitante vendam os olhos com um lenço e lhe dão um porrete.

Paramentado a “Pata Cega” está pronta para o início da brincadeira, que, no comando de frases mencionadas pelos presentes, escuta atenta: “pata cega, de onde vens? Ela responde: venho do Oriente. O que trazes? Ela responde: um saquinho de vintém”. As crianças ou adultos ouriçados não deixam a “pata cega” em paz e respondem, perseguindo-a com o objetivo de tentar roubar o seu saquinho de vintém (dinheiro), mencionam em voz alta “me dá uma, me dá uma”? E assim vão perseguindo a “Pata Cega” sem dar trégua, até conseguir o seu objetivo, o que se torna bastante difícil, porque a mesma se protege com o porrete, procedendo movimentos leves, para não machucar ninguém.

A brincadeira é encerrada quando um dos brincantes consegue roubar o saquinho de vintém, amarrado na altura da cintura do seu corpo.

Outra forma consiste em pendurar um pote cerâmico, repleto de guloseimas, sobre uma trave de madeira, construída com mais ou menos uns três metros de altura do chão. As guloseimas neste caso simbolizam o saquinho de vintém (moeda/dinheiro), assim a “**Pata Cega**”, com os olhos vendados, tenda enganar os brincantes e distraí-los para não ser roubada. Por outro lado, a criança possui o objetivo de conduzi-las até o pote, gritando, todos de uma

única vez: **“Pata-Cega” de onde vez? Venho do Oriente. Para onde irás? Para o Oriente.** As crianças em coro respondem **por aqui, por aqui.** Fazendo-a movimentar-se, até a trave, que contém o pote com as guloseimas. Desta feita, encurralando-a. Enfurecida, pois as crianças tentam agarrá-la, tenta se defender com o porrete, acertando o poste, para deleite das crianças. Encerrando a brincadeira.

1.1.2.1.20 Pé-de-lata ou sapato alto

É uma brincadeira mista que envolve crianças e adolescentes. É fácil de fazer é fácil brincar, garante o informante Raul Rocha, da Vila da Glória, em São Francisco do Sul (2012). No seu relato os meninos calçam os pés de lata e saem pela rua de chão batido para exibir o equilíbrio sobre o objeto, principalmente quando disputam corridas uns com os outros.

Para se construir o brinquedo basta ter pequenas latas à disposição, cordão ou corda bem fina. Tem que ser forte para não arrebentar. O processo de construção é repassado no ambiente familiar, quando adultos e crianças juntam o material para criar e produzir os próprios brinquedos.

Na execução do pé de lata ou sapato alto, furam uma das extremidades da lata bem ao meio, introduzem o fio e amarram com um objeto qualquer de ferro ou madeira resistente dentro da lata para o fio não escapar. Na sequência, repetem o ato na outra extremidade do fio, posicionando a outra lata, ficando, assim, o processo pronto e o brinquedo à disposição do brincante.

Na atualidade é demonstrada em feiras, festas comunitárias e nas escolas, para estimular a salvaguarda da brincadeira e, também, utilizada como objeto pedagógico visando estimular o equilíbrio das crianças sobre dois objetos.

1.1.2.1.21 Perna-de-pau

É uma brincadeira comum entre as crianças e adolescentes do litoral catarinense. Geralmente brincada por meninos. No entanto, as meninas já se inserem. Basta haver o brinquedo à disposição, ter habilidade e manter o equilíbrio para se colocar de pé sobre dois pedaços de madeira. É considerada pelos informantes como uma das mais tradicionais entre os brinquedos das crianças do litoral

É um brinquedo simples de fazer, mas há que ter habilidade e um pouco de conhecimento de marcenaria, para executar a confecção das peças (pernas), por isso, as crianças raramente produzem, ficando na responsabilidade dos adultos.

O conhecimento é passado de pai para filho e o material para a execução é o bambu ou pedaços de madeira, como por exemplo, as estacas resistentes de cedro, angelim ou outra madeira que ofereça segurança.

A brincadeira incide em desafiar os amigos para uma corrida, ou simplesmente andar de um lado para outro, se equilibrando sobre elas. A criatividade também faz parte da brincadeira através da organização de corridas com regras pré-determinadas. Não se sabe, ao certo a sua origem. No entanto, ela permeia o conhecimento das pessoas do litoral catarinense, sendo apreciada pelas crianças, e os grupos folclóricos e culturais que a utilizam-na como brincadeira nas suas apresentações, como sendo de referência cultural.

1.1.2.1.22 Peteca

É considerada uma brincadeira feminina tradicional, praticada uma a uma ou em dupla sem regra aparente, ao contrário de outros estados brasileiros, como Minas Gerais, que a executa entre adultos homens e mulheres com regras definidas e pré-determinadas, organizando, inclusive, campeonatos.

Para executá-la as crianças realizam no chão uma demarcação do espaço no formato retangular como se fosse um campo de futebol. Risca-se ao meio para dividir os espaços e não haver invasão do adversário quando se está jogando. Pode-se, também, utilizar uma corda ou uma rede que força a delimitação do espaço, dependendo do tamanho do grupo ou do espaço.

A peteca é feita de material reciclado encontrado em casa. A base da peteca para ser feita necessita de mãos habilidosas que saibam costurar à mão, ou em máquinas, a partir de um pedaço de couro previamente cortado na forma de um círculo do tamanho do fundo de uma xícara média. Também se produz utilizando a palha de milho. Essas as mais tradicionais. Quando costurada e preenchida com estopa procede-se o achatamento para não ficar redonda. Após a base feita, acrescenta-se algumas penas de galinha que ficam expostas e facilitam o voo quando a peteca é arremessada.

Ao dar início à brincadeira, lança-se a peteca com a palma da mão para o campo do adversário que, assim, repete o ato sem deixa-la ir ao chão. No entanto, toda vez que a peteca cair no chão marca-se ponto para quem a lançou. É uma brincadeira incentivada a prática pelos grupos folclóricos do litoral catarinense, durante as apresentações, quando estão produzindo a etnografia dos espaços sociais que representam.

1.1.2.1.23 Pião

O “*Ó pião entrai na roda, o pião entrai na roda, ó pião ...*”, assim descreve o poeta popular. Cantado em prosa e verso, permeia o universo masculino. Uma das informantes afirma, ser uma “brincadeira de menino, porém, as meninas gostavam de participar e, assim, procedem desafiando, muitas vezes, os meninos”.

O pião, é um elemento rústico, mas bem produzido pelo artesão vira uma peça de disputa entre os amigos. É feito com pedaços de boa madeira (cerne) para não rachar. Começa sendo esculpindo inicialmente pela parte superior. Com um canivete até ser moldado, para receber a fieira, uma espécie de barbante fino, que tem a finalidade de tocar o pião após ser enrolado sobre ele.

Numa extremidade, coloca-se o ferrão (uma ponta de prego afiada) que será a peça fundamental para fazê-lo dançar utilizando-se a fieira, geralmente untada com sebo, cera de abelha ou parafina, para melhor enrolar e deslizar sobre o seu corpo. A fieira é colocada sobre a cabeça do pião e esticada até o ferrão, então se enrola até o meio do mesmo para atirá-lo ao chão.

Para executar a brincadeira, há de se determinar algumas regras. A primeira delas, está relacionada na formação da roda. Uma circunferência feita no chão batido de barro, denominado pelos participantes da brincadeira de “rinha”, onde se posicionam fora da roda e lançam para dentro o pião, mostrando habilidade na forma de executar o movimento. Também, ocorre a exibição individual. Na atualidade, apenas brinca-se nos terrenos vazios, próximo as residências, haja vista a falta de espaços livres nos centros urbanos.

Outra forma que a brincadeira se apresenta está relacionada o que denominam executar a “guerra de ferrão” ou “guerra de galo” que consiste dos brincantes ficarem fora da roda ou “rinha”, e procederem o lançamento dos piões para o meio da roda com a intenção exclusiva de quebrar o pião do concorrente. Forma-se neste movimento, quase que um bailado, devido a rapidez que executam

os lançamentos. Todavia reverte-se num momento bastante perigoso que requer concentração, para não cometer erros e machucar os brincantes.

1.1.2.1.24 Pula Corda

É uma brincadeira feminina tradicional, com algumas intromissões masculinas apenas com o intuito de desmanchar a brincadeira. Não existe regras para executar a brincadeira. Basta ter um pedaço de corda de uns cinco metros de comprimento, de preferência de sisal; duas meninas uma para cada ponta, para executar o boleamento e todas poderão entrar na brincadeira, geralmente uma a uma, que executam o movimento, pulando sobre o boleamento. Não existe um número determinado de meninas para a brincadeira, enquanto couber na corda assim procedem. São eliminadas à medida que tropeçam na corda.

Outra forma de brincar consiste em produzir o boleamento com as duas cordas ao mesmo tempo, onde as meninas pula de um lado para o outro, para não bater na corda. Requer habilidade e atenção de quem está executando o bolear para que o movimento sincronizado se mantenha, também das que estão no centro da corda, para não embarçar os pés na corda e interromper a brincadeira.

As meninas entram na corda da mesma forma anterior, uma a uma, até a corda ficar cheia. Saltam sobre a corda mantendo o movimento de um lado para o outro à medida que a corda encosta no chão até perderem o equilíbrio.

1.1.2.1.25 Rodinha de Ferro

É uma brincadeira masculina que requer habilidade para manter o equilíbrio da roda em movimento pela criança, que, ao conduzi-la, procede utilizando uma haste de mais ou menos 80 cm, envergada numa das pontas, para encaixar a rodinha, que serve para empurrá-la. A roda de ferro possui 20 cm de diâmetro, espessura de meio centímetro e produzida segundo os saberes repassados pelos pais e avós.

A brincadeira pode ser realizada de forma individual ou coletiva, quando executada com vários amigos, normalmente gera uma corrida de alguns metros que de antemão, estabelecem a distância a ser percorrida ou apenas ficam circulando para verificar quanto tempo a rodinha fica em movimento sem ir a chão e, assim, a brincadeira popular se mantém entre os admiradores.

O Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu tem incentivado esta prática, quando realiza as oficinas da cultura popular para que professores, artesãos e adeptos da brincadeira continuem executando o saber que produz entre os seus pares, cordialidade, sensibilidade, solidariedade entre os brincantes além de salvaguardar o patrimônio imaterial.

1.1.2.1.26 Sete Marias

No coletivo popular foi trazida na bagagem pelos povoadores açorianos quando aportados na antiga Ilha do Desterro. Espalha-se pelo litoral na medida em que o povoamento avança para costa e seu interior. Considerada de referência cultural, também, conhecida em algumas comunidades como cinco Marias. É estritamente feminina e inicia as meninas a ter contato com o ato de costurar, a cortar o tecido e a socializar o material com as amigas.

O brinquedo é feito de pequenos saquinhos de tecidos coloridos, preparado principalmente pelas mães e avós ajudando as meninas durante o processo. São preenchidos com areia, arroz, feijão ou farinha, costurados, em seguida, à mão. O buscar no quintal pedrinhas roliças ou sementes de árvores.

Para o início da brincadeira é necessário escolher, no grupo, a primeira menina que dará início. Para isso se realizar, existe uma regra: ganha a disputa aquela que colocar os sete saquinhos sobre a palma da mão, e de uma única vez, deverá lança-los para cima, devendo cair sobre as costas da mão. Esse movimento deverá ser executado rapidamente. Aquela que ficar com o maior número de saquinhos sobre as costas da mão dará início à brincadeira e, assim, sucessivamente. Já, na segunda fase, a menina iniciará a brincadeira sobre os olhos atentos das amigas. Jogará todos os saquinhos para o alto e deixará cair no chão sem interferir no posicionamento dos mesmos. Escolherá um saquinho (o mais difícil) e jogará o mesmo para o alto, tentando, num único movimento, recolher apenas um dos que estão no chão e, também, os lançados, e assim procederá o movimento em sequência até o último saquinho. Repetirá o movimento, agora tentando pegar dois saquinhos de uma única vez e assim sucessivamente até o último saquinho. Terminada esta fase, com uma das mãos, fará uma ponte (arco), cruzando o dedo anelar sobre o indicador, posicionando-os no chão em paralelo com o dedo polegar. Repetirá o processo da primeira fase, só que, desta vez, os saquinhos deverão ser conduzidos por debaixo da ponte, um a

um. Ganhará a brincadeira aquela que conseguir realizar todas as etapas sem interrupção.

1.1.2.1.27 Taco

É outra uma brincadeira tradicional que ocorre entre meninos, quando estão de posse de dois pedaços de madeira e uma bola de oito centímetros de diâmetro. É também considerada um jogo, que tem como delimitação a composição de duas duplas que se define, antes mesmo, do início do jogo. Possui regras pré-determinadas.

Preparam a área, marcando no chão um círculo e no seu centro um novo círculo, onde coloca-se um triângulo feito de bambu ou pedaço de galho fino de árvore que denominam de “casinha”. Atrás do círculo maior fica um dos adversários e, o outro, protege a casinha com o seu taco posta ao chão com as duas mãos, bem próximo da mesma, para não ser derrubada.

Inicia-se a brincadeira arremessando para a frente com uma das mão a bola denominada de “sete capa”, produzida em couro ou em borracha. O objetivo é rebater a bola no ar e colocá-la o mais longe possível. Ao proceder o ato, os que estão com o taco, correm de uma casinha a outra, cruzando os tacos no centro do campo e procedendo a pontuação. Há que ser velozes, quando mais movimentos fizerem de um lado a outro, mais pontos acumulam.

Durante este procedimento cabe ao adversário, quando de posse da bola arremessar sobre a casinha, como a intenção de derrubá-la, caso aconteça, tomam o lugar da dupla. E, assim, o jogo procede até cansá-los, ou até atingirem um determinado número de pontos pré-fixado no início.

Neste bate e rebate outra regra básica estabelecida prende-se no seguinte: nenhum adversário arremessador poderá derrubar a casinha se o adversário estiver em seu território, protegendo-a com o taco sobre o círculo em que se encontra a casinha. Taco no ombro sempre, quando irão proceder os arremessos. É uma brincadeira que requer agilidade, reflexo e bom preparo físico dos participantes, tanto para realizar os arremessos, quanto para procederem as corridas que seguem de um lado para o outro, incentivados pela torcida que se coloca às margens do campo.

1.1.2.2 Folguedos

O Brasil é um país que reúne uma variedade de folguedos, reflexo da multiculturalidade da ocupação do seu território. Nesse processo Santa Catarina não é diferente e estão no litoral uma série destas manifestações transmitidas pelos mais velhos às novas gerações e por mestre que mantém a tradição. A exemplo, citamos, o que foi apontados pelos informantes durante o processo de investigação, muitas das quais, ocorrem de maneira natural, outras são estimuladas por grupos culturais, escolas, agremiações com o objetivo de se manter as referências culturais herdadas e que fazem parte da identidade local.

1.1.2.2.1 *Brincadeira do boi, Farra do boi ou boi na vara*²⁹

Brincadeira secular tradicional entre os descendentes de açorianos no litoral de Santa Catarina. Trata-se de uma modalidade de tauromaquia popular advinda dos Açores em meados do século XVIII, inclusa na bagagem cultural luso-ibérica dos casais açorianos, menciona o Antropólogo Eugênio Lacerda, do Núcleo de Estudos Açorianos de Santa Catarina. Vincula que a prática se estabelece dado ao ambiente propício e “adquiriu outras formas, de acordo com as condições do meio ambiente, da economia do gado e das situações de contato inter-étnico”. A esse respeito o Historiador, Valmir Martins, da Universidade Federal de Santa Catarina, defensor da prática, possui a convicção que existe uma íntima relação com o Arquipélago dos Açores, mas não descarta a possibilidade de ter ocorrido uma reinvenção da brincadeira, nesse território.

A brincadeira é essencialmente masculina e as mulheres, em grande parte comunidades, observam à distância, exceto no município de Governador Celso Ramos, onde as mulheres, jovens e crianças, participam da brincadeira, contribuindo com cotas para compra do animal. Segundo o depoimento de uma das informantes, esta é uma forma de agrado, realizada pelas mulheres aos seus homens (maridos) que se encontram há meses na pesca de alto-mar, quando chegam em terra, para os festejos de Páscoa.

²⁹ A denominação do termo farra do boi ganha força na mídia durante a década de 80 do século XX, atribuída pela imprensa brasileira a partir da polêmica estabelecida pelo então Governador da época, Pedro Ivo Campos, que lança o desafio político de proibir e extinguir a referida manifestação cultural em todo o litoral catarinense. Fato este, que não ocorreu. Porém, reascende nas comunidades a discussão sobre o assunto, despertando de maneira acirrada, o espírito de luta entre os simpatizantes, para que se mantenha a tradição de influência açoriana.

Ocorre com o boi solto pela comunidade. Todavia, a partir da década de oitenta, do século XX, a brincadeira tem sofrido uma série de restrições, ocasionando a proibição pelo poder público. Algumas comunidades para não ter a prática extinta, optam em brincar com os animais em lugares fechados, os denominados mangueirões, o que na concepção de algumas comunidades a interferência do governo não se justifica a uma prática cultural secular. Essa situação tem ocasionado a cada ano, um desconforto político, entre o poder público e as comunidades, gerando cada vez mais polêmicas, represálias e até prisões por conta do fato.

1.1.2.2.2 Boi-de-Mamão

É uma “brincadeira de terreiro que requer espaço”, assim denomina o mestre puxador da cantoria improvisada do “Boi de Mamão da Garopaba”, um dos mais tradicionais do litoral de Santa Catarina, pela forma de como o mestre improvisa os versos. Tradicionalmente configura-se como uma brincadeira alegre, centrada na figura do boi, onde crianças e adultos se identificam com a bicharada durante o ritual de apresentação.

Durante o ato, os personagens se apresentam individualmente um a um obedecendo ao chamado do mestre. A cantoria marcada pelos instrumentos musicais (acordeón, pandeiro, tambor e cavaquinho), dão sentido a brincadeira, composta por vários personagens: o boi, a bernunça, a cabrinha, o urubu, a Maricota, a benzedeira, Mateus, cavalinho considerados os elementos mais tradicionais. As investidas do boi sobre a plateia, as da Maricota faceira e a bernunça, causam fascínio e ao mesmo tempo medo na criançada; o ato em si transforma a brincadeira num verdadeiro teatro popular.

Quanto a sua origem e a denominação de “Boi-de-Mamão” figura no imaginário popular como algo divergente. Todavia, a mais citada pelos informantes é a de que o Boi, figura principal do folguedo, ao ser confeccionado, pela primeira vez, teve a cabeça feita de o mamão verde evoluindo para outros tipos de maneiras como a aplicação da cabaça, catuto e do papel marche. Geralmente, na atualidade, o acontecimento ocorre em qualquer época do ano, basta o grupo ser chamado a uma apresentação.

É importante salientar que esta brincadeira ficou nos costumes do litoral de Santa Catarina, incorporando, inclusive, versos do folclore genuíno açoriano, como

por exemplo, a cantoria que traz a cabrinha para roda, configura-se numa versão da cantoria da “Ritinha”, necessitando, neste caso, uma maior investigação. A brincadeira não é típica dos Açores, mas costumam mencionar os manezinhos do litoral: “é típica dos descendentes de açorianos do litoral catarinense”. No entanto, considera-se uma brincadeira híbrida, que agrega à sua história, elementos da cultura dos afrodescendentes e a luso-brasileira.

A confecção dos personagens é artesanal e utiliza a mão de obra dos mestres que repassam o saber a criança e aos adolescentes. É um trabalho elaborado por todos, que agrega sabedoria e responsabilidade, quando trata da manutenção e divulgação do saber. Utilizam tecidos de chitão colorido, e para o esqueleto da bicharada, taquara de bambu, restos de tecidos, cola e linha para costurar. Também, improvisam em muitos casos, utilizando a técnica do papel mache, produzindo os elementos bem leves para facilitar a dança da bicharada durante a brincadeira.

1.1.2.2.3 Entrudo

É considerada na cultura popular como uma das primeiras manifestações do carnaval, trazida pelos portugueses açorianos para o litoral e está praticamente extinta nos municípios do corredor cultural açoriano, salvo algumas exceções no interior de Biguaçu, Governador Celso Ramos e Laguna, encontrado durante a pesquisa.

Todavia é mencionada com detalhes pelos informantes. Figura na memória coletiva. A ocorrência se manifesta durante o sábado de carnaval, onde a juventude saía a rua com saquinhos de água de cheiro, para jogar uns nos outros, ou ainda, jogar numa residência indicando que o cidadão está interessando numa rapariga naquela casa. É uma maneira de demonstrar carinho por alguém na tradição popular.

O preparo dos saquinhos consiste em enchê-los com água de cheiro previamente preparada. Ferver-se uma vasilha de água e acrescenta-se as folhas de laranjeira, alecrim, pau de canela, por exemplo. Após esfriá-las preencher os saquinhos e acrescentar gotas de essência da mesma fragrância das folhas ou ervas.

A brincadeira também pode ser realizada, utilizando-se limão cortado numa das pontas para receber a água de cheiro. No limão prende-se um fio que vai preso

por uma das extremidades para ser boleado de longe nas pessoas ou nas casas. Muitas vezes, não se coloca nada no limão. Por ser azedo, quando boleado pode expressar um desagrado da pessoa que arremessou à pessoa atingida ou, a alguém, da residência. Outra maneira de proceder a brincadeira que aparece nas narrativas, consiste em jogar baldes cheios de água uns nos outros, farinha de mandioca, trigo ou de milho e até mesmo tinta. É divertida aos olhos de quem aceita a brincadeira, porém, desagradável, para aquele, que não se insere.

1.1.2.2.4 Festa Junina

Tradicionalmente marcam as “comemorações do fogo”, termo utilizado por Percival Tirapeli, quando dos textos ilustrativos ao livro *Festas de Fé, no Brasil*. Elas ocorrem após terminadas as comemorações ao ciclo do Divino e as celebrações litúrgicas do Corpo de Deus que coincidem com o solstício de inverno no hemisfério sul. A simbologia do fogo segundo o autor está “relacionada com as celebrações do solstício de verão do hemisfério norte e com os cultos aos deuses-símbolo da fecundação. Expressa de maneira evidente os elementos arcaicos do paganismo que alimentam as manifestações mais populares do cristianismo por meio dos ritos do fogo” (TIRAPELI: 2003).

Essas festas permeiam o território brasileiro e suas vestes e cantorias enaltecem os santos padroeiros do mês de junho, São Pedro; São João e na fé católico o mais popular de todos, Santo Antônio, onde comunidades inteiras de norte a sul do Brasil, comemoram no dia 13. É através dele que se inicia o ciclo das comemorações durante todo o mês embalado por muita dança e foguetório.

O santo é conhecido nas comunidades de tradição portuguesa como o santo casamenteiro e a ele se faz promessa e pedidos de casamento. Na festa religiosa o início do mês de junho é marcado pela tradicional trezena que tem a finalidade de iniciar às festividades e encerram-se com a procissão no dia 13 de junho, dia em que se comemora o Santo, seguida de missa festiva.

Outro santo que compõe o calendário festivo de junho é São João, das bandeirinhas coloridas, que enfeitam os pátios das residências e das ruas, indicando que os espaços estão prontos para as comemorações. Das fogueiras gigantescas o santo é muito festejado, no dia 24 e, São Pedro, no dia 29 de junho, também conhecido como padroeiro dos pescadores, marca o fim desse ciclo que comemora o fim da colheita relacionada ao milho, não em território catarinense.

No litoral de Santa Catarina as festas juninas estão inteiramente ligadas as tradições das festas dos santos populares de Portugal, comemoradas, aqui, com a tradicional dança da quadrilha e o casamento na roça. Diferentemente do Nordeste a festa não tem o apelo turística com apresentação e disputa de grupos que se enfeitam para dançar a quadrilha. A tradição do litoral é mantida por grupos de amigos, escolas, associações de bairros, instituições culturais, que se reúnem para comemorar os referidos santos, e nas igrejas que possuem os citados santos como padroeiros. Outra característica da festa está ligada à gastronomia que simboliza a fartura dos alimentos e indumentária a caráter que representam o tradicional mundo da roça.

1.1.2.2.5 Folia do Divino

A “Folia do Divino”, também conhecida como “Cantorias do Divino”, em Santa Catarina fazem parte do ritual do Ciclo do Divino Espírito Santo. São pequenos grupos de pessoas que saem à rua para anunciar e receber prendas para a festa do Divino. O grupo é formado pelo improvisador, a pessoa que faz tripa e o coro. Geralmente a tocata é composta por rabeca, violão e bumbo.

A cantoria e visita às residências possuem várias funções: anunciam a Festa, conduzem o cortejo, entram na Igreja tocando e cantando e dão permissão ao sacerdote para iniciar a celebração. Na atualidade, muitas das comunidades não possuem mais os cantadores e tocadores. Por esse motivo optam em conduzir a bandeira no peditório, sob a batida apenas de um bumbo. Outras, no entanto, se esforçam para manter as tradições e optam por convidar cantadores e tocadores de regiões próximas para que o ritual fique completo.

No litoral de Santa Catarina acontece a missa das bandeiras do Divino, realizada durante a AÇOR, festa da cultura Açoriana, que ocorre uma vez por ano, na forma itinerante, estimulando as comunidades a preservá-la. Com essa ação o Conselho Deliberativo do NEA introduz uma das práticas mais interessante, segundo os informantes, no intuito de incentivar as comunidades a manter as tradições e, também, estimular os jovens a despertar o desejo pela cantoria popular relacionado ao peditório do Divino. Algo que não apresenta o empoderamento.

1.1.2.2.6 Terno de Natal/ Reis/Santo Amaro e São Sebastião

A mais tradicional de todas as cantorias de ternos evidenciada no litoral catarinense é a do Terno de Reis. A manifestação integra os festejos natalinos iniciada pela Terno de Natal. Na sequência, após o dia de Natal, os cantadores se preparam e vão à rua, dando início à cantoria, percorrendo as residências das comunidades até o dia seis de janeiro, quando se comemora o dia dos Reis. Em cada canto dos municípios do litoral existe um grupo que mantém e renova a tradição. São mais de 30 grupos nessa faixa territorial a andar, por essa data, nas suas comunidades.

Os pesquisadores e cantadores do Terno de Reis, Almir e Francisco Martins³⁰, se refere ser este o Terno original que se representa com três pessoas na sua estrutura e indica: os três Reis Magos que saíram de suas terras distantes para visitar Jesus; três foram os presentes que trouxeram nas suas bagagens: ouro, incenso e mirra; três são os cantadores: o tripa, aquele que faz a voz fina; o improvisador que tira os versos e o cantador que tem como tarefa ajudar na cantoria. Três são as partes que compõem a cantoria do Terno. O verso cantado a porta, menciona a licença para chegar; o segundo anuncia a chegada do Menino Jesus, o Salvador e, o terceiro verso, a despedida dos cantadores.

Em sinal de agradecimento os moradores oferecem o que têm em casa, bolos, bolachas, guloseimas, bebidas, como cachaça e vinho. Os cantadores de Terno de Reis tocam rabeca, violão e bandolim, mantendo as características tradicionais. Todavia, nem todos os grupos possui todos os instrumentos considerado tradicionais. Alguns, apenas cantam e outros não obedecem a essas características. Saem em grupos formando pequenos corais.

Em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis e Camboriú, ocorre no dia seis de janeiro, os encontros de Terno de Reis, como forma de estimular a manutenção desta tradição. Raramente se dedicam à cantoria aos outros ternos mencionados, apenas figuram na memória oral de cantadores que, ao serem solicitados, aventuram-se em mostrar o que sabem.

³⁰ Pertence a uma família de cantadores de Terno de Reis, onde possuem cds gravados com o objetivo de manter a tradição no litoral, com foco no município de Imbituba. Os mesmos cantadores desse folgado também se manifestam em cantoria cantando o Terno de Anunciação, aquele que anuncia o dia 25 de dezembro. Se manifestam ainda para anunciar o dia de Santo Amaro, de São Sebastião e janeiro e ao 02 de janeiro para comemorar Nossa Senhora de Navegantes.

1.1.2.3 Danças e Cantorias

Os descendentes de açorianos do litoral catarinense cultivavam uma série de modas, danças e cantorias, com coreografias diferenciadas e muitas com versos tirados de improviso. A grande parte delas reflete a origem insular. Destacam-se neste caso a dança da Chamarrita, Pezinho, Sarrabalho ou Serra o Baile, Fandango (Dança de São Gonçalo), Pau-de-fita, Arco de Flores ou Jardineira, Quebra-quebra-Gabiroba, Ratoeira, a Quadrilha e o Cacumbi ou Ticumbi, Vilão, Cana Verde; Maçanico e as quadras em desafios, as cantorias de roda (Canoa Virou, Terezinha de Jesus), as de ninar e as que anunciam os festejos do Divino Espírito Santo, os Santos Reis, os Ternos de Natal, de São Sebastião e de Navegantes.

As tradições destas danças e cantorias são mantidas na memória dos mais velhos nas comunidades e reavivadas por grupos culturais e os de natureza folclórica que se empenham para manter as tradições seculares. Neste caso, também faz parte do processo as escolas que desempenham papel importante nessa tarefa, por meio dos professores as inserem como atividades de lazer com o objetivo de manter as tradições locais e, ainda, por meio de grupos da Terceira Idade. As atitudes individuais e coletivas exprimem o caráter particular de um povo e representam, na sua essência, a forma como se expressam nas suas comunidades para manter as tradições. Neste caso específico a relação do Grupo Arcos com as danças tradicionais de origem açoriana ou lusa se configuram no desejo coletivo pautada no regaste e na composição das coreografias que mantém nas apresentações do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano a fim de proporcionar a visibilidade da sociedade em que estão inseridos.

1.1.2.3.1 Chamarrita ou Chimarrita³¹

No litoral catarinense é uma dança que figura no imaginário das pessoas mais antigas como uma dança vinda dos Açores, também denominada de “limpo banco”. Quadras são nominadas durante o processo de pesquisa pelos informantes

³¹Esta dança ou baile é algo encontrado por onde os açorianos transitam, não importa se foi num passado distante ou na atualidade. A “Chamarrita, Chamarrita/ Chamarrita bailadeira/ para que sabe dançar/ não há moda mais bonita...” Este refrão é encontrado no município de Biguaçu e é parte do folclore da Ilha Terceira, nos Açores, cantada pelo Grupo das Doze Ribeiras. Em 2014, o pesquisador Joé Manoel Serpa da Ilha do Pico, realizou uma pesquisa junto a terceira idade daquela ilha e consegue resgatar e publicar mais de cinco mil quadras de Chamarritas. Intitula este pesquisador em palestra proferida na Casa dos Açores no Rio de Janeiro (2014), que esta dança é considerada pelo seu povo como “patrimônio imaterial e conecta a diáspora”.

que se arriscam nos versos das lembranças assim como nominam alguns passos da coreografia.

A narrativa sobre a dança da Chamarrita é atribuída pelos informantes como sinônimo de animação dos referidos encontros nas comunidades, através da organização de momentos festivos e de trabalhos. Verifica-se, também, possuir relação com a memória afetiva, ao mesmo tempo, em que, se estabelece uma relação com o Arquipélago dos Açores, traduzindo uma marca identitária da sua gente.

1.1.2.3.2 Pezinho

A dança do Pezinho no litoral catarinense está vinculada ao folclore dos Açores, que apresenta inúmeras coreografias e que permeiam as ilhas daquele arquipélago. Partiu para diáspora se radicando em outros lugares do mundo, onde existem descendentes desses imigrantes. Bailam para se alegrar após a colheita, durante as folgas dos trabalhos.

A sua coreografia marcada por seus versos desperta o entusiasmo das pessoas que entram na roda mesmo não sabendo bailar. É realizada aos pares perfilados ou em roda, ao som da viola, rabeca ou violino, violão e, as vezes, incorporam uma acordeom. O Baile possui uma marcação realizado pelo marcador da roda de característica singular, agregando a todos. Não precisa saber bailar para fazer parte da roda. As quadras ditam os passos, na sua maioria, e são revividos e apresentados por grupos folclóricos nesses lugares que possuem os descendentes de açorianos e, no litoral catarinense, a cada ano que passa os grupos folclóricos tem revivido a moda com intensidade.

Lembrando que a intensidade está vinculada apenas a grupos culturais e folclóricos comprometidos com a identidade local. Em se tratando das origens, certamente a versão existente no litoral catarinense, encontrada no município de Biguaçu, é uma versão de origem açoriana da Ilha Terceira, pelas semelhanças da coreografia e dos versos, mas que migra para esse estado, através das relações estabelecidas com o Estado do Rio Grande do Sul. É considerada no litoral bastante tradicional.

Durante o processo de pesquisa outra versão foi encontrada na Lagoa da Conceição, em Florianópolis com características semelhantes ao pezinho da Ilha de São Miguel, com formação em pares e em roda, o que caracteriza a ligação

identitária com os Açores, muito embora as funções do que executam as danças naquele arquipélago ocorra de modo diferente na diáspora, que baila para manter as tradições de seu povo e manter uma relação com as origens.

1.1.2.3.3 Sarrabalho ou serra-balhe

É uma dança antiga de origem ibérica. Segundo a tradição oral, possui mistura nos passos e ritmo quando bailada e tocada no Brasil. Nos municípios da região metropolitana de Florianópolis era praticada nos quintais e terreiros das residências das comunidades pobres da área rural que não possuíam os tradicionais salões para dançar.

Como pode se observar, era um bailo fora dos padrões da época, aquele se figurava nos salões afeiçoados, mantendo a boa conduta entre as pessoas, por outro lado, era um bailo que oportunizava a todos que não podiam frequentar a sociedade local. Suas características também indicam proximidade com a dança do fandango à solta e permanece apenas na memória dos mais antigos das comunidades.

1.1.2.3.4 Fandango

É uma dança considerada pelos seus simpatizantes como uma dança rápida, cantada e sapateada, fortemente ritmada ao som da rabeca, viola, acordeão e pandeiro. Em muitos casos recebe os ferrinhos para marcar o ritmo.

No litoral catarinense as manifestações ocorrem nos municípios ao norte: Penha, Araquari, São Francisco do Sul e Itajaí. Possui a sua formação em coluna, quando se trata de pagar promessa a São Gonçalo.

Ocorre geralmente em espaços fechados, nos salões comunitários e em residências, quanto bailam para pagar promessas. Importante salientar que a escolha do local ocorre de acordo com o número de pessoas convidadas. Aos pares se posicionam à medida que vão chegando ao recinto. Amigos e convidados cantam e dançam na frente de um oratório improvisado, arranjado carinhosamente pelo pagador de promessa. Neste caso, o ambiente é preparado de maneira muito simples, sobre a mesa revestida por uma toalha branca, uma vela acesa, um vaso com flor do quintal, o São Gonçalo é postado. Em sinal de respeito os convidados chegam ao local e vão até o “altar” fazer o sinal da cruz. Está no ato a consagração do profano e do religioso a aproximação com o Divino.

Para o início do ato simbólico o pagador de promessa se posiciona atrás do altar, convida a tocata e cantoria para iniciar o ritual e a partes destes, os casais para formar a coluna e posterior dança. Ao som dos instrumentos, comandada pelo mestre puxador dos versos o pagamento dá início. A dança ritmada, torna-se alegre e compenetrada a partir do rufado (forma de sapateado), dos homens, as mulheres com suas tamancas de madeira ou sapatos marcam o ritmo delicadamente. Repetem o ritual de acordo com o número de casais que se encontram no processo.

De origem portuguesa, do século XIII surge após a morte de São Gonçalo e possui cunho religioso, mantida pelas gerações através da oralidade. No litoral catarinense, dança-se o fandango dia 10 de janeiro quando as pessoas da comunidade que se dispõem a atender um pedido de pagamento de promessa relacionada às dores nas pernas, à realização de casamentos, como obtenção de graças alcançadas.

Após o ritual do pagamento da promessa e toda a simbologia que envolve o ambiente, o altar, por exemplo, é comumente desfeito e procede-se a continuidade com um pequena confraternização entre os presentes. Geralmente, se caracteriza num baile em continuação ao agrado ao santo violeiro, que era alegre e divertido na sua época, segundo o informante. Narra ainda, que o bom puxador de versos, na sua maioria, improvisam uma Chamarrita, por ser uma moda alegre, arrancando todo povo dos bancos. Esse ato gera uma grande roda e o convívio social se renova, aliado ao agradecimento especial do promesseiro aos convidados.

Também, dançam o fandango em louvor a São Sebastião, no dia 20 de janeiro, quando promesseiros procedem o pagamento de promessas por graças alcançadas, mantendo um ritual secular. O ritual tem início quando o promesseiro ou festeiro da festa, convidam amigos e parentes para buscar na mata uma árvore vistosa. Na maioria das vezes, de aproximadamente dez metros de altura (quanto maior e mais vistosa melhor o agrado), para o encaminhamento do feito. A árvore tem que ser reta e fina para facilitar o transporte, na maioria das vezes, conduzida manualmente, pelos homens.

Depositada no terreiro do promesseiro ou do festeiro, dão vida a árvore, enfeitando-a com flores e folhas colhidas na comunidade. A árvore após ser “vestida” está pronta para a última fase do ritual a de ser conduzida em procissão

até o adro da igreja. Em lugar de destaque é fincada no chão. Todos num único esforço seguram as cordas para suspendê-la e “plantá-la” novamente, anunciando o pagamento da promessa e anunciando, também, aos devotos que São Sebastião está presente após o hasteamento da bandeira com a sua imagem.

O ritual até o local, ocorre animado por uma tocata e cantoria. Um dos informantes, puxador e tocador de fandango, afirma que a tradição está no sangue. Embalados pela cantoria os devotos cantam procissão: *olha a bandeira do santo que está no mastro/minera-dô, minera-dô* e todos repetem: *minera-dô, minera-dô/olha aqui nos juntos de novo/minera-dô, minera-dô* e todos repetem: *minera-dô, minera-dô/para alegrar São Sebastião/minera-dô, minera-dô* e todos repetem: *minera-dô, minera-dô...* e assim ao ritmo de fandango os participantes vão repetindo o improvisado dos versos tirados pelo mestre cantador. Animados pela distribuição de uma bebida denominada de consertada³².

Reza, a lenda, que serve para limpar o corpo das pessoas e também deixá-los com alegria. Outro fato que ocorre durante o ritual antes do mastro ser erguido é o das mulheres pularem o mastro para arrumar casamento.

1.1.2.3.5 Pau-de-fita

É bailada no litoral catarinense pelos descendentes de açorianos, na grande maioria, mantendo as apresentações, através de grupos folclóricos, grupos da Terceira Idade e instituições de ensino. Bailam em atividades comemorativas, num esforço comum de manter a tradição ética, não havendo uma data específica para as apresentações.

Narra a historiografia que a dança é bailada por diferentes povos desde antiguidade. Na América foi encontrada entre os povos indígenas, mesmo antes do europeu aportar. A dança é alegre, criativa e colorida pelos adereços acoplados ao mastro. Está relacionada ao que tudo indica, a ritualização de agradecimento, onde o “pau-de-fita” se caracteriza como a figura central simbolizando a fertilidade, recebendo flores no seu topo e fitas coloridas que escorrem pelo tronco. No litoral a dança ocorria durante as festas juninas e nos meses de verão.

Para o folclorista brasileiro Doralécio Soares, a “origem da dança consagra a fertilidade praticada nas tribos pagãs, onde se erguia um “totem” em forma de um

³² A bebida consiste em ferver o café, o gengibre, o cravo, a erva-doce, a canela e o açúcar crescido de água. Reza a lenda que serve para limpar o corpo das pessoas e também deixá-los com alegria.

membro viril”, onde “as mulheres estéreis realizavam a partir daí um culto, praticando uma evolução dançante, em volta do mesmo, invocando a proteção dos Deuses para que se tornassem férteis, já que a infertilidade era considerada um castigo dos Deuses.” Acredita, ainda, o autor, que este ritual foi transferido para solicitar fertilidade, durante o período da colheita.

A forma de executar a dança, prende-se a passos distintos. Seus movimentos são ritmados ao som de violão, acordeão, e rabeca. Alguns grupos acrescentam o bumbo e os ferrinhos para melhor marcar o ritmo. Dançam aos pares soltos em múltiplo de 4, 8, 12, e apresenta várias coreografias em torno do mastro de madeira, geralmente numa altura de dois metros e meio a três metros, onde os bailadores formam vários tipos de traçados diferentes com as fitas, amarradas na parte superior do mastro. Segundo a tradição açoriana catarinense, dançam e trançam o simples, duplo, trezinho (nome bastante atual) e, por último a rede do pescador. Este último trançado é provável como foi incorporada ao pau de fita original, advindo da cultura alemã, aqui aportado por esta imigração em meados do século XIX.

A dança acontece sob o comando de um marcador, também conhecido como mestre da dança. A sua primeira função é entregar as fitas aos homens que, por sua vez, entregam às mulheres, sob o som de acordeon. Preparados, iniciam a coreografia indicada pelos versos do cantador. Segundo os informantes dançam durante as festas juninas em agrado a Santo Antônio, São João e São Pedro e, também, no verão, durante as festas natalinas.

1.1.2.3.6 Arco de Flores ou Jardineira

É parte da dança do Pau-de-fita, completando a coreografia, quando termina o seu último destrançar. Não apresenta intervalo quando estão a bailar, os casais, sob o comando do mestre da dança e em sintonia com o cantador, armam seus arcos que estão enfeitados de flores e seguem o bailar, realizando várias coreografias, seguindo sempre o marcador ou mestre da dança.

Os arcos, geralmente, são confeccionados de bambu ou mangueiras plásticas, que são arredondados em forma de meio círculo. Para enfeitar cada arco o bailador dispõe de papel colorido, de preferência verde escuro ou fita cetim da mesma cor, na largura de dois dedos, que trabalha minuciosamente, revestindo a superfície do arco, simbolizando um galho de árvore, que em seguida, é revestido

de flores feitas de papel colorido ou de plástico, compondo o conjunto. Na atualidade, pela facilidade de encontrar as flores artificiais coloridas, as mesmas estão vem substituindo a criatividade da confecção em papel.

A coreografia quando apresentada apresenta o trançado simples e duplo, seguindo o que se denomina, na sequência, a formação de um trezinho, embalado pela cantoria, ao som de acordeon, pandeiro, bumbo, rabeca e violão.

1.1.2.3.7 Quebra-quebra-Gabiroba

É uma brincadeira de roda que se realiza em muitas comunidades do litoral brasileiro. No litoral catarinense, mais precisamente na cidade de Biguaçu, região metropolitana de Florianópolis, uma versão da dança é identificada em forma de baile. A versão composta, através de pesquisa é interpretada pelo Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu, desde 1993, quando foi juntados os fragmentos, partir de informantes.

Durante o arrolamento outras quadras são mencionadas, todavia, em nenhum momento surgiu uma coreografia completa. A que se mencionar que após as apresentações do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano nas suas andanças e apresentações em Santa Catarina, outros grupos de danças e folclóricos passam a incorporar no seu repertório, que caracteriza uma nova incorporação que está permitindo a preservação.

1.1.2.3.8 Ratoeira³³

A ratoeira atravessou o tempo e permanece na memória das mulheres do litoral catarinense ainda muito viva, que cantam sem medo de errar suas quadras, principalmente aquelas descendentes de açorianos da capital do Estado.

Nos tempos atuais, é a mais tradicional de todas as cantigas e, também reconhecida através da pesquisa como a dança de roda. A apresentação consiste num grupo de mulheres que em roda, entoam quadras relacionadas aos seu cotidiano doméstico: de agrado, desagravo, tristeza, saudade, preocupação, amor, paixão, amizade e para sacanear alguma rapariga do grupo.

A coreografia é simples e cadenciada. Em roda e de mãos dadas, produzem os primeiros passos. Bailam fazendo um movimento de um lado para o outro,

³³Ratoeira bem canta, faz cantar faz padecer/ também faz um grande amante do seu amor esquecer/Meu galho de malva/ meu manjericão/dá três pancadinhas no meu coração. Este refrão é encontrado por todo o litoral. Mudam-se apenas as quadras.

prendendo uma moça na roda que atira o primeiro verso, na maioria dirigida a uma moça do grupo ou a alguém que queira atingir com a sua quadra. O refrão está aliado ao bater de palmas no mesmo movimento pausado e lento.

1.1.2.3.9 Quadrilha

Muito se tem estudado a respeito da “Dança da Quadrilha” e suas variações no Brasil. No litoral de Santa Catarina, por exemplo, esta dança é tradicional e faz parte dos festejos juninos, lembrando de maneira alegre os Santos populares: Antônio, São João, São Pedro e São Paulo. É bailada nas escolas, festas populares, agremiações e por grupos particulares.

Apona a historiografia que a dança surgiu como contradança de salão na aristocracia francesa no séc. XVII, espalhando-se rapidamente pelas cortes europeias e chega ao Brasil da realeza, atingindo as freguesias e vilas do litoral e do interior, a partir dos empregados reais. Nos salões frequentados pela burguesia apresentava requinte e nos arraiais era realizada de forma simples e alegre, em comemoração ao casamento da roça.

Na sua composição, crianças e adultos bailam descontraidamente nos espaços livres próximos as residências, ao som dos tocadores de acordeom, e das coreografias apreendidas através da observação. Para a execução da dança a figura do mestre possui lugar de destaque, o que denominam de marcador. Sob o seu comando, a partir da tocata e cantoria, a movimentação acontece, formando coreografia em determinadas partes engraçada e criativa, relacionada ao cotidiano rural local. Como por exemplo: “olha a cobra”, “vem a chuva”, seguida por termos franceses, com pronuncia a portuguesada, indicando a origem da dança, como: “ilariê”.

No litoral catarinense a formação acontece com múltiplos de quatro e as evoluções sofrem variações de coreografia, dependendo da comunidade. Uma com mais variações, outras mais singelas. Não acontece com o requinte das quadrilhas nordestinas que investem em trajes criativos, estilizados, ligados a corte, para atender a demanda turística. Em terras catarinense, os trajes dos bailadores são o do homem do interior, da roça, denominado de “matuto”, de “jeca” que significa ser aquela pessoa simples de pouco traje, que remenda a roupa para participar do dança do casamento.

Além dos casais que bailam perfilados, os noivos são o ponto central, geralmente se apresentam a caráter, pois a comemoração está ligada ao casamento na roça. Na atualidade as quadrilhas organizadas nas escolas para comemorar os referidos santos, na sua maioria, utilizam as cantorias de gravações de CDs, por falta e disponibilidade de tocadores e cantadores nas comunidades. Já, os grupos folclóricos tradicionais se apresentam com tocata e cantoria.

1.1.2.3.10 Cacumbi ou Tucumbi

É uma dança de origem afro-brasileira, chamada de “baile dos congos”. Representa simbolicamente uma dança guerreira entre duas nações negras, as de reis congos e as de reis bambas, assim denomina o folclorista Doralécio Soares (1960). É uma homenagem realizada à São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário. “A dança surgiu quando a população negra só podia comemorar no dia 26 de dezembro”, chama atenção o folclorista.

A dança Cacumbi³⁴, embora pesquisada por inúmeros estudiosos no Brasil, chama a atenção e merece investigação quando citado por informantes no interior do município de Imbituba e no município de Biguaçu, ao se referirem ao “Cacumbi de brancos”, realizada em homenagem e devoção a Nossa Senhora das Graças.

Informa, o Senhor Henrique Antônio Machado, de 71 anos, que a referida dança apresenta as seguintes figuras na sua coreografia: uma mulher que faz o papel de porta bandeira, seguida pelo capitão, o sargento, os jogadores de baralho e tocadores: acordeão, violão e gaita. O capitão na sua representatividade, incorpora o capitão de uma nau e, com uma espada, procede o comando da dança entoada através dos versos na entrada: *“viva os cacumbis/que chegaram agora/trazendo a bandeira/de Nossa Senhora; Oh! Bandeira branca/cheia de alegria/trazendo os soldados/tudo em companhia.* Na formação dos marujos saem para jogar nove marujos, na sequência o capitão procura prender os marujos, passando a espada riscando no chão sobre os pés dos marujos com o seguinte canto: *Eu estava jogando nove/ prá ganhar quatro vitém/ lá se foi o meu baralho/ e o meu dinheiro também. Ao som dos músicos o grupo repete os passos e tira o verso cantando: Fogo mais fogo/ morra a quem morrer/ haja fogo, haja bala/ haja*

³⁴ No município de Araquari, ao norte de Santa Catarina, a tradição da dança do Cacumbi se mantém e se revela como o único grupo existente e a tradição é repassada de pai para filho

tudo o que houver/viva o senhor general/ com a espada na mão. E, continua com os versos: quero hei, quero aí/ quero hei/quero aí/ senhor dono da casa/o que tens para nos dar/é o peixinho do rio/ou peixinho do mar. Nossa Senhora/ venha me valher/ soldado tão bravo/ não quer me atender.”

O informante possui na sua memória os detalhes da referida dança, porém não se constata na comunidade nenhum grupo característico que mantenha a dança tratando-se ser dançada pelos brancos. No Município de Araquari, existe um grupo tradicional de Cacumbi, único do Estado, que mantém as tradições dos afrodescendentes na sua essência.

1.1.2.3.11 Vilão

É bastante contraditória a origem da dança do vilão no litoral catarinense. Todavia, a pesquisa histórica aponta ser uma dança do folguedo afro-brasileiro. Sua procedência é justificada a partir da semelhança com a dança de “Moçambique” muito praticada em São Sebastião, litoral de São Paulo. Segundo a tradição oral, foi introduzida em São Francisco do Sul, a partir de 1920, por Romário Matias, provindo da Bahia. O francisqueiro, já falecido, Antônio Eliseu Machado, de apelido “Totinha”, foi o continuador da referida dança. No entanto, esta dança também possui na sua coreografia semelhança com a dança dos pauliteiros de Miranda do Douro em Portugal.

Considera-se uma dança híbrida, permanecendo até a atualidade no município de São Francisco do Sul, único do litoral que mantém através de um grupo cultural a dança, comanda por um grupo familiar agregando outros integrantes da comunidade que num esforço diário busca manter a dança, entre os jovens.

Para a execução da dança sua coreografia consiste na organização efetuada por 10 duplas, marcadamente por jovens bailadores perfilados em coluna, que ao apito do mestre, saltam e se dirigem ao centro empunhando e batendo os bastões de forma cruzada; os músicos de violão, cavaquinho, pandeiro, sanfona e tambor, mantém o ritmo. Na atualidade, foram introduzidos as caixarias que marcam um ritmo diferente dos tambores. Esses músicos se apresentam com esses instrumentos modernos, utilizados pelas bandas de músicas em desfiles cívicos. O ritual é composto pelo mestre, a porta estandarte, os músicos e os bailadores são denominados de batedores.

1.1.2.3.12 Caninha Verde

É citada por pesquisadores como uma dança minhota do norte de Portugal que migrou para outras onde ocorre a imigração. No Brasil está vinculada à cultura da cana-de-açúcar. É uma dança popular e alegre. No sul do Brasil, como no Rio Grande do Sul possui formas próprias de bailar.

É encontrada no litoral de Santa Catarina na memória dos mais velhos e dançada por grupos folclóricos e no repertório dos Centros de Tradição Gaúchas. Os informantes apenas vinculam a lembrança de ter sido pouco vista ou dançada nos terreiros ou nos salões e nos ranchos agrícolas. A informante, Júlia Machado apenas recorda que, na adolescência, chegou a bailar na escola. Recorda, apenas que a coreografia era “ora bailada em colunas, ora em círculo, formado por rapazes e outros por raparigas, que se misturam e se tocam, batem palmas e os pés no chão, retornando aos seus lugares, ao som dos que cantam “eu plantei caninha verde/ na ponta do seu nariz/bem plantada ou mal plantada/ eu plantei onde quis...”, recorda que o ritmo se parece com um fandango.

Durante o processo de pesquisa não foi possível compor uma coreografia por inteiro, apenas figura na memória das pessoas como fragmentos.

1.1.2.3.13 Maçanico

No imaginário popular a referida dança está relacionada a corridinha estabelecida pelo pássaro Maçanico que tem por hábito circular à beira de lagoas e rios do Rio Grande do Sul, produzindo o movimento de vai e veem, na busca de pescar o seu alimento. Tem origem, ao que tudo indica, no estado gaúcho e faz parte do seu folclore, através das populações que habitam a esses cenários e migra para outros territórios, provavelmente, através dos tropeiros e soldados.

Na atualidade é bailada somente em clubes de tradição gaúchas, que mantem a tradição da referida dança. É citada pelos informantes do litoral catarinense como uma moda em que se “dá uma corridinha aos pares, para trás e a diante” focada pelos dançantes ao som da acordeon, violão e rabeca. Canta-se que ocorre em homenagem ao pássaro e se relaciona ao amor:, através dos versos: *“Maçanico morreu ontem/ontem mesmo sem enterrou/ na cova do Maçanico/nasceu um jardim de flores; Maçanico do banhado/ que anda à espera*

do amor/joga o bico e se esfrega/ no colo do seu amor”/ Anda a roda Maçanico/ corre, corre sem parar/joga o bico e se esfrega/ no colo do seu amor...”

Ao contrário do estado vizinho, o Rio Grande do Sul, no litoral catarinense, está relacionado apenas na memória dos informantes que não conseguem durante o processo de pesquisa compor a sua coreografia completa e a letra da música, se caracterizando mais um encontro com fragmentos. No entanto, se distingue ter uma influência do vizinho estado e mantida nos municípios do interior do estado através dos centros de tradições gaúchas, quando muito bailado em apresentações escolares em dias festivos.

1.1.2.3.14 Canoa Virou

Faz parte do repertório dos mais velhos, principalmente, das mulheres como uma moda que utilizam as mães para colocar a criança para dormir e também usavam para brincar de roda. Segundo a informante, Marina da Costa Silvy, “é uma cantiga bastante antiga e sua mãe já cantava para ela dormir” e, que, por sua vez, passou para os filhos, netos e bisnetos da mesma forma.

Apresenta uma letra bastante simples que lembra a vida do mar: “*a canoa virou deixai ela virar/ foi por causa da Maria/ que não soube remar*” e, assim, se repete a cantiga inúmeras vezes, acrescentando quadras e trocando o nome da criança de quem se quer homenagear na ora de dormir.

1.1.2.3.15 Terezinha de Jesus

É uma cantiga de roda executada por um grupo de meninas dispostas a iniciar a roda, puxando os versos da cantoria assim nominada: *Teresinha de Jesus/deu a queda e foi ao chão/ acudiu três cavaleiros/ todos os três chapéus na mão/ vovozinha bem velhinha/ cinturinha de retros/ foi dar volta na cozinha/ para fazer café pra nós* e, assim, segue a roda girando sempre à direita, na medida em que os versos vão sendo colocados por todas. A coreografia é uma repetição de gestos indicados nas quadras. É uma brincadeira encontrada nas escolas da comunidade estimuladas a execução por professores de Educação Física, Pedagogia que utilizam a prática para movimentar entre os brincantes a socialização.

A partir de pesquisa os grupos folclóricos tem incorporado aos seus repertórios como uma forma de salvaguardar as brincadeiras de rodas transmitidas pelos mais velhos a sociedade.

1.1.2.3.16 Ciranda ou cirandinha

É uma brincadeira de roda bastante comum no território brasileiro. Em Santa Catarina faz parte das brincadeiras infantis das meninas de forma espontânea que, ao se juntar em roda, iniciam a brincadeira cantando todas juntas a cantiga “*Ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar/Vamos dar a meia volta, volta e meia vamos dar/O anel que tu me destes/ era vidro e se quebrou/O amor que tu me tinhas/ Era pouco e se acabou/ Por isso dona Ana, entre dentro desta roda/diga um verso bem bonito/diga adeus e vá se embora*”. Segundo a informante Júlia Machado, artesã do crivo miudeiro, residente em Biguaçu, “a ciranda é uma dança antiga do nosso folclore e para acontecer basta ter um grupo de meninas para se formar a roda e sair cantando”. Durante a brincadeira as rodas enfeitam os espaços dos terreiros e os pátios das escolas, produzindo uma plasticidade relacionada ao movimento e as vestes coloridas das meninas.

Para a realização da brincadeira não utilizam instrumentos, apenas cantam as quadras, geralmente, as repassadas nos ambientes familiares. Acreditam que a brincadeira aportou em terras catarinenses com os açorianos e não se sabe exatamente a sua origem. No entanto, a historiografia aponta “ser uma palavra de origem espanhola nominada “*Zaramba*”, que significa instrumento de peneirar farinha, uma evolução da palavra árabe “*carand*”.

Na diversidade da cultura popular brasileira os estados do norte e nordeste, as pessoas adultas fazem parte da brincadeira no seu cotidiano popular que são chamados de cirandeiros. Os mestres e mestras tiram quadras de improviso e os demais brincantes repetem o refrão. Em, alguns casos, para animar a brincadeira utilizam instrumentos musicais tradicionais, relacionados a região.

1.1.2.4 Crenças, Crendices, Superstições, Aparições, Lendas, Contos e Mitos

As crenças e crendices, superstições, aparições, lendas, contos e mitos atravessaram o tempo e remontam as histórias singulares narradas pelas famílias durante o trabalho doméstico e nos ambientes sociais no litoral catarinense. É um

universo entranhado na mente das pessoas que vez por outra socializam o conhecimento.

As narrativas se apresentam de forma detalhada com certo grau de preciosismo quando mencionadas pelos informantes nas rodas de conversas. Possui o cuidado de repassar aos mais novos suas histórias e percepções sobre esse imaginário que provoca uma mistura de curiosidade e mistério entre os mais jovens.

No diálogo, exemplos brotam com naturalidade e marcam a vida das gerações. Alguém sempre possui algo para contar, sobre as crendices ou, já, escutou alguma versão transmitida pelos mais velhos. Nem sempre assumem perante as pessoas no que acreditam. No litoral catarinense, esse universo da cultura popular habita o imaginário, mescla-se com outras culturas que compõem a literatura popular do todo catarinense.

Nos meios de vivência todos possuem uma história para contar relacionada à paisagem, a lugares distintos, às unidades habitacionais, as estrebarias dos animais, aos currais, considerados mal-assombrados. As embarcações recolhidas nos seus ranchos também são lugares de crenças e crendices, aparições, assim narram os informantes de matriz açoriana. Estas questões envolvem fé, crenças rituais de cura, benzeduras para espantar as assombrações e executam rituais para espantar o que não conseguem explicar.

A cada informante indagado os exemplos se multiplicam. Thomáz de Azevedo Coutinho (2015) narra que janelas abrem e fecham sozinhas; as portas batem incessantemente sem ocorrer a presença de ventos fortes e de pessoas praticando o ato; a luz vaga sozinha durante a noite de um lado para outro causando medo aos seus habitantes; correntes rajam no chão, provocando o silêncio da noite; o araçazeiro que escorre sangue, indicando que, sobre a árvore, alguém foi enforcado; da noiva que aparece no riacho sobre uma ponte toda vestida de branco, corre de um lado para outro, provocando pavor de quem a vê; a paisagem que se transforma à noite em prata; a canoa que navega sozinha e tantas outras que despertam curiosidade e merecem estudos particularizados no campo da literatura popular e da Antropologia Cultural e que, neste momento, não é objeto de análise dessa tese.

Das crendices mencionadas durante o processo de pesquisa aparecem com clara evidência e com convicção ser esta parte da história de vida das famílias

litorâneas completada por inúmeras superstições. São elas: não passar por baixo de escada porque dá azar na vida; enterrar o umbigo da criança, após cair, para que a mesma tenha vida próspera; o uivado do cachorro no terreiro de casa é indicação de agouro; não tomar leite com manga porque provoca dores levando o indivíduo a morte; o não pagamento de uma promessa leva a pessoa a ter azar na vida; canoa emborcada dentro do rancho provoca má sorte; criança pequena de bunda para cima está chamando a cegonha para mãe; um casal com sete filhas mulheres numa casa não havendo, neste interim, a chegada de um varão, é sinal de bruxa na família. Para o mal não acometer é necessário que os pais escolham a filha mais velha para batizar a mais nova, tirando-lhe o mal. O mesmo é atribuído quando nasce um menino.

Na crença popular é sinal de lobisomem na família. O mal é retirado quando o mais velho batiza o mais novo. Sair à meia noite de sexta feira treze sem proteção é bastante perigoso. Para não ser acometido de nenhum desagrado deve-se se proteger levando alho no bolso, alecrim pendurado na orelha, assim não será atacado por nenhum lobisomem nas encruzilhadas da vida.

Já, o defunto, deverá ser enterrado com os pés para o leste, pois, ao contrário, sua alma ficará vagando pela terra sem encontrar o caminho do céu. Colocar uma ferradura de cavalo pregada na porta, em lugar bem visível, para espantar o olho gordo das pessoas indesejadas e proteger a família da má sorte e colocar a vassoura de ponta cabeça atrás da porta para mandar a visita embora, quando a mesma não possuir o desconfiômetro que está atrapalhando a dona da casa é outra crendice que paira no imaginário da gente açoriana litorânea. Diante de tanta imaginação e diversidade não tem como negar essas práticas narradas com tanta precisão e reconhecidas por sua gente.

Outra prática que compõe este universo diz respeito às várias formas utilizadas para curar os males visíveis e invisíveis. As benzeduras e o curandeirismo compõem esse universo que são utilizados para retirar os males e encantamentos do corpo e da alma, são exemplos citados pelos informantes. Estão no imaginário e mesclam-se as emoções dos necessitados que não hesitam em procurar as pessoas com este dom para acabar com o acometido. BAZTÁN (2008), atribui que:

Las creencias son construcciones ideativo-emocionales que explican la vida de los individuos e de la organizaciones (...) las

creencias possibilitan la construcción de um “mundo” (representación organizada o cosmovisión de La realidad y hermenêutica de la vida).

Essa conjugação de fatores permite que as mesmas perduram no tempo e, a sua manutenção, ocorre nos grupos sociais, através do conhecimento transmitido, utilizando a oralidade. Neste contexto estão as simbologias, as crenças e credences que passam de mãe para filha. As pessoas se envolvem, acreditam, absorvem sem questionamentos, quando se deparam com uma benzedeira e utilizam suas práticas e as respeitam com extrema naturalidade. Estes fatos abstraídos das conversas absorvem as lendas, os contos, as visagens, as aparições, os mitos como processos dinâmicos que sofrem modificações na medida em que são mencionadas, confirmando, desta maneira, as narrativas transmitidas que se repete e atravessam gerações, mantendo o sentimento e a relação com as referidas práticas quanto a apreensão e compreensão dos fatos.

1.1.2.4.1 Benzeduras

Durante o processo de investigação solicitei a benzedeira Cipriana de Jesus, para conceituar a palavra benzedura, a princípio, tímida e preocupada em colocar as palavras no lugar, dá a resposta sem hesitar “são jeitos (procedimentos) que as mulheres e os homens utilizam para curar o mal de uma pessoa”. Percebe-se que a benzedura ocorre independentemente da prática religiosa e do espaço geográfico que as referidas mulheres adotam para executar.

Para as benzedeadas, o ato de benzer reflete um conhecimento antigo, repassado através da oralidade a mulheres que possuem o dom, para exercitar a prática, todavia o repassar nem sempre acontece entre os membros da família. São pessoas de qualquer grupo social, que adquirem o saber de forma espontânea e natural.

Desempenham a função, na concepção de quem necessita a cura para o corpo e para alma. Também são utilizadas na cura de rebanhos e de animais e nas tempestades que se formam. Segunda a benzedeira, existe benzedura para todo o tipo de mal e são colocadas por elas com naturalidade, embora não gostem de propagandas a esse respeito. Benzem de Carne Rasgada”, de “Bicheira”, de “Zipra” e “Erizipela” ou “Zipelão”, de “Cobreiro”, de “Trovoada”, de “Picada de Cobra”, de “Dor de Dente”, de “Sol”, de “Impiche”, de “Peladura” e fazem simpatias

para a cura de doenças e, ainda, rezam o tradicional responso de Santo Antônio para encontrar objetos e animais perdidos.

Na prática segundo a benzedeira Cipriana de Jesus (Piana de 75 anos), natural do município de Itapema, “são utilizadas para aliviar a dor e o sofrimento das pessoas e o mal que lhe afligem”, daí o seu sentido e quem possui o dom não pode se esquivar de executá-la. Essas mulheres, recebem todos os dias homens, mulheres, crianças e jovens, na busca da cura. Chegam de perto e de longe com males variados. A busca da retirada do “quebranto” ou “mau olhado”³⁵, sobre esta atribuem como a mais procuradas. Nesta doença, o indivíduo, deixa de comer e vai definhando, ficando fraco vir a óbito se a pessoa não procurar ajuda, completa a benzedeira, “fica numa abrição de boca e muito desanimado”³⁶.

Este mal acometido por pessoas de todas as idades se manifesta de muitas formas. A mais comum é quando é lançado por outra pessoa mesmo sem perceber, quando lança o olhar sobre uma pessoa bonita, que possui bens, quando quer ter o que o outro tem por exemplo naquele momento. Na concepção da crendice o mal só é curado se utilizado a benzedura específica para aquele completa a benzedeira.

As pessoas que herdaram o dom estão sempre atentas em buscar na comunidade as suas seguidoras ou seguidores, embora não demonstrem a terceiros a preocupação. É algo muito íntimo, por isso são extremamente sigilosas nos seus olhares. No litoral catarinense encontramos um caso de uma benzedeira que deixa a tradição de duas formas a oral que repassa para um benzedor e por escrito, algo não comum entre elas³⁷.

Quando procuradas nas suas residências, quase sempre reservam um cantinho, para executar as benzeduras e, no exercício da prática, utilizam várias símbolos e elementos pagãos que consideram sagrados. Para cada benzedura um

³⁵Com dois te botaram/com três eu te tiro/ com o nome de Deus e da virgem Maria/ se botaram no teu comer/ no teu beber/ no teu dormir/ na tua saúde/ na tua sorte/ na tua alegria/ no teu emprego/ na tua felicidade/ no teu trabalho/ na tua união e na tua paz/ tudo isso sairá do teu corpo (repetir o nome da pessoa). Se alguém te deseja mal/não te quer bem, te odeia/quer que tu morras/que desapareças ou que te mudes desse lugar/ nada disto te acontecerá, porque Deus está contigo/ E mandará estes olhos amaldiçoadas e excomungados/para as profundezas do mar sagrado/onde não cante o galo/nem cristão batizado. Com os três poderes da Santíssima Trindade/e as sete insígnias do mar Sagrado. Da benzedeira, conhecida na comunidade de origem como Piana (2010).

³⁶Comenta Câmara Cascudo (1978) que o “mau olhado mata devagar, secando, como se a energia vital se evaporasse lentamente.”

³⁷COUTINHO, Ana Lúcia (org). As benzeduras de Maria Olímpia dos Reis. São José: Coleção Grupo Arcos, 2007.

material específico raramente misturam. Utilizam a lã e sebo de carneiro para cortar o mal, por exemplo, de mau olhado. Os galhos de alecrim servem para ajudar durante a benzedura de bicha, a agulha, linha e tecido para executar a de carne quebrada e nervo torto. O copo com água com o carvão submerso é colocado sobre a cabeça do indivíduo durante a benzedura de dor de cabeça. O algodão embebido no azeite puro dentro de um pires branco é utilizado como simbologia quando executa a benzedura de zipra (zipla), erisipela e males do sangue. A faca com ervas simboliza o corte. É praticada quando está procedendo a reza para estancar o levante de sangue (alergia), o sapinho e herpes, por exemplo.

As benzedeadas, na execução de suas práticas e rituais, mencionam ter herdado o conhecimento pela oralidade. É provável que muitas delas sofreram modificações, mas a herança no litoral catarinense é híbrida. Descendentes de açorianos, os afrodescendentes e a relação com os indígenas compõem esse todo como em outras partes do Brasil.

A prática da benzedura não se dá aos sábados e nem aos domingos, e tampouco, após a partir das 18 horas. Mencionam que se executar o ato após o sol se pôr não ocorrerá a cura do corpo e o espírito ficará inquieto. É um serviço voluntário a serviço dos necessitados. Não aceitam pagamentos em espécie durante o ato cometido, apenas doações de alimentos como, por exemplo, os pães, que são distribuídos em muitos casos.

1.1.2.4.2 Brebe ou Breve

É uma espécie de amuleto de proteção contra doenças e consiste na confecção de pequenos saquinhos de pano de poucos centímetros costurados a mão, pela mãe ou avó, quando pretendem proteger o filho ou netos de futuros males. Dentro do brebe é colocada uma oração ou uma medalha do santo protetor. Uma vez pendurado no pescoço não pode ser retirado nem para tomar banho nem para dormir; assim é a tradição, comenta a informante Maria Tavares, de Imbituba. Caso ocorra a retirada do brebe ou breve, a pessoa fica inteiramente desprotegida do pedido de proteção e fica sujeita vulnerável ao mal, por exemplo a inveja, o mau olhado. Caso o brebe arrebebe naturalmente é sinal de que o indivíduo está protegido para o resto da vida. São colocados, também, dentro dos saquinhos, pedacinhos de dente de alho, de dente criança, de raízes e nomes de santos que acreditam ter o poder de espantar o mal olhado e as doenças.

1.1.2.4.3 Coberta d'Alma

É uma cerimônia dedicada ao morto pelos familiares próximos. Ocorre durante o sétimo dia, após a morte do indivíduo. A intenção está vinculada ao desapego do ente querido da família e da terra. Configura-se num ritual, para que descanse em paz e atinja a vida eterna. Para a execução, a esposa ou esposo, filha ou filho, nora ou genro, convidam uma pessoa pobre da comunidade, ou mesmo um membro da família com as características físicas semelhantes às do defunto, com o objetivo de representá-lo, durante a missa de sétimo dia ou, para um encontro na sua residência. Depois de organizado o almoço ou café da tarde o local está pronto para recebê-lo. Paralelo ao envolvimento das atividades um membro da família fica encarregado da compra de roupas novas ou da escolha dentre as suas peças. Fato completo, geralmente a melhor roupa do falecido, o escolhido se paramenta.

Já vestido, o indivíduo incorpora a personalidade do morto e adentra o espaço, causando, em alguns convidados, arrepios, outros conversam como se ele estivesse realmente no espaço, desejando-lhe boa passagem e desapego daquele ambiente. Após transitar pelo espaço, tomar o café ou almoçar, circular entre os convidados, termina a função e a família se despede com os seguintes dizeres: “fulano tu já recebeste a roupa, já recebestes o café, já rezamos por ti, já pagamos a tuas promessas, já fizemos tudo o que estava ao nosso alcance. Agora vá com Deus e deixa-nos em paz” e assim o ritual se desfaz.

1.1.2.4.4 Histórias de Boitatá e Lobisomem

No imaginário dos informantes o boitatá são pássaros, que aparece nos morros transformados em bolas de fogo, às vezes, vem do mar com suas asas imensas, que, ao pousar, abrem as asas, como se estivessem dominando o lugar. Não fica parado e se desloca de um lado para o outro como se estivesse marcando o seu território. Uma vez avistado ninguém se atreve passar pelo local. Observam de longe até a criatura ir embora. Já, o lobisomem, surge nas noites de lua cheia no formato de um cachorro ou de um porco, para assustar e atrapalhar as pessoas que andam pelas noites sozinha.

Essas histórias são comuns na orla marítima, partilhas entre os grupos sociais, que avança no tempo e aproximam as comunidades pelas singularidades das narrativas, compondo parte do patrimônio imaterial.

1.1.2.4.5 Histórias de Bruxas

As histórias são contadas pelas pessoas mais velhas com extremo respeito ao imaginário açoriano herdado. Na sabedoria popular, as bruxas são mulheres feias, magrelas, narigudas e horripilantes, mas nem sempre é assim. Na calada da noite aparecem sem avisar e atacam as crianças de suas comunidades, muitas vezes, levando-as à morte. Essas mesmas bruxas atacam os ranchos de pescadores e arrancam os materiais, provocando uma grande bagunça. Muitas vezes lhe roubam suas canoas, praticando longas travessias. Adoram o oceano. Informantes se manifestam que remam até a Índia e produzem enormes estripulias com os apetrechos de pescas desorientando os pescadores. Andam também a cavalo sem pedir licença aos seus proprietários causando enorme cansaço aos mesmos.

As bruxas, segundo o pescador João da Silva, de 72 anos, dos Ingleses, norte de Florianópolis, pode ser uma mulher bonita, cheia de vida e que tira o homem do sério ou pode ser uma velha nariguda com uma verruga enorme no nariz, dependendo do imaginário de cada um e naquilo que acreditam.

Para afastá-la dos ambientes, executam a benzedura fechando os quatro cantos da comunidade, em cruz ou do terreiro de casa, para que o espaço fique amplamente protegido, não deixando nenhuma possibilidade de brecha para que as criaturas, ao rodarem pela comunidade, não consigam adentrar no espaço e proceder o mal.

1.1.2.4.6 Pagamento de Promessas

Prática utilizada entre os descendentes de matriz açoriana no litoral catarinense. Faz parte do imaginário das pessoas na busca de cura ou de graças para alcançar um determinado objetivo. Todavia permeia outros grupos sociais. Os pedidos, na maioria das vezes, envolvem o acompanhamento de procissões aos santos de devoção; realização de percursos a ser percorridos. As pessoas também elaboram massas de pão caseiro no formato de membros do corpo humano, indicando a doença acometida. Por exemplo, um pé, perna, braço, cabeça. Outros tipos de promessa também ocorrem nessas populações do litoral, principalmente nas áreas com características agrícolas como a realização de caminhada em procissões, doação de fitas para a bandeira do Divino Espírito Santo, missas, doação de imagens como ex-voto.

1.1.2.4.7 Responso

Quem não recorre a essa prática para se encontrar algo perdido? Essa foi a pergunta ocorrida durante uma conversa, entre duas mestres criveiras, durante o processo de pesquisa. Afirma uma delas, ser esta uma prática antiga que atravessou os tempos, já realizada por santos na Europa, principalmente, por Santo Antônio e completa ser uma prática, principalmente, para se achar algo perdido. Durante o ato rezam até o bem aparecer durante nove dias seguidos.

Para o ritual, utilizam uma vela branca acesa, em sinal de pureza, para abrir os caminhos de luz. Após cada reza, apagam a vela e só no último dia deixam queimar até o final, cumprindo-se, assim, o ritual e, deste período em diante, os caminhos de luz protegem o bem, fazendo-o chegar às mãos de quem perdeu. “Se foi roubado, o responso tem o poder de tocar o coração de quem teve a coragem de cometer o ato. A pessoa fica tão inquieta que não consegue permanecer com o bem roubado e devolve-o em seguida”, argumentou a benzedeira Maria Olímpia dos Reis.

1.1.2.4.8 Simpatias

As simpatias fazem parte dos rituais de cura da gente do litoral catarinense e são diferentes das benzeduras. Muitas das simpatias são realizadas pelas próprias pessoas interessadas, quando buscam a cura de males, afastar alguém do seu caminho, abrandar tempestades, buscar um amor, dentre outras. Se utilizam de ervas e objetos que se transformam em símbolos de cura, num acoplamento que estabelece ao praticar o ato entre o natural e espiritual com o objetivo de atingir o resultado do feito.

A esse respeito a pesquisadora Vanda Cunha Albieri Ney, da Universidade de Minas Gerais, atribui que na cultura popular “o corpo e espírito não se separam, tampouco se desliga o homem do cosmos”, por vezes essas tradições se mantêm devido a essa conexão. Enquanto nas benzeduras se estabelece uma vinculação com o sobrenatural, através das rezas realizadas pelas benzedadeiras, nas simpatias, se utiliza objetos, plantas, sementes, casacas de árvores, dentes de animais, que ao invocar a força do pensamento, seguindo de rituais específicos, se atinge a cura. Quando o indivíduo for agraciado com a cura através da execução da simpatia, por tradição não pode ser revelada. Há que se manter sigilo. Caso

ocorra a revelação o mal retorna perdendo o seu efeito de cura ou de atendimento para um determinada situação.

1.1.2.5 Literatura Popular

Tanto os açorianos do Arquipélago dos Açores, quanto os espalhados pelo mundo, são hábeis improvisadores de versos e cantigas, quadras e produtores de versos de desafios. A literatura popular da sua gente permeia esse universo e se desloca no tempo, incorpora personagens de vivência e se assenta no tempo presente como algo em constante movimento vivo, reinventado através da oralidade e da forma escrita presenciada no ato de produzir narrativas e manter as relações sociais. Existem modelos criativos que são utilizados para este tipo de comunicação. O Pão-por-Deus é um deles. E, consiste na habilidade das pessoas em produzir no corações de papel ou bolos no formato de coração.

Essa tradição remonta ao Arquipélago dos Açores do século XVII. Atribuída às crianças que produziam as quadras e saíam às ruas para pedir doces e guloseimas no dia de “Todos os Santos”. Na atualidade, ainda é mantido por crianças que saem às ruas para pedir as ditas guloseimas munidos dos seus saquinhos, porém as quadras desapareceram. No litoral catarinense essa herança sofreu modificações, mas as quadras sem mantem, junto àqueles que desejam manter as tradições. São executados nas escolas, por grupos culturais e entre as pessoas da Terceira Idade. Expressam agrado, amor e amizade, mas também pode se pedir algo. O bem dizer se caracteriza em quadras criativas, como por exemplo: lá vi meu Pão-por-Deus/na asa de uma andorinha/ vai dizer a senhor João/ que eu quero ganhar uma sombrinha. A pessoa que recebe deverá retribuir a manifestação com um bolo em formato de coração ou enviar a prenda solicitada. Dia dois de outubro é o dia de se manter o hábito do envio, com retorno até o dia Todos os Santos.

1.2.2.5.1 Causos, Contos e lendas,

Consiste numa narrativa a partir de algo percebido por um indivíduo ou grupo social, transmitido através da oralidade. A maior característica da narrativa referente a estas linguagens está centrada em situações engraçadas ou tristes, envolvendo a natureza, o amor, a morte a vida selvagens e que envolve o cotidiano. Sua maior característica é a criatividade e, quando contadas pelas

peças despretensiosamente gera um certo fascínio. Um bom contador de causos possui a capacidade de transformar um determinado fato em causo. O manezinho da Ilha Adirio Simões, no seu Livro, as Domingueiras e Jorge Coelho, músico lagunense, no livro, Triângulo das Bernunça, narram causos do cotidiano, referindo-se à cultura açoriana com uma riqueza de detalhes são exemplos que pairam na mente das pessoas como narrativas que abordam o cotidiano.

No litoral Catarinense essa manifestação tem se mantido por conta dos trabalhos realizados nas escolas públicas e alguns poucos abnegados solitários, grupos culturais e folclóricos, pesquisadores que insistem em continuar com a tradição da literatura popular.

1.2.2.5.2 Parlendas

Para o pesquisador da cultura popular da cidade de Camboriú, Isaac Borba, as parlendas se constituem em pequenos versinhos da linguagem popular que os adultos utilizam para produzir nas crianças a destreza com o uso das palavras, diverti-las incentivando-as à criação de novas rimas. Geralmente são pronunciadas por um adulto, fazendo a criança repetir a brincadeira, até ficar apta a repetir com desenvoltura. As mais tradicionais já descritas pelos pesquisadores Lucas A. Boiteux e o próprio Isaac Borba, foram repetidas durante o processo de pesquisa, o que significa dizer que estão presentes na memória do cotidiano popular.

Uma das informantes descreve com precisão algumas dessa parlendas, que figura no cotidiano, somente quando em atividade com crianças para demonstrar algo que figura na memória, por exemplo: *“Serra que Serra/Martin da Serra/ Serra que Serra/Martin da Serra/ Serra Senhor serrador/ Serra as tábuas que o povo já chegou/Serra que Serra/Martin da Serra”*(2012). Segunda a sua interpretação, esta parlenda é do tempo dos antigos e caracteriza a retirada da madeira do mato para construir as casas das pessoas. Outra parlenda citada está relacionada aos dedos das mãos, quando se quer dar vida a eles, no imaginário popular estabelecendo a posição entre eles: *“Dedo mindinho/seu vizinho/pai de todos/ fura bolo/ mata piolhos*. Esta última frase relaciona as citadas pragas. Ainda utilizando as mãos ensino as crianças a contar através de *“um, dois, feijão com arroz/Três, quatro, feijão no prato/cinco, seis, galo inglês, sete, oito, café com biscoito, nove, dez, burro tú és”*. Outra informante, durante uma roda de conversa, recorda de outra parlenda que envolve os dedos das mãos e dos pés *“Uma, duna, tena, catena,*

catená, sim e sim, bananá, pés com pés, conta bem, que são dez”. Desta maneira se diverte as crianças, ao mesmo tempo, que ensinam a contar.

1.2.2.5.4 Pasquim

É um tipo de literatura escrita realizada em pedaços de papel que não apresenta autor identificado. Geralmente são pessoas de bom português, com um certo dom para manipular palavras em tom de sátiras. Outra característica desse elementos está em possuir um certo grau de entendimento ou controle da vida alheia, através da observação e de boas conversas. No anonimato, ficam atentos a tudo e a todos. Deles nada escapa. Produzem o material utilizando a escrita do próprio punho, disfarçando a letra para não ser identificado. Os pasquins possuem a finalidade de ridicularizar as pessoas ou famílias da sociedade com situações maldosas, ou ainda chamar a atenção da sociedade para algum fato.

Muitas vezes essas peças causam desentendimentos, brigas, desconfianças entre as pessoas, porque expunham situações relacionadas a vivências de famílias, envolvendo suposta traições de casais, causos políticos, por exemplo. No pasquim era utilizado para trazer a realidade algo que se mantinha escondido. Na escrita do pasquim qualquer pessoa pode ser atingida pelas quadras maldosas, mas também trazia no seu teor o significado de alertar a sociedade sobre alguma situação. Na atualidade raramente se tem contato com um pasquim a não que algum grupo cultural deseje manter a tradição, mas não é mais produzido a maneira antiga.

1.2.2.5.5 Provérbios

Fazem parte do universo popular e permanecem na herança cultural dos açorianos catarinenses. Durante as conversas com os informantes desta região se flagra inúmeros exemplos das expressões, fazendo parte do cotidiano atual. Inteiramente incorporado a linguagem popular. Citamos: “a pior cunha é a do mesmo pau”; “estica-se a perna conforme a manta”; “árvore ruim não dá bons frutos”; “a fruta não cai longe do pé”, dentre outras mencionadas com extrema naturalidade. Nesta mesma linha se apresenta as adivinhações, as narrativas relacionadas ao tipos de medidas e as anedotas.

1.2.2.5.6 Quadras e Trovas

São quadras que expressam a facilidade que o indivíduo possui de produzir em versos mencionado algo sobre o cotidiano. Já, as trovas, consistem em formar quadras desafiando o companheiro sobre um determinado assunto. Os versos são tirados de improviso e requer do desafiado e desafiante, atenção redobrada, quando estão a proceder as torvas.

Quando estão executando o ato, o desafiado tem responder a partir do final da frase da torva proferida pelo oponente. Durante a realização do ato, não possuem tempo para pensar, o raciocínio tem que ser rápido e estar ligado nos fatos que ocorrem pelo mundo e no cotidiano da comunidade, para não ser pego de surpresa durante a elaboração do oponente.

As rimas têm que ser perfeitas para motivar o público a permanecer no local. O instrumento mais utilizado são as violas e violões que marcam o tom da voz, para o improviso quando da menção das quadras. Essa herança açoriana no litoral consta apenas na memória dos mais velhos, raramente encontra-se improvisadores, diferentemente das comunidades do Arquipélago dos Açores que no século XXI, mantêm a tradição, com a realização de encontros e festivais.

1.2.2.5.7 Trava Línguas/ Advinhas/ Ditados Populares/Língua do “P” e “Q”

Impressiona, ainda hoje, o número de pessoas que detêm o saber acumulado da literatura popular, que se expressa naturalmente através da oralidade. Essa sabedoria permanece viva na memória dos mais velhos. São executadas por eles com destreza. As frases soltas são formadas por palavras que se repetem na composição da frase. São pronunciadas com rapidez, dificultando a pronúncia à medida que a frase se revela por inteiro.

Nas conversas se flagra um certo número das expressões: *“o rato, roeu a roupa do rei de Roma”*; *“Atrás da pia tem um prato, um pinto e um pato; pinga a pia no prato, pia o pinto e o pato”*; *“Quero ver que diga, diga, sete vezes sem parar, quero ver quem diga, diga, sete vezes sem parar...”*, *repete-se por sete vezes até se ter fôlego. “O tempo, perguntou para o tempo, quanto tempo o tempo tem; o tempo respondeu para o tempo, que o tempo tem”*. São verdadeiros exercícios focado na habilidade para se exercitar a pronúncia.

Na literatura popular outros exemplos figuram na memória coletiva. A língua do “P” e a do “Q”, onde as consoantes são substituídas por essas letras,

emitem uma linguagem própria, realizando um brincadeira que mostra habilidade e rapidez com as palavras durante a formação de frase, confundindo as pessoas na durante a comunicação, mas mantendo a comunicação com aquele que é o receptor da mensagem.

1.2.3 Ofícios e Modo de Fazer

Aponta-se uma variedade expressiva de ofícios e modos de fazer, que apresentam características seculares e práticas de execução na elaboração de atividades, apontadas nas suas singularidades, entre as pessoas do mesmo grupo social, que mantém a atuação permanente nas comunidades. O Grupo Arcos se envolve com esse tipo de busca e das atividades a fim de manter e estimular as tradições ligadas aos ofícios e fazeres nominados a seguir. Compõe para divulgação as mesas de referência cultural dos produtos e receitas que foram encontradas durante as pesquisas. Interessante mencionar que após esse processo realizado com frequência pelas instituições outros grupos buscam nas suas comunidades a relação mantendo durante atividades folclóricas ou populares a mesma relação, o que tem proporcionado o resgate de muitos desses fazeres e saberes. Passamos a enumerar:

1.2.3.1 Culinária

A cozinha açoriana, no litoral de Santa Catarina, reserva uma variedade de receitas ligadas ao mar e à área rural, apresentadas à mesa ao longo de mais de dois séculos de imigração açoriana, que são extremamente apreciadas e que foram adaptadas de acordo com os produtos encontrados na nova terra, aliados, ainda, pela influência de outros povos já estabelecidos. A troca de hábitos e a incorporação de produtos são seculares e atravessa fronteiras, testando os costumes dos povos. Dos elementos tradicionais são essenciais e presentes na cozinha da gente que se estabeleceram no litoral catarinense: o cozido; o peixe assado na folha da bananeira; o caldo de peixe; o peixe ensopado; o cuscuz, rosca de massa e polvilho e os embutidos e os doces, o pirão d'água com farinha de mandioca, o café torrado passado no coador de pano, cozido de verduras e de carne de bovina fresca.

1.2.3.1.1 Café

É uma bebida tradicional brasileira que faz parte da cozinha açoriana secular e reproduzido o seu modo de fazer de várias formas. Na cozinha dos descendentes de açorianos em muitos casos para se manter a tradição colhem o fruto no fundo de quintais, e colocam para secar. Após o procedimento, conduzem os grãos para o pilão de madeira executando o movimento de pilar, até se transformar no pó.

Diante do produto possuem várias formas de preparo. O mais tradicional de todos está relacionada ao “passar café”, que consiste em colocar o pó num coador de pano, preso num círculo de arame, com um cabo aparente, para debruçar sobre o utensílio, geralmente um boião de cerâmica água fervente. Esta, uma das formas tradicionais de se “tirar” o café.

Outra forma existente é conhecido como café cabeludo. Consiste em se mergulhar numa vasilha o pó de café, deixando ferver, para depois ser consumido.

1.2.3.1.2 Carnes

O povo descendente de açoriano catarinense aprecia na sua culinária as carnes bovinas, de porco, aves e peixes. Os pratos considerados de referência cultural, o legado está relacionado as receitas que envolvem as carnes assadas com batata; o guisado, o cozido de alcatra com legumes, a carne seca batida na pedra e depois frita no azeite, refogada apenas com cebola, a ensopada com tirinhas de repolho. As carnes estão presentes nos embutidos. Das aves produzem receitas com o frango assado e o ensopado. O peixe, numa variedade de espécie, talvez seja o que mais vincula na sua culinária. Estão relacionados aos escalados e assados na brasa, os fritos e os ensopados, que são acompanhados com pirão feito com farinha de mandioca, denominado pirão de “náilon” (água fervente com farinha mexida) ou pirão de peixe.

1.2.3.1.3 Cozido

Está presente na culinária da gente do litoral. Para prepará-lo é necessária uma panela de barro com água fervente. Dentro dela um pedaço de “carne verde” (carne fresca bovina) do tipo alcatra borbulha, esperando as verduras: pedaços de abóboras, folhas de couves, cenouras, nabos, batatas doce, aipim, inhame, que vão sendo colocadas uma a uma conforme o tempo que necessitam para o cozimento. O prato é herança cultural dos antepassados açorianos que aqui

adaptaram seus hábitos e costumes alimentares, agregando o que a terra proporciona como, por exemplo, do caldo se faz o pirão com farinha de mandioca. Serve-se de duas maneiras: a primeira delas está no caldo com as verduras e a segunda mistura-se o caldo com a farinha produzindo o “pirão de caldo”, servindo com as verduras e a carne.

1.2.3.1.4 Doces, pães e as roscas

Bastante diversificada faz parte do dia a dia da família descendente de açorianos. Preparar a variedade caseiramente faz parte da rotina das donas de casas. O pão-de-ló de doze ovos é receita considerada tradicional. É preparada durante as festividades de Páscoa, Natal e nas festas do Divino Espírito Santo, ainda, perdura em residências que procuraram manter as tradições transmitidas de mãe para filha. O doce bom-bocado que envolve o coco ralado e a queijadinha, o rocambole, o arroz doce e o bolo branco. As elaborações de cartuchos de amendoim torrado, a rapadura, os doces de frutas tropicais. O cuscuz, o beiju, a rosca de massa e de polvilho, a bijajica, o mané-pança, receitas elaborados com produtos transformados no engenho; os pães caseiros de massa sovada de trigo, de cará, aipim e de batata, o bolinho de banana feito na chapa e a banana caramelada. São receitas mantidas. No entanto, sabe-se que todas essas receitas receberam incorporações da cultura indígena e africana.

1.2.3.1.5 Embutidos

Envolvem neste caso a matança do porco e desta estão o preparo da morcilha ou morcela. A forma de preparo constitui-se em separar pedaços de boa carne e cortá-la em cubos bem pequenos ou, se preferir, moer. Acrescentar os temperos verdes como a cebolinha e a salsinha, pimenta do reino e sal. Com a carne pronta a mesma é despejada dentro da própria tripa do porco, previamente limpa. Nesta função a execução da tarefa é mista e também envolve os vizinhos deste a limpeza do porco, retirada e preparo da banha, corte dos temperos e das carnes para realizar os embutidos que podem ser também a linguiça. Os saberes são socializados e, ao final, o dono do porco divide o que produz com os participantes.

1.2.3.1.6 Farinha

Outros elementos importantes que fazem parte desta culinária são referentes à farinha de milho e a de mandioca. Esta última os açorianos incorporaram a sua mesa herdada dos nativos Carijós. Como menciona um dos informantes, “sem farinha branca torradinha não há refeição”. A farinha está muitas vezes presente até no café da manhã. Para se obter a farinha branca e fininha o processo é longo e delicado. Há que se ter um engenho equipado de forno e tipiti na comunidade, para se processar a farinha a partir da raspagem da mandioca e a ralação da raiz. A farinha é parte integrante da culinária açoriana litorânea.

1.2.3.1.7 Licores

O licor é uma bebida licorosa feita por mulheres que se dedicam a apanha das frutas de temporadas. Os mais tradicionais são: os de jabuticaba, de pitanga, de amora, de abacaxi, de laranja. As receitas são tradicionais repassadas de mãe para filha. Produzem durante a temporada das frutas, para ser servido durante todo o ano, quando ocorre a visita de amigos e familiares. As mulheres mantêm as receitas tradicionais e fazem questão de manter a tradição, embora seja algo reservado às famílias.

1.2.3.1.8 Peixes, moluscos e crustáceos

A cozinha de herança cultural açoriana no litoral catarinense é tradicional quando se refere a variada de espécies (garoupa, linguado, arraia, pescadinha, tainha, anchova, parú, corvina, bagre, cação e outros), bem como a grande variedade de moluscos e crustáceos (marisco, berbigão, camarão, ostra, lula, polvo, siri e o caranguejo), é elaborada uma rica variedade de receitas. O caldo de peixe e de camarão, os ensopados, o peixe frito, o escalado, o assado na telha e na folha de bananeira, acompanhados da farinha de mandioca que, bem fina, torrada e branquinha, serve para fazer o pirão d’água ou de náilon.

Na cozinha, a mulher do litoral esmera-se para obter um bom resultado do caldo. Primeiramente é necessário saber escolher o peixe. Os melhores são aqueles que possuem a carne rija, como corvina, robalo e também tainha. Limpar, consertar ou governar um peixe ou um lote deles exige mãos habilidosas com conhecimento para executar a tarefa. Existe maneiras específicas de escamar ou retirar a lixa do peixe, de abri-lo para a retirada das vísceras e de cortá-lo para

preparar o prato desejado. Caso contrário, o peixe fica mole, colocando em risco o prato a ser executado.

1.2.3.2 Produção Artesanal

É expressiva em algumas cidades do litoral e apresenta a execução de inúmeras peças utilitárias, decorativas e de adornos com saberes fazeres seculares mantidas e reinventadas pelos descendentes que tentam manter as tradições culturais:

1.2.3.2.1 Barro

Do barro se produz muitos elementos que retratam os saberes fazeres da tradição oral. Os artesãos criam e recriam peças, utilizando figuras do cotidiano popular, relacionadas ao folclore, a religiosidade, feitos comunitários de base cultura açoriana local. É através da manipulação de técnicas seculares que muitos artesãos sobrevivem da elaboração de peças e se dedicam para manter as tradições. A maior relação com este saber está figurado na cerâmica tradicional no município de São José da “terra firme” que mantém a “Escola de Oleiros” e uma feira das alfaias com o objetivo de divulgar e manter as tradições. Todavia muitos artesãos com mãos habilidosos se mantêm no corredor cultural açoriano no litoral.

1.2.3.2.2 Concha

O litoral catarinense fornece aos seus habitantes uma variedade de tipologias de conchas que são aproveitadas por homens e mulheres na confecção de peças artesanais. A mais tradicional de todas está na confecção da lapinha, que consiste na elaboração artesanal de presépio, utilizando as conchas e outros materiais, para dar vida ao imaginário religioso. A prática de produzir as lapinhas desapareceu do litoral e retorna no final do século XX, a partir da relação com o Arquipélago dos Açores e a formatação de oficinas de artesanato para reviver a tradição.

1.2.3.2.3 Fibra Vegetal (*tipiti, cestos, esteiras de taboa ou de junco*):

A riqueza da mata Atlântica desta parte do sul do Brasil oferece ao seu morador uma variedade de espécies que permitem a criação de inúmeras tipologias de peças utilitárias para o uso do trabalho doméstico, como por exemplo: O tipiti é uma palavra indígena e foi incorporada ao trabalho dos engenhos de

farinha pelos açorianos do litoral catarinense. Os cestos são minuciosamente trançados e utilizados nos fazeres domésticos, agricultura e pesca.

As esteiras são utilizadas pelos agricultores para colocar o milho, feijão e arroz para secar, na atualidade servem para decorar ambientes internos e externos de residências e espaços públicos.

1.2.3.2.4 Linha (redes e tarrafas, bordado, renda de bilro, crivo e crochê)

Utilizam os mais variados tipos de linha na confecção de peças utilitárias e também servem para decorações nos fazeres domésticos, repassadas às pessoas mais jovens, através da sabedoria popular secular. As redes e tarrafas fazem parte do cotidiano popular dos pescadores de mar e ribeirinhos. Para além do uso próprio os artesãos homens e mulheres produzem para vender e contribuir com a renda familiar. Utilizam as técnicas tradicionais com aplicabilidade de materiais modernos como o fio de náilon. O tamanho da malha da tarrafa é sempre proporcional ao tamanho do peixe a ser pescado.

Para a execução do bordado as mulheres utilizam linhas finas e produzem peças decorativas e para os enxovais femininos e para os nascimentos de recém-nascidos. As artesãs de descendentes de açorianos bordam os pontos tradicionais repassados no ambiente familiar, como os pontos cheios e pontos atrás.

Ainda utilizando a linha está uma dos artesanatos mais tradicionais a renda de bilro praticada com o auxílio de pequenos paus (bilros) de madeira esculpido apelidada de “rabo de macaco”, que a rendeira segura aos pares em cada mão, cruzando os fios, tecendo diferentes piques (amostras) elaborados minuciosamente por mulheres artesãs que insistem em manter a prática, principalmente, no município de Florianópolis, onde o saber possui até dia comemorativo, o dia 21 de outubro, dado a importância da referência cultural.

Na elaboração da renda tipos tradicionais no processo de criação são executados e mantidos em várias comunidades da Ilha de Santa Catarina: Rio Tavares, Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, Ribeirão da Ilha, Praia do Forte, Ingleses, Praia dos Açores, Pântano do Sul, Armação do Pântano, Trindade e nos municípios do litoral, como Porto Belo, Camboriú, Tijucas, Laguna, Garopaba.

As mostras mantêm os desenhos antigos repassados de mãe para filha como os do tipo “Maria Morena”, a “Tramóia”, o “Céu Estrelado”, a “Bicuda”, a “Palma” e o “Arco de Flores”, que consistem nas preferências das rendeiras.

Na atualidade gostam de trabalhar em grupo, exercendo o convívio e o companheirismo. Desta maneira, através do fazer a renda executam a solidariedade, trocam os moldes (picos) e conhecimento para que o artesanato se mantenha preservado.

O crivo é outro artesanato considerado de referência cultural entre essas artesãs do litoral da grande Florianópolis. Neste fazer, criam as amostras sobre a folha de papel quadriculado, marcam e desfiam o tecido (puro linho, o mais tradicional) com uma tesoura de ponta fina de acordo com a graduação escolhida e, em seguida tapam, urdem e caseiam sobre um bastidor de madeira, criando peças que vão dos joguinhos de porta copos a toalhas de banquetes e peças para enxovais.

Segundo Luís Bernardo Leite de Ataíde, teria sido “cultivada outrora nos conventos”. As freiras e as moças internas ocupavam a sobra das horas vagas dedicadas à religiosidade para se dedicarem a trabalhos manuais.

A divulgação deste fazer está relacionada, provavelmente, a essas ordens religiosas, que também ensinavam às mulheres a levarem como dote para seus casamentos. Sabe-se, no entanto, que este saber veio para Santa Catarina com os imigrantes açorianos em meados do século XVIII, mantendo-se até a atualidade.

O crochê, também permeia os fazeres das mulheres descendentes de açorianos. Não se discute a origem desse saber, porém acrescenta-se que a prática na execução das peças faz parte da bagagem oral, que mesmo antes de ter a agulha industrial, produziam o seu próprio instrumento, esculpindo-as em pedaços de bambu com um canivete afiado. As informantes litorâneas, narram que as mulheres mais velhas produziam os seus xales com pontos diferenciados que lhe cobriam para sair de casa. Além de produzirem peças utilitárias domésticas.

1.2.3.2.5 Madeira

Encontram-se nessa região pessoas que herdaram o saber de trabalhar com a madeira, como meio de subsistência em seu ciclo familiar. Produzem uma variedade de peças de decoração e utilitárias. Dentre elas, estão as tradicionais canoas de um único tronco e as baleeiras, peças para construção de carroça, carros de boi, gamelas, pilão, mesas, cadeiras, armários, agulhas de madeira que utilizam também para confeccionar de redes e tarrafas.

1.2.3.2.6 Sementes (sabão de anoz ou anoga e o colorau)

Realizado com sementes de anoz ou anoga, gordura animal, eucalipto, água, soda cáustica, peneira, pilão e bacia. No processo, a semente é fervida em uma lata, depois colocada para secar. Quando seca é batida para tirar a casca e em seguida, batida no pilão, formando uma pasta que volta para ferver com os demais ingredientes, mexendo-se sempre até atingir o ponto, e posteriormente, derrama-se em forma para que endureça, cortando-se, depois, os pedaços. O sabão é usado para banho e lavagem de roupas.

A técnica secular é passada de mãe para filha. Hoje esta prática é pouco executada, mas evidencia-se nas comunidades litorâneas a prática. Outra prática comum no litoral é produzir o colorau extraído da semente da aroeira, batido no pilão, mistura-se à farinha de milho e está pronto para utilizar como tempero na cozinha, principalmente nos ensopados de peixe.

1.2.3.2.7 Palha

Com habilidade que os olhos não conseguem alcançar o mestre artesão separa nos ranchos agrícolas a matéria prima que envolve o preparo da palha de milho e a do trigo, que consiste na escolha das folhas, preparando-as para a secagem e, posteriormente, aplicam a técnica de rasgá-las uma a uma com a intenção de manufaturá-las, transformando a sua habilidade no trançar das palhas, que resulta na produção de chapéus que utilizam nas tarefas domésticas da agricultura e da pesca. O mesmo processo, ocorre com a elaboração de vassouras, um utensílio doméstico produzido artesanalmente com técnicas do saber popular.

1.2.3.2.8 Tecelagem (mantas e tapetes)

É uma herança trazida pelos imigrantes açorianos para o litoral de Santa Catarina e mantida por uma série de famílias que reproduzem as técnicas seculares e outras recriam uma série de amostras produzidas nos teares manuais.

A técnica na produção das peças requer habilidade e bom gosto na escolha e combinação dos retalhos de tecidos e dos fios que esticam durante o processo utilizando um grande carretel fixo na parede e, a partir desta etapa, produzem os rolos para facilitar a tarefa. Executam transmitidas através da oralidade. Confeccionam as mantas, tapetes e peças coloridas, outras utilitárias para o cotidiano caseiro. Historicamente, esta arte faz parte do patrimônio cultural

catarinense e, seus artesãos, lutam pela divulgação e preservação do saber fazer tradicional.

1.2.3.2.16 Tecido (Colchas de retalhos/fuxico/bonecas de pano)

Dos retalhos de tecidos mães e avós produzem peças para o uso doméstico e brinquedos infantis. As técnicas utilizadas envolvem os conhecimentos seculares onde as mulheres, pacientemente, os repassam as mais jovens como forma de preservar os fazeres. A prática mais utilizada está nas trocas de experiências com os grupos de Terceira Idade, mestras artesãs, oficinas produzidas por grupos e fundações culturais.

Na produção manual estão as famosas colchas de retalhos coloridos e as de fuxico que consiste, no primeiro caso, em reunir e recortar pedacinhos de retalhos um a um, combinando tipos de formato, desenho e cores. Já, no segundo caso, a técnica empregada é antiga e consiste em recortar com uma tesoura pedacinhos de tecidos coloridos em rodela de cinco a seis centímetros de diâmetro e com uma agulha e linha, manualmente as mulheres produzem pequenos círculos, franzindo o tecido. O passo seguinte consiste em grudar os círculos, agregando em alguns casos enfeites da sua preferência, para adornar a peça. Criam e recriam novas peças. As escolas de design e de moda tem utilizados essa técnica tradicional para introduzir esses elementos na criação de novas peças, como bolsas, sacolas e peças do vestuário feminino.

Para a confecção das bonecas de pano são elaboradas de vários tamanhos e utilizando os restos de tecidos. São costuradas a mão e seu corpo é moldado de acordo com a criatividade da artesã e preenchido com algodão, estopa ou capim. São conhecidas por bruxinhas de pano e utilizadas nas demonstrações dos grupos folclóricos açorianos, quando demonstram as brincadeiras infantis tradicionais.

1.2.3.3 Medicina Popular

Num universo relacionado a prática das benzeduras para cura de males, ocorre o hábito frequente, no cotidiana, da utilização de uma série de receitas relacionadas as plantas e ervas, que usam para a elaboração de chás, garrafadas, homeopatia, simpatias e as benzeduras. Juntam as ervas outros elementos como a banha de porco, breu, mel, ostras trituradas, farinha e polvilho, que resultam nos

emplastos para tirar dores localizadas e colar ossos, quando quebrados e os unguentos.

Nos quintais das residências sempre existe um espaço para o plantio de ervas como o funcho, a erva-cidreira, a cana-limão, conhecida como capim-limão ou capim cidreira, a pata-de-vaca, o mastruço, a camomila, a malva, o boldo, a quebra-pedra, a arruda, a guiné, a hortelã, a losna, a erva-doce, a salsaparrilha. São utilizadas, também, as cascas e folhas de árvores: sabugueiro, pau-de-ferro e o louro. Com as ervas e as cascas de árvores produzem as garrafadas para cura de uma série de doenças, dentre as mais comuns estão: a cura as mulheres dos males de sete dias (após dar à luz à criança); cura da coqueluche, hérnia, dor de cabeça, fraqueza do pulmão, asma e sarampo.

1.2.3.4 O Patrimônio Naval: embarcações tradicionais³⁸

O Brasil é o país mais rico do mundo em diversidade de barcos tradicionais. Boa parte do patrimônio naval da humanidade está representada nos barcos tradicionais do Brasil, mais do que em qualquer outra parte do planeta, afirma o estudioso e pesquisador, o arquiteto Dalmo Vieira Filho, mentor intelectual do Museu Nacional do Mar- Embarcações Brasileiras, na cidade de São Francisco do Sul (1991). Nomina que no seu patrimônio cultural naval se congrega as tradições mediterrâneas, ibéricas, norte europeias, africanas, asiáticas e americanas. Afirma, que esta herança cultural faz parte da criatividade dos mestres anônimos, sinônimo do resultado de experiências e vivências dos homens do mar e neles estão incluídos os descendentes de açorianos do litoral, que mantém partes das técnicas de construção de unidades tradicionais, incorporada ao patrimônio material e imaterial. Distintamente, segundo os informantes estão seis tipos distintos: os Botes, as bateiras, as canoas: de um pau só, as bordadas, a de tolda e a lancha baleeira.

1.2.3.4.1 Bote

São utilizados na pesca de mar aberto. Possuem de sete a onze metros de comprimento e são conhecidos também como barcos de boca aberta em “V”. Surgem a partir do início do século XX quando os motores chegam aos pequenos

³⁸ O primeiro levantamento desse patrimônio, deve-se ao Almirante da Marinha Brasileira, Max Justus Guedes, em 1908, criando um acervo denominado de Coleção “Alves Câmara”, com 42 modelos, que está sob a guarda do Centro de Documentação e Informação da Marinha de Guerra do Brasil.

estaleiros substituindo as velas. A técnica de construção parte da quilha e as madeiras presas ao cavername vão sendo são colocadas lado a lado.

1.2.3.4.2 Bateira

São pequenas embarcações construídas com cascos retos, com um ou dois bancos no meio para manter a estabilidade de navegação. Não possuem quilha e são utilizadas pelo pescador para conduzir as redes à embarcação que se encontra fundeada na baía. Também servem para pescas nos rios e baías. Utilizam-se remos chatos e os varejões (varas de bambu), para proceder a propulsão, quando estão pescando com tarrafas.

1.2.3.4.3 Canoa de um pau só

São unidades escavadas a partir de um tronco de árvore retilínea abatida na mata próxima. A técnica construtiva predomina a escavação do tronco, modelando-o com um uma ferramenta denominada de enxó. É uma herança indígena³⁹ incorporada pelos portugueses-açorianos no litoral catarinense.

São utilizadas em águas mansas, geralmente de baía, lagoas e rios, impulsionadas por velas quadradas de tecido de algodão e por um varejão (varas de bambu) e por remos de madeira confeccionados pelos próprios pescadores, menciona o mestre construtor embarcações Raul Geraldo Rocha⁴⁰.

A canoa pequena mede até cinco metros e as maiores chegam até nove metros, dependendo do tamanho do tronco abatido.

1.2.3.4.4 Canoa de Convés

Essa tipologia foi citada durante o arrolamento. É uma canoa típica das lagoas de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, da comunidade de Mirim em Imbituba, Imaruí e nos rios de Tubarão, Capivari e Rio D'uma, lugares e municípios que compõem o complexo lagunar dessa região. Segundo o modelista naval, Luiz

³⁹ O pesquisador catarinense Marcelo Lanziotti, em publicação no 23º Congresso Nacional de Transporte Aquaviário, Construção Naval e Offshore, em outubro de 2010, apresenta um estudo sobre a "Tipologia da Canoa Manóxila do Estado de Santa Catarina, baseado em pesquisas realizadas em fontes secundárias e no saber fazer de três mestres artesãos. São eles: Raul Geraldo da Rocha, de São Francisco do Sul; Manoel Teixeira, da lagoa de Ibiraquera, no município de Imbituba e o mestre Júlio da Silva, da Tapera no município de Florianópolis.

⁴⁰ É mestre restaurador de embarcações tradicionais do Museu Nacional do Mar- Embarcações Brasileiras da Cidade de São Francisco do Sul. Apesar do ofício ser considerado em extinção, o litoral ainda conserva mestres desse fazer. Num esforço conjunto com uma série de instituições a Associação Amigos do Museu Nacional do Mar, mantém um curso e oficinas afim de despertar o interesse dos mais jovens para a salvaguarda desse patrimônio.

Lauro Pereira Júnior, um dos informantes, esta unidade está extinta na região. Porém, pesquisadores como o historiador local, Antônio Carlos Marenga, canoieiros da região e mestres construtores conhecem a técnica de construção e por essa razão tentam reproduzi-la, incentivado por pessoas, grupos culturais e instituições que tratam da preservação do patrimônio cultural, dado o raro número de mestres artesãos que detém o saber e que possuem uma certa idade.

Era uma embarcação utilizada na navegação de cabotagem com 10 a 15 metros de comprimento, podendo suportar durante o transporte até oito mil quilos e responsável pelo movimento comercial da região e também da vida social.

1.2.3.4.5 Canoa bordada

São embarcações confeccionadas à semelhança das canoas convencionais de um único tronco, chamadas de canoas de borda lisa com o diferencial de ser aplicada sobre esta uma bordadura elevada, descreve o arquiteto André de Lima (Itú), quando da realização do arrolamento dessas canoas em 2009, para o Museu Nacional do Mar-Embarcações Brasileiras. Menciona que a constituição primordial “mantém a essência do tronco escavado e desenhado com proa e popa características e bancos centrais que lhe dão a estabilidade estrutural.”

Segundo a sua descrição, a tipologia ou porte denominada de envergadura, variam suas dimensões e desenhos conforme a região de ocorrência e o usos a que se destinam. Considera , ainda, o mestre Raul Geraldo Rocha, que a bordadura é algo aplicada, sobreposto ao tronco, porque têm a oferecer maior estabilidade, quando a embarcação vai rasgar as ondas do mar. A peça possui esta função específica. Durante o processo de pesquisa consta-se que o litoral norte de Santa Catarina possui a maior concentração dessas unidade.

1.2.3.4.6 Lancha baleeira

Também denominada de canoa baleeira, lancha baleeira no litoral catarinense e de bote baleeiro pelos açorianos dos arquipélago do Açores. “Navegou na memória de sua gente até aportar os conhecimentos na Ilha de Santa Catarina e daqui se espalhar por todo litoral”, aborda um dos informantes. A preocupação das instituições culturais é manter e repassar a arte de construir aos mais jovens, haja vista os poucos artesãos que ainda mantém o saber.

É considerada a “rainha do mar” pelos pescadores que dela se utilizam, por navegar de popa e proa. Utilizada para o transporte de carga entre as comunidades, na pesca da tainha no passado e na caça à baleia. Na atualidade, além da pesca seu uso tem sido utilizado no transporte turístico de passageiros.

A técnica de construir é centenária, consiste em estabelecer 12 palmos e meio marcando a quilha. As cavernas recebem as madeiras em curvatura que pode ser natural ou aplicado à técnica a vapor para curvá-las e deixá-las prontas para receber a madeira. Dois são os modelos característicos: a de casco trincado também conhecida como a de madeira sobreposta e a casco liso, onde são pregadas as madeiras uma ao lado da outra. Geralmente, essas embarcações são batizadas com nomes femininos e pintadas em branco com detalhe na borda nas cores verde, vermelho, azul e amarelo.

1.2.3.5 Transporte Terrestre

São meios utilizados nas comunidades rurais, para o de transportes do trabalho no campo. Também são utilizados na vida cotidiana social para conduzir as famílias a festas populares, visitar amigos. Nos transportes mencionados durante o arrolamento foram nominadas pelos informantes às carroças, os carros de boi e o carrinho de mão, que as famílias também utilizam na área urbana para pequenos transportes domésticos e tentam manter as tradições seculares.

1.2.3.5.1 Carroça

Construídas geralmente de madeiras nobres, são utilizadas para o transporte de mercadorias agrícolas e de pessoas nas zonas rurais, na atualidade, praticamente em extinção na sua forma tradicional. O informante, Thomaz de Azevedo Coutinho, boleeiro, de carroça tradicional, na juventude, menciona que existem dois tipos: as que são conduzidas por um único cavalo e as de parilha. Essa última uma raridade no litoral catarinense. E continua, “o conhecimento secular está cada vez mais distante das pessoas, permanecendo somente na memória dos mais velhos isso, devendo-se à expansão urbana e o distanciamento das pessoas da área rural”.

Muitas dessas unidades tradicionais quando encontradas sofreram modificações na sua estrutura, para se adaptar à legislação urbana. Receberam

emplacamento, para identificação e as rodas são de pneus de látex, para não produzir barulho nas ruas calçadas e facilitar a condução durante as atividades. Principalmente, utilizadas nos centros urbanos nas recolhas de lixo e trabalhos em feiras. De tração animal, estão sendo substituída por pessoas que as conduzem à mão.

1.2.3.5.2 Carro de Boi

Segundo a historiografia, possui origem romana, chega à península ibérica através destes e de lá se espalha por suas colônias. A sua maior utilização consiste no trabalho realizado nas propriedades rurais. Até meados do século XX, nas zonas rurais dos municípios do litoral catarinense eram utilizados, também, para conduzir as famílias às festas religiosas e populares, fazer pequenos passeios. Para o pesquisador brasileiro Câmara Cascudo, o carro de boi “é um elemento vivo da nossa cultura agrícola” e compõe a etnografia do homem da roça. Na atualidade unidades no interior das cidades litorâneas ainda são utilizadas como transporte na agricultura e existe um esforço dos grupos culturais para manter a tradição dos caminhos da roça. Na capital do Estado, na freguesia de Santo Antônio de Lisboa, na semana que antecede a festa do Divino, os proprietários dessas unidades realizam um desfile para demonstrar a preocupação com a preservação dessas unidades e com os fazeres da roça.

1.2.3.5.3 Carro de Mão

Construído artesanalmente, é um elemento que possui uma única roda à frente com dois pés na traseira para se manter o equilíbrio, quando apoiado no chão. Na sua construção em madeira recebe uma borda em madeira por toda as laterais e duas peças roliças que ultrapassam a base para facilitar o manuseio. É considerado um auxiliar do trabalho doméstico e agrícola, quando seus proprietários utilizam para o transporte de mercadorias e alimentos para os animais.

1.2.3.5.4 Charrete

É utilizada como meio de transporte na área rural, para conduzir pessoas em passeios e funções domésticas. É movida a tração animal,

puxada por um único cavalo. O modelo encontrado no interior do litoral de Santa Catarina é o que conduz de uma a três pessoas sobre um único banco. Na atualidade, ainda se depara com unidades nas áreas urbanas, utilizando-as com a mesma função para qual foi criada.

1.2.3.6 Indústrias Artesanais

Compõem um cenário raro de referência cultural, que buscam a sobrevivência através da revitalização do patrimônio cultural. Utilizam práticas reavendo as atividades para o qual foram criadas. Os grupos culturais tem papel fundamental nesse processo, animam e recriam os fazeres colocando à disposição da população, divulgando os produtos, que em muitos casos, tem estimulado os convívios sociais e culturais e, contribui, para o aumento da renda familiar.

1.2.3.6.1 Engenho de Farinha, de Açúcar e Alambique

Percorrendo os caminhos e estradas do litoral, encontram-se essas “indústrias” artesanais. Nesses espaços percebe-se que existe um verdadeiro esforço da população para manter as práticas de vivência cotidiana nos engenhos, através da realização e reprodução dos seus saberes.

Os engenhos mantêm vivo o saber e o fazer das etapas de produção da farinha de mandioca, da cachaça, os dos de açúcar os seus derivados. Os de farinha produzem os alimentos como o beiju, cuscuz, rosca de massa e a de polvilho, o polvilho e a farinha de mandioca. Segundo o pesquisador, Nereu do Vale Pereira, três foram os tipos de engenhos de farinha que funcionaram nas zonas rurais do litoral catarinense. Estão, os chamarritas⁴¹, apelidados pelos seus moradores de “pouca pressa” ou “caranguejo”, que significa, na linguagem popular executar o movimento, para frente e para trás; os de mastro e os de cangalha que são os mais comuns.

Na atualidade, esses exemplos, tradicionais são raros e, muitos deles, foram adaptados para a eletricidade, substituindo a atração animal e a roda d'água. A extinção das indústrias artesanais ao longo dos últimos vinte anos são consideradas por questões distintas relacionados ao à fuga das pessoas da área rural para as cidades na busca de melhores condições de vida. Outros, pela falta

⁴¹O sociólogo e pesquisador da Cultura Popular Catarinense, Nereu do Vale Pereira, realizou um estudo detalhado sobre as tipologias e as diferenças da “engenharia” relacionado aos engenhos de mandioca. (2003).

de comercialização dos produtos e, outros pela falta de recursos para a adaptação as normas de higiene, exigidas pelos órgãos públicos de vigilância sanitária.

Esta atitude por parte dos proprietários tem revertido a destruição que beirou praticamente a extinção quase que na totalidade desses espaços. A luta pela salvaguarda do patrimônio cultural tem contribuído para esse novo impulso, motivado pelas festas populares e pela inclusão dos produtos nas festas populares e culturais tem contribuído para a salvaguarda através do sentimento de pertença.

1.2.3.6.2 Olaria (telha, tijolos, cerâmica utilitária)

A arte de manipular o barro é trazida para o litoral catarinense pelos açorianos e permanece ainda viva nos dias atuais nos municípios, principalmente em São José, Florianópolis e Tijucas. O trabalho com o barro implica no domínio de diversas técnicas: a preparação da pasta, genericamente designada por “amassar o barro”, sempre com as mãos, procedendo à modelação, técnica antiga, na produção de utensílios domésticos como: panelas, tampas, potes, bilhas, alguidares, vasos, pratos. A forma de fazer peças apresentando o cotidiano, produzindo a cerâmica figurativa e a modelagem tradicionalmente aplicada na produção de tijolos e de telhas; o torneamento realizado através da roda de oleiro; a secagem e o cozimento das peças.

Com o movimento de valorização da cultura de base açoriana no litoral catarinense, relacionado a grupos e instituições culturais, tem surgido uma série de atividades relacionados aos ceramistas. Estes estão voltados a produzir elementos da cultura popular local, numa demonstração de pertencimento e de valorização da identidade cultural. Produzem feiras, oficinas e exposições como este propósito, além de movimentar a economia familiar.

2 GRUPO ARCOS: SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL UMA RELAÇÃO DE INTERESSE IDENTITÁRIO.

O panorama descrito no arrolamento do litoral catarinense, nos municípios de base açoriana, revelam no seu contexto espacial a herança cultural existente legada as novas gerações, e vem de forma gradual, despertando o interesse de pessoas e instituições públicas e privadas, principalmente as culturais, que se instituem e se envolvem em pesquisas e se revelam de forma substancial a manter os valores identitários, através da promoção de ações que sugerem a salvaguarda do patrimônio imaterial. Para este fim desenvolvem uma série de práticas culturais, que proporcionam a visibilidade e o empoderamento sociocultural dos grupos sociais nas comunidades portadoras das manifestações nominadas a fim de proteger toda e qualquer relação existente.

Todavia, apesar do esforço contido, percebe-se com o passar dos anos, que além das influências dos imigrantes vindo de outras regiões do Brasil, em busca de oportunidades profissionais e da tão mencionada qualidade de vida, ainda existe as novas conjunturas econômicas e tecnológicas que juntas forçam a perda destes elementos característicos da identidade cultural local e que preocupam sobre maneira as vivências coletivas para a sua manutenção o que reforça sobre maneira a união de pessoas e grupos relacionadas a questão na busca de novos olhares técnico e científico para se produzir a salvaguarda.

Nota-se, que esta conjuntura tem contribuído, para que pesquisadores, cientistas sociais, agentes comunitários e produtores culturais sentissem a necessidade de proteger essa identidade. Muito deles, sem formação acadêmica adequada, mas que sabem identificar perfeitamente aquilo que se caracteriza como bem cultural local e que faz parte da sua formação identitária.

Neste mesmo sentido, surgem novas instituições, algumas formais, outras informais, que na mesma linha de raciocínio atendendo a lógica da preservação, buscam proteger estas mesmas características identificadas e dispostas no mencionado arrolamento. O que tem vindo a demonstrar a valorização desse bens culturais por parte da sociedade que detém esses conhecimentos.

A importância deste engajamento é presente na história do Grupo Arcos e, surge quando este, forma-se tendo como principal objetivo a salvaguarda deste

patrimônio. Sendo representante da identidade cultural local que configurando-se como um grupo de estudo, pesquisa que identifica, resgata, protege e divulga estas mesmas características como força mobilizadora da cultura capaz de construir relações para fora dos espaços que se inserem.

Durante a pesquisa, constata-se que o Grupo Arcos, trabalha todos os itens identificados e descrito no arrolamento, de forma conjunta, sobretudo, por serem itens que não se encontram isolados em indivíduos ou nas comunidades. São, na prática, partilhados e aglutinados na identidade coletiva. Resultado do conjunto tecido e da “teia de significados” nela implícita que está em conexão com cada um dos membros de uma comunidade interligada uns com os outros, através destas mesmas manifestações e relações muitas vezes atribuídas de maneira abstrata e subjetivas.

O conhecimento e classificação destas características apontadas no arrolamento e na consequente descrição respeita também, o conhecimento individual, trazem uma auto identificação, tanto do pesquisador, quando do pesquisado, que se percebe integrante do mesmo rol de características partilhadas, tanto com os outros membros da comunidade, quando com outras comunidades, e estes com o Grupo Arcos e seus componentes que apresentam como parte desta identidade.

Assim, com o empoderamento deste conhecimento, identificado e classificado, permite vinculações mais amplas com outros grupos de origens diversas e de outras regiões, como exemplo estão as regiões como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e outras, cujo os trabalhos do Grupo Arcos alcançam, chegando ao Arquipélago dos Açores e a outras comunidades de descendência açoriana como no caso de São José na Califórnia, onde estas especificidades torna-se ainda, mais destacadas, uma vez, que são ponto de origem dos antigos povoadores que construíram, com outras etnias, esta mesma identidade agora estudada e compartilhada.

Podemos dizer, então, que o trabalho da instituição pertence à cena da cultura popular catarinense no final da década de 80, do século XX, até a atualidade, período em que acontece a abertura democrática do país e que possibilita a sociedade se engajar no processo na busca de maior visibilidade para as questões culturais. Ainda, se destaca os intercâmbios culturais com outras

instituições congêneres ou não firmando constante interação com grupos culturais dos Estados Unidos, Canadá e Uruguai, trocando experiências nessa área do conhecimento, relacionado à cultura denominada de base açoriana por seus pares.

Nesta interação e convergências institucionais e coletivas o Grupo Arcos é reconhecido na área de pesquisas etnográficas relacionada as manifestações culturais do litoral catarinense, principalmente, quando se refere a cultura imaterial relacionada a popular e ao folclore, onde presta acentuada dedicação, identificando hábitos e costumes comunitários, pertinentes ao período compreendido, entre o final do século XVIII até o final do século XX. Nesta concepção, busca entender as relações construídas e que permeia a sua construção, que compõe a sociedade em que está inserido, erguida pelos grupos sociais neste período, utilizando por vez, exposições itinerantes sobre objetos etnográficos e imagens fotográficas sobre o cotidiano dessas comunidades e o Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, como um dos veículos de performance e divulgação vinculado à mostra etnográfica do período, ora cristalizado nas representações.

Contudo, na cultura do grupo, está imbuída, também, a concepção que “as tradições ditadas pelos costumes são processos sociais alteráveis e que sobrevivem através das forma de adaptação diversa.” (HOBBSAWN:1997). Neste sentido, ganha destaque a proposta de trabalho instituída, que se expande no seu próprio contexto sócio histórico e, o que parece, não restar dúvidas que são as referências culturais, os símbolos, os ritos, os atos sócio-culturais que atestam a identidade de uma comunidade e a própria cultura do Grupo. Assim, para além de relacionar o cenário do litoral catarinense, descreve de maneira suscita o espaço geográfico onde está inserido para uma melhor compreensão do estudo de caso.

Importa destacar que esse panorama não está desvinculado do todo catarinense, mas por ser um dos municípios tradicionais de composição inicial açoriana deste a sua fundação, quando se trata da estrutura de povoamento, resolve-se descrever o território e assim estender para entender a “dimensão do simbólico, quando trata da construção do lugar. O homem identifica-se com o lugar

vivido por seus valores, que ganham relevância pelo uso do cotidiano que se faz deles” (LE BOURLEGAT, 2000).⁴² Citado por César Gomes Freitas (2008).

Essa relação de identificação simbólica está presente nos objetivos dos Grupo Arcos, pois é através desta afinidade com a geografia a paisagem o patrimônio material e imaterial que mantém o desejo da continuidade das ações e da proteção valorando cada símbolo, reconhecido por sua gente.

2.1 BIGUAÇU: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Quando se aborda a questão do patrimônio cultural é importante proceder uma panorâmica descritiva sobre o conjunto sócio histórico e geográfico e buscar perceber as referências e as marcas culturais atribuídas as pessoas e aos seus grupos sociais. Certamente, esta conduta, contribui para um melhor entendimento das relações sociais e suas produções humanas, no contexto onde estes grupos estão inseridos. Assim, procede-se a contextualização do município de Biguaçu, onde o Grupo Arcos nasceu e está inserido para melhor compreensão dos caminhos percorridos pela instituição em relação ao seu compromisso com a preservação do patrimônio cultural.

O município de Biguaçu está localizado nas coordenadas geográficas de 27°29'38" de latitude sul 48° 39'18" de longitude oeste de Greenwich, entre as serras do leste catarinense vertentes do Atlântico e o mar da baía norte da Ilha de Santa Catarina, no Sul do Brasil. Sua área territorial é de 370 quilômetros quadrados e pertence ao núcleo da região metropolitana de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, composta a partir de 1999 pelos municípios de Tijucas, Santo Amaro da imperatriz, Palhoça, São José, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos. Sendo os dois últimos municípios emancipados na década de 60, do século XX, da sua base política-administrativa.

Todos os municípios desse núcleo metropolitano possui na sua configuração étnica vinculação com formação espacial conduzida pela gente imigrante do arquipélago dos Açores, estabelecida a partir do povoamento do século XVIII, na antiga Desterro, hoje Florianópolis.

⁴² Ler tese de Mestrado de César Gomes de Freitas. Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul-Acre, 2008.

Para além dessas características, o município é cortado pela BR101, uma das mais importantes do território nacional que liga o Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte e responsável pela interligação entre os municípios e outros da orla catarinense com mais fluidez, a partir de 1960.

Ao mesmo tempo que gerou a comunicação com trocas mais frequentes entre populações, a situação também causa um enorme impacto ao seu patrimônio cultural, o que não é diferente em outras capitais brasileiras. Casarios centenários, sítios históricos, a geografia litorânea se modifica, ranchos de pescadores, entrepostos comerciais, engenhos de farinha, açúcar, alambiques, cervejarias, manifestações religiosas e populares, locais de saberes e fazeres são destruídos restando em muitos locais apenas fragmentos desse patrimônio cultural material.

Todavia, a memória, que se mantém viva é resistente e resulta em importante condicionante para que o patrimônio imaterial seja o elo de ligação entre o passado e presente e, talvez, por essa razão, se vincule de importância para que os grupos sociais e culturais derivam do empoderamento coletivo para manter viva suas práticas culturais e a identidade, haja vista que pela intransigência de determinados grupos no poder mantiveram em lados opostos o desejo da população quando foram totalmente prejudicados com a perda de seus patrimônios, verdadeiros testemunhos das histórias de vida.

Biguaçu, a terra dos biguás⁴³, assim reconhecida por sua gente, possui uma localização estratégica privilegiada. Está a 17 Km da Capital entre os portos de Itajaí e Imbituba e, em relação ao Mercosul, está a 2h15 minutos de voo de Buenos Aires, capital da Argentina e a 50 minutos de voo de um dos centros econômicos mais importante do País, o estado de São Paulo o que não lhe confere uma

⁴³ Cantada em prosa e verso pelos poetas do lugar, possui três versões para a origem do seu nome. A primeira versão está vinculada a tradição oral, repassada de pai para filho, considerada a mais aceita por sua gente. Menciona ser o nome derivado de *Biguá-assu*, que na linguagem tupi-guarani significa pássaro grande. Portanto Biguaçu significa *ave* que habita as margens do rio e *assu, grande*. O rio caudaloso que serpenteia a cidade é habitado por esse mergulhão negro, que enfeita suas águas num bailhado único na busca do seu sustento. A quantidade dessa ave que habita o rio e suas margens, caracteriza ser esta a “terra dos biguás”. A segunda versão é nominada pelo botânico Padre Raulino Reitz, conceituado pesquisador brasileiro atribui ser o nome Biguaçu derivado da árvore denominada *Biguaçu* ou *baguaçu* da família das mirtáceas, cientificamente denominada *Eugenia Umbelliflora Berg* muito comum na vegetação litorânea da foz do rio Biguaçu e por todo o seu território central. A terceira versão surgida no final do século XX está vinculada a área da linguística publicada na separata do Jornal Biguaçu em Fogo, p.30, Biguaçu 251 anos de História-Notas para sua História 1748-1999, apresentada pelo Jornalista Osias Baixo que argumenta ser a origem do nome vir da palavra “*GuamBygoassu*” que significa na linguagem indígena “*cerca grande*” ou “*grande cerca de paus.*” (COUTINHO, Ana Lúcia (org.). *São Miguel da “Terra Firme”*: 250 anos- 1747-1997. Florianópolis,1997).

condição de isolamento. Isso não quer dizer que o município se prevalece dessa condição e aproveite para empreender o desenvolvimento econômico e turístico atraindo investidores do Mercosul. Parece ser esse um entendimento distante das autoridades locais.



Figura 5. Posição geográfica do Município de Biguaçu em relação a Florianópolis, capital dos catarinenses e aos países da América do Sul. Fonte: Google Maps.

Entretanto, a posição geográfica confere aos cidadãos maior mobilidade para outros municípios do entorno e países da América do Sul, por ar, terra ou mar. Fato este que tem facilitado a migração interna e externa, relacionado a outros grupos do interior do estado e de estados brasileiros, por estas condições e também por estar próximo à capital do Estado. Certamente esta condição privilegia aos seus moradores, ao mesmo tempo, em que, instiga a chegada de novos grupos. Esta situação, certamente, proporciona o crescimento desordenado do município com a instalação de núcleos com população que beira a situação de risco. Esta condição tem chamado atenção de pesquisadores que lançam leituras sócio históricas, relacionadas ao cuidado da salvaguarda do patrimônio cultural e da paisagem urbana se valendo também de interpretações antropológicas para entender as relações sociais.

Por ter uma geografia caracterizada por uma paisagem recortados por elevações, ora pequenas na faixa litorânea e outras acentuadas no seu interior é também marcada por vales, rios e cachoeiras, possui, ainda, no interior uma

vegetação nativa que compõe a Mata Atlântica⁴⁴, é mister as instituições relacionadas ao meio ambiente e as culturais estarem voltadas a essas questões, por entender que a salvaguarda do patrimônio natural e intangível é parte integrante da complexidade humana quando nos referimos as relações culturais nela estabelecida. Talvez outra característica de atração ao imigrante interno que se desloca e contribui para novas configurações fazendo o município perder parte de suas características sócio históricas por falta de planejamento público.

Contudo, Por suas características peculiares, o município, em relação à capital do Estado, possui uma posição significativa haja vista possuir uma série de mananciais que constituem um potencial de recursos hídricos, tornando-se um dos mais ricos da região. Relaciona, ao assunto, o primeiro ponto de aguada, denominada Cachoeira de São Miguel situado a 7 km, do atual centro administrativo, responsável em assegurar no local os primeiros povoadores açorianos e, ter ainda, em 1777, condição de abrigar o governo provincial catarinense, quanto da tomada da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis. Para além dessas características, o município possui praias de areia branca com potencial para o desenvolvimento turístico da região, por essa razão na década de 70, antiga freguesia de 1752, denominada de São Miguel da “terra firme”, oriundo do povoamento de 1748⁴⁵, transforma-se no seu principal balneário.

Outra característica significativa nesta costa de fácil acesso por terra e por mar, banhada pelas águas da baía de Florianópolis, está uma outra área de praia com uma pequena faixa de aproximadamente de 2 km, de tijuco, na região do bairro Tijuquinhas, avaliada num dos maiores criadouros de camarão da Baía de Florianópolis, ao lado norte, que até 1970, abastece os seus moradores e redondezas do referido crustáceo, e, também, se constituiu de alimento-base para permanência dos açorianos que se instalam na região.

Nota-se que as características relacionados à geografia do município e o que a terra e mar oferecem contribui para que a população esquecida pelo Governo Português, em meados do século XVIII, e seus consequentes anos ali permanecesse e deixassem um legado significativo, pautada no cotidiano, ora

⁴⁴ COUTINHO, Ana Lúcia e Rüdiger, Catarina. **Grupo Arcos ideia que deu certo**. Biguaçu: Grupo Arcos, 2001.

⁴⁵A freguesia de São Miguel por suas características físicas e botânicas sediou a Capital da Província de Santa Catarina por quatro meses no ano de 1777, quando da invasão espanhola.

abordado no arrolamento das manifestações culturais de Santa Catarina, por vezes necessitando de cuidados.

A esse respeito, refere-se uma das informantes, Júlia Machado que, por tradição oral, herdou dos seus antepassados açorianos inúmeras simbologias e rituais que cultua na atualidade. Também, aprendeu no meio familiar, a respeitar essa terra por ser dela que sua gente tira o sustento e sobrevivem para narrar as histórias, e com ela se relacionam, por isso, seus moradores possuem uma extensa intimidade com o mar e com a paisagem, dois mundos diferentes, mas que se completam quando se trata de manter a sobrevivência das tradições e dos bens culturais, nesta parte do Atlântico meridional. Sente-se, no entanto, a relação e o envolvimento com o sentimento com as coisas do lugar, que vão desde as manifestações as práticas culturais, a paisagem natural e a construída que lhe revela essa identificação, haja vista estar nesses espaços toda a relação do patrimônio imaterial que revela segredos a ser desvendado.

Ainda, sobre a citação, outro ponto importante na conformação do povoado está relacionado a um símbolo paisagístico. Desta feita, o rio que corta o município e que leva o seu nome, assim como mar que banha a margem leste, revela uma intimidade pelo que representou na vida das pessoas. Com uma extensão de 37.000 metros, o maior do município, se traduz num símbolo local, com múltiplas características. A primeira, com suas águas barrentas e navegáveis, durante o século XIX, representava a comunicação entre os madeireiros do interior do município com a população de sua foz, o que lhe dá condição, no final do referido século, aguçar o desejo de lideranças econômicas e políticas locais a buscarem em definitivo a transferência da antiga vila de São Miguel da “terra firme” para a planície do rio.

Notadamente, embora tenha essa relação político administrativa de ser um dos símbolos da transferência para um determinado grupo, por outro lado é também, reconhecido como um símbolo que contribuiu em definitivo para a ação de transferência da primeira vila para o atual local. Ainda, está relacionado ao este símbolo da natureza, os constantes alagamentos colocando em risco a população e que lhe confere um comportamento solidário das pessoas em relação as coisas do lugar e os nevoeiros de outono e inverno numa relação de contemplação dos moradores com o rio.

No traçado de ocupação do território, generosamente do ponto de vista geográfico o rio Biguaçu é parte da vida dos seus munícipes, principalmente dos mais velhos, por várias razões culturais relacionadas. Para alguns, contribui com o sustento de famílias permitindo que pequenas embarcações aportem, animado por uma marina turística e, para outros, o convívio está em exercer a pesca apenas como hábito de uma herança cultural açoriana enraizada. Também estão próximas ao rio algumas marcas culturais relacionadas ao reparo e construção de embarcações tradicionais, como canoas de um único tronco, bateiras e baleeiras, reparos de apetrechos de pesca, figuradas no saber popular.

Próximo as suas margens, está o aglomerado urbano, o primeiro núcleo da sede, a partir da transferência definitiva da antiga vila, seguida criação de novos bairros⁴⁶ dado a expansão urbana. Há muito, o rio, deixou de ter a função de navegabilidade para grandes barcaças que transitavam pelo rio executando o transporte de madeiras e de alimentos agrícolas para a capital do Estado, realizadas até o início do século XX, porém, muitas das práticas e dos saberes e fazeres que compõem estão vinculadas a memória coletiva dos mais velhos da região, onde algumas delas são executada com precisão, compondo o patrimônio imaterial, neste caso específico o naval.

A foz do rio, gradativamente, vai sendo ocupada a partir da década 70 do século XX, por famílias advindas, a princípio, dos municípios do entorno, movimento em se intensifica a partir de 1980, alterando gradativamente a volumetria de forma significativa na área urbana, o que resulta em prejuízo à prática das atividades ribeirinha, quando retirava-se do rio areia, para ser vendida as construções, a pesca de subsistência e estaleiros para reparos das embarcações ocorriam com mais frequência.

Na linguagem popular, o rio possui parcela importante no início do traçado urbano da nova sede do Município. É através dele que muitas famílias foram dando vida à planície, ocupando o espaço que, no processo de evolução, se ordena, gradativamente, a partir das duas últimas décadas do século XIX. Também, considerado como divisor de águas na transferência definitiva da antiga vila de São

⁴⁶Na atualidade, o Município de Biguaçu está subdividido em dezessete bairros oficializados, em 2011, e dois distritos.

Miguel da “terra firme”, em 1894⁴⁷ para a freguesia de São João Evangelista da “Barra do Biguaçu”, que se efetiva em 19 de dezembro de 1882, após duas tentativas iniciais frustradas.

No correr da evolução pequenos bares se instalam, ferrarias para concertos de carroças e para maquinário agrícola, marmorarias, sapatarias para venda e concerto especializado, livraria, comércio de peixe, botica, farmácia e escolas, porém um problema era permanente e atrapalhava o cotidiano dos munícipes ocasionado pela falta d’água, que era suprida pela distribuição no centro da cidade pelos serviços de distribuição, utilizando como instrumento uma carroça tonel. Um contrassenso, haja vista ser o município dotado de cachoeiras abundantes no seu interior. O problema na sede só foi resolvido em meados de 1970, com a instalação da rede de distribuição mecanizada, fato esse inconcebível por estar à beira de uma capital.

Biguaçu é cantada em prosa e verso, do velho e do novo, marca sua história de forma particular com mais de dois séculos e meio de existência, dividido administrativamente, em duas fases distintas. A primeira, ligada a fundação da antiga vila de São Miguel da “terra firme” (1750) povoada por um contingente significativo de açorianos que se embrenham pela vila, interior e partem para outros lugarejos como os vizinhos municípios de Tijucas, Governador Celso Ramos e Porto Belo.

A partir de suas características históricas e geográficas é portador de uma cultura tradicional singular, fruto do seu contingente populacional açoriano no início de seu povoamento que deixam marcas definitivas no seu cotidiano atual, somadas a todas as outras etnias instaladas, que se distingue nas manifestações culturais.

Nas práticas populares estão marcadas pela religiosidade, relacionada aos santos padroeiros, as novenas e procissões e, a de manter os festejos ligado à sua devoção mais antiga, relacionada ao Divino Espírito Santo, ao Senhor dos Passos e a festa de Corpus Cristo. Ligadas as manifestações culturais estão os saberes e os fazeres voltados a gastronomia, a lida do pescador com o rio e o mar, com a lida na agricultura, com a técnica de executar a tramar do crivo, da confecção das

⁴⁷Na resolução político-administrativa a sede da freguesia a margem do rio é sinônimo de conflito político entre a antiga Vila e a freguesia da beira do rio Biguaçu. De um lado os políticos descendentes de luso-açorianos nascidos em São Miguel da “terra firme” em decadência econômica e pelas epidemias que assolam o local e do outro lado as lideranças instaladas que tinham o apoio de dos colonos oriundos do Alto Biguaçu de origem alemã.

tarrafas e redes de pescas utilizadas para os diferentes tipos de pescados; produzir as garrafas, para cura de males e a benzedura como prática da medicina popular.

Na literatura popular está presente uma série de quadras do cotidiano popular, as parlendas, por exemplo. Nos folguedos foram encontrados as cantorias de Anunciação, de Reis e São Sebastião; o Boi de Mamão, as cirandas, a dança do Pau de Fita e a Jardineira, a dança da Chamarrita, do Pezinho, do Quebra-quebra Gabiroba e tantas outras de matriz açoriana, que se reporta à intenção do Grupo Arcos, através do Grupo Folclórico Danças e Catres Açoriano de mantê-las vivas através do compromisso da instituição de práticas junto à sociedade para salvaguardar e dar visibilidade ao patrimônio cultural existente.

Ainda, se tratando sobre os aspectos mencionados estão presentes na memória das gerações, desse território, o estigma, de ser o município um local dormitório, questão bastante peculiar, encarada até os anos 1980. Situação que causa desconforto aos seus habitantes perante aos moradores da capital do Estado, como se o município não possuísse história, memória, tradição e nem a capacidade de romper com esse ciclo.

Somados aos fatos, está deflagrado nos objetivos do Grupo Arcos a intenção de chamar a atenção dos munícipes para a situação sócio-política em relação não só a capital do Estado, mas a outros municípios. Movimentar o debate institucional, considerando essas questões a fim de levantar a autoestima dos cidadãos e cidadãs, utilizando aspectos da cultural como elemento de entendimento das relações sociais é também pauta de compromisso, que assim procede desde a sua fundação e, que se fundamenta na relação afetiva e de pertença no desejo de criar uma massa crítica para melhor salvaguarda os bens culturais e da qualidade de vida.

Todo este contexto, concede importância aos trabalhos do Grupo Arcos, uma vez que este vem desenvolvendo o labor de resgate, manutenção e divulgação do patrimônio cultural com dedicação principalmente ao patrimônio imaterial característica de um município em constante mutação, apresentando a sua população uma dinâmica cultural única, rica em diversidade e que, apesar de semelhante e de origem comum aos demais municípios do litoral catarinense, proporciona uma identidade própria no município de Biguaçu.

Todavia, essas questões também encontram outra motivação da existência de origem tão peculiar, relacionada ao trabalho da instituição, está a perda gradativa

de parte deste patrimônio cultural material, e por conseguinte o parte do imaterial, sentimento enraizado nas pessoas, principalmente dos mais velhos. Talvez, essa seja mais uma das razões do total envolvimento com o sentimento de pertencimento encontrado no trabalho levado com afinco pela instituição em prol do bem comum.

2.2 ANTIGA VILA DE SÃO MIGUEL DA “TERRA FIRME”⁴⁸

No município de Biguaçu, é a primeira vila onde os açorianos aportaram, em 1748, assim figura o seu nome, até a primeira década do século XX, quando recebe o nome de Guaporanga, em 1910, nomeado por políticos da Capital. O nome atribuído à antiga vila não foi em momento algum, reconhecido pelos seus moradores.

Os moradores residentes e os transitórios (moradores de temporada) continuam a se referir ao lugar como São Miguel ou São Miguel da “terra firme”, como denominam alguns moradores mais antigos, que possui uma história secular, vinculada às ações estratégicas militares de salvaguarda das fronteiras sulistas, anterior a 1738⁴⁹.

Aos olhos da contemporaneidade, quando da construção das fortificações na Ilha de Santa Catarina, muito especialmente, a da ilha de Anhatomirim, o Brigadeiro responsável pela façanha observa a referida baía e suas terras propícias para ali estabelecer um sítio. Argumenta ao Governo Português que as características desejadas para receber um núcleo de imigrantes e, por ter, também, as condições propícias para receber a Capital da Província Catarinense, devido aos seus predicados naturais, sendo guarnecida por morros e peraus e de excelente posição geográfica a beira mar, com baía de fácil acesso, atracadouro natural, mata pródiga e verdejante, com múltiplas espécies, que permitem os mais variados tipos de construções, tanto para a instalações de unidades habitacionais, quanto para o reparo de embarcações; árvores frutíferas e caça em abundância, que ajudaria na alimentação sem grandes dificuldades e prejuízos à coroa. Ainda,

⁴⁸ COUTINHO, Ana Lúcia. (org). São Miguel da “Terra Firme”: 250 anos (1747-1997). Florianópolis: EDEME, 1997.

⁴⁹ O Brigadeiro José da Silva Paes responsável pelas fortificações na Ilha de Santa Catarina e, próximo a ela, a fim de proteger esta parte do Brasil Meridional de possíveis ataques estrangeiros.

possui excelente cachoeira com água potável, de fácil acesso entre o mar e a área seca.

O conjunto de atributos facilita a instalação do povo longínquo que aporta carregado de esperança na nova terra e com um legado imaterial que transcende as gerações futuras, aquele longínquo 1748, como menciona no inventário do Capitão Mor Tomé da Rocha Linhares, quando refere-se a chegada de Maria Águeda de Jesus, que parte da vila de Nossa Senhora da Luz, na Ilha Graciosa, em companhia de dois irmãos e aportaram no lugar.

O processo de fixação das famílias ocorre no entorno do lugar designado para a construção da igreja, inaugurada em 23 de janeiro de 1751, sobre a proteção do Arcanjo São Miguel. Não se configura ao padroeiro uma homenagem aos recém-chegados açorianos a maior ilha do arquipélago, São Miguel, como alguns tentam estabelecer a vinculação. Não se encontra na memória oral e afetiva esta ligação.

A igreja é edificada numa pequena elevação, guarnecida, na parte leste, por uma vegetação pródiga e pelos referidos morros e peraus. A sua frente está a baía, com uma praia denominada de balneário São Miguel, cortada pela BR101. Mantém a antiga rua calçada, apelidada pelas gerações futuras de rua de baixo e próximo a

ela na lateral da igreja sentido norte, surge o caminho denominado de carioca⁵⁰, também conhecido como a rua de cima. Este caminho surge em decorrência das idas e vindas dos moradores à fonte de água potável. Está no entorno do tombamento realizado pelo IPHAN, abandonado sem nenhuma ação de restauro aparente, estando reconfigurado o seu uso.

O lugar de bela paisagem a beira-mar está fronteiro às ilhas de Anhatomirim, Ratonas e a ilha Capital como mencionado. Com as famílias estabelecidas, o lugar se transforma em freguesia, em 08 de fevereiro de 1752, ano em que o padre Domingos Pereira Machado, da ilha do Pico, do arquipélago dos Açores, chega ao lugar para assumir os trabalhos religiosos e dedicar-se aos fiéis recém-estabelecidos com a missão de transmitir conforto espiritual e manter a ordem na

⁵⁰ Segundo Antônio Geraldo da Cunha, Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de origem Tupi, pág.106 é bastante controvertida a etnologia da palavra carioca. Dos numerosos éticos tupis propostos, o que talvez melhor satisfaça às exigências morfológicas e semânticas é Kari'oka "casa do branco" ou "Karaína "homem branco"-oka "casa". Segundo o autor a documentação histórica é, todavia, insuficiente para o estabelecimento dos elos da cadeia evolutiva do Tupi para o Português, menciona.

pequena póvoa, descreve o escritor historiador catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral.⁵¹

Os imigrantes misturados a outros residentes trazem na bagagem uma série de manifestações culturais que facilitarão a vida na coletividade. Desenvolvem a agricultura de subsistência, instalam as primeiras indústrias artesanais, engenhos para transformação de farinha, de açúcar, de café, de arroz, das atafonas, dos teares, das serrarias de beneficiamento de madeira e cervejaria. Constroem as próprias embarcações, algumas do tipo baleeiras e incorporam as técnicas de escavação indígenas, em um único tronco, produzindo novas tipologias de canoas e aplicando, as unidades, uma bordadura, denominado de canoas bordadas.

Os emigrantes, ao chegarem, se tornaram pescadores de baía e de mar aberto pela facilidade geográfica, mudando hábitos e costumes trazidos na sua bagagem. Enquanto nos Açores a relação é com a terra, em terras do litoral tornam-se na maioria pescadores, tradição que mantêm seus descendentes até a atualidade.

Para proteger as embarcações, constroem ranchos à beira mar, tradição que se mantém com o passar dos anos, permanece, também, na atualidade, e permite ao lugar um pequeno volume econômico, garantindo aos pescadores da freguesia a sua subsistência acrescida do trabalho junto ao comércio da caça à baleia para obtenção do óleo que serve para iluminar a província do Rio de Janeiro, juntando-se ao trabalho, a mão de obra escrava e se constitui no cenário do século XIX.

Na evolução histórica de São Miguel da “terra firme”, alguns fatores se destacam. O primeiro está relacionado à invasão espanhola ocorrida em 1777, fato que levou o lugar a sediar a sede do Governo Provincial, de outubro a agosto de 1778. Este foi sem dúvida um acontecimento importante, onde insere a freguesia no cenário colonial brasileiro. A segunda situação está relacionada à transformação da freguesia em vila em 17 de maio 1833, com a eleição e posse da primeira câmara composta pelos descendentes de açorianos.

Em meados do século XIX, precisamente em 1858 o estrangeiro Robert Avé-Lallemant, radicado no Brasil em sua viagem as províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo descreve o lugar como de:

Aparência aprazível e limpa. Dispersas, ao longo do rio, várias habitações campestres. A costa graciosa e asseada-um lindo idílio de pescadores. A laguna arredondada, lisa como um espelho, uma

⁵¹ SOARES, Iaponan. **História de Biguaçu**. IOESC: Florianópolis, 1983.

multidão de barcos de pesca, dispersos sobre a água, onde a margem se espelhava com precisão e nitidez.⁵²

O terceiro aspecto refere-se ao declínio econômico da vila no final do século XIX, seguido de ciclos epidêmicos causados pela malária, afugentando a população local e contribuindo para o enfraquecimento político das lideranças locais. A quarta causa está relacionada ao estabelecimento de famílias fixadas nas cabeceiras do rio Biguaçu, atraídos pelas pequenas planícies do rio, propício a criação de gado e como consequência o comércio se estabelece, intensificando a comercialização agrícola e a extração de madeira, realizada com a comunidade do Alto Biguaçu e seu interior. Com o desenvolvimento paulatino o povoado de Biguaçu torna-se freguesia em 1882, passando a competir politicamente com a sede da primeira vila estabelecida a medida que o comércio toma vulto e as pessoas se agrupam na planície do rio.

Na sequência dos fatos políticos inerente a comunidades que se expande demograficamente está o encontro com João Nicolau Born, alemão e liderança local que não compartilha a ideia de ser a antiga vila a sede da Comarca e passa a lutar pela transferência para a barra do rio Biguaçu. Intenção que se concretiza num primeiro momento em 5 de agosto de 1886, através de Lei Provincial nº 1.092, onde nesta mesma data, o lugar torna-se vila. Os filhos de São Miguel, não satisfeitos com a façanha política ocorrida, aliados aos políticos favoráveis à permanência da sede em São Miguel, travam uma disputa pacífica pela liderança local e são favorecidos pelas mudanças políticas ocorridas na Assembleia Provincial, através da revogação da Lei.

Em 1888, a sede da Vila retorna para São Miguel. Porém, a disputa entre os políticos liberais e conservadores não cessa e, finalmente, João Nicolau Born, atinge o seu objetivo definitivo em 22 de abril de 1894. Ficando a antiga vila como palco da história centenária e até mesmo a matriz perde esta sua condição. Mas em reconhecimento ao seu valor histórico o conjunto luso-açoriano-brasileiro que compreende a Igreja, o Sobrado (Chácara, a fonte dos escravos, a carioca e as cacimbas), mais ao norte no seu entorno Aqueduto, próximo a ele a cachoeira e as oficinas líricas tombadas sob o nº46, a 14 de novembro de 1969, através do processo nº810-T68, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁵² COUTINHO, Ana Lúcia. **1747-1997- 250 Anos da Antiga Vila de São Miguel**. Grupo Arcos Pró Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultura de Biguaçu. Florianópolis, 1997 .

Passados 180 anos de emancipação política o município de Biguaçu conta com uma população estimada, de acordo com o último censo de 2012, em cerca de 59.736 habitantes, de descendência luso-açoriana, madeirense, espanhóis, negros, alemães, italianos, sírio-libaneses e holandeses e por todos aqueles que adotaram a terra para viver, formando um mosaico cultural. Apresenta nas duas últimas décadas um crescimento acelerado causado principalmente pelo desenvolvimento do comércio e de serviços. A taxa de ocupação urbana atual representa 91%, gerando um desequilíbrio entre a área rural e a urbana.

A concentração na distribuição populacional ocorre no entorno da sede, orla marítima e nos morros, mudando a configuração da paisagem. O desenvolvimento imobiliário acelera o processo, surgem novos loteamentos e a verticalização é inevitável. Com o espaço urbano conturbado, sufocado pelo planejamento tardio e pelo inchaço dos municípios vizinhos, Biguaçu vive uma situação desafiadora referente ao planejamento urbano e à mobilidade. De cidade pacata às margens da BR101 e de capital do Estado sem expressão, começa a enfrentar esses e outros problemas inerentes à concentração urbana.

O Grupo Arcos, na sua organização, atribui que, para equilibrar esta situação, algumas medidas podem ser tomadas a curto prazo. Uma opção está relacionada ao reconhecimento e a valorização da história e dos bens culturais. Cabe apenas, indiscutivelmente, ao poder público e à sociedade civil organizada manter o foco e esforço na construção de ações que permitam esse encontro. Certamente, um dos pilares diz respeito ao segmento do patrimônio cultural e a valorização da identidade local. Talvez, o mais sensível de todos os segmentos, por lidar muitas vezes, com algo não palpável e sem retorno político imediato como pensam muitas das lideranças políticas.

Importante lembrar que a saída estratégica para uma sociedade mais fraterna e igualitária está no encontro com a valorização e salvaguarda do seu patrimônio cultural. É através dele que nos reconhecemos e construímos a identidade local. Se respeitarmos esses parâmetros, certamente, também, estaremos respeitando outras situações sociais, religiosas, econômicas e valorando as vivências coletivas.

Importante mencionar que inúmeras cidades brasileiras e pelo mundo a fora, estão revendo essas questões e inserindo-a nas discussões de planejamento com a participação da sociedade civil, priorizando o exercício da cidadania. Quanto mais

se preserva o patrimônio cultural, mais existe a possibilidade de se reconhecer e de se tornar partícipe na elaboração de planos, programas e projetos de valorização da identidade local.

É mister lembrar que a herança cultural de um povo é tecida todos os dias através dos seus grupos e sujeitos sociais. Ela pode ampliar o olhar daqueles sujeitos que não se enquadram nos moldes convencionais no lidar com as práticas culturais para manter a salvaguarda. O Grupo Arcos é um desses grupos que procura, através do debate e da divulgação dos seus bens culturais, estimular o sentimento de pertença da sua gente que transcende, obviamente, as suas fronteiras no sentido de manter a herança cultural.

2.3 IDENTIDADE CULTURAL: SENTIMENTO DE PERTENÇA

Na relação de trabalho está presente o caráter do sentimento de pertença as coisas do cotidiano, com o lugar, com a paisagem, que no contexto social estão carregados de simbologias que atravessam vidas em seus diferentes tempos e, por sua vez, também expressam a afetividade. O sentimento de pertença não está só relacionado a perda dos elementos que compõe cultura. Na verdade ela se transporta tanto para algo criado, quanto abstrato.

No contexto do pertencimento sociocultural entende ainda por sentimento de pertença o empoderamento das relações instituídas pelos elementos do Grupo, no sentido de compreender as relações sociais concernentes ao que percebem por preservar, revitalizar, salvaguardar e divulgar o patrimônio imaterial a partir da memória coletiva.

Absorve, no seu meio, a cultura popular no singular e no plural e considera-a como uma inesgotável fonte de criação e inspiração dispostos pelos informantes, os brincantes, os mestres artesãos, os compositores, os cantadores, as festas religiosas e pagãs nos seus períodos de celebrações, os líderes locais e os grupos culturais, enfim, os atores sociais que dão vida e voz a esse mundo tão próximo de cada um e que, muitas vezes, parece estar invisível a outras culturas que compõem o todo no estado catarinense e por consequência o brasileiro.

No caso específico, atende às relações estabelecidas com os sujeitos que vigoram o desejo de manter viva a memória, os ritos, os símbolos e as tradições

que os identificam perante outros grupos sociais, dispostas a trilhar os caminhos da preservação mantendo a identidade cultural.

Acolhe, a planificação da organização disposto pelo espírito de liderança da instituição na condução dos trabalhos relacionados ao desenvolvimento de projetos, do compartilhamento de informações e das trocas mantidas com a sociedade, dispondo o material de pesquisa académico-científico, para além do popular e da sua inserção que se soma às práticas e as ações, para obter o comprometimento crescente dos integrantes no fortalecimento da cidadania e do seu exercício.

Entende, ainda, que o fortalecimento da cidadania, neste caso, coaduna com a missão da instituição “tornar o cidadão um indivíduo cada vez mais feliz, transformando-o em guardião responsável pela preservação e divulgação do património histórico, cultural e paisagístico”⁵³, no qual está inserido e considera a experiência pessoal como algo que soma e atrai a vivência coletiva e proporciona força a este sentimento.

Na concepção do Grupo não há a intenção, na maneira de pensar, de direcionar um único caminho para a ação relacionada a sua missão. Advoga, todavia, a noção de compromisso, que cada um deve ter com a instituição, e deixa claro aos integrantes para que pense e internalize os motivos para o qual foi instituído. Nesta lógica, prima pela liberdade de expressão e de escolha de cada um e absorve o sentimento de pertença que advém das suas relações. No entanto, transpassar essas fronteiras é um desafio diário e, só tem razão de existir, se a empreitada estiver em consonância com os objetivos e com o conhecimento voltado para a tarefa de cuidar do lugar, apoiar as artes, a cultura popular, o folclore e permitir a cooperação sócio-cultural entre todos e as instituições.

No campo do debate, estão consideradas as relações internas considerando o lugar e as instituições estabelecidas não só com o mundo popular, fora dele estão exclusivamente o universo popular e o académico, com instituições congêneres do Arquipélago dos Açores: Gabinete das Comunidades, com o Grupo das Doze Ribeiras, da freguesia das Doze Ribeiras, na Ilha Terceira, com o Grupo Cantares e Bailhados da Relva, da freguesia da Relva, da Ilha de São Miguel e com o Grupo Tempo de Outrora de São José na Califórnia, com o Grupo Folclórico

⁵³ Passaport do Grupo Arcos – Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu. Biguaçu: Alternativa, 2007.

da Casa dos Açores de São Paulo e Gravataí no Rio Grande do Sul. Para além das instituições em território catarinense com o Núcleo de Estudos Açorianos⁵⁴ e a Casa dos Açores de Santa Catarina e grupos culturais instituídos a partir do movimento açorianista, deflagrado pelo NEA, já década de 80 do século XX e, pelo próprio Grupo. Todas as instituições para qual foram criadas no litoral de Santa Catarina possuem o mesmo direcionamento político-institucional, quando se trata de práticas culturais para manter a identidade cultural local, nas suas perspectivas históricas e sociais. Destas relações o sentimento de pertença também aflora e posiciona os grupos as pessoas em à sua identidade.

Essas instituições situadas em universos geográficos diferentes, mas presos à mesma matriz cultural, ligadas pela língua de origem e o desejo de manter vivas as tradições, ritos, símbolos relacionados aos seus significados traduzem, a sua maneira, os efeitos da cultura sobre o grupo social que pertencem. No que se propõem e tecem uma nova “teia de significados” baseada nas relações que permeia o universo sociocultural e constroem, a partir da identificação das manifestações culturais, um novo rumo utilizando-se da divulgação dos bens através de suas práticas que se encontram nos mais diferentes níveis. Percebe-se no entanto, que na relação com outros grupos da mesma matriz cultural o sentimento de pertença no litoral catarinense, Rio Grande do Sul e São Paulo cultural o valor dado a este sentimento possui o mesmo peso social. Todavia os grupos do litoral não possui contingentes recentes de imigrantes açorianos o que lhes diferencia é o tempo das relações mantidas.

Contudo, ressalto um exemplo de sentimento de pertença relacionado a uma conversa com um integrante do Grupo Folclórico “Tempos de Outrora”, descendentes de açorianos, na Califórnia, em intercâmbio com o Grupo Arcos no Brasil, em que tivemos inserido. Para o referido integrante, não importa o tempo

⁵⁴ Criado em 1984 por Portaria N 0483/GR/84 profissionais das Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina como objetivo de aproximar a universidade com a Região Autônoma dos Açores. Passa a funcionar numa forma mais abrangente quando foi reestruturado através de Portaria No37/PRCE/93, quando seus objetivos são ampliados. Administrativamente está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e seu fortalecimento a partir da aprovação do seu regimento interno que o torna de “ âmbito estadual e atuante nos campos da educação, cultura e turismo. Foi estruturado para agir em parceria com universidades regionais, prefeituras municipais, órgãos e entidades associativas”, que lhe confere um dinamismo com a implantação do Conselho Deliberativo com mais de 42 instituições e uma coordenação eleita pelos pares. Possui sua sede independente no Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, o que lhe confere autonomia.

que separa um movimento migratório do outro nas fronteiras que estão aportados, importa sim a forma como mantém as tradições e como se identificam .

Na sua concepção a língua portuguesa num primeiro momento trata de unir a todos não só pelas palavras que nela se reconhecem seus diferentes sons e fonemas, mas na maneira de ser e de se comportar, quando estão à frente de um grupo folclórico expondo as suas tradições. Refere-se, ainda o integrante, a língua é muito mais do que isso, une pelo que transmite e por aquilo que se identifica uns nos outros, através dos símbolos, dos atos implícitos, das frases mencionadas, na maneira de proceder uma brincadeira infantil, objetos, ritos, enfim “transcritos” pelas manifestações culturais que podem estar expressa ao se avistar a bandeira do Divino, numa letra de uma música que expressa a saudade, por exemplo. Todos esses símbolos conectam e transportam a uma memória afetiva que produz a interligação com a identidade não importa se existe a presença física do conhecimento um do outro. O indivíduo ao se deparar com a situação ou elemento, já descarregar o sentimento de pertença.

O culto ao Divino Espírito Santo, as danças folclóricas são marcas que de imediato, possui a identificação cultural, não importa se esteja em Biguaçu, na Califórnia, Canadá ou Uruguai . Essas são manifestações que possui um caráter muito próximo mesmo os grupos não convivendo ou nunca estiveram juntos. A identidade aportada, une e a aproxima e, também, faz os sujeitos não esquecerem de onde vem e de como viviam os seus ancestrais e o que plantaram em diferentes lugares do mundo. É esta unicidade que marcada a identidade cultural, através das suas manifestações, dos saberes e fazeres que resultam nas tradições que na atualidade se tem orgulho de pertencer e que faz os grupos se manifestarem em favor da preservação aliado ao sentimento de pertença.

Todavia, “há sempre um ponto em comum das nossas culturas que faz com que nós reconhecemos não importa o tempo e nem onde estejamos”.⁵⁵ Logicamente, que na sentença do pertencimento outros valores estão implícitos, no caso dos descendentes de açorianos que vivem na Califórnia, Estados Unidos da América, por exemplo, talvez, este sentimento seja recente porque a sua imigração também é recente. Enquanto, que no litoral catarinense a migração se constitui em

⁵⁵ Texto de apresentação proferido pelo presidente do Grupo Folclórico Tempos de Outrora de São José, Califórnia, durante a solenidade de abertura do intercâmbio cultural estabelecido com o Grupo Arcos, em 2005, no município de Biguaçu. Acervo Grupo Arcos.

mais de duzentos e sessenta anos, dos quais somente no segundo centenário é que Santa Catarina se vincula a origem, através de alguns poucos intelectuais e se mantem agregando gradativamente outros grupos. E, ainda, por ser o estado um mosaico cultural definido, recortado por outros elementos étnicos, que ajudou a manter as singularidades culturais, delineada num passado de tradições secular .

Vale registrar, que o sentimento de pertença exposto, através do que o homem constrói e se identifica e busca salvaguardar estão todas as relações sociais nela exposta, inclusive a sua relação com o espaço a territorialidade construída através de suas ações de sobrevivência. Ritos e símbolos faz compreender as relações estabelecidas e mantém um processo capaz de interagir com outras pessoas, estabelecendo vínculos sociais para que a cultura se preserve e se torne um processo vivo, dinâmico e de compartilhamento. No entanto, isso só é possível se ele próprio se reconhece e se coloca perante o outro. O “indivíduo é um ser cultural por natureza e constrói-se como tal no processo de formação e humanização”, assim se refere, Arroyo (1994).

É importante considerar que na dinâmica cultural o processo de identificação, pertença e salvaguarda dos bens culturais relacionados a uma determinada matriz cultural diz respeito somente ao seu povo e acontece e se estabelece quando o indivíduo na sociedade se relaciona e se reconhece, quando se identifica com ele, no seu dia a dia, nos encontros com outros grupos culturais, como o caso citado acima.

Diante desta condição o indivíduo cria vínculos uns com os outros, aludindo à responsabilidade entre seus pares, para uma melhor compreensão sociocultural, divulgando e instituindo práticas de preservação, dos aspectos que consideram importantes para manter as tradições, num esforço de segurar o sentimento de pertença com aquilo que faz parte da sua identidade.

Sobre este aspecto, observa-se ser o Grupo Arcos uma dessas instituições, preocupada em reconhecer as tradições e as relações individuais e coletivas, quando se trata do patrimônio cultural, como uma das razões de preservação da identidade local e, estabelece, vínculos concretos com a sociedade que o legitima e lhe concede o direito de representação, inclusive quando trata do pertencimento como os seus integrantes.

Essa característica talvez esteja ligada ao seu comportamento sociocultural evidenciada nas apresentações e publicações (ANEXO - V), premiações

concedidas por organizações privadas e públicas locais e estaduais. A Câmara Municipal de Biguaçu, por seus vereadores, já lhe conferiu três títulos, um deles pelo reconhecimento do trabalho e volume que empregam a pesquisa. O mesmo ocorre com o Fórum de Turismo da Capital do Estado catarinense, quanto lhe distingue troféu revelação ao tratamento das causas culturais relacionadas ao desenvolvimento turístico, em 1994. Nesta mesma linha está o Rotary Club de Biguaçu, quando o Senhor presidente, Orival Prazeres, indica a presidência do Grupo solenidade estadual pela honrosa missão e envolvimento às ações aportadas ao Grupo Arcos, no tratamento da salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial, e as relações estabelecidas com instituições de outras vertentes sociais e educacionais nacional e internacional,

Ainda, estão aportada outros reconhecimentos realizadas por instituições de ensino e empresariais. O poder legislativo catarinense é um deles, o Núcleo de Estudos Açorianos que lhe confere igual reconhecimento. Um deles pelas atuações que desempenha e repassa o conhecimento a outros grupos e a responsabilidade de estar permanentemente pesquisando e procedendo a etnografia dos bens culturais e do folclore, apresentada nas atuações do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano e, ainda, pelos trabalhos desenvolvido pela mestra artesã, Júlia Machado, criveira por tradição em manter viva as técnicas de elaboração desse fazer, agraciado em 1996. Este um artesanato de referência cultural secular, relacionado à cultura local açoriana, tão significativo quanto a renda de bilro.

Em todas as manifestações está implícito o empoderamento do Grupo nas relações estabelecidas com o sentimento de pertença com a cultura de base açoriana e com o território que está inserido, aliado à salvaguarda e dinamização das manifestações culturais, figurado no compromisso que desenvolveu junto ao levantamento e arrolamento, realizado sobre o patrimônio cultural material e imaterial do litoral catarinense, no desenvolvimento de projetos que alia cultura e educação, do voluntariado, da criação do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano expresso nos seu estatuto e na Carta Cultural, instituída aos cidadãos do município em 2005, outro instrumento que utiliza para manter a comunicação com a sociedade, partindo do pressuposto que a difusão é vital para o entendimento das ações aportadas na organização.

Basicamente, utilizando de linguagens escritas, iconográfica, oral, dentre outras signos, mantém o que lhe confere a sociedade, quando lhe reconhece e lhe

reproduz como um guardião da cultura. A esse respeito, Balztan (2008) imprime que “la cultura es la indimbre simbólica que possibilita la comunicación y se realiza, básicamente, através de los lenguajes y de los rituales” a relação com a sociedade.

Obviamente, que para manter essas relações contam com o desenvolvimento de ações, através de parceria instituídas, junto aos integrantes e de anônimos que, das mais variadas formas, compartilham as informações listadas nas pesquisas em seus ambientes sociais e profissionais e que sem eles, certamente, o Grupo não teria condições de absorvê-las, haja vista o número de tarefas atribuída no seu estatuto.

Ainda sobre a ótica de pensar cultura e relacioná-la, a instituição entende como algo em constante movimento, que se tece como se fosse uma grande peça que se coloca cada um à sua maneira um pedaço de sua vivência e, este simbolismo, se constitui, também, através do processo dinâmico ditado pelas forças sociais e pelas próprias manifestações atribuída, enquanto instituição. É onde se vive e se compartilha, uns com os outros, criando relações e resignificando-as, tantas vezes, quanto necessária. Essas relações se junto a diferentes sujeitos do mesmo grupo social, onde as crenças, os ritos, as simbologias, os costumes fazem parte da atuação incorporada nas suas vivências.

A esse respeito, Geertz (2008) menciona “que o indivíduo na sociedade atua dentro de um sistema compartilhado de crenças e valores, regido por uma linguagem que produz uma rede de significados que os sujeitos elaboram socialmente”.

Se caminhamos neste sentido, observamos, para um melhor entendimento, relacionando ao conceito estão os seus fazeres, relacionados por exemplo, a um ritual da matança do porco, onde cada um compartilha os seus conhecimentos repassados pelos ancestrais, que vão desde a retirada do couro do animal até a produção dos embutidos, para coloca-los a disposição dos membros do grupo envolvidos naquele feito ou na manutenção de uma dança durante o referido ritual, ou a uma divindade como manutenção de fé. O ato de manter o feito insere, todavia, o sujeito na produção da rede que se estabelece quando existe a vinculação um com o outro, atribuindo significados, através da consolidação do ato direcionado quando se produz algo, pela simples repetição da ação, ou dos ritos e dos símbolos que se demonstra, durante uma prática de dança em agrado a uma divindade ou, simplesmente, de expor a religiosidade, através da devoção a uma

imagem um altar em casa ou numa igreja ou no transportar uma bandeira quando um determinado está em atividade folclórica.

No procedimento está implícito o testemunho, no caso da dança, a alegria exterioriza e vincula com a ancestralidade, repetindo os movimentos e os passos da coreografia e no ato religioso de fé está implícito o tempo que disponibilizam para o ato em si naquele momento de introspecção. A esse respeito, considero a interpretação de Corrêa (2008) quando exemplifica que “os santos são venerados como se o sujeito fosse a Deus”, enquanto que um oratório construído dentro de uma casa para a colocação de uma imagem, retrata por outro ângulo a tradução da fé. Configuram, nesse sentido, como “espaços sagrados, do transcendente, porque materializam, de certo modo, a oportunidade de aproximação do “ser menor” com Deus.”

Na cultura do Grupo Arcos estão implícitas práticas religiosas que foram transmitidas e herdadas pelo seu grupo social, transmitidas de pai para filho, que envolve manter danças folclóricas relacionadas a boa colheita, a manutenção de fé no acompanhamento de procissões religiosas tradicionais, em louvor a devoção a padroeiros, produção de oratórios dedicado a imagens de devoção e ao Divino Espírito Santo, por exemplo, mantendo a tradição e simbolizando o que buscam salvaguardar.

No cumprimento dos seus objetivos utiliza a prática cultural como estratégia, para que a sociedade olhe para si e, ao mesmo tempo, para o seu entorno e se torne partícipe no engajamento da salvaguarda dos bens culturais locais e proporcione aos visitantes familiares e turistas e para outros a visibilidade cultural daquilo que consideram como parte integrante da sua memória social. Com esta visão estende para outros segmentos sociais a sua participação coletiva.

Na execução das oficinas culturais e de educação patrimonial, cursos, exposições, certames, seminários, aulas ao ar livre, utilizando em alguns casos a técnica da arte de rua relacionada ao grafite⁵⁶, em parceria com artistas plásticos,

⁵⁶ Neste caso o Grupo Arcos dá início em 1992 a confecção de painéis de rua utilizando-os como estratégia de preservação e divulgação do patrimônio cultural local. Primeiramente faz uma varredora na área urbana do município buscando encontrar espaços vazios e disponível que servisse a intenção. Identificados os lugares, duas paredes livres com mais de cinco metros de altura e outra com mais de dez metros altura, livres de qualquer obstáculo e prontas para receber o grafite. O segundo passo se institui na busca de parceria junto aos proprietários. Um espaço está ligado a uma empresa de material de construção “Casas da Água” e o outro a um Edifício “João Coan” proprietário e condôminos logo cederam o espaço o que foi materializado pelos artistas plásticos Giovani e Luciano Cabral e Ricardo de Lara Costa, que reproduziram os painéis

engajados com a cultura popular, para manter a visibilidade e as relações institucionais, é parte do cotidiano do Grupo e faz parte da sua cultura manter essas relações.

A linguagem utilizada, para além das citadas, está no modo de fazer entrelaçada a lógica do entendimento do que significa cultura na formação do indivíduo, enquanto “processo acumulativo, resultante de toda experiência histórica das gerações anteriores, que limita ou estimula a ação criativa do homem.” (BRANDÃO:2002).

Sugere Brandão, citado por Corrêa (2008) que criamos e recriamos a partir daquilo que conhecemos e esta faz parte do mundo que habitamos. Nessa relação o Grupo cria e recria e disponibiliza a sociedade ações que buscam aquilatar o conhecimento e possibilitar a troca de experiências que o legitima a aceitação social como já mencionado.

Ainda na linguagem de termos os desfiles cívicos e o teatro estão inseridos. Refletem em diferentes locuções de seus arranjos para externar o que produzem e estar próximo aos espectadores e sensibilizá-los da importância de se manter a cultura viva como valor de testemunhos do que foi herdado. Acreditam que desta maneira o cidadão pode ser cada vez mais inclusivo, resignificando o que tratam e retratam através dos símbolos nas manifestações da cultura local.

É também através do teatro que, muitas vezes, a criatividade e ousadia de alguns integrantes do Grupo aflora e produzem as peças com as narrativas literárias que traduzem o medo a “procissão das almas”; a “insatisfação” das casas centenárias reduzidas a paredes em ruínas que expressam a insatisfação de estar naquela condição; da dança do Pau-de-Fitas que agrega outros elementos dos grupos étnicos catarinense compondo espetáculos, reconhecendo os valores de cada um numa demonstração que os laços culturais se entrelaçam num estado que

relacionados aos saberes fazeres tradicionais da cultura popular local. Há rua Hermógenes Prazeres, ficava o engenho de farinha de atração animal, na rua próxima à praça central permanece até a atualidade a chegada dos açorianos em meados do século XVIII e o rio Biguaçu reportado ao corte de madeira feito pelos alemães no interior do município. Esses painéis foram utilizados por mais de dez anos como espaços de oficinas para explicar a história dos municípios. Em 2014 e 2015 duas oficinas foram ministradas pela coordenadora a um grupo alunos locais. Chama a atenção a parceria que estabelece a relação de reconhecimento as ações desenvolvidas pela instituição como uma política de preservação local e a segunda são movimentos descoordenados realizados por grafiteiros anônimos que utilizam espaços preenchidos ou não para se manifestar muitas vezes não respeitando o que nele está exposto. No entanto, em ambos os casos, pintados na cor grafite e negro nunca sofreram nenhuma ação, podendo ser interpretado como algo incorporado pela população.

possui essa composição. Dos recitais populares que expõe a criatividade e visibiliza as formas de vivências dos seus grupos ora expostos com mais intensidade a partir de eventos programados.

Por outro lado, embora o Grupo ouse na sua administração e pautar o seu caminho na pesquisa e no sentimento de pertença dos seus integrantes, embora o arrolamento cultural também busque agregar e proporcionar as informações dos fatos legítimos, pois parte dos informantes e de mestre que detém o conhecimento, acrescida de informações secundárias, observa-se que a administração do Grupo orienta o trabalho na busca da afirmação do empoderamento social agregada ao termo açorinidade.

O trabalho da instituição é reconhecido não só na comunidade onde está instituído, mas também por outros profissionais que se encontram fora do seu universo espacial seja na região metropolitana ou fora dela. A arquiteta Eliene Vera da Veiga (1999)⁵⁷, sobre esse aspecto, ligada à pesquisa do patrimônio cultural no olhar mais apurado para o material, assim se manifesta:

É impossível não destacar o trabalho significativo do Grupo Arcos e do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu que vem, desde 1990, recuperando o orgulho e a alegria das manifestações populares de tradição açoriana, despertando a sociedade local, as escolas e chamando a atenção de todo o estado de Santa Catarina para a identidade de Biguaçu.

Ainda, para a referida pesquisadora, “a divulgação do patrimônio cultural é hoje reconhecida como fundamental para a preservação da identidade de uma comunidade, cujo acervo expressa a memória da cidade e lhe confere personalidade própria”. Dessa maneira, podemos atribuir as práticas utilizadas pelo Grupo Arcos como algo significativo na construção de uma memória coletiva relacionada não só a preservação.

A vinculação com esses aspectos impõe a instituição a importância do papel que desempenha na sociedade que se reconhece no compromisso que lhe confere uma cultura própria instituída por um legado distinto pautado, contudo num esforço contínuo de um Grupo que se denomina guardião do saber e que se mantém coeso aos princípios estabelecidos.

⁵⁷ Texto sobre o Turismo e Identidade nos Municípios de Florianópolis. Inédito, 1999.

2.4 GUARDIÃO DO SABER

Em todo o contexto do Litoral Catarinense, o município de Biguaçu foi, a princípio, o principal foco dos trabalhos do Grupo Arcos, motivados principalmente pela perda gradativa do patrimônio associado. Estendendo-se a preocupação a todo patrimônio cultural do município, seja religiosidade, formas de expressão com jogos, brinquedos e brincadeiras, as crenças e as crendices, a literatura popular, danças e cantorias, folguedos, os ofícios e modos de fazer, a culinária, a produção artesanal, medicina popular, entre outros.

Ao longo da história, foi possível identificar no município, folguedos e manifestações organizadas da cultura popular, com apresentações de Boi de Mamão, em momentos comemorativos específicos da vida em grupo que ocorre tanto na área rural em festa comunitárias, quanto nas aparições espontâneas nos espaços urbanos. Eram folguedos organizados dentro das comunidades, de forma natural, com o objetivo própria de divertimento e ou de seguir aquilo que era costume nas comunidades.

Exemplos destas participações podemos ver com as atuações organizadas nas brincadeiras do Boi-de-Mamão na comunidade da praiana do João Rosa, uma lugarejo de características pescatória próximo à área urbana central de Biguaçu, que se organizava para as apresentações quase sempre durante os meses de Dezembro e Janeiro, nos terreiros amplos das residências e nas ruas, muitas delas de chão batido, normalmente em uma esquina ou um pátio aberto sem cercas e portões que permitia a participação dos simpatizantes sem nenhum tipo de inibição social.

Essa condição de se ter o contato com a rua é algo que fazia parte do cotidiano, onde o espaço não possuía limites, era de todos, atraía as crianças e adolescentes e seus familiares que se juntavam espontaneamente para rirem e se divertirem de forma natural. Desses encontros para além da brincadeira, oportunizava o convívio social, o entretenimento, aproximava as pessoas nas suas relações de vizinhança, proporcionava as trocas de conhecimentos da sabedoria popular e dessas conversas se mantinha a noção da rotina da comunidade, estabelecendo por vezes, as parcerias para determinados serviços comunitários.

Outra condição da participação da brincadeira, ainda ocorria na véspera dos festejos natalinos ou em homenagem a aniversariantes, quando esses brincantes eram convidados a se apresentarem com a bicharada nos quintais das casas das famílias mais abastadas do município. Ao final da brincadeira com duração de pouco mais de sessenta minutos, o mestre era surpreendido pelo dono da casa com uns poucos trocados, guloseimas e bebidas que podiam ser industrializadas ou pelos doces caseiros que eram feitas pela dona da moradia, acompanhado pelos os sucos de frutas de época, as limonadas e laranjadas estavam entre as mais comuns, que aos poucos eram distribuídos entre todos, mantendo uma relação de aproximação e de reconhecimento pelo ato realizado.

No entanto, os recursos recebidos nunca eram utilizados para a manutenção da brincadeira, geralmente, eram colocados à disposição daqueles que se dispunham a incorporar os personagens da brincadeira, através da compra de bebidas e lanches e guloseimas que eram distribuídos pelo mestre da brincadeira. A postura do mestre em compartilhar os poucos recursos recebidos se reverte em agrado compartilhado e gera, desta maneira, o seu reconhecimento particular, estendido aos brincantes no formato de gratidão. Esses são de detalhes reconhecidos de uma relação aparentemente simples, aos olhos de quem assiste a ação. Porém, na conduta do líder em relação aos seus pares está implícita uma simbologia implícita que todos são iguais durante o percurso da brincadeira, embora cada um na função específica. Este tratamento também se configura em manter a família dos brincantes e firmar a confiabilidade na liderança.

Folguedos e atitudes assim eram comuns até meados da década de 1970 em outras comunidades do município, como por exemplo Sorocaba, Três Riachos, Tijuquinhas, Fundos, Cachoeiras e São Miguel, caracterizada como o mais tradicional dos folguedos da cultura açoriana, embora, reconhecidamente, como sendo uma brincadeira híbrida entre os pesquisadores, sem vinculação com a cultura do Arquipélago dos Açores, a não ser com uma das cantorias de apresentação de um dos seus personagens, o cabrinha que aporta parte de uma canção do folclore daquelas ilhas. Talvez, a manutenção do folguedo pelos anos subsequentes em algumas dessas comunidades, atribui-se por seu distanciamento do centro do município, mais urbano. Alguns deles, ainda seguiram até meados da década de 1990, já motivados e incentivados pela atuação do Grupo Arcos em

atividades que envolvem os aspectos da cultura popular, outras seguem com dificuldade. Para superar as dificuldades e manter a tradição o município de Florianópolis, através do Fórum da Cultura Popular tem incentivado a criação da Liga do Boi-de-Mamão. Uma organização independente entre os seus pares. Situação que tem agregado e estimulado a participação fortalecendo os mestres e seus brincantes a firmar a brincadeira.

Assim, como o Boi-de-Mamão, havia também no município de Biguaçu o Pau-de-Fita, a dança da Jardineira e da quadrilha motivados as apresentações, sobretudo, nas festas escolares, seja durante os festejos junina ou algum outro evento comunitário com ocorrência nos meses de Junho e Julho. Surgindo e desaparecendo, também, na mesma época, e mantendo-se, algumas vezes com apoio do Grupo Arcos, que também, divulgava as suas formas de bailar através do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos, agregando as danças ou, sugerido, a participação desses grupos familiares em festas de maiores repercussão no município ou fora dele.

Um outro folguedo que vale destacar é o Terno de Reis, que ainda existe, espontaneamente nas comunidades, ocorrendo nos meses de Dezembro e Janeiro. Este folguedo constitui-se de um grupo de três músicos que nas noites que antecedem as comemorações natalinas nos meses de dezembro e o seu término em seis de janeiro, esses senhores saem as ruas, escolhem as moradas e cantam junto aos seus portões, diferentemente da postura encontrada nas narrativas na década de 70, onde no início da noite, essas pessoas, varavam a madrugada, adentravam aos terreiros das residências sem nenhum empecilho aparente. Vez por outra um cachorro mais bravo colocava-os para correr, fazendo-os repetir a cantoria em outra residência.

Na atualidade a condição de evolução dos espaços urbanos, aglomerando edifícios e mais residências, tem dificultado a andanças de mestres cantadores pelas ruas e a abordagem das residências. Esta relação segundo os informantes está relacionada a proteção dessas unidades, por muros altos que as protegem e a verticalização das construções dificulta o acesso. Por esta razão não adentram mais aos espaços dos terreiros e, tampouco, chegam próximos as suas portas e janelas. Talvez, esse seja um fator importante a ser considerado na gradativa diminuição das apresentações espontâneas dos cantadores ou por deixar de existir

o contato direto entre os mestres e seus os proprietários. Fato este, que fazia parte do ritual de apresentação e nele estava atribuindo o elemento surpresa e toda a simbologia do contato entre os cidadãos relacionado a Anunciação.

Diferente do Grupo Arcos, estes folguedos e manifestações surgiam de forma espontânea com o objetivo de dar continuidade aquilo que seus pais e avós praticavam nas comunidades, mas sem um objetivo mais técnico e apurado de resgate e de preservação.

E neste contexto, o Grupo Arcos surge a medida que se percebe a perda deste patrimônio com as mudanças urbanas atribuídas ao longo da década de 1980 e de 1990, seguindo assim, como um guardião da identidade do município se envolvendo gradativamente com as pesquisas, agregando pessoas, publicações (ANEXO - V), produzindo campanhas educativas e eventos, reivindicativos em prol do seu objetivo, a preservação patrimônio cultural sem possuir num primeiro momento o contato com o Arquipélago dos Açores a vinculação com a diáspora e tão pouco estar entrelaçado com o termo açorianidade.

A busca constante pela preservação dos bens culturais tem conduzido os integrantes do Grupo Arcos a manter a aproximação com mestres que detém esses saberes a fim de estimular o repasse desses conhecimentos as novas gerações. Fato que tem repercutido algum efeito nas comunidades, principalmente, entre os integrantes da instituição que se tornaram professores da rede municipal e estadual de ensino, alguns, inclusive, com cargos diretivos e de influência que proporcionam aos professores e alunos o contato com esses saberes, produzem apresentações internas nos estabelecimentos de ensino e em atividades extracurriculares, motivando de certa maneira a continuidade das manifestações de conhecimento familiar implícitos a memória afetiva. Mesmo não acontecendo de forma espontânea a de se considerar o esforço da comunidade em manter aquilo que considera parte da sua identidade.

Neste caso, além das trocas culturais, os professores são essenciais assim como Grupo Arcos, ao processo de integração entre a comunidade e a preservação do patrimônio imaterial, embora constata-se que o envolvimento neste último seguimento, ocorra apenas como utilização de material didático em conformidade com o currículo escolar e não transfere a atitude ao engajamento político de preservação num primeiro momento. Todavia o Grupo Arcos considera a

postura algo significativo e certamente um dos indutores gradativo do empoderamento social e do sentimento de pertença, haja vista que a criança e o adolescente mantem a ponte entre a escola, família, sociedade. É um dos elementos que produz a recolha no meio familiar e troca com os conhecimentos escolares e, por sua vez, esse conhecimento retorna para a sociedade através da execução das práticas culturais das manifestações que encontram afinidade com a sua identidade local.

Na ciranda do saber a sociedade reconhece as ações do Grupo Arcos e reproduz muitas das suas atividades reconhecendo-o como um guardião do saber cultural. Aquele que pesquisa, divulga o que produz com a função de estimular a consciência coletiva da importância da cultura popular enquanto a gente modificar das questões sociais.

3 GRUPO ARCOS: ETNOGRAFIA E INTERPRETAÇÃO

O se despertar para as discussões do que representa ser açoriano no litoral de Santa Catarina seguramente tem a ver com as comemorações dos duzentos anos de migração ao ser sublinhado por um grupo de intelectuais durante o Primeiro Congresso de História em 1948, quando reportam uma série de artigos para firmar os feitos do povoamento. Talvez a ideia dos referidos autores, já a época estivesse conectada com o termo açorianidade definido em 1932, pelo poeta, ficcionista, cronista, investigador Victorino Nemésio, terceirense, durante o V Centenário do Descobrimento dos Açores, por sugestão do amigo espanhol escritor e filósofo Miguel Unamuno. Firmava o referido autor:

(...) quisera poder enfeixar nesta página emotiva o essencial da minha consciência de ilhéu. O primeiro lugar de apego a terra, este amor elementar que não conhece razões, mas impulso; e logo o sentimento da herança ética que se relaciona intimamente com a grandeza do mar. (https://wikipedia.org/wiki/vitorino_Neni).

Diferente dos residentes dos Açores, nas terras do Brasil Meridional o açoriano não ficou isolado pelas águas do Atlântico, ao contrário eram através dessas águas que mantinham a comunicação entre uma comunidade e outra. Entretanto, trouxeram embutida na bagagem a memória viva não do isolamento que lhes mantinha na terra natal, mais a imensidão do mar que o afasta em definitivo da terra mãe relacionando-os “intimamente com a grandeza do mar”, para além da saudade. E, que nas terras de cá permanecem proporcionando uma certa unicidade litorânea.

Todavia, durante o Primeiro Congresso a questão está intimamente ligada a intelectualidade acadêmica não havendo uma participação dos segmentos da cultura popular, por não haver a época uma repercussão no meio desse segmento. No Brasil eram alguns poucos envolvidos com pesquisa na área do patrimônio cultural imaterial, que se dispunham a percorrer os caminhos das comunidades na busca de informações que transmitissem as vivências locais.

No entanto, são essas vivências creditadas através das manifestações da cultura popular que por mais de dois séculos e meio mantem em seus núcleos de ocupação a ligação imaginária entre si e as Ilhas do Arquipélagos dos Açores, através da religiosidade, presente, principalmente, no culto ao Divino Espírito Santo

e estende a prática de fé em rituais de procissões e devoção a símbolos (bandeiras, flâmulas) e imagens compostas em oratórios internos nas residências e nos seus quintais, nas formas de tratar e buscar a cura para os doentes, executando rituais muitos dos quais relacionados as benzeduras; as danças e cantorias populares expostas durante os períodos adequados e mantém as relações sociais e afetivas entre os membros da comunidade, são exemplos como tantos outros abordados durante o processo de pesquisa no início desse trabalho que marcam os feitos e o resultado do povoamento e que simbolizam e aproximam o litoral catarinense da diáspora.

Na verdade, o termo açorianidade, após Vitorino Nemésio tem sido amplamente divulgado e os açorianos na diáspora tem se conectado de uma maneira ou outra, considerando o resultado do pensar daquele povo, o apego a terra, relacionado a sua geografia insular preso por um oceano que agrega e que expulsa, marcado por mais de cinco século de religiosidade retratada na fé a santos padroeiros e ao Espírito Santo que os protege contra as intempéries da natureza, vinculados aos sismos e aos vulcões. Do acalento a alma realizada por trovas e cantigas que embalam encontros que narram a saudade e o isolamento naquelas ilhas do Atlântico Norte.

No litoral catarinense certamente o termo açorianidade não está ligado ao isolamento geográfico e tão pouco aos vulcões e sismos como nos Açores. Esta se perdeu no tempo. Está ligado seguramente pelas manifestações culturais herdadas da ancestralidade identificados no patrimônio imaterial. Ao imaginário que lhe são muito próprios, aos diferentes sotaques caracterizados pelas variantes fonéticas da língua portuguesa, encontrado em diferentes pronúncias e nas manifestações legadas. Mundos construídos em lugares de geografia diferente, mas ao mesmo tempo tão iguais, marcadas por travessias oceânicas, traçado por inúmeras celebrações, a fé no Divino Espírito, nas cantigas e danças, as formas de trabalhar a terra e produzir o artesanato, o linguajar tecido pela língua portuguesa que agrega termos e sotaques cantados e ligeirinhos. Estas são algumas das evidências que fortalecem as raízes açorianas e que compõem as relações entre seus grupos.

Do esquecimento histórico e a falta de oportunidade de manter contato devido as distâncias, aflora no final do século XX e cada vez mais no presente o

desejo de manter relações com o território motivados talvez pelos trabalhos internos dos grupos culturais e pelo o que proporciona a globalização no estreitamento de fronteiras onde se reconhecem facilitado pelos próprios meios de comunicação e pela disposição do governo açoriano através do Gabinete das Comunidades reconhecer a importância dessa ancestralidade distante no tempo e no espaço, mas certamente oportuniza aquelas ilhas a estar presente numa versão mais afetiva do que política talvez.

Na concepção do patrimônio imaterial e cultura popular as danças e cantorias apresentadas por grupos folclóricos da terra dos ancestrais, o cancionero popular são testemunhos de uma cultura única que ganhou o mundo e está centrada na ruralidade e, por vezes, representa pelo homem do campo caracterizado no seu modo de viver e do homem residente a beira mar é parte desse todo pontuado. A relação afetiva com as letras das músicas legadas, falam de paixão, solidão e saudade, mais também existe as sátiras, as chacotas e os improvisos que brincam com a criatividade deste cancionero. Está na cultura popular através das manifestações folclóricas, quem sabe, a sua maior vibração, utilizando a linguagem que os codifica e que os identifica em qualquer parte do mundo, onde existe açorianos e seus descendentes. Não importa quão o tempo de emigrados.

Na relação com a diáspora, do século XX, esses núcleos criam as Casas dos Açores para manter as tradições, revivem as manifestações culturais e criam grupos culturais e folclóricos para agregar as comunidades, manter e divulgar a sua cultura, expondo aos participantes um elo de ligação entre as pessoas e os grupos. Alguns estabelecem relações mais próximas outras nem tanto, mas todos acoplados ao mesma intenção.

Desta maneira, as Casas dos Açores, cumprem o seu papel de salvaguardar a identidade açoriana espalhada pela Europa e na América. De esquecidos no linguajar popular passam a ser lembrados inclusive por adoção de política adotada pelo governo açoriano, que estimula encontros itinerantes entre as casas, cursos específicos envolvendo o jovem, a língua portuguesa e para os mais distantes do processo de migração estão uma série de atividades e programas vinculados aos cursos a “Busca das Raízes” e “É bailando que a gente se entende”, os festivais

folclóricos, o Congresso do Espírito Santo, que se tornam locais de encontro, discussões, reflexões das diferentes gerações.

Essas diferentes oportunidades têm suscitado atenção e provocam desejo de participação, enquanto política de governo, que se coloca em toda a diáspora e o que ela pode proporcionar aos emigrados, na identificação da açorianidade. Nesta perspectiva atribui-se o reconhecimento do Governo dos Açores em relação a trabalhos realizados nesses sítios independentes se são imigrantes do século XX ou se pertencem a núcleos de emigrados mais antigos, como no caso brasileiro.

A criação dessas Casas se constitui num vínculo institucional direto com o governo dos Açores e com as comunidades açorianas pelo mundo. São formas de manter a identidade coletiva, utilizando-se a vertente sócio cultural. Por vez, os grupos folclóricos são instrumentos e mantêm o seu papel, agregam e divulgam a memória coletiva chamando para si a responsabilidade de integração do ser açoriano ou a relação com essa matriz cultural. Todavia nem tudo está ligada as representação das Casas dos Açores, existem os grupos independentes que por vontade própria nas suas comunidades, pela identificação dos bens culturais em relação a outros núcleos populacionais locais, muitas vezes sem nenhum tipo de contato direto com os Açores, criam as suas instituições e trabalham a vertente relacionada a este ramo da cultura a fim de preservar a memória coletiva de sua origem.

O Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu é uma dessas vertentes, que por iniciativa própria particularizando o seu território reconhece a sua matriz cultural e desenvolve a partir dessa perspectiva projetos e ações e as utiliza como prática para manter as tradições locais, o que leva a se aproximar continuamente de outras instituições constituídas e, até mesmo, fazer parte de processo que estimula a criação de novas instituições e, também, a manter outras, focado no termo memória, identidade, patrimônio imaterial e cultura popular. Através dessa ação estimula as pessoas a se empoderar. Entende essa condição como um estado de espírito que aproxima as pessoas refletindo na prática o seu conhecimento e entendimento sobre as coisas, faz valer o que tem de mais íntimo, participa espontaneamente das ações e dos projetos que se revertem em parte essencial para se manter a cultura local e neste caso específico o sucesso da instituição.

3.1 GRUPO ARCOS: NARRATIVAS E PERDAS

O grupo foi gestado alguns anos antes da sua fundação. Ele não nasce por acaso. É fruto de um processo de observação realizado por um grupo de pessoas “inquietas”, no município de Biguaçu e, também, da indignação dessas pessoas frente ao desrespeito público institucional coletivo em relação a falta de uma política institucional local que reverte-se a situação no cuidado com a preservação do patrimônio arqueológico, histórico, arquitetônico, paisagístico e com os bens intangíveis do município.

Nas causas apontadas, acrescento as inquietações no trato as essas questões. No caminho está a vinculação direta e, muito particular, como pesquisadora do patrimônio e da cultura popular, professora, há época, no Colégio Maria da Glória Veríssimo de Faria, no município, que se juntou aos alunos com as mesmas inquietações e desejos de ter um lugar melhor para se viver e, ainda, aos profissionais que nos seus ramos de conhecimento, também tinham as mesmas preocupações.

Percebe-se que as ideias para o empoderamento das múltiplas formas adotadas no coletivo. Muitas foram as conversas e aulas ministradas fora do espaço físico da escola, despertando-os os alunos a produzir a etnografia do lugar que viviam. As aulas tradicionais dão lugar a uma nova perspectiva, a de se vivenciar a cidade, seus lugares e suas entrâncias, a partir da vivencia e do olhar de cada um. Estimular esse olhar para os espaços de convívio, suas contradições e feitos foi uma das estratégias utilizadas para se obter o interesse a valorização das ocorrências não só produzidas do lugar pelas gerações, mas mostrar-lhe que a natureza e a paisagem eram partes importantes na composição do lugar. Que as complexidades inerentes as forças compostas entre natureza e sociedade são partes associadas e compõe o todo compartilhado. Para o maior entendimento do processo as aulas acontecem em campo, observando, trocando experiências, sentindo o “cheiro” das coisas e aproximando os sujeitos da história do município, dos seus rituais e simbologias.

Aulas ocorrem às margens do rio Biguaçu por ser considerado um símbolo para os moradores que residem próximo as suas margens. Ao mesmo tempo que embeleza a geografia da cidade, é berço dos biguás um pássaro negro que ao habitar sua área e contrasta com o verde da vegetação. O rio proporciona a

navegabilidade a alguns poucos canoieiros, mas também causa apreensão aos moradores do centro urbano, por existir a possibilidade de inundações; outras em frente aos casarios centenários; nas comunidades rurais; atuando no desenvolvimento de projetos e executando atividades ou tarefas junto a organizações comunitárias voltadas para as festas populares e religiosas. Outras, ainda, estão ligadas às programações de viagens de estudos aos centros de tombamentos federal ao município de Laguna e São Francisco do Sul as primeiras vilas fundadas pelos vicentista, e Minas Gerais, um dos berços do barroco brasileiro, museus, casas de culturas outros centros históricos no estado e fora dele, utilizadas para que o aluno interagisse com outras culturas e tornasse partícipe das preocupações relacionadas ao cuidado com o patrimônio. Nesta mesma lógica ainda que inconsciente outros professores da rede de ensino local, principalmente do centro urbano também adotavam práticas para despertar essa consciência coletiva nos seus núcleos produzindo eventos cívicos e visitas coletivas as residências com temas relacionados a cultura popular, quase sempre voltados as festividades em comemoração aos santos juninos.

Esse cenário criado e recriado tantas vezes, como parte da formação acadêmica, desperta outros interesses coletivos. Surgem peças teatrais com temas relacionados as manifestações culturais levadas as comunidades do interior; concursos de poesias envolvendo as escolas públicas estaduais, encontro de corais com participação de rua; organização de seminários; elaboração de varais literários, pesquisas sobre a história de bairro num movimento envolvendo os professores e alunos da rede de ensino local já no transcorrer dos primeiros anos subsequentes à fundação da instituição.

Essas ações geram a espontaneidade e agregam outras pessoas da comunidade e aflora o compromisso de cada um, quando passam a exercer a parceria como instrumento de mudança social.

Essas ações de origem acadêmica provocam o desejo de participação no cuidar a cidade, do seu patrimônio cultural e de se expor as ações a serviço da cidadania e seu constante exercício. É como se os envolvidos estivessem construindo um lastro para um navio, a fim de ser colocado no mar com segurança e ter as suas velas içadas, para que os bons ventos ou maus ventos não interrompam a sua navegação. Para que juntos possam ter a oportunidade de expor seus conhecimentos, provocar as trocas e entender a importância da cultural

nesse processo. Criar, recriar, agregar são verbos que agrupam ao desejo de multiplicar suas experiências que resultam no fazer e são inerentes a essa disposição trabalho. No resultado das ações estão o reconhecimento as suas especificidades culturais.

Compreender cada um no seu papel naquilo que se dispõem a desempenhar e dar a sua contribuição, nas horas que estão disponíveis, não é tarefa simples, porque despertam-se as vaidades e os interesses particulares o líder neste caso passa a desempenhar um papel importante na condução dos trabalhos, para manter o equilíbrio e não permitir que os objetivos comuns sejam perturbados. Não se constrói a partir do individualismo e sim respeitando o individual no coletivo a partir das relações estabelecidas de convívio, estimulando-as para que o senso comum aflore e se manifeste, formando uma consciência coletiva capaz de modificar ambientes.

Essa plataforma social, cultural e educativa possibilita um atmosfera favorável na formação do Grupo Arcos que se evidencia num movimento sutil de agregação, através de ideias comuns relativas às questões ligadas à preservação e a salvaguarda do patrimônio material e imaterial do município, considerando o sentimento de pertença atribuído ao grupo inicial com tantos anônimos que tomaram caminhos diferentes daqueles da beira do rio ou dos professores que dedicam suas horas fora do ambiente escolar para levar e receber cultura das famílias.

Percebe-se também que o aspecto relacionado à indignação citada anteriormente somam-se a outras questões. A primeira delas está ligada ao papel do estado e do município no que se refere ao tratamento dos bens culturais, a fim de garantir a preservação. Olhar distante das autoridades locais. A outra razão presente diz respeito de ser Santa Catarina um estado de alemães e italianos no olhar da mídia e de governantes. Ora, Santa Catarina é um estado híbrido e multifacetado, definido pela contribuição de mais de 22 etnias distintas que compõem o todo catarinense com suas múltiplas contribuições no campo econômico, político, social e identitário. Há que se pensar o estado na sua formação com todas as contribuições nela inseridas e, ainda, no caso específico, do município de Biguaçu, ser este considerado por seus habitantes uma cidade-dormitório, vivendo em função dos equipamentos urbanos da capital do Estado o que lhe confere certamente uma falta de auto-estima para tratar e se inserir no

cuidado com o lugar. Embora os predicados culturais e paisagístico existam mais se colocou de uma forma invisível aos governantes e a maioria da população.

Na conjunção da situação aflora a necessidade de compartilhar as ideias e de se institucionalizar um canal que fosse legítimo e consistisse numa ação capaz de provocar questões relativas a preservação do patrimônio e mudar o cenário existente. Dar visibilidade à participação enquanto grupo e organização com missão, objetivos, princípios e meta definidas para tratar das questões.

Outras também se somam as preocupações do Grupo e estão relacionadas ao crescimento do município que cresce desordenado na região metropolitana da Grande Florianópolis, com comunidades instaladas em locais que possuem a condição para o tratamento de áreas de conservação permanente, e ainda, está relacionada a duplicação da BR101.

A população, apática a estas questões e à participação política, não se dá conta do novo traçado e poucos são aquelas que participam das reuniões, colocando as suas ideias e acompanhando o processo. Não questionam o seu projeto novamente litorâneo que, em nome do progresso, não avalia as consequências da mobilidade e uso à população no sentido de retirar famílias dos locais, alterar a paisagem com partes centenária. Desta ação federal o que sobrou do primeiro traçado, foi a destruição do patrimônio e em muitos casos o convívio com as mortes causado pelo trânsito; a destruição dos espaços de memória, restantes e, assim, sucessivamente. Na verdade, na cultura dos administradores está apenas incorporada, ao que apreço, à falta de mobilidade urbana causado pelo desenvolvimento e que na qual a referida BR se insere e passa ilusoriamente a resolver.

Na concepção do Grupo é importante se organizar para que novos estragos não retornem ao município aos moldes da década de 60, do século XX, que levou embora parte da história e da paisagem das primeiras comunidades e vilas luso-açorianas do litoral Santa Catarina. Caminhos antigos, casarios centenários, ranchos de pescadores, atracadouros para botes e canoas desapareceram de forma violenta dando lugar a novas paisagens que poderiam ser evitados por haver no município outras terras que oferecia plena condição para efetivação do projeto. No entanto a cultura era clara, havia de se explorar a beleza da paisagem e da suposta “contemplação” por aqueles que dela desfrutassem.

Na perda inestimável estão ainda o comércio de entrepostos de peixes à beira-mar, os quintais das construções que beijavam o mar, os campos que serviam de pouso para os tropeiros, serrarias tradicionais de beneficiamento de madeiras, sem falar da paisagem urbana e o abandono das terras por suas famílias, quando as antigas estradas que ligam o município ao município vizinho de Tijucas e São José “da terra firme” são esquecidos. As praias de areia branca são destruídas e dá lugar a pequenos paredões de pedras, para segurar a sedimentação de terra na referida construção. Essa imagem, resultado da concepção de progresso, muda a sua configuração paisagística, sua história por falta de um planejamento sensível ao respeito ao patrimônio cultural secular herdado.

O cenário facilmente esquecido por aqueles que não possuem o compromisso com a memória, gradativamente, vai se construindo um novo cenário com ruas mais largas de chão batido, outras com calçamento de pedra e asfalto vão recebendo o novo ordenamento com construções que se colocam ao longo das vias e produzem novas vivências.

No questionar permanente da instituição é identificada a falta de compromisso político das autoridades com as questões referentes à memória cultural, no município surgindo então os passos definitivos da formação do Grupo Arcos que reflete a inquietude dos sujeitos das mais variadas profissões e idades com referência a todas essas circunstâncias. No contexto, todos com as mesmas intenções e objetivos, ou seja, contribuir para a construção de uma cidade mais humana, harmônica com a paisagem e com o patrimônio restante, executar a cidadania, entender a importância do município no contexto da grande Florianópolis e do litoral catarinense como lugar que faz parte da história colonial brasileira e contemporânea, configura-se as ideias o cuidar do seu patrimônio cultural numa de suas vertentes em particular, a cultura popular.

Com o nome de “São Miguel”, em homenagem à antiga Vila de São Miguel “da terra firme”, ocorre o primeiro desejo de organização definitivo. Executam-se atividades culturais nos espaços públicos para despertar o empoderamento dos sujeitos para as práticas culturais, continuando de certa maneira o já traçado por sujeitos durante toda a década de oitenta.

As atividades são expostas e congregam os segmentos sociais. Realizam os recitais de literatura e de história em espaços públicos. A praça principal da

cidade se reverte em encontro permanente para dar lugar aos varais literários, agora não só com os alunos da rede de ensino local. Outros elementos se agregam. A partir desses encontros uma série de conversas surgem e provocam discussões sobre o patrimônio cultural, as palestras preenchem um vazio e dão lugar a discussões propositivas que resultam em novas parcerias com empresas locais, grupos de jovens, através de seus integrantes, os colégios, o Rotary Club, a Academia de Letras e também junto novos amônios de outros municípios do entorno. Utilizando as práticas de narrativas e de vivências trabalha-se a história de bairro, agrega-se aos conteúdos escolares cuja intenção era fortalecer o Grupo e proporcionar uma nova forma de pensar para trata as questões da cidade firmando a vertente cultural.

Com a noção do que representa o conceito de cultura, identidade, memória, herança, para o desenvolvimento de determinado grupo social no trabalho coletivo, seus voluntários aderem ao empoderamento social firmado no sentimento de pertença, considerando ser este um aliado importante para continuar na caminhada em direção a solidez na formatação do Grupo, embora não utilizem esses termos com frequência durante as discussões e tão pouco repetem entre seus pares os conceitos para o tratamentos das questões, embora a identificação na composição dos objetivos estejam claros e concisos ao interesse de participar das decisões relacionadas ao espaço que vivem.

O Grupo torna-se oficial em 16 de maio de 1989⁵⁸ mesmo não ocorrendo nesta dada o seu registro civil. No início, antes da situação ora referida, nomina-se como “Grupo São Miguel”, nome sugerido por uma das integrantes e que pelo visto, não teve coro, sendo em seguida renomeado por seus fundadores, para Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu.

Com um nome bastante abrangente a intensão dos integrantes fornecer amplitude de atuação nos mais variados campos do conhecimento, arte, literatura, por exemplo, e não ser apenas um grupo voltado exclusivamente para este ou

⁵⁸ É fundado por um grupo de pessoas de diferentes formação e profissões mas com os mesmos interesses comuns Ana Lúcia Coutinho Locks, historiadora, professora universitária com experiência em trabalhos na área do patrimônio cultural e serviços voluntários; Jorge Luiz Locks, Economista e funcionário público autárquico; Orival Prazeres com formação em Serviço Social, funcionário público federal com experiência política e trabalhos voluntários; Maria Helena Prazeres, do lar; Felipe Asmuz, Economista; José Braz da Silveira. político local; Geovani Cabral artista plástico; Luciano Cabral, professor secundarista; Gilson e Jacqueline Kremer. Ele bancário federal e ela do lar; José Lincks Siqueira, Economista e Mauricéia de Lara Siqueira, funcionária pública municipal. Na sequência da fundação da instituição outras pessoas se agregam.

aquele tema ou este ou aquele segmento social. Assim, ocorre em definitivo no “fundo de quintal”, de uma residência à Vila Locks, na travessa da Rua: Hermógenes Prazeres, 68, centro, no município de Biguaçu. Hoje denominada de Rua Tabita Schlickamann Locks, direcionado a contribuir para a memória, a artes e a cultura no âmbito da preservação do patrimônio cultural e paisagístico do município de Biguaçu e do litoral de Santa Catarina. Mas nem sempre este local abrigou a sede do grupo durante a sua existência, que teve também uma característica itinerante atribuído a uma falta de espaço permanente para o uso próprio.

O Grupo é fundado no ano em que o mundo está passando por profundas transformações políticas e sociais. O Brasil é marcado por uma profusão de ideias, onde esboça o envolvimento com o processo das eleições direta, escolha do presidente do Brasil graças a democratização do país. As ideias que avançam em torno da questão “representa o ponto de partida para a invenção de um Brasil e de uma tradição política genuinamente brasileira”, comenta Rachel Nígro (1989).⁵⁹ As mudanças provocam o público e a sociedade civil. Grupos culturais e associações buscam os caminhos da organização embora com pouco conhecimento burocráticos sobre a questão e passam nesta condição a ter voz com a disseminação das informações que passam a vincular no território nacional.

Na Europa acontece o processo de desagregação do bloco socialista. A queda do muro de Berlim é colocada para o mundo anunciando uma nova época; as revoluções do Leste Europeu; o colapso do comunismo o protesto na Praça Celestial num gesto presenciado pelas nações, onde jovens estudantes enfrentam os tanques de guerra, e um jovem num ato solitário coloca o seu corpo como escudo, imagem que marca o mundo, no enfretamento aos regimes totalitários que não satisfazem mais os anseios coletivos.

No contexto brasileiro a situação política favorece o surgimento de instituições culturais dentre está o Grupo Arcos. Embora de “fundo de quintal”, nasce sólido atribuída as experiências dos profissionais fundadores, de pessoas envolvidas que ao juntar-se mantém um único objetivo discutir as questões socioculturais da sociedade que estão inseridas, construir um novo cenário para o

⁵⁹ ERA, Ética e Realidade Atual. Disponível em: www.eraorgbr/2013/03/1989-um-fragmento-precioso-da-historia-recente. Acessado em 10 Maio de 2015.

município, onde acreditam ser a participação social o caminho para a construção e fortalecimento das decisões coletivas e da democracia.

Mas, foi somente em 2001, com então Prefeito Municipal, Vilmar Astrogildo Tuta de Souza, por interveniência do Presidente da Câmara Durval Borba Neto, conhecido por Netinho, seresteiro, por herança cultural, reconhece a importância da instituição e indica o nome do Grupo para receber uma homenagem, por seus trabalhos comunitários, quando das comemorações dos 168 anos de emancipação política do município, fato este ocorrido no dia 16 de maio daquele ano. Por conseguinte, foi sugerido e acatado pelo líder municipal durante a sessão a cessão de um espaço público para abrigar o acervo permanente, intermediário e corrente, da instituição composto por documentos primários e secundários, livros, cds, fitas cassetes e vhs, fotografias, mesas, cadeiras, material de pesquisa como: louças de barro utilitária, trajes folclóricos do arquipélago dos Açores e Portugal continental, do litoral catarinense, peças etnográficas referentes a cestaria, roca de fiar, carro e boi, tipiti, bordões de romeiros, painéis fotográficos, exposições fotográficas dos saberes e fazeres, embarcações, celebrações religiosas, focadas no Divino e nas festas de padroeiros, instrumentos musicais, publicações, Pau-de-Fita, Boi-de-Mão com a bichara, foi disponibilizado pelos poderes.

Desta maneira ação, sela-se oficialmente a parceria com as duas instituições mais importantes, do poder público municipal, o executivo e o legislativo, através de um documento de “cessão de uso de um espaço” com tombamento municipal, denominado de Mercado Municipal, na área central da cidade às margens do rio Biguaçu.

No transcorrer das atividades somaram-se ao acervo outros elementos etnográficos convertendo-se num lugar não muito próprio as atividades do Grupo. Como o espaço era pequeno e de condições precárias, apenas dá lugar a guarda do acervo que lá permaneceu por quatorze anos, finalizando a sua permanência por solicitação do Poder Público Municipal, em 21 de agosto de 2005. O motivo da solicitação está relacionado a uma obra de restauro⁶⁰ ao referido imóvel, atribuindo-

⁶⁰ O Grupo Arcos preocupado com o bem tombado em 2005, solicita junto a professores de arquitetura do seu convívio da Universidade Federal de Santa Catarina e da UNISUL, indicações da referida construção a graduandos que pudesse se interessar a realizar monografias como proposta de restauros. O tema motivou o interesse de uma aluna da UNISUL, orientada pela arquiteta Eliane Veras da Veiga. Mesmo o município tendo conhecimento do trabalho nunca se interessou em discutir e envolver a participação popular. Arbitrariamente ignorando as forças comunitárias, resolve executar um projeto de restauro sem nenhuma discussão comunitária.

lhe num futuro próximo uma nova função. Diante das circunstâncias o acervo é transferido, por sugestão do Poder Municipal, para o Casarão Born, às expensas do próprio Grupo, através de um “Termo de Cessão de Uso Precário” celebrados entre as partes. Termo que de certa maneira deixa a diretoria apreensiva.

No entanto, apesar do espaço estar restaurado, o segundo pavimento, onde está alojado o acervo não permite o uso para as atividades da instituição, por não possuir lavará do Corpo de Bombeiros. O motivo está relacionado a uma escada interna de acesso que faz parte da sua construção original e por não ter recebido durante o projeto de restauro adequação para a acessibilidade e a imposição permanece, prejudicado de certa maneira a prática das atividades que envolvam o público, como exposições, aulas de patrimônio cultural, seminários, palestras. Todas envolvendo o público. Por outro lado, o espaço é limpo, amplo e arejado facilitando a manutenção do acervo, além de ser uma unidade tombada pelo patrimônio estadual, pela significância histórica e arquitetônica no coração da cidade. Das atividades do Grupo apenas utilizam o espaço para a guarda do acervo e as reuniões periódicas, haja vista que não lidam com um público maior e externo.

No momento de criação da instituição seus objetivos foram traçados e aprovados por seus fundadores. Pela trajetória do grupo constata-se que não ocorreram discussões que conduzem ao contrário, era algo já amadurecido entre os integrantes relacionados para o comprometimento no exercício da cidadania, através do desenvolvimento de ações com aplicabilidade no campo cultural.

O planejamento para o seu funcionamento obedece uma regra básica voltada para à execução das propostas de trabalho identificadas pelos seus pares presentes ou anônimos da sociedade em questão. Engajá-los no processo de participação, estimulando-os ao convívio cultural a partir dos seus pares, frear o descaso com ao patrimônio, proporcionar a visibilidade das suas ações e o seu reconhecimento sempre esteve na pauta das discussões da instituição desde a criação.

Promover atividades culturais a fim de oportunizar e despertar nos cidadãos o compromisso permanente, originar encontros e discussões sobre o papel do grupo na sua territorialidade, identificar os sujeitos sociais, focando o que fazem o que pensam o que criam, recriam e reinventam também é meta permanente.

Neste olhar, cumpre os seus objetivos, mas foi somente três anos após a sua existência de fato, em 1992, que o Grupo Arcos deixa transparecer de forma pública os seus objetivos e se torna uma sociedade civil de direito privado sem fins econômicos, políticos, raciais ou religiosos, constituído por número ilimitado de pessoas físicas, sem distinção de nacionalidade, religião, sexo, cor ou raça agora aparado pelo Código Civil Brasileiro.

Na estrutura da organização os associados estão distribuídos em categorias: fundadores, honorários, contribuintes, benfeitores e beneméritos⁶¹. Por doze anos funcionou na casa particular, onde foi fundado. É nesse espaço que a maioria das reuniões periódicas ocorriam bem como os ensaios permanentes do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, uma ação estabelecida pela instituição para promover o grupo e dar sustentabilidade e visibilidade as ações do Grupo do Arcos.

Mesmo com o espaço destinado pelo poder público, o Grupo Arcos continua utilizando o espaço onde foi fundado para o desenvolvimento de partes de suas atividades, onde as ações são reconhecidas pela população local, regional, nacional e internacional e, toma espaço na mídia, através dos resultados obtidos por seus trabalhos comunitários. São convidados para entrevistas em programas de TVs, rádios, jornais, revistas focadas na cultura popular e no folclore. Palestras, cursos e oficinas sobre o patrimônio cultural açoriano ocorrem o que legitima as suas ações.

A estrutura organizacional é composta por um quadro de integrantes permanente que forma o núcleo permanente, na maioria relacionados aos primeiros fundadores, embora muitos deles não compareçam às reuniões ordinárias, mas são consultados em deferência as participações os anos iniciais. Quando a diretoria pretende tomar decisões estratégias para o andamento técnico-institucional utiliza dessa premissa. Vinculam como uma espécie de “conselho dos mais velhos”, sinal de respeito ao um trabalho prestado e de grande valia sócio cultural. Somam-se aos integrantes, todos os membros que se mantêm em atividade no Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano. Esta determinação

⁶¹Ata de criação do Grupo Arcos, registrada em 1992 e Estatuto, atualizado em 03 de abril de 2005. Em 2007 a instituição produziu uma publicação de bolso para distribuição, denominada de PASSAPORTE, onde contém as principais atividades e estatuto. A publicação foi motivada por solicitações de outras instituições, que recorriam ao Grupo, para obter informações administrativas de como proceder para criação oficial de um determinado grupo cultural.

contribui para o fortalecimento da estrutura da instituição ao mesmo tempo, em que, permite e se caracteriza numa administração sólida, capaz de vencer os obstáculos inerentes às atividades que desenvolve.

Para as pessoas se integrarem ao Grupo não há nenhuma exigência aparente e se caracteriza de formas distintas. Pode ocorrer por convites relacionados pela própria instituição; outros através de propagandas e do resultado dos trabalhos, outros ainda, por pedidos de familiares, motivados pelos objetivos do Grupo e o que representa na sociedade e do que se propõe nos seus estatutos à cultura popular. Com objetivos múltiplos e de alcance social e cultural gera interesse dos mais variados níveis de pessoas.

Muitos jovens procuram a instituição para participar exclusivamente do grupo folclórico. Talvez essa decisão do jovem esteja relacionada ao que proporcione o grupo como as constantes viagens, intercâmbios e as oportunidades que oferece para interagir com outros grupos, conhecer novos lugares e culturas diferentes. Muitos deles sem condições econômicas para procederem viagens até mesmo para fora do seu estado ou ainda por não terem idade para tal. Nesta mesma perspectiva estão inseridos as pessoas mais velhas.

Ainda tratando sobre a administração está aludido por decisão da diretoria e do conselho, aos que fazem parte da atividade folclórica passam a integrar automaticamente a Grupo Arcos, sem ter que haver uma assembleia geral para isso, inclusive com aporte aos maiores de dezesseis anos. De acordo com a legislação brasileira a vinculação não está fora dos princípios da lei. Aos maiores de dezoito anos são convidados em alguns casos, a participar do corpo diretivo e assumir cargos. Esse condição internaliza o exercício de preparação do elemento e contribui para despertar o interesse na permanência, ao mesmo tempo, em que colabora para o amadurecimento do indivíduo em relação aos objetivos da administração.

Esta é uma das formas encontrada pela diretoria e seus membros no sentido de proporcionar um dinamismo interno e sugerir ao empoderamento da própria instituição por seus integrantes. Desta maneira, acreditam estabelecer um certo grau de responsabilidade no percurso das atividades, fazendo-os entender que a instituição reserva objetivos mais abrangentes, não estando pautados, exclusivamente, somente nos originados pelas danças folclórica açorianas e as viagens que lhe são atribuídas.

Certamente, e não há como negar, as viagens são atrativos que os leva a permanecer por um bom tempo na instituição, também levados por outro objetivo o de se manter no mesmo grupo social. No entanto, depoimentos de integrantes confirmam que o que faz valer é muito mais do que um simples ensaio folclórico e uma apresentação ou viagem, haja vista que na medida em que se integram e passam a conhecer o todo da instituição o gosto pela causa do patrimônio cultural se aprimora e os torna presentes e partícipes. Para ilustrar, nomeio o depoimento de Cláudia Martins:

Há 19 anos iniciava minha caminhada junto ao Grupo Arcos, primeiramente, como integrante do Grupo Folclórico (bailadora) e, mais tarde, como integrante da diretoria (secretária). Hoje, percebo que a missão desta Instituição de “tornar o cidadão um indivíduo cada vez mais feliz, transformando-o em um guardião responsável pela preservação e divulgação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico”, contribuiu grandemente para minha formação humana – social, cultural, intelectual, profissional... Como “ser social”, pude conviver com tanta gente de diferentes lugares, idades, etnias, religiões, níveis sociais e econômicos; como “ser cultural”, pude reconhecer o meu “eu” e também o “outro”, frente a tantas manifestações populares; como “ser intelectual”, pude acessar tantos saberes – do popular ao acadêmico, do passado ao presente, do ser ao fazer; como “ser profissional”, pude incrementar minhas formações em Agronomia e em Ciências da Religião, com experiências tão ricas oportunizadas em eventos, viagens, oficinas, pesquisas. Enfim, o que para mim começou como um envolvimento modesto, despretensioso, em uma atividade cultural específica, tornou-se agora uma corresponsabilidade, um compromisso, em dar continuidade à luta pela valorização e preservação daquilo que constitui o ser humano na sua essência: sua história, sua cultura. E aí está, ao meu ver, a importância do Grupo Arcos para a sociedade catarinense: o resgate e a promoção, não apenas de patrimônios arquitetônicos, artísticos, culturais e históricos, mas, o “elo” que une e dá vida a tudo isso – as pessoas, tornando-as verdadeiros cidadãos, com seus direitos garantidos e seus deveres assumidos. (MARTINS:2015).

Retomando o que está referido, observa-se que a missão e os objetivos são instrumentos importantes na formação daqueles que deles fazem parte. Com essas atitudes se conserva a estrutura e se oportuniza a ampliação do núcleo e do quadro social permanente que se esforça pela continuidade e na renovação. Essa ação colabora para que não ocorra lacunas administrativas no processo de gestão o que mantém a sua existência, também levando-se em consideração o papel do líder, suas ideias aceitas.

Uma frase que fundamenta a cultura da instituição atrelada pelos integrantes estão estampadas nos seus discursos “uma vez Grupo Arcos, para sempre Grupo Arcos”, não importa se os integrantes estão atuantes ou apenas passaram pela instituição. Isso significa dizer que a instituição tem papel fundamental na formação daqueles que dele fizeram e fazem parte, usando o que atribui na educação transversal, tanto em nível interno quanto em nível externo.

Outro aspecto que reporta à administração está o convívio com a flutuação de integrantes, visto não considerar como aspecto negativo ao andamento do Grupo, pois esta situação reverte-se em pontos positivos, uma vez que não permite que a instituição envelheça e que fique atento criando-se um certo dinamismo interno. Atribui a não permanência ou continuidade de determinados integrantes é considerada por duas razões: a primeira está centrado na liberdade associativa no direito de ir e vir, não havendo nenhum tipo de exigências ao cidadão. Nestas estão implícitas as mudanças de espaço de vivência, para outras regiões; mudança do estado civil, de solteiro para casado e que nem sempre o cônjuge tem tempo para participar e levar adiante os desejos do seu par. Outros motivos podem ser o envolvimento com a vida profissional exigido maior dedicação e em alguns casos, estão os estudos em curso superior, pós-graduação, estágios acadêmicos havendo dificuldade para conciliar as atividades trabalho e estudos com a do Grupo.

No entanto é considerando por alguns integrantes que a saída de elementos muitas vezes gera um certo desconforto no grupo pelo papel que cada um desempenha, por outro lado, não chega a colocar a instituição em risco de extinção. Todavia, pautam que se não houver renovação e uma boa condução do líder no cumprimento de seus objetivos e da sua missão, poderá, sim, enfrentar essa situação.

Para o enfrentamento a questão como essa, o líder possui papel fundamental, mantendo o propósito para o qual a instituição foi criada, apoiada pela diretoria e seus conselheiros. Um dado importante a ser considerado está no número de pessoas que deram a sua contribuição ao Grupo Arcos. São mais de trezentas, relacionadas as individuais e instituições nos 26 anos de existência⁶². Número significativo por tratar-se de uma instituição voluntária e que demonstra, certamente o seu grau de envolvimento com a sociedade

⁶² Pesquisa realizada na documentação permanente da instituição, em 2015.

E, se tratando da importância da instituição e dela fazer parte, vivenciando valores, agregando e trocando experiências, os integrantes não hesitam em manifestar suas opiniões com objetividade, quando questionados sobre a importância do Grupo em suas vidas. Assim se posiciona Dayanna Coutinho Vieira⁶³:

Foi no grupo que tive a oportunidade de viajar, conhecer novos lugares e ambientes. Ir a lugares do chique aos mais comuns, conviver com o novo e o velho e dar valor as coisas da cultura. Aprendi a dançar e a entender o folclore cultuados pelos meus avós e a dividi-lo com outras pessoas. Mostrar a outros grupos e a pessoas como vivenciamos as nossas raízes. Se não estivesse feito parte do grupo, talvez, jamais conheceria tantos lugares e tivesse contato de perto com outras culturas. Aprendi a dar valor e a observar melhor todo o tipo de arte e a não ter preconceito com isso ou aquilo. (VIEIRA: 2015).

De fato, é na narrativa e no sentimento de cada integrante, familiares e de pessoas admiradoras da instituição, centradas nas suas observações desprendidas que emitem a dimensão do papel sociocultural e educativo da instituição na formação do indivíduo. É através de oportunidades como esta que se contribui na formação do jovem e, ainda, são criados vínculos com a preservação do patrimônio. Para finalizar a ilustração, subscrevo o texto de outra integrante, Cláudia Martins⁶⁴, quando tinha 23 anos de idade, numa viagem ao arquipélago dos Açores com o Grupo:

Percebo cada vez mais, o quanto é importante o trabalho de pessoas que se preocupam e se dedicam à história de nossas vidas. E muito disso, dessa maior valorização que hoje eu tenho sobre essas coisas, eu devo a vocês, que fazem de suas vidas uma grande amostra das nossas raízes, de nossa cultura. (MARTINS: 2001).

Na luz da interpretação o sentimento de pertença é algo fluído e alicerçado em muitos casos na herança cultural de cada um, somado ao conjunto de valores disponibilizados pelo grupo, que gera o sentimento de pertença, alicerçado nos

⁶³ É integrante do Grupo Arcos e pertenceu ao Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos, iniciando as atividades aos seis anos de idade, realizando as brincadeiras infantis, voltada para o pula corda e Cinco Maria. Com 28 anos de idade é estudante de enfermagem.

⁶⁴ Engenheira Agrônoma e Bacharel em História das Religiões, desenvolve as suas atividades profissionais como professora do ensino fundamental. Iniciou as atividades, ainda adolescente como bailadora do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu. Desenvolve atividades na e no presente momento está secretária do Grupo Arcos, biênio 2014 a 2016.

objetivos propostos e reconhecidos. Essas questões possibilitam uma coesão na sua existência o que potencializa a oportunidade de mobilização social espontânea capaz de manter acesa a chama da instituição.

3.2 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS RELACIONADOS AS PRÁTICAS DO SABER POPULAR

Os princípios e objetivos que norteiam a instituição no cumprimento de suas funções administrativas e política estão centrados na liberdade participativa, na dignidade humana, melhoria da qualidade de vida, preservação do patrimônio cultural e paisagístico e para o despertar do cidadão ao entendimento das funções comunitárias, quando se refere aos aspectos culturais e sociais, que vise tornar o indivíduo um agente do seu próprio desenvolvimento.⁶⁵ Assim prescritos:

I. Preservar, valorizar e divulgar a Memória Histórica, Artística e Cultural do município e todas as questões que afetam os bens materiais e imateriais do estado catarinense;

II. Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a divulgação dos trabalhos de preservação cultural, organizando encontros, ciclos de palestras e estudos, conferências, certames, exposições, cursos, seminários e mesas-redondas, intercâmbios, viagens culturais e de lazer;

III. Aquisição, restauração e conservação de edifícios e acervos existentes no município, que demonstrem valor histórico-cultural;

IV. Estimular o crescimento dos valores artísticos no campo da literatura, da dança, da música, do teatro, das artes cênicas, das plásticas e do folclore;

V. Buscar a integração social através das manifestações culturais, com eixo fundamental do desenvolvimento da sociedade;

VI. Promover o intercâmbio entre as comunidades, estimulando a produção cultural;

VII. Participar de eventos relacionados com seus objetivos, de forma a promover a integração e a atualização;

VIII. Prestar assistência técnica e serviços, quando solicitado, dentro de suas possibilidades, ao governo e à sociedade civil;

⁶⁵ Ata de fundação da instituição, registrada em 1992 e alterado em Assembleia em 2005 e em 2007 no Passaporte do Grupo Arcos.

IX. Obter junto a pessoas físicas e jurídicas donativos destinados a custear as atividades do Grupo Arcos;

X. Firmar convênios, ajustes, contratos e outros atos congêneres, com pessoas jurídicas de direito público e/ou privado, para a consecução de seus objetivos;

XI. Estimular a conscientização da sociedade através de encontros culturais e de lazer, para a importância dos valores culturais;

XII. Realizar oficinas que estimulem a valorização do indivíduo na sociedade;

XIII. Assistir os integrantes carentes do grupo;

XIV. Proporcionar aos seus integrantes, atividades sociais, culturais e de lazer;

XV. Proteger, judicialmente ou extrajudicialmente, o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural;

XVI. Estimular no educando o conhecimento de técnicas e procedimentos para o aprendizado, através de visitas a oficinas, atelier e locais de trabalho;

XVII. Cuidar tecnicamente do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu;

XVIII. Divulgar as manifestações da cultura popular, em especial a do folclore de base açoriana;

XIX. Incentivar, participar e realizar festivais folclóricos no âmbito nacional e internacional, com o objetivo de divulgar o mosaico cultural catarinense;

XX. Realizar publicações, exposições e encontros que visem o aprimoramento da cultura popular catarinense;

XXI. Promover e incentivar as atividades para pessoas da terceira idade, portadores de deficiência e povos indígenas.

Observa-se que o Grupo cumpre os objetivos, para o qual foi criado. É através de seus integrantes, dedicados, disponíveis, determinados e compromissados, que a finalidade se mantém ativo e abstraem os valores para atingir o que propõem.

A naturalidade que os integrantes aceitam as práticas culturais instituídas é uma das características que reforça o que transmitem um certo grau de segurança a estrutura administrativa, que por sua vez, imprimem a sociedade confiança e determinação, quando estão na elaboração de tarefas, repasse das informações adquiridos internamente. As interpretações atribuídas por cada elemento, soma-se

as essas circunstâncias e são consideradas sinônimos de aprendizado, agregação ao conhecimento e valores que simbolizam as vivências mesmo tendo que adaptar-se as normas do Grupo.

Esses integrantes são os verdadeiros protagonistas de transformação. Emprestam o seu nome, o seu tempo, a sua sabedoria e dão vida aos personagens, as danças, as cantorias a tocata, trazendo-as a vida e firmando o pacto consigo mesmo no olhar interpretativo sobre cultura, memória e patrimônio. O modo de ser de cada um em particular está alinhado com o que propõe a instituição, daí se extrai a harmonia e bom convívio, seja internamente ou externamente, elementos que são peculiar e que repercute na aceitação por elementos externos ao Grupo.

Os integrantes encaram a cultura popular em especial como sinônimo de desenvolvimento e agregação social. Está nos objetivos a efetiva consolidação das práticas culturais que executam e norteiam a transformação, embora tenham a consciência, que mesmo lenta é fator de mudança, reconhecida como gradativa.

O Grupo que possui uma cultura própria, pontuada no desenvolvimento de práticas culturais adotadas, relacionadas às pesquisas transcritas no arrolamento e na descrição do patrimônio cultural imaterial do litoral catarinense proposto e na conduta propositiva de ação dos seus integrantes, serve sobre maneira de balizamento, para outros grupos culturais, que seguem e se espelham nesta postura, conferida por seus protagonistas que não excitam em transmitir seus conhecimentos através de atos, posturas durante as reuniões, cursos, oficinas e apresentações folclóricas. No processo de troca e observação muitos dos quais, chegam a imitar a postura desses integrantes, o que leva a pensar, o quão são importantes no processo de institucionalização de salvaguarda do patrimônio cultural, reflexo das atividades humanas.

A herança do Grupo propagada pelos integrantes está em cuidar dos aspectos culturais em consonância do que preconiza o documento da UNESCO, intitulada nas “recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional ou popular”, apresentado no ano de fundação do Grupo Arcos e, que, deste o início, também, surge como plataforma de reflexão. Salienta ainda, a necessidade de proteger e difundir a cultura de um povo. Na busca surge a própria cultura em deferência ao cuidado que o cidadão deve ter como o patrimônio cultural, levando em consideração que o processo é dinâmico e está constantemente em adaptação.

Todo o processo de organização para o desenvolvimento das atividades e implantação das ações está determinada no seu estatuto que possui uma característica ampla de abrangência, mas nem sempre é seguido à risca. É flexível e adaptável segundo as suas normas, embora sugerem que as proposições e as sugestões discutidas e apreciadas nas reuniões de diretoria devem ter sempre o amparo estatutário, para que se manter a organicidade e alcancem os objetivos.

Na composição da instituição os integrantes cabe eleger a diretoria distinguida por seis membros: presidente, vice-presidente, tesoureiro, segundo tesoureiro, secretário e segundo secretário e um conselho fiscal, para proceder a administração.

Está sobre a responsabilidade da diretoria, a criação de funções executivas, quando necessárias, desde que sejam indicadas e aprovadas em reuniões. A diretoria é instituída através de votação em Assembleia Geral e o mandato tem validade por dois anos, com possibilidade de reeleição⁶⁶, o que confere a continuidade de projetos ao corpo diretivo.

Na prática a eleição se processa um pouco diferente naquilo que está preconizado no estatuto, uma resposta ao amadurecimento dos seus integrantes, que juntos se reúnem, e indicam entre os seus pares os nomes que desejam para dirigir a instituição. Uma vez acordado, na sequência, por aclamação o ato se configura, não havendo disputa entre os indicados. Também não ocorre uma assembleia no sentido amplo da palavra, com publicações em jornais, o que leva a concluir o grau de amadurecimento dos integrantes para tal feito e finalidade.

Durante o processo o elemento principal a ser destaque se distingue pela concordância, reflexo do que assimilam e almejam para a continuidade da instituição. No entanto, nos últimos três anos, integrantes na sua maioria, vem amadurecendo a ideia, que num futuro próximo, serão os próximos a conduzir a instituição, colocando em prática as experiências adquiridas internamente e aquelas que buscam em outros universos profissionais e sociais. Possuem a consciência que é preciso, também, haver esse empoderamento interno para que o ato se concretize. Condição que a “velha guarda” vem apostando e se preparando para passar em definitivo as atribuições que vão desde a continuidade das pesquisas, ao encontro de elementos com um espírito de liderança pautada no

⁶⁶ Ata de fundação da instituição... Ibidem

espírito democrático com características voluntárias de atuação. Esta ação vem gradativamente sendo construída, tanto que alguns investimentos foram realizadas em integrantes mais novos que já ocupam cargos na diretoria. Todavia mantém na presidência um elemento fundador. A razão do fato, provavelmente, esteja relacionado ao dinamismo da presidente, suas relações externa que mantém e sobretudo ao resultado do trabalho obtido durante a existência, vinculado ao conhecimento da história e do patrimônio cultural, o reconhecido ao espírito de liderança e, o respeito, que os integrantes e a sociedade atribuem a mesma.

Na prática executiva a diretoria considera fundamental o engajamento de novos integrantes, pois considera que é através deles que ocorre novas parcerias, dinamismo se recorre e se agrega novos conhecimentos no processo de renovação da instituição. Entretanto, esta situação nem sempre se caracteriza como rotina administrativa.

Consideram, ainda, que se a participação dos integrantes estiver voltada para uma ação exclusiva, talvez, as raízes demorem para ser construídas. Esta perspectiva não gera por si só o compromisso para a continuidade da instituição. É necessário objetividade e clareza para os integrantes para que se coloquem à disposição e assumam outros papéis. Mesmo essa ideia fazendo parte da cultura do Grupo, segundo a conselheira Caroline Locks nem sempre “o resultado é tão esperado e se comporta com tanta clareza, pois o jovem possui os conhecimentos necessários, mas nem sempre quer assumir a carga de responsabilidade que a instituição estabelece e, isso pode vir a colocar em risco a continuidade da instituição se a mesma não for bem estruturada”.

Mesmo assim, a instituição tem se posicionado como algo dinâmico e seguro e a abertura instituída à participação é lembrada pelos integrantes como algo importante, porque ajuda a criar um base sólida que leva ao comprometimento gradativo dos membros em relação a sua função e objetivos para o qual foi criado. Com este procedimento instituído, os integrantes são considerados aptos pelos mais velhos para assumir a qualquer momento os cargos diretivos de presidente a coordenadores de projetos, um desafio para se colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Esta uma característica interessante na conjugação pelo esforço de continuidade.

Está implícita na cultura do grupo a liberdade associativa, talvez por essa razão, resulte a facilidade de relacionamento incorporada entre os integrantes e o

sucesso do resultado nas ações atribuídas. Quando indagada sobre o sucesso e a manutenção das atividades para preservação do patrimônio cultural e a relação com abertura de oportunidades para as vidas profissionais aqueles que participam, aloca sem excitar uma das integrantes que “é impossível não se ter orgulho daquilo que ajudamos a construir e ver os resultados cada vez que se resume em acontecimento culturais para todos, quando se tratada de revelar à cultura popular dos nossos ancestrais e buscar caminhos profissionais e acadêmicos.

Percebe na explanação que está imbuída na cultura do grupo o sentimento de pertença incorporado por seus integrantes implícita no resultado da paixão por aquilo que acreditam, da organização interna estabelecida nas atividades e da predisposição de deixá-las visível ao outro, pautada no senso de responsabilidade, na relação e no agir em sociedade, fato que transcende as suas fronteiras.

A luz da interpretação, o Grupo se configura em importante elemento de educação transversal, que dispõe de conhecimento, parceira disposição e contribui para a formação individual e coletiva das pessoas e dos seus pares fora do seu ambiente, agregando outras pessoas e núcleos sociais.

A ação proporciona aos integrantes expor os conhecimentos adquiridos no Grupo no desempenho de atividades externas como um estágio para a preparação profissional e, muitas vezes, e para alguns se consagra nas próprias escolhas profissionais seguindo o campo acadêmico das áreas sociais e reverte-se para o município que recebe cidadãos mais preparados ao mercado de trabalho e comprometidos com o patrimônio cultural. Exemplos podem ser confirmados na sociedade quando integrantes montam bandas, grupos folclóricos, artes plásticas, utilizando esses elementos para trabalhar com crianças e adolescentes de necessidades especiais e especialista da educação se motivam produzindo passeios, exposições, compondo peças de teatro e trabalhos acadêmicos surgem. A socialização do conhecimento como os elementos da cultura contribui para termos um cidadão mais feliz e comprometido com bens culturais.

Ainda sobre a ótica estrutural, o Conselho Fiscal⁶⁷ é composto por cinco membros, três efetivos e dois suplentes, eleitos em Assembleia Geral e cuja responsabilidade está em analisar e aprovar, através de parecer, a prestação de

⁶⁷ Coutinho, Ana Lúcia (org). Passaport Grupo Arcos Pró resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu. Biguaçu: Alternativa, 2007.

contas elaborada pela Diretoria, recursos advindos de projetos, apresentações culturais e vendas de livros que produzem.

Regimentalmente, está explícito que o mandato é de dois anos e, também é possível a reeleição dos seus membros. Está previsto ainda, que podem constituir o quadro de associados pessoas físicas e jurídicas divididas nas seguintes categorias: os associados fundadores, os que compareceram à reunião onde se aprovou o primeiro estatuto; os associados honorários estão aqueles que participaram ou participam do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu; os associados contribuintes estão aqueles que contribuem com anuidade de vinte por cento de um salário mínimo; os associados benfeitores aqueles que doarem, em espécie ou bens materiais, quantia igual ou superior a dez salários mínimos e, os associados beneméritos aqueles que doarem, em espécie ou bens materiais, quantia igual ou superior a cinquenta salários mínimos.⁶⁸

Embora previsto no estatuto, determinando cada tipo de associado a quantidade a ser paga por anuidade a instituição não se utiliza desse prerrogativa. Apenas se constitui de sócios fundadores e honorários. As anuidades instituídas a cada categoria apenas figuram em documento, na prática a realizada não se concretiza. Não existe depósitos bancários relativos ao pagamento das anuidades e doações. Característica essa não incorporada à cultura do grupo, muito embora tenham organizado campanhas para esse fim.

Talvez, a falta de uma política mais efetiva, neste caso, esteja vinculada à cultura da instituição por possuir o caráter voluntário desde o seu nascimento, não conseguindo vencer por sua vez, esse ciclo, ficando à mercê, quase que exclusivamente dos cachês que são atribuídos ao Grupo Folclórico.

Mesmo não cumprindo esta parte estabelecida no estatuto, os integrantes são considerados associados e a eles compete participar das Assembleias, votar e serem votados e convocar, extraordinariamente, a Assembleia Geral, se necessário for, para resolver assuntos de interesse geral ou de urgência para o bom andamento do Grupo.

O Grupo para além de todos os integrantes e pessoas fora do seu quadro social que prestam parceria e solidariedade ao desenvolvimento das ações, algumas delas, pela relação com a memória afetiva, está o trabalho permanente e

⁶⁸ Coutinho, Ana Lúcia (org). Passaport. Ibidem.

ativo da presidente, que possui respeito e goza de certo prestígio junto a seguimentos sociais, culturais e acadêmicos na região e de outras partes onde a comunidade açoriana plantou raiz. Essa relação aproxima o trabalho desenvolvido pela instituição e o coloca frente a esses grupos, facilitando de certa maneira as relações compostas e apresentadas no transcorres dos trabalhos e o prestígio que goza a presidente reflete no grupo.

Outro ponto importante nesta relação está a formação pessoal acadêmica e a dedicação que mantem com a pesquisa, relacionada as raízes culturais canalizada para o trabalho que desenvolve e certamente influência a administração. Esse sem dúvida um facilitar para o andamento dos projetos da instituição que reflete na formação dos integrantes e no resultado final da organização.

Perante o estatuto, constituem-se obrigações dos associados: votar nas Assembleias Gerais para a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, dedicar-se, quando eleito, na execução dos cargos e contribuir para a realização dos objetivos e finalidades da instituição, fato este que mantem e consideram importante para a o Grupo.

O grupo cumpre as normas exigidas pelo Código Civil Brasileiro (2002), tanto que produziu a atualização do estatuto. É formalmente registrado em cartório, possui um CNPJ e se caracteriza como uma entidade cultural sem fins lucrativos, sendo declarada de Utilidade Pública pela Câmara Municipal de Biguaçu⁶⁹ e Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no ano 2000 e também reconhecido pela Secretaria de Assistência Social municipal, o que lhe confere um certo prestígio social.

Perante a sociedade civil é dotado de todas as exigências legais. Possui uma característica que lhe é bastante peculiar no tratamento interno junto aos associados, que denomina de integrantes, haja vista a aproximação uns com os outros e por não haver o pagamento das anuidades, embora creditado no estatuto.

Esse caráter voluntário do Grupo lhe afere maior confiança entre seus pares e a comunidade. Ser voluntário significa possuir um tempo livre e dedicar parte do capital social ou intelectual a algum tipo de trabalho em benefício de um determinado grupo. No Grupo Arcos não basta ter somente o tempo livre e o capital

⁶⁹ Lei n 227, de 9 de dezembro de 2005 e cadastrado no Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu sob o n 091/2007.

disponível há que estar enquadrado nos objetivos da instituição, para desenvolver o trabalho comunitário, obter o tão almejado resultado social e cultural.

O trabalho não envolve nenhum tipo de remuneração a não ser o ganho simbólico dos resultados obtidos. Esse caráter voluntário é a forma democrática escolhida para acolher as pessoas disponíveis e desprendidas para este fim, nos mais variados campos do conhecimento e saberes que se expõe através da força dos afazeres em benefício do outro. Atuam onde o estado não tem o alcance por falta de interesse político ou por ineficiência administrativa do poder público.

O resultado para a sociedade converge em compartilhamento de experiências que somadas ao Grupo, refletem no melhoramento da qualidade de vida das pessoas, através do reconhecimento e valorização coletiva dos seus fazeres, da autá estíma que essa atitude proporciona, dos cursos realizados de acordo com os objetivos instituídos, pelas indicações individuais e coletivas na ocupação de postos de trabalho, vendo-os sentir verdadeiramente cidadãos do próprio destino, pautado ainda, na preparação intelectual do indivíduo para o enfrentamento profissional, por exemplo, são alguns situações aludidas por esses voluntários.

O Grupo Arcos atua com esse espírito, utilizando da vertente cultural e seus conceitos relacionada a preservação do patrimônio para obter resultados culturais e sociais. Os resultados obtidos para além dos mencionados estão aqueles de ordem material: restauração de unidades tombadas no município e fora dele; cursos de capacitação; projetos de revitalização de espaços culturais, cursos de patrimônio cultural, formação intelectual dos integrantes para colocação no mercado de trabalho através de orientações e cursos práticos, obtenção do arrolamento cultural das manifestações culturais para o empoderamento coletivo e o reconhecimento da cultura de base açoriana frente a outros grupos étnicos, são exemplos relacionados.

Outra característica referida ao seu funcionamento está o reconhecimento entre os pares a de ser uma grande família, onde todos colaboram com atividades que sabem executar. A mestra-artesão produz o crivo e ministra oficinas desse saber, ensinando aos jovens e as crianças no contexto das comunidade açorianas do litoral, aqueles que estão dispostas a aprender o ofício. A profissional envolvida com a fotografia desempenha as suas habilidades organizando uma série de atividades, dentre elas está a jornada fotográfica que tem a finalidade de agregar

as pessoas, independentemente da idade, classe social e gênero dentro e fora da comunidade. Essa é uma ação planejada movimentada pelo Grupo, integrantes e parceiros comunitários como empresas, poder público e outras instituições de caráter voluntário. Acontece na área urbana do município, inclusive, envolvendo outros segmentos sociais fora no âmbito das suas fronteiras municipais.

Geralmente a função pertinente, ocorre durante o aniversário da instituição, no final da primeira quinzena de maio com um regulamento previamente distribuído durante a inscrição. A relação estabelecida é um convite ao envolvimento social que extrapola as fronteiras da instituição, quando as pessoas dispostas a participação se colocam em contato com a captação de imagens a partir de suas lentes. As tarefas distribuídas focam os aspectos da história, da geografia e da paisagem, grupos humanos, estética, caracterizado também pela leitura do patrimônio material e imaterial. Essa relação expõe o Grupo, ao mesmo tempo, em que se conecta com a comunidade, colaborando de certa maneira com o exercício de cidadania. É também através de tarefas como esta que produz a reflexão e mantém a união do Grupo e se relaciona com a sociedade, desempenhando o seu papel.

Outras atividades possuem a participação efetiva dos integrantes. Aos tocadores, cantoria e os bailadores lhes são conferidos a função dos ensaios permanentes e a ministrar oficinas de dança folclóricas açorianas quando convidados por instituições. Essa tarefa individual e ao mesmo tempo coletiva lhes afere o reconhecimento do aprendizado no Grupo a outras pessoas e permite a integração, pois cada um se sente valorizado naquilo que sabe fazer. Essa ação fortalece sobre maneira as relações internas e externas, ao mesmo tempo, em que, permite estender os laços sociais e culturais. No cumprimento das tarefas outro papel importante está designado a contadora da diretoria. Seus conhecimentos técnicos contribui para manter a eficiência contábil e manter a instituição em dia com fisco nacional. É dela a responsabilidade de conduzir a tarefa, no entanto, é necessário um escritório contábil para cancelar a tarefa.

De acordo com a lei brasileira os grupos culturais são enquadrados perante o fisco como uma “empresa” sem fins lucrativos, havendo que prestar conta ao Governo Federal de todas as transações financeiras não importando o montante arrecada para as suas funções e projetos. Essa é uma relação importante para se manter a organização financeira da instituição, no entanto, por vezes, é vista de

maneira negativa pelo Grupo, por não haver em muitas situações, recursos em caixa para finalizar um contrato com o escritório contábil e manter esse compromisso o que gera, de certa maneira, insegurança no corpo da diretoria. Todavia, a instituição se vale de parceria voluntária que supri a necessidade momentânea. Esta situação requer dos diretores, quase sempre, malabarismos para manter a instituição, haja vista, que nem sempre, é possível angariar recursos para essa finalidade. Talvez essa seja uma das questões que afete tantas instituições deixando-as inadimplentes e, muitas delas, desistem dos trabalhos nas suas comunidades. Esse aspecto, de certa maneira, tem prejudicado o andamento e a continuidade de grupos populares que ficam desestimulando perante tanta burocracia.

No que diz respeito à organização das tarefas o Grupo Arcos não apresenta um regulamento interno que determina essa ou aquela atividade a ser executada durante o ano, impondo a cada elemento a responsabilidade de conduzi-la. Entretanto, realiza o planejamento anual, com a participação dos membros da diretoria com a finalidade de instituir a responsabilidade entre seus integrantes e manter a disciplina na execução das ações prevista no estatuto. Essa ação de planejamento não é algo rígido e pode ser modificado de acordo com o desejo e sugestões dos integrantes do Grupo o que lhe confere maior flexibilidade de ação.

Percebe-se que os integrantes são dotados de senso de responsabilidade em relação às suas atividades aplicadas no grupo e, de modo particular, com o seu acervo, principalmente, no que diz respeito, aos trajes folclóricos e as alfaias, onde cada um possui a missão de cuidar em manter as peças limpas, passadas, engomadas, para uso próprio, empréstimo a terceiros ou até mesmo a sua guarda. Faz parte da consciência de cada um que os trajes são únicos e representam a etnografia de uma determinada época e de seus personagens ou de grupos que estão a representar. Primam pelo asseio e organização que vai deste um simples par de meias ao objeto ou símbolo de representação do traje. Todos com o mesmo grau de cuidado e de importância. Seus integrantes tem o compromisso com aquilo que usam e usufruem. Para além da guarda, o acervo deve permanecer e garantir as gerações futuras a identidade construída. A relação é exposta pela dedicação, espírito de responsabilidade e visão de pertença do seu grupo social e para a sociedade como um todo.

A esse respeito, quando ocorre o extravio de uma peça os integrantes são orientados a comunicar de imediato a direção, que procede a baixa no seu inventário e trata de repor se for o caso. Em alguns casos esse procedimento torna-se difícil, quando trata-se de uma peça vinda do Arquipélago dos Açores ou etnográfica. Por essa razão o nível de exigência, quanto aos cuidados com a guarda é bastante apurado e rígido. Já as peças que são deterioradas não sendo possível mais o seu uso, são guardadas no acervo e, servem em muitos casos, para criação e instalação artísticas atribuindo-lhes uma nova função no contexto cultural.

Preconiza, ainda, o estatuto em relação a deliberação da Assembleia Geral, adota o critério de votação simples com a presença de no mínimo de um terço dos associados em primeira convocação e de qualquer número de associados em uma segunda convocação. Um aspecto que chama atenção no estatuto está relacionado ao uso do nome da instituição transcrita no seu Artigo 16. Está vedado a utilização do seu nome, para atos de natureza pessoal, político partidária, religiosa ou racial, bem como para a campanhas ou promoções que sejam de interesses individuais dos associados, amarrando de forma propositiva a sua verdadeira função institucional (Art. 21)⁷⁰.

Com essa premissa administrativa previamente estabelecida, garante ao Grupo a não inserção de possuir seu nome vinculado a único partido político, a essa ou aquela ideologia ou a uma única liderança política, condição que entendem ser inteiramente prejudicial ao andamento institucional. A liberdade associativa e política é uma de suas maiores virtudes o que converge na união de todos para o trabalho em prol da cultura de seus grupos sociais, independente da vinculação partidária, religião, étnica e de gênero. A atitude também tem como princípio eliminar os oportunistas de plantão que utilizam de instituições para proceder carreiras eleitoreiras o que não coaduna com a conduta da instituição.

É clara a vinculação individual de cada integrante com a política local, no entanto, essa condição não gera nenhum tipo de conflito de maneira a prejudicar o seu andamento. Verifica-se o respeito uns com os outros, o que gera, também, o fortalecimento e a credibilidade social. Pode-se afirmar que as abstrações de comportamento faz parte da arte de governar, através das quais as habilidades

⁷⁰ COUTINHO, Ana Lucia (org). **Passaporte Grupo Arcos Pró resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu**. Florianópolis: Alternativa, 2007.

individuais e coletivas constroem um repertório que fortalece as relações capaz de cultivar os relacionamentos. Neste caso a cultura possui papel fundamental para o entendimento das questões. Ela não é uma herança genética é algo que se adquire e constrói nos diferentes contextos sociais.(LARAIA: 2007).

3.3 PROJETOS E AÇÕES REFLENTIDO NA PRÁTICA:ETNOGRAFIA

Os projetos e as ações estão compostos em três grupos distintos. A primeira delas está internamente vinculada ao desenvolvimento da pesquisa primária, completada pela secundária, relacionada ao patrimônio histórico cultural paisagístico da região previsto no Estatuto dede 2005. Embora o Grupo, desde a sua fundação esteja pautado nesta prerrogativa, somente vincula ao estatuto, quando realiza a alteração, firmando aos integrantes a ideia de que a relação com a pesquisa é algo de importância e de responsabilidade, imperativo a salvaguarda da memória.

O segundo grupo está centrada na forma de apresentação expositiva do acervo, que executa a visibilidade através de mostras e montagens de exposições temporárias e itinerantes que possuem alcance não só local. São produzidas a partir do acervo construído que lhe confere o produto para adimplir a ação.

E, a terceira categoria, está relacionada à guarda do acervo, composto pelo arquivo permanente, intermediário, corrente e todo o material etnográfico. O material é o resultado das atividades inerentes e está organizado de acordo com as normas e técnicas da arquivologia brasileira, no que tange a guarda e arranjo documental, relacionadas ao suporte papel, fotográfico, bibliográfico, cds, fitas vhs, cassetes.

Os trajes folclóricos masculinos e femininos, adultos e de crianças, representando a vida rural e urbana do final do século XVIII, até meados de 1950, caracterizam o trabalho doméstico e os domingueiros e estão dispostos em espaço apropriado, cada um organizado em cabines com todas peças disponível ao integrante e quem dela necessitar. Vez por outra são colocados em exposição para que o público tenha contato visual em museus da região. Os instrumentos musicais: violas de arame de quinze cordas, bumbo, ferrinhos e violões, estão arranjados por suas categorias, mas nem sempre bem acomodados, por falta de recursos e de elaboração de móveis específicos para a guarda adequada. O que

leva em alguns casos dos elementos da tocada a responsabilizar-se individualmente pelo instrumentos garantindo-lhe, através de cuidados específicos maior durabilidade.

E, a quarta e último categoria está vinculada à produção de materiais impressos para a divulgação, resultado das pesquisas realizadas ou de doação por terceiros, na maioria por instituições acadêmicas, arranjados por tipologia em espaço próprio e a disposição dos usuários. Esta última possui uma vinculação bastante próxima as atividades desenvolvidas pelo Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano.

Todo o acervo desde as indumentárias a iconografia, por exemplo, pertence ao Grupo Arcos. No entanto, essa última categoria, induz as pessoas a pensar que que o acervo pertence ao grupo folclórico o que confunde ao público. Todavia é claro estatutariamente que este último pertence a instituição, embora mantenha papel distinto na organização da instituição. Enquanto uma tem a função institucional e todas as responsabilidades jurídicas perante a sociedade civil, o outro executa apenas uma ação que está pautada na divulgação das manifestações culturais de matriz açoriana litoral catarinense e dos Açores, voltadas ao folclore ou a cultura popular, que se caracteriza em maior volumetria perante ao público, se constituindo na vitrine do Grupo Arcos. O resultado do trabalho faz confundir a matriz de nascimento do Grupo, muitas vez abordada pela instituição ser o Grupo Arcos exclusivamente o Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriana, havendo sempre que possível ter a diretoria que corrigir essa confusão.

Das ações desenvolvidas estão a pesquisa no campo na área da História, da Antropologia e da Cultura Popular; das Oficinas de “Cordas”; da “Trama Viva” que dá origem ao Projeto “Centro de Referência do Patrimônio Cultural da Criveira”; de “Danças folclóricas açorianas dos Açores e do litoral de Santa Catarina”; de “Rodas de Histórias, onde mestres contam histórias”.

Destaca, ainda, a “Jornada Fotográfica de Biguaçu”; o “Inventário do Patrimônio Cultural de Biguaçu”; a luta pela preservação do Casarão Born e do Sítio Histórico em São Miguel, incluído o aqueduto e seu entorno; a Festa do Divino Espírito Santo. Estão vinculadas, também, as suas ações de cooperação técnica com as escolas municipais e estaduais; à participação na semana cultural dos afrodescendentes de Biguaçu; a festa do aniversário do município; a participação

no Conselho do Núcleo de Estudos Açorianos; os intercâmbios culturais; colóquios, palestras, a realização de seminários; palestras e publicações, relativas a cultura popular e o patrimônio cultural e paisagístico e, o mais recente projeto, cinema no Casarão, parceria com o Ministério da Cultura, que trata de oportunizar cinema gratuito para todos as classes sociais, promovendo discussões sobre temas diversos.

De todas as atividades e ações, algumas tornaram-se exitosas e, outras, encontram-se adormecida, aguardando novas oportunidade de ação, para a sua continuidade efetiva. Contudo, faz parte do planejamento contínuo da instituição, a busca pela a efetivação de todos os projetos elencados que vinculam uma perfeita sintonia com os seus objetivos. Dentre eles está o documento denominado “Carta Cultural para Biguaçu”, descrita, aprovada e divulgada na comunidade. Esta última tem, inclusive, estimulado outros municípios da região a trilhar no caminho da salvaguarda dos seus bens culturais, se organizando com mais visibilidade perante os cidadãos e um filme narrando a trajetória da instituição.

Percebe-se então que o Grupo é pautado por vários elementos de cultura que norteia as suas atividades e as expõe de maneira prática a sociedade considerando a pesquisa e as histórias de vida de cada elemento, informante, dos saberes e fazeres, como um elos fundamentais para a manutenção da identidade.

Em sintonia com as políticas públicas do Governo Federal, estimula entre seus pares o sentimento de pertença que percebe estar embutido na filosofia de vida dos integrantes, embora em muitos inconsciente, mas percebida nas atitudes. Talvez, o fato ocorre pela falta de engajamento político municipal no cuidado com a cultura popular e a falta de compromisso no estabelecimento de políticas locais que visem à salvaguarda do patrimônio cultural advindo de um projeto mais amplo de entendimento do que isso represente para a formação social. Na diretriz proposta, entende, que todas as forças devem comungar dos mesmos objetivos quando se refere a preservação do patrimônio cultural, para que a cidadania tenha o seu pleno uso e exercício.

Atua no desenvolvimento de projetos e resolve, que o “Centro de Referência da Criveira” se constitui em prioridade de ação para o ano de 2016, por ser, um dos saberes e fazeres secular da região compondo o patrimônio da cultura popular, como um dos segmentos do patrimônio cultural brasileiro, valorando a salvaguarda para a formação da cidadania e dignidade da mulher mestra do saber.

As ações à proteção e valorização do Patrimônio da Cultura Popular e do folclore do litoral catarinense se constituiu em importante acervo iconográfico e envolve administrativa e tecnicamente horas de dedicação dos integrantes, nem sempre disponível, sobrecarregando a diretoria na continuidade ao papel de referenciar campos temáticos neste segmento, através de ações relevantes no contexto proposto.

A diretoria assume que é por meio dos projetos que desenvolve que se traduz as oportunidades de trabalho, que são revestidas em renda para contribuição familiar e tirar o adolescente da rua. Está nestas oportunidades formas disponíveis ao jovem para interagir com outros jovens, ter contato com um saber ancestral, afastando-os de situações de risco social, contribuindo para a salvaguarda do patrimônio cultural, neste ramo do conhecimento.

Esse aspecto estruturante considera ainda a multiculturalidade do município de Biguaçu e a importância no olhar do Grupo Arcos de dar prosseguimento nas ações de fortalecimento da identidade local. Ao utilizar algo que possui a referência dos avós, possibilita a interação e o engajamento dos jovens adolescentes. Na concepção dos projetos estão as parcerias com escolas e empresas privadas, buscando integrá-los ao programa de bolsas de trabalho para o jovem aprendiz. Esse aspecto é colocado também como forma de atração, usando o mecanismo de troca. Estudo versus bolsa aprendiz versus duas tardes dedicadas ao “Aprendendo a fazer o crivo”, o que traduz a intenção do Grupo.

Outro ponto importante de incentivo está convencionado ao estabelecimento de pontos de venda do produto, participação de feiras nacionais e internacionais e viagens de intercâmbios. A universidade é outra parceria importante nesse processo pois através dela contatos são estabelecidos, formas de comercialização podem ser discutidas e tendências da moda podem ser ditadas ao mercado, observando os fazeres tradicionais, a exemplo do que acontece com a renda e a renascença no nordeste brasileiro.

Para além desses projetos a Carta Cultural para Biguaçu⁷¹ reflete o momento de amadurecida da instituição, resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Grupo nos diferentes níveis de atuação junto à sociedade. É o resultado das práticas culturais estabelecidas pela gestão administrativa da

⁷¹ Carta Cultural publicada em janeiro de 2007 em evento específico produzido pela instituição, no município de Biguaçu.

instituição, colocando-a à disposição dos integrantes e da população que reverte a solidez administrativa e cultural. Este um documento escrito e publicado que transmite formas de chamar atenção da sociedade a ter o compromisso com a preservação do patrimônio cultural local. Contudo, o grupo encara que são apenas formas disponibilizadas à sociedade, mas nem sempre o retorno se concretiza na maneira mais esperada o empoderamento total da população em relação as questões do patrimônio.

Desta forma, estimula a autoestima dos cidadãos e não deixa esmorecer o cuidado que se deve ter com o município que se vive. Desta maneira, fortalece a continuidade das ações estabelecidas, através de uma série de atividades que dispõe aos integrantes e a sociedade. No caso específico, percebe-se o esforço conjunto e o interesse da instituição de manter vivas os projetos que propõem, baseado nos princípios propostos e busca atingir a sensibilidade de cada um, para obter o comprometimento no apego a herança cultural, no qual é resultado. Nessa relação de trabalho e aproximação com os vários segmentos sociais, apresenta os princípios da Carta Cultural, com dez itens distintos:

- I. Elaborar e manter atualizado o inventário cultural, disponibilizando-a à sociedade;
- II. Salvar o patrimônio cultural e imaterial, a paisagem urbana e rural, observando as suas complexidades, para que as gerações futuras tenham acesso ao conhecimento, às tradições e desfrutem com qualidade dos espaços;
- III. Cuidar da cultura popular, criando e disponibilizando programas, projetos, ações e instrumentos para o seu fortalecimento;
- IV. Instituir a educação patrimonial como forma de compreensão, valorização e divulgação dos bens culturais;
- V. Mapear as unidades existentes no município para fins de tombamento, como forma de salvar locais históricos, imóveis, festas, saberes, fazeres e outros;
- VI. É dever das autoridades municipais, depois de ouvir os especialistas na área cultural, tomar as decisões legais e administrativas para proteger os bens que possuem características para a preservação permanente;
- VII. Quando ocorrer obra de restauro em espaços públicos, realizar, num primeiro momento, um estudo aprofundado que contemple aspectos arqueológicos e históricos;
- VIII. Respeitar e fazer cumprir a legislação de patrimônio cultural vigente no país;
- IX. Realizar a despoluição visual da cidade, comprometendo-se com a qualidade paisagística;
- X. Criar e manter a Fundação Cultural Municipal e atender tecnicamente o Arquivo Municipal.

Os princípios instituídos na carta cultural interligam o que coaduna a missão do Grupo, quando se vale dos elementos da cultura, expostas pelas suas ideias e abstrações para dar sentido ao projeto do Grupo. Existe a coerência do conceito, barganhado por conhecimentos e por uma filosofia que aplicam para obter o resultado no cuidado com a preservação do patrimônio, visível na sua conduta, através das quais estão as práticas que adotam para obter o engajamento social e político durante o processo de atuação nas comunidades. Com uma linguagem própria buscam atingir diferentes níveis da população. A carta cultural é uma dessas linguagens utilizada para obter esse fim e manter o compromisso institucional.

Percebe-se, no entanto, que ao aplicar determinadas práticas culturais para obter a salvaguarda dos bens culturais esse procedimento funciona como uma espécie de controle personificado ao patrimônio, quando se valem de determinadas linguagens para obter o interesse proposto que está claro e explícito a sociedade. (MARCONI e PRESOTTO:2007). Se amparam nesses elementos para expor as ideias e fortalecer os interesses da população engajados no processo de atentar para a memória coletiva relacionado ao grupo social que pertencem.

3.3.1 Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano

A criação do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos⁷² é uma ação instituída pelo Grupo Arcos em consonância com os seus objetivos e estabelece

⁷² A criação do grupo ocorre em 16 de maio de 1990, quando das comemorações instituídas ao primeiro ano de existência do Grupo Arcos, composto por adolescente e crianças: Caroline Coutinho Locks e Franciele Dutra, seguido pelos adolescentes: Jorge Luiz Coutinho; Sandro Coutinho, Cristina de Lara Prazeres; Alessandra Trajano; Juliano Dutra, Andreia Leite, Maria Carolina Bruna de Assis, Müller, Maria Leopoldina, Júnior Cristofolini, José da Silva e Núria Silveira. A primeira apresentação pública, realizada ao ar livre, ocorre em frente à Igreja Matriz do município e, na época, conta com a participação especial do Padre Prim e de um grupo de coristas da cidade de Angelina. Foram apresentadas a dança do Pau-de-Fita por um grupo de crianças e o Boi de Mamão da praia João Rosa. Já a cantoria de Terno de Reis e o Fado do Estudante foi apresentado pelos integrantes do Folclórico Danças e Cantares Açoriano. Naquele momento, havia uma intenção simbólica de colocar para os espectadores em contato com a música folclórica dos Açores e a partir daquele momento perceber se a letra e o som da melodia fazia parte da memória afetiva. O grupo na ocasião apresentou-se com trajes domingueiros, construído através de pesquisa local. Utiliza-se o conhecimento das pessoas mais antigas da comunidade e na leitura em fotografias, do final do século XIX. A programação contou com grupos de corais das igrejas católicas da região que se dispuseram a se integrar aquele ato cultural, regidos pelos maestros: Lauro Locks e José Acácio Prim. No fechamento da programação estava o patriarca da família tradicional de Seresteiros de Biguaçu, Aldo Borba, acompanhados dos filhos Durval Borba Neto (Netinho) e Agostinho Borba numa demonstração da composição de serenatas cantadas a porta.

sobre maneira o sentimento de pertença do Grupo Arcos em relação à cultura local. Na sua organização, possui a função de divulgar a cultura popular direcionada ao patrimônio imaterial ligado às suas manifestações do litoral catarinense, com foco nas tradições luso-açorianas. É através das cantorias e das danças que o grupo se projeta, expressa e compõe, principalmente, um cenário da vida rural ligado à agricultura e ao mar dos grupos sociais contidos nesses espaços.

Para a execução das suas apresentações a estrutura organizacional estabelecida está alicerçada nas vivências familiares, histórias de vida, costumes e tradições alicerçadas nas pesquisas retratadas na primeira varredura do patrimônio cultural imaterial no campo das danças e cantorias⁷³, com ênfase para os municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, seguida de pesquisas realizadas no Arquipélago dos Açores, quando ocorre a primeira viagem de estudo concretizada pela historiadora da instituição, às Ilhas do bloco central e a São Miguel no transcorrer de 1990.

Na sequência dos estudos estão as novas viagens que foram realizadas a convite do Governo dos Açores, para participar de curso referente à cultura e ao folclore daquele Arquipélago, iniciando os primeiros contatos e se estabelecendo relações com outras instituições açorianas da diáspora, principalmente com Quebec, Montreal e Alberta, no Canadá e San Jose, na Califórnia. Nos Açores, a aproximação ocorre com o Grupo das Doze Ribeiras, no Brasil, com a Casa dos Açores de São Paulo e com pessoas de várias cidades do Rio Grande do Sul, principalmente dos municípios de Gravataí e Santo Antônio da Patrulha. A partir destes encontros a aproximação se constitui e agrega outros grupos culturais e pessoas não só daquela região dos ilhéus, mas com outras comunidades que possuem as mesmas características de trabalho, voltadas à preservação da cultura popular no além-mar.

A partir da abertura institucional oportunizada pelo Governo dos Açores ao reconhecimento do trabalho das várias instituições espalhadas pelo mundo e do Grupo Arcos, novas idas ao Arquipélago se constituem em roteiro da instituição, marcadas por idas e vindas, ora parte patrocinada por aquele governo, ora por conta própria, culminando com trocas de experiências com profissionais e

⁷³ Em, 1989 a pesquisadora da instituição conta com o apoio do Maestro Hélio Teixeira da Rosa e do maestro Carlos Vieira, para os ensaios do grupo, relacionados a composição dos ritmos e criação de partituras a partir do que ouviam dos informantes.

pesquisadores da área, integrantes de instituições culturais folclóricas açorianas da Ilha Terceira, principalmente com um personagem emblemático chamado João de Brito do Carmo Menezes (pai), fundador e coordenador do Grupo Folclórico das Doze Ribeiras, fundado em 23 de abril de 1974; com o Grupo Folclórico do Pico, coordenado pelo professor e Deputado Serpa, pesquisador em potencial da cultura popular daquela Ilha e muito especialmente com a moda ou baile da Chamarrita. Seguido por outros contatos desta feita com na Ilha de São Jorge com a coordenadora e pesquisadora dos trajes populares daquela ilha, professora Regina Tristão e do Padre Simões, da Ilha Graciosa responsável por um Grupo folclórico e dedicado pesquisador a tudo que envolve as tradições seculares naquele espaço geográfico.

Essa condição adotada pelo Grupo, o intercâmbio, impulsiona e fortalece o trabalho interno da organização no Brasil, ao mesmo tempo em que permite a troca de experiências e a divulgação dos trabalhos realizados em terras brasileiras, enquanto instituição que se envolve com a salvaguarda das manifestações culturais ligadas à cultura açoriana no litoral catarinense e produz um comparativo, principalmente, com as danças e cantorias do Arquipélago dos Açores.

Esses encontros, na concepção dos integrantes do grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos se agrupam e estabelecem um certo grau de importância, porque promovem a visibilidade cultural e solidifica o empoderamento frente às questões identitárias, ao mesmo tempo, em que também, permite não cometer erros quando estão a bailar danças daquele arquipélago e a usar a indumentária daquele gente para mostrar como vivem os seus ancestrais do outro lado do Atlântico.

É por meio dos intercâmbios particularizados e dos cursos oferecidos pelo Governo dos Açores que se estabelece a conexão definitiva com o arquipélago e se oportuniza novas vivências na terra dos ancestrais, possibilitando o encontro com as raízes. Fortalece o trabalho de pesquisa no litoral catarinense e oferece as condições para o aparecimento de novos grupos no litoral, ávidos por cuidar e demonstrar a cultura popular local. A troca dessas experiências gera novas oportunidades e expectativas aos integrantes do grupo que se lançam em busca de novas oportunidades pessoais, acadêmicas e profissionais, utilizando a cultura como caminho.

As questões pontuadas despertam e fortalecem o sentimento de pertença relacionado à identidade cultural local e tem proporcionado durante esses anos a

unicidade do Grupo a partir da construção da rede do saber popular desta matriz cultural. Além disso, desperta-se o interesse de elementos do grupo para trabalhar com os aspectos culturais, vinculando-os à preservação da memória e do patrimônio cultural.

Nesta questão observa-se e dão voz as narrativas dos integrantes como são despertados para novos encontros que geram possibilidades no campo das relações individuais e coletivas, também vinculadas à área da pesquisa no campo da História, Antropologia Cultural e Aplicada, Genealogia, Literatura Popular e da Religião. As oportunidades aos intercâmbios são percebidas e incorporadas e são parte do interesse individual e coletivo dos integrantes que ocorrem na forma presencial ou a distância, utilizando-se das mídias coletivas socializadas na internet.

O sentimento coletivo cria no grupo folclórico a cultura no trato com a organização institucional, produzindo a divulgação dos bens culturais, se aproveitando de diferentes caminhos a sua disposição. Destacam os encontros acadêmicos, os intercâmbios, as diferentes mídias, as apresentações folclóricas consagradas nos mais diferentes ambientes públicos e privados.

No campo da atuação e da representatividade estão presentes as danças folclóricas existentes no litoral catarinense, de influência luso-açoriana, que traduzem certas similitudes com as letras e traços coreográficos das modas existentes no Arquipélago dos Açores e que são incorporadas ao repertório, após as muitas andanças naquele arquipélago e, também, da vinda de coordenadores de grupos daquelas ilhas ao grupo, com a intenção de aproximar as vivências e proceder o comparativo com as letras das modas nas buscas das raízes identitária existentes nas comunidades do litoral, especificadas no seu repertório.

No ritual de apresentação do Grupo Folclórico estão presentes o cotidiano dos grupos sociais do litoral e as formas transmitidas pelas narrativas dos mais velhos, onde se configura ser o testemunho vivo da identidade local. Utiliza a figura dos mestres e mestras dos saberes e fazeres na busca da interlocução do conhecimento popular e suas interações sociais. Esta vivência marca a história do grupo e de seus componentes durante as apresentações, sendo explorados cada detalhe das vivências, com explicações intercaladas entre uma moda e outra, completada com as descrições dos trajes e das alaias que os caracterizam.

Procede desta forma para contextualizar aos presentes a trajetória do grupo, o que fazem e o que representam, marcados pela vida social composta pelas tradições herdadas dos seus antepassados, muitas das quais, não se refletem em reproduções, são parte do cotidiano das suas vidas e nelas estão caracterizadas as crenças, as simbologias e os rituais que expressam a herança cultural.

A esse respeito, recorro ao que aporta João Lupi, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e Cônsul Honorário de Portugal em Florianópolis, no texto dedicado ao Grupo Arcos, na verdade ao Grupo Folclórico, denominado “Danço para Viver” (2004), quando das comemorações dos quinze anos de existência da instituição⁷⁴:

(...) quando assistimos a uma apresentação do Grupo Arcos⁷⁵ percebemos que estamos presenciando muito mais do que uma manifestação artística ou folclórica, e que não se trata apenas de uma vivência ou resgate do passado. As palavras da historiadora, o que ela diz e o modo como falam, os trajes, as figuras e personagens camponeses, a compenetração dos bailantes, e o estilo da coreografia introduzem quem está com os olhos e ouvidos atentos na participação num ritual que, sem ser religioso, tem algo de “sagrado”. Mas aquele que não está preparado sabe que o espetáculo é diferente, sem saber explicar o porquê. É preciso conhecer as circunstâncias, o envolvimento cultural amplo, e o significado da dança como expressão humana para podermos descobrir as razões e os fundamentos dessas diferenças que fazem do grupo Arcos muito mais do que um conjunto de figuras e bailados tradicionais. (LUPI:2004).

O referido pesquisador ainda recorre a antropólogos e historiadores para melhor explicar o que está a se referir. Apropria-se da frase de um índio uitoto citado por Mircea Eliade, no livro “O Sagrado e o Profano, cap. II”, quando o mesmo acena a dança: “Nossas tradições estão sempre vivas entre nós, mesmo quando não dançamos; mas trabalhamos unicamente para dançar”, quando o autor está “demonstrando como é que a atualização dos mitos, nos rituais religiosos, instaura a verdade e a realidade, completa, citando a referida pesquisadora,

⁷⁴ Documento existente no acervo do Grupo Arcos.

⁷⁵ João Lupi, quando se refere ao Grupo Folclore Danças e Cantares Açoriano, denomina-o de Grupo Arcos. Situação que não é privilégio do pesquisador, pois essa confusão é algo encontrado com frequência entre as pessoas e seus admiradores ao se referirem ao grupo. Está arraigado nas pessoas, inclusive em muitos dos seus integrantes. Talvez, possa se atribuir a situação ao fato de ser o nome Grupo Arcos de fácil assimilação e de fácil domínio. O mencionado não chega a gerar um desconforto para a instituição, mas cria outros nomes, como por exemplo: Grupo Folclórico Arcos; Grupos Cantares e Dançares que o identificam, mas não traduzem o seu registro original.

quando afirma que o homem sabe que é verdadeiramente humano “imita os deuses, os heróis civilizadores, ou antepassados míticos”, continua Lupi “é nessa imitação que o ser humano assumem plenamente o seu ser” e sugere que o resgate da memória histórica, artística e cultural é algo que faz parte da vida humana.

Ao longo da história as diferentes civilizações demonstraram que o ser humano necessita ter encontros com as suas vivências e as concretiza através de múltiplas formas carregadas de rituais e simbologias. Compartilhá-las com outros grupos faz parte, pois é assim que se identifica e se constrói e dá sentido para vida. Assim se refere:

(...) não é só um resgate localizado em Biguaçu e levado a alguns lugares e tempos pelo Grupo Arcos: é uma vida, um sentido para a vida, uma evocação do modelo pelo qual nos pautamos. Qual é esse modelo? O da simplicidade do comportamento, da paz como fundamento para uma sociedade fraterna, da alegria no convívio da amizade, e aquela serenidade, presente tanto no respeito como na brincadeira que o grupo admira e cultua quando revitaliza os bens culturais das comunidades de base açoriana.(LUPI:2004).

Ressalta que as tradições, a herança a cultura popular e o folclore são marcas da vivência associadas a outros aspectos. Destaca a cultura implícita da boa convivência entre os integrantes do grupo que manifestam com orgulho o que sabem fazer e o que têm a honra de representar. Consideram ser o grupo folclórico a principal vitrine do Grupo Arcos, que se constitui num instrumento facilitador de interação com a sociedade numa demonstração explícita do que fazem e representa a cultura popular num trato harmônico conduzido por uma dinâmica de respeito e amizade entre seus pares.

Ao Grupo Arcos, instituição responsável pela execução das pesquisas, cabe repassar a execução das ações ao Grupo Folclórico cujo papel está centrado nas apresentações, divulgação e salvaguarda das danças, executando-as após a elaboração da etnografia, proposta no arrolamento cultural. A ele, não estão atribuídas outras responsabilidades e outras ações instituídas pelo Grupo Arcos como as representações institucional.

Administrativamente está ligada à estrutura do Grupo Arcos, que estabelece calendário de apresentações a partir dos convites que lhe são atribuídos pela

sociedade acadêmica, empresária ou pública que cumpre sem distinção a este ou aquele conferindo-lhe ser um produtor cultural.

Os ensaios seguem um ritmo diferente. Ocorrem semanalmente, no final de semana, no horário noturno, em decorrência do aprimoramento das coreografias. Com essa metodologia de trabalho o encontro permite a aproximação entre as partes e também fortalece a estrutura organizacional, vincando as raízes e estabelecendo um elo de compromisso com a instituição com seus integrantes e a sociedade.

Outra etapa que distingue na organização está a importância que confere aos ensaios, vinculada ao tempo que necessitam para o aprimoramento. Havendo à necessidade de aperfeiçoamento repetem os ensaios exaustivamente de forma continuada e criam também os intensivos, quando trata-se de apresentações que exigem maior aprofundamento. Esta conduta, atribui-se um certo grau de preciosismo e de responsabilidade dos integrantes em decorrência do que representam para a sociedade e seus pares.

A esse respeito, destaca, uma integrante, que durante todo o tempo de permanência que esteve no grupo nunca faltou a um ensaio e, tampouco, as suas atuações, nomeando a função como intensiva, prazerosa e de troca de conhecimento para si e para o outro. No tratamento da questão pode se atribuir ao espírito libertário do grupo, que não obriga ninguém a permanecer nele e, tão pouco, inibe o desligamento dos elementos. Cada pessoa é livre para dar a sua contribuição e nele permanecer o tempo que lhe convier. O que interessa é estar ali com despreendimento, alegria focado no resultado do trabalho e no bem estar.

Na consciência coletiva dos integrantes e familiares se oferece a oportunidade de discutir a cultura popular e dar visibilidade à identidade local. Proporciona as condições de estarem num ambiente cultural, repleto de encontros, trocas, assentados no que se identificam.

Os resultados são contatos com a presença de novos grupos e organizações, cidadãos mais solidários e responsáveis no trato com o outro e com o patrimônio cultural. Esse fator gera conforto, e com o passar do tempo, para aqueles que optam em permanecer por longos períodos revela o senso de responsabilidade com os valores e com as coisas do lugar.

Certamente que outras questões são inerentes à permanência. Está no gosto pelas manifestações folclóricas, ser este um ponto de encontro com

indivíduos que pactuam dos mesmos desejos culturais, a valorização e reconhecimento individual, aliado à oportunidades de viagens e contatos com outros grupos e novos saberes.

Aflora entre os integrantes o sentimento de pertencer ao Grupo Arcos e ao folclórico expresso em múltiplas colocações. O jovem João Pedro Rüdiger, que iniciou as suas atividades ainda com seis anos de idade (1997), de sobrenome alemão, mas com descendência por parte de mãe e da avó paterna açoriana, atribui a importância do grupo para a sociedade o “conjunto da obra”. Assegura ser o Grupo um elemento cultural bastante completo, onde repassa conhecimentos, disciplina, desperta o senso de responsabilidade, oportuniza contatos com outras pessoas e concede viagens, o que leva a conhecer novos lugares e pessoas e reconhecer e aprimorar os valores herdados no seu meio familiar.

O integrante se orgulha de pertencer ao grupo e fica feliz, quando nomeia, uma de suas lembranças de criança durante uma das apresentações. Na ocasião, reproduzia a brincadeira da “rodinha de ferro” (ANEXO-IV). A sua satisfação, durante a apresentação, estava em dividir com as crianças a herança cultural, que trazia dos pais e avós e caracteriza pelo grupo durante as apresentações, esse aliás um dos seus papéis, brincar com a rodinha reproduzindo a brincadeira. Comenta, ele, que, agora adulto e já na universidade “percebe a importância do que fazia”. Durante a ação realizada quando criança e adolescente, talvez não percebia a dimensão do que estava a fazer.

Percebe-se na colocação o nível de satisfação pessoal ao repassar um pouco do que traz na bagagem cultural. Está implícito a colocação o sentimento de pertença que lhe desperta em particular e é estendido para o grupo no exercício de manter a cultura popular, quando partilha algo do seu saber identitário.

Continua a ilustrar este sentimento as questões que estão afetas à identidade e a relação do indivíduo com a cultura, nomeio outro depoimento de Dayanna Coutinho Vieira (2015), quando refere que o maior orgulho que sente na sua passagem pelo grupo, foi quando se apresentou durante o Congresso da Associação Brasileira dos Agentes de Viagens, na cidade do Rio de Janeiro, em 2004 e 2005.

Segundo o seu depoimento, “todos os grupos presentes, alemães, italianos, negros, poloneses, argentinos, poloneses, afro-descendentes, uruguaios, argentinos e outros, puderam presenciar e interagir com a “sua cultura”, através do

seu trabalho, retratada nas danças e dos trajes da sua descendência açoriana no litoral catarinense”, o que significa dizer, que no comportamento expresso está subentendido o sentimento transformado em orgulho do que representa as raízes, a aceitação dos seus valores culturais na inclusão partilhada através do folclore, e das suas expressões. Ao partilhar a cultura sente-se incluída o que caracteriza não só um entendimento aparentemente abstrato que parte do comportamento individual nas relações, mas inclui u outro elemento a auto estima que caracteriza o sentimento.

A esse respeito menciona Marconi Presotto, citado por Oliveira, “os indivíduos adquirem as crenças, o comportamento, os modos de vida da sociedade a que pertence e as repassam com naturalidade ao mundo a que pertencem”. Assim as normas, as crenças, os valores, o sentimento são absorvidos com mais naturalidade e servem para dar voz o que representam.

Para ilustrar ainda o parágrafo, registro outro depoimento, de alguém que não pertence ao Grupo, apenas conhece o seu trabalho e tem a oportunidade de vivenciar uma de suas apresentações. João Martins, funcionário do Gabinete de Imigração dos Açores, num encontro com o Grupo Folclórico, quando de sua viagem de trabalho a Santa Catarina (2001), estabelece:

(...) este grupo folclórico tão distante do Arquipélago dos Açores, possui uma alma genuinamente açoriana. Quando se apresenta é fiel às raízes, representa a simplicidade de seu povo. Nota-se o orgulho dos seus integrantes quando estão trajados, sem dúvida, pode figurar entre os dez melhores da comunidade açoriana.

Nesta mesma linha de raciocínio, atribui ainda o professor LUPI (2004) , continua:

(...) a simplicidade cativante do caráter açoriano, seu temperamento pacífico e afetivo, e as manifestações delicadas e ternas da arte e da religiosidade popular são hoje patrimônio de todos os brasileiros do Sul. Orgulham-se dela, e a exaltam e promovem não só os descendentes de açorianos em sua décima geração, mas as demais etnias - germânica, italiana, polaca e outras – que compõem o mosaico de imigrantes desta região do Brasil.

Ao atribuímos a importância do valor que se sugere ao grupo folclórico por seus integrantes e espectadores quanto à divulgação para a salvaguarda do patrimônio imaterial na presença açoriana e seu legado, há que se reportar à trajetória realizada pelo Grupo Arcos, no sentido de atingir seus objetivos

caracterizados pelas fronteiras visíveis e invisíveis no tratamento às recolhas e narrativas referentes à cultura popular e ao folclore na compreensão do patrimônio cultural local.

O processo de pesquisa é realizado pela historiadora do Grupo Arcos que a executa e disponibiliza para os ensaios do grupo folclórico, tanto ao que se refere às modas do Arquipélago dos Açores, quanto às do litoral catarinense. Essa tarefa motivada pelo encontro à dança gera a unicidade e estabelece um elo de união entre os componentes, o que permite a permanência dos elementos por anos na instituição. Mas essa não é a única razão. Também são ligados pelo que o grupo representa e repassa visualmente, o que incorporam ou, o que cultuam no seu núcleo familiar.

Para melhor elucidar o pensamento, cito outra integrante do Grupo Folclórico, Ana Cláudia Rüdiger⁷⁶ (2015), de 25 anos de idade, quando se refere à questão, narra que, desde os quatro anos de idade, começou a “observar” o Grupo. Chamava-lhe a atenção durante a sua tenra idade o “colorido das roupas e o som da música que chegava aos ouvidos através dos versos emitidos durante os ensaios das cantorias”, no qual se refere ser algo “familiar e que lhe agradava”.

Este fato, de certa maneira aponta uma relação com a memória afetiva e aflora de forma abstrata a identificação com aquilo que está dentro dos sujeitos, conduzindo-os ao caminho de emporamento e atribui-lhes um certo sentimento de pertença, onde o elemento se reconhece. Esta observação lhe conduz e lhe envolve diretamente com o Grupo desde pequena, permanecendo até o início da sua fase adulta. Participa desde a tenra idade indo aos ensaios e as apresentações, muitas vezes, ajudando em tarefas corriqueiras como na guarda dos pertences e atundo como brincante. Assim como ela outros integrantes também se vinculam as outras tarefas como a limpeza dos pertences, disposição e organização do acervo e confecção de elementos para as apresentações como o Pau-de-Fita; Cinco Marias e o Arco de Flores, por exemplo.

Nesta mesma linha de raciocínio está a relação de identificação estabelecida por Alzira Maria Silva dos Santos⁷⁷, ao se deparar com uma apresentação do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, pela primeira vez. Comprova o seu

⁷⁶ Possui formação em Administração Pública, obtida o grau na Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em 2014.

⁷⁷ Após a atuação do Grupo, procura a coordenação do Grupo e passa a fazer parte. Permanece na instituição até 2001.

gesto através de um depoimento dirigido numa carta à presidente da instituição, em 26 de março de 1995⁷⁸, quando da apresentação das comemorações pela passagem do centenário do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em Florianópolis, realizado no Teatro Álvaro de Carvalho. Assim se posiciona: “quando as cortinas se abrem e todos vocês já posicionados adentraram o espaço cantando e tocando, e os demais membros do Grupo, vindo pelo corredor de entrada também cantando, me emocionei mais uma vez, como se nessa hora o sangue falasse”.

Nota-se que a identificação atribuída possui uma relação direta estabelecida através da imagem, que a conecta com às raízes culturais. Na citação não está apenas implícito o ato de gostar ou de ser simpatizante ou, ainda, se impressionar com um espetáculo folclórico ora apreciado. Está submetido na sua interpretação o ato simbólico da identificação com as origens, através do movimento plástico e visual do ritual, demonstrado através das simbologias, das cantorias, da música, dos brincantes e dos passos de dança que lhe sugere ser conhecida e muito familiar exposta pela memória. Existe nesse encontro uma linha tênue que toca os sujeitos e os vincula certamente com a memória afetiva no qual pertence e o espírito identitário se manifesta, traduzindo na linguagem popular uma relação entre o patrimônio, tradição, memória e o sentimento de pertença.

3.3.2 Simbologia e Ritual de apresentação

O Grupo Arcos e o Grupo Folclórico se desenvolve fortalecido por uma metodologia que lhe é muito própria, baseado na organização interna que se vinculada aos conhecimentos técnicos dos seus integrantes. Possui uma postura e uma hierarquia que compõe a simbologia durante as apresentações, vinculada já no início pela formação, e esta categoria é expressa quanto da ritualização das apresentações do grupo folclórico, sejam elas realizadas em espaços coletivos, abertos ou fechados, se são populares, formais ou cívicos.

Essa representação hierárquica, embora clara, nem sempre é rigorosa, mas segue normalmente uma linha de conduta estabelecida pela direção do Grupo Arcos e assimilada de forma natural pelos seus integrantes. Expressada pela diretoria, normalmente, já no início da organização, onde elementos, ao chegarem

⁷⁸ Carta a disposição de pesquisa, existe no acervo permanente do Grupo Arcos (1995).

ao local da apresentação, no momento em que saem do transporte, são posicionados em coluna, com locais determinados, quase sempre, pela posição social que os sujeitos (personagem) ou grupos sociais representados na coletividade, conduzem através da indumentária que estão a vestir e pela postura que a mesma lhe impõem.

Compreendem, no entanto, que esta posição social é ditada principalmente pelo traje utilizado pelo componente do grupo. Algo interessante de analisar uma vez que ao utilizar um determinado traje, de alguém abastado (rico) na Ilha de São Miguel, uma das nove ilhas do Arquipélago dos Açores, por exemplo, o componente assume o papel de alguém opulento, recebendo, conseqüentemente, certos privilégios que somente um elemento com o poder aquisitivo considerado receberia, como o primeiro lugar na fila, um local de destaque durante o desfile e também no palco, ou tornando-se, também, o membro mais procurado para fotografias e conversas durante o término das apresentações. Enquanto que os membros que representam elementos de menor destaque na sociedade por eles representados, como um lavrador, lavadeira de roupa, pescador, que possui seu traje com menos detalhes, assume, aparentemente, o menor ênfase social no grupo, ocupando as vezes os últimos lugares da fila, sendo menos procurado no momento de fotografias.

Essa questão no Grupo também sofre variação, muitas vezes, quando estão a representar a sociedade local, nas suas profissões e ofícios esses elementos vem em posição de destaque não havendo nenhuma distinção entre aqueles que são de representação abastadas ou menos abastados. Na posição focam a importância das ocupações originárias dos seu meio social. É mister e curioso aos olhos dos expectadores que os trajes que suscitam mais cores e portes diferenciados do que comumente os espectadores se deparam cause maior impacto visual.

Esta estratificação é vivia de forma realista dentro do grupo, uma vez, em que por todas as situações referidas, o privilégio de utilizar um traje de mais destaque é concedido também aqueles elementos que possuem maior talento para a execução dos passos de danças e maior desenvoltura durante os rituais, além de possuir maior tempo de permanência no grupo. E o ato de ter um traje de maior destaque é observado e vivido como espécie de promoção ou ascensão social dentro do grupo. E isto faz com que todos se esforcem para atuarem de forma

perfeccionista possível a fim de acender “socialmente” no grupo e transmitir com altivez o que representam.

A apresentação começa sempre com a execução de um ritual de entrada, que consiste, quase sempre em subir ao palco com um tablado em madeira em formação numa fila dupla. Caminham ao som de uma música de entrada previamente estabelecida, seguidos normalmente por uma criança ou adolescente à frente de todos que conduz a bandeira da instituição ou a placa indicativa do Grupo Folclórico, identificando-os em primeira ordem. A partir deste ato específico, cumpre-se a formação do ritual simbólico⁷⁹, onde todos os outros integrantes se posicionam logo atrás formando uma fila e cada um representa o seu personagem.

Neste caso específico, o símbolo consiste numa placa de madeira feita em cedro revestida por uma camada de verniz fosco que destaca sua cor natural. A madeira bruta, ao mesmo tempo representa força, determinação e tradição.



Figura 6. Símbolo do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, num ritual de apresentação. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*

A placa, com dimensões um pouco maior do que uma TV de 30 polegada onde está escrito na cor azul, o nome do grupo em letras garrafais, do município e a data de sua fundação. Atrás da placa uma haste de pouco mais de um metro de

⁷⁹ Esta não é a única forma de posicionar os símbolos durante os desfiles. Confere, ainda, outras duas para apresentação. A bandeira oficial do Grupo Arcos, por ser o elemento que representa a fundação da instituição e o estandarte, ambos utilizados, geralmente em ocasiões especiais e desfiles cívicos.

cumprimento, cujo topo sobressai uma das partes e onde estão colocadas uma série de fitas de vários tamanhos, larguras e cores, que simbolizam o número de atuações realizadas. Para cada apresentação uma fita. Algumas indicam lugares, o nome do evento e o ano do acontecimento. Um costume adquirido através de exemplo de grupos folclóricos portugueses, onde em cada apresentação realizada, recebe-se ou troca-se uma nova fita o que servirá como recordação do evento.

O ato de posicionar primeiramente a placa simbólica do grupo, também em algumas apresentações se valem, para além desta, a bandeira do Grupo Arcos e o estandarte, ambas identificadora, faz com que o grupo estabeleça uma relação com o desenvolvimento da função que passam a desempenhar naquele momento, ao mesmo tempo, em que, delimita o território do grupo em relação aos outros grupos ou ao público assistente. Um ritual que lhes conferem um certo grau de organização em relação ao caos que normalmente envolve os locais de apresentação do evento a uma festa popular ou a uma praça pública. Este símbolo transmite o território do grupo, a responsabilidade, coerência e permite, a aprte dessa ação se ter a visão plástica do conjunto.

Com a formação efetivada, após o posicionamento dos símbolos do grupo a disposição iniciada pelas crianças, executam as brincadeiras infantis, e representam a nova geração de membros que em muitos casos permanecem no Grupo, inserindo-se na equipe de dança à medida que vão crescendo e assumindo novas responsabilidades.

Ainda sobre os desfiles na sua sequência, geralmente, segue uma representante de uma mulher viúva, que faz referência a uma senhora da burguesia local do século XIX, com um traje todo negro com detalhes minuciosos transferido para o corpo da vestimenta. Em tecido de seda com aplique de renda e nervuras, completado por um manto de lã que lhe vai as costas sobre os ombros, véu de renda negro, que lhe cobre a cabeça, arrematado por chapéu de feltro de abas curtas. Completa as botas em pelica de couro em salto baixo, luvas transparente confeccionada em tecido fino, bolsa do mesmo tom do traje que lhe serve para carregar os pertences pessoais, dentre está o terço e um lenço de mão bordado em cambraia, costume da época e uma sombrinha, também confeccionada em renda negra que serve para proteger a pele facial do sol tropical e mostrar a posição a posição social que está inserida.

Logo em seguida estão os cantadores e tocadores com os seus instrumentos musicais. Músicos populares, gente da comunidade que tocam, na sua maioria, nos corais de igreja ou aqueles quem possuem o dom natural de cantar e tocar em suas residências sem nenhuma implicação profissional. De vez enquanto, um maestro ou algum outro músico profissional participa de uma ou outra atuação mais importante, mas, geralmente, são os mesmos tocadores, portadores de um violão, viola de doze corda ou bumbo ritmado que entoam as canções folclóricas nas vozes de um cantador e uma cantadora, seguida por outras três mulheres que fazem o vocal.

Depois destes primeiros elementos, o grupo segue com os casais bailadores, vindo, em primeiro lugar, o mandador ou marcador do grupo, aquele responsável em conduzir o ritual de dança no palco, cuja responsabilidade também está em manter a formação em ordem durante todo o tempo que estão trajados, mesmo antes ou após a apresentação. E estes, seguindo sua importância como bailadores, vestem-se com os trajes de membros abastados dos Açores. Os trajes mais bem vistos e cobiçados, extrapolando assim seu papel como principais membros de uma hierarquia representada e real em meio ao grupo e que por sua vez não possui nenhuma ligação com os trajes herdados pelos açorianos litorâneos.

Já no final da formação, atrás da fila, estão as senhoras de mais idade do grupo, geralmente representadas pelas mestras dos saberes e fazeres. As Artesãs que trazem representados os seus instrumentos de trabalho, no caso específico, estão a criveira, produtora de crivo, uma espécie de renda feita sobre um bastidor de madeira (uma forma de tela) e, sobre este, é costurado um pedaço de tecido de puro linho, previamente cortado do tamanho que deseja e desfiado (uma das etapas de produção) e, a partir deste ato, será lançado a trama, dando origem a uma série de desenhos recompondo o tecido; a crocheteira artesã que produz peças em crochê, e a bordadeira outra artesã responsável pelo bordado de peças para ser utilizada no cotidiano e ainda a mulher rendeira com a sua almofada repleta de bilros e amostra exposta. Estas mulheres durante a dança reproduzem os seus fazeres e representam naquele momento um costume tradicional secular que se mantém nas muitas comunidades litorâneas e, de certa forma, os próxima da realidade a que estão exposta nos seus lares.

Outras profissões também são representadas, como a padeira, a lavadeira de roupa que traz a cabeça suas roupas embrulhadas num pedaço de tecido (trouxa), e a mulher que executa o gesto de limpeza do milho ou feijão, separando as fagulhas, num movimento de vai-e-vem jogando para cima o produto, que cai sobre a peneira⁸⁰. Esse movimento durante a sequência da formação até chegar ao local da apresentação gera curiosidade nos presentes, ao mesmo tempo, que dá volumetria ao grupo, por estarem reproduzindo-o uma prática doméstica tradicional do meio agrícola.

Após chegar ao palco, em formação, segue-se a apresentação que é dotada de uma certa flexibilidade de acordo com o cenário, o espaço e as condições do momento, e que encaixam ao ritual de apresentação na medida em que cada elemento é apresentado, aspectos ligados ao processo de pesquisa do patrimônio imaterial, aportado no arrolamento das manifestações culturais.

Entretanto, na execução da apresentação do ritual, existe sempre uma base fixa que é seguida com rigor e está centrada na responsabilidade do coordenador ou por um integrante designado, geralmente estabelecido na figura mais velha no grupo ou do próprio mandador da roda de dança que, no caso do grupo se configura neste elemento. A escolha é realizada durante os ensaios que antecedem a apresentação ou, em minutos antes da atuação, em muitos casos.

A organização do grupo desenvolve processos referentes a aplicabilidade das práticas culturais, algo que não é estático e, desta maneira, estão sujeitos a mudanças, dando-lhes a condição, se assim o desejarem, de incorporar um elemento ou outro do convívio, marcadas pelas vivências, tradições e herança cultural aportadas pelo grupo com o objetivo de chamar a atenção para salvaguardar a manifestação ou bem cultural em pauta.

Na sequência da composição a cantoria possui papel fundamental, pois sem ela “não há como bailar”, uma vez que é por meio dela, que tudo acontece numa roda de dança durante os ensaios ou apresentações. É a cantoria que define o compasso dos passos na entrada do palco ou a presteza em que o grupo caminha nos desfiles, ou ainda no enredo das apresentações afinadas nas letras e ritmos

⁸⁰ Um utensílio tramado com fibras vegetais ou taquaras de bambu e lâminas de madeiras no seu acabamento. Esta técnica de execução foi incorporada pelos povoadores açorianos, quando chegaram a Santa Catarina, adquiridas dos índios guaranis.

das músicas, principalmente, quando trata do compromisso com a etnografia e com a originalidade daquilo que representam.

A cantoria do Grupo Folclórico é composta geralmente por uma voz masculina e outra feminina, uma vez que tem como repertório músicas folclóricas do arquipélago dos Açores, misturadas com algumas do continente português e outras que são resultado de pesquisas realizadas no território catarinense, citadas durante a composição do arrolamento do patrimônio imaterial. As estrofes das músicas indicam, na sua maioria, quando deve ser cantada por homem ou por uma mulher, o que justifica para manter a tradição as duas vozes, seguida por três mulheres e um rapaz, no caso do Grupo, que destaca a repetição dos versos, quando a canção assim exige, impondo um maior volume no momento da apresentação.

Na tentativa de reproduzir aquilo que era vivido e feito pelos antepassados, encontrados nas narrativas dos mais velhos e repassadas durante o processo de pesquisas reproduzem as etnografias ou, através, do que são mantidos nos exemplos, dos grupos folclóricos nos Açores, não esquivam-se da condicionante de manter contato com profissionais da área de música, que de certa maneira contribuem em muitos momentos, com a realização de partituras do que ouçam, adaptando para as vozes masculinas e femininas e se colocando como voluntários à disposição, para que as composições possam reproduzir com precisão as cantorias dos informantes e, por outro servir de instrumentos a outras instituições e contribuir com a salvaguarda.

Esta condicionante sempre influenciou toda a composição do Grupo ao longo de sua história, com períodos em que haviam mais componentes e existia uma verdadeira condição de escolha e seleção de quem irá atuar na tocata e cantoria e como bailador principal ou como músico, e outras épocas em que era necessário convidar algum integrante externo (mas que já havia pertencido ao Grupo), para que a atuação possa ser realizada com mais desenvoltura e volumetria. E, quando, se trata da tocata e cantoria, esta condicionante determina maior qualidade a apresentação por despender de músicos profissionais, todavia com ligação popular e folclórica. Esta composição contribui para propiciar a troca do saber e enriquecer os músicos no seu aprendizado, ao mesmo tempo, em que fortalece a tocata e, por conseguinte, a cantoria, e o resultado dos ritmos imprimido aos bailadores e roda causam um maior impacto.

Chama atenção que uma das características com mais destaque dos grupos folclóricos dos Açores, principalmente, os que estão ligados a Federação do Folclore Português seja a deferência que seus coordenadores imprimem a tocata (assim se referem), aos seus músicos que possuem a tarefa de repassar aos mais jovens o conhecimento, embora também exista um certo grau de dificuldade, mas nada comparado aos grupos brasileiros dessa matriz cultural. No caso catarinense, o único grupo que mantém uma tocata com violão, viola, ferrinhos, violino é o Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriana. Essa condição tem motivado sobre maneira outros Grupos a proceder da mesma maneira, passando a ser seguido nos últimos cinco anos (2010), pelo Grupo de Ribeirão Pequeno no município de Laguna, Açor Sul da cidade de Sombrio e pelo Grupo Mixtura de Bombinhas, o que tem demonstrado o real envolvimento com a manutenção das canções, partindo de uma tocata de corda tida como original.

No caso do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu, de toda forma, a tocata é composta por instrumentos de corda como o violão, ou uma viola de doze cordas ou de arame típica da Ilha Terceira do Arquipélago dos Açores, ou ainda a viola de dois corações, típica da Ilha de São Miguel, ambos instrumentos doados pelo Governo dos Açores e adquiridos pelo grupo ao longo dos anos para representar o folclore açoriano e a divulgar o som desse instrumentos pela diáspora.



Figura 7. Viola de Arame ou de Dois Corações, típica da Ilha de São Miguel. Fonte: cordas portuguesa.com.

No Grupo também está inserido o bumbo, instrumento que sempre acompanhou a história da comunidade quando das andanças e apresentações das festas populares, principalmente nas quando foca o peditório do Divino espírito Santo. Por vezes aparece no corpo da tocada, algum integrante com habilidade que se disponha a tocar o triângulo, conhecido por ferrinhos, instrumentos comuns nos grupos folclóricos do arquipélago dos Açores e em Portugal continental aos quais o responsável pelos ensaios já conhecia de outras situações vinculadas durante as pesquisas.

Perceber-se aí, alguns aspectos do vocabulário próprio do Grupo, como o termo tocata, utilizado nos Açores e adotado no Grupo para ser referir aos músicos instrumentistas que também são chamados de tocadores, ou ainda os ferrinhos, como o integrantes do grupo chamam o triângulo, que como o próprio nome se refere, é um elemento de metal pendurado em uma argola ou corda que é segurado com um dos dedos de uma mão, enquanto o músico procede pequenas pancadas com uma haste do mesmo, produzido do mesmo material, no ritmo da música produzido a percussão.

Nas apresentações consideradas especiais, via de regra, as que são realizadas fora do seu estado de origem, é comum ter convidados a participarem de ensaios e a viajar com o Grupo. São músicos, tocadores, principalmente, quando se trata de tocadores de violinos, bandolim e acordeom. A mesma atitude é realizada com os bailadores. No entanto, a prática é conduzida somente para os elementos que já pertenceram ao Grupo de uma forma ou de outra, que, ao serem convidados a colaborar, apresentam-se com disposição demonstrando que consideram um verdadeiro privilégio poder retornar naquele momento ao Grupo e ser solidário num momento que estão a precisar desses elementos, mesmo que por um breve momento. O que revela que mesmo afastados, muitos membros, “antigos” participantes, mantêm a composição da ciranda do saber através do vínculo afetivo com a memória que raramente é rompida em relação a importância da representatividade da instituição na sociedade.

Além do apoio prestado ao Grupo por parte destes “antigos” membros, estas situações são percebidas pela Diretoria do Grupo Arcos, como uma espécie de oportunidade para aqueles que contribuem por anos com o Grupo Folclórico, mas que por razões diversas não tiveram, em muitos casos, a oportunidade de continuar, seja por motivos de estudo, trabalho, casamento ou mudanças para

outros domicílios. Considera, ainda, que a atitude relacionada está numa das formas de reconhecer e valorizar a contribuição, assim, estrategicamente, também os mantêm próximos da instituição, elevando de certa maneira o espírito de união existente.

Em se tratando do tempo que cada integrante se mantém na instituição, a média pode ser considerada elevada. Do corpo atual ao mais antigo estão integrados ao Grupo desde a sua fundação, outros foram e retornaram depois de alguns anos de afastamento. A maioria ingressou ainda adolescente e, neste encontro com o Grupo tiveram a oportunidade de vivenciar a cultura local, fazer parte do movimento de proteção e divulgação do patrimônio local, manter as tradições, viajar e estar inserido num determinado convívio sociocultural.

Ainda sobre o ritual de apresentação, é importante mencionar que a ação segue na grande parte das vezes no palco, já com todos os membros perfilados, ocupam todo o espaço do palco. Na sequência formam uma meia lua, comumente denominada de eira de engenho, representação das práticas do trabalho agrícola, quando os produtores rurais reservam um espaço nos terreiros das suas residências para proceder a secagem dos produtos como o café, arroz, milho e feijão, na sua maioria. Durante este ato as crianças seguem o ritual e se posicionam em uma das pontas, os casais no meio e os componentes mais velhos, as artesãs na outra estrema do palco. Todos de frente para o público. No caso dos bailadores, com as mulheres um pouco à frente dos respectivos pares, harmonizado o cenário com os seus trajes e proporcionado ao público o extensão do todo.

Assim, casal por casal são apresentados de forma técnica e passa a coordenadora do grupo a descrever cada um dos trajes, produzindo uma etnográfica do que representam, normalmente é atribuído essa responsabilidade que já faz parte da cultura interna, atribuindo-lhe o maior conhecimento histórico, que narra ao público todo panorama e o que cada um dos trajes e a peça que acompanha importa na vida daquele indivíduo, como os significados dos elementos que vão desde as cores das saias aos lenços utilizados, as brincadeiras infantis que são retratadas pelas crianças, finalizando com os músicos e o trabalho das artesãs. Por ter essa característica na cultura do grupo muitos estudantes e pesquisadores solicitam acompanhamento no grupo para proceder seus trabalhos, outros para levar conhecimentos aos próprios grupos onde estão designados.

Enquanto cada componente é chamado e o personagem é apresentado, as artesãs seguem produzindo os trabalhos manuais, o lavrador produz o movimento de lavrar a terra, o pecador lança a tarrafa reproduzindo o ato de pescar a ceifeira em vários gestos reproduz a ação de como se corta o trigo ou a cana-de-açúcar, agachando em pequenos movimento e com uma foice na mão lança ao ar como se estivesse cortando os ramos e as crianças, seguem brincando. Normalmente, as crianças adotam o revezamento das demonstrações, ora os meninos brincam com a perna de pau, o rolar a roda de ferrinho, a brincadeira da bolinha de vidro, a bola de meia ou jogam o pião, enquanto as meninas brincam com as bonecas de pano, a brincadeira do passar o anel, a peteca, o pula corda ou as Cinco Marias e interagem de forma natural com outros crianças que presenciam a cena.

A atuação acontece como se fosse uma peça teatral relacionada as vivências e surge como muito mais do que apenas uma apresentação de cantigas e danças. É o cotidiano da sua identidade que está reproduzido naquele instante. Desde o momento em que o Grupo sobe ao palco, até o momento em que terminam a apresentação, tudo é apresentado, cada detalhe da performance. E, por fim, enquanto os elementos da tocata tiram o som dos seus instrumentos e cantam, os casais convidam uns aos outros para seguir o bailar na roda, ao mesmo tempo, em que as crianças seguem brincando, e tudo acontece de forma tão natural que a interatividade se estabelece, enquanto os adultos continuam a bailar, por vezes, com elementos do público, previamente convidado que não se esquivam em entrar na roda.

Ainda sobre as brincadeiras infantis as meninas usam de iniciativa própria nos espaços disponíveis sem que haja necessidade de indicar qualquer atitude para que a ação ocorra. Mesmo sendo as brincadeiras distintas para as meninas e outras para os meninos, muitas das apresentações ocorre a partilha e a troca entre gênero. Uns se intrometendo na brincadeira do outro, utilizando, por vezes, todos os brinquedos dispostos naquele espaço, com exceção das bonecas de pano que fica exclusiva com as meninas.

O grupo possui o privilégio de contar com as mestras artesãs que executam a arte de tramar o crivo nas suas diferentes amostras, durante o período em que a roda de dança atua. São artesãs que conhecem várias modalidades de artesanato, e produzem peças verdadeiras. Compõem o cenário, mas não realizam um personagem, são elas próprias a se representar no seu real papel social. Enquanto

uma artesã borda um pedaço de tecido, o ponto escolhido para executar a peça geralmente são os tradicionais, como o “ponto cheio”, o “ponto atrás” ou “ponto cruz”, “rabo de peixe” “cruzadinho” ao mesmo tempo em que outra artesã produz uma peça de crochê miudeiro que elabora a partir de linhas e agulhas finas numa demonstração de execução de pequenas peças, como toalhas, panos de pão, bicos em acabamento em peças para cozinha.

Nesta demonstração estão parte dos fazeres que herdaram por gerações e buscam chamar a atenção das autoridades e dos interessados para a importância da cultura popular e do folclore, do papel dos mestres artesãos numa comunidade, porque é através deles que se mantém o saber secular, que é possível mantê-los, mas há que se avançar, na concepção do grupo, provocando discussões mais ampla que os insira num contexto de reconhecimento a partir daqueles que praticam os ofícios tradicionais.

Ainda sobre a apresentação do bailado, sempre que um dessas termina, os casais podem ser trocados entre si, um membro que estava na eira e não participou da roda pode ser convidado para compor a próxima dança, ou até mesmo uma criança que conheça todos os passos pode participar, mesmo sendo uma dança de adulto. Outra característica marcante durante a apresentação do Grupo está em apresentar cada moda antes de dar o início, promovendo a sua contextualização e uma breve interpretação da letra e das ocasiões existentes. Esta uma preocupação que trazem em pauta para aqueles que estão a assistir e, assim, segue a apresentação que costuma na maioria das vezes durar em torno de uma hora ou um pouco mais.

Durante os bailes, o papel mais importante está centrado no marcador do grupo, o indivíduo que procede os sinais, após o toque realizado pela cantoria, para iniciar as danças, trocar os passos e finalizar cada atuação. É este elemento que impulsiona a dança, realizando a sua animação através do estralar dos dedos, como se fosse uma castanhola ou com pequenos gestos e sons, emitindo palavras soltas que determina a mudança de passos, ou as mantém seguindo a dança.

No final do dança, normalmente na última, acontece a maior interação com o público, quando todos os bailadores, descem do palco e convidam os presentes para bailar, quase sempre uma música que envolve uma brincadeira de roda, como o Pai do Ladrão, Pezinho, a Ciranda, a Francisquinha, o Balancê, repertório dos Açores e a Ratoeira do litoral. No primeiro caso uma espécie de brincadeira, onde

num determinado momento da dança os bailadores roubam o par um do outro. Neste caso específico, um bailador inicia a brincadeira no meio da roda, sem par, e o desafio é deixar outro bailador sem o seu par em momentos em que o refrão da dança aponta para este fim, arrancando da plateia risos como se fosse feito uma chacota.

O que chama a atenção desta dança é a relação com outras existentes no litoral brasileiro distinguindo-se a brincadeira da vassoura, que se centra no sentido de roubar o par do outro, gerando por vezes, uma grande confusão pois os casais muitas vezes não querem perder seus pares ou ficar sem ele tendo que sair da roda.

Praticam na finalização o ritual que denominam de retirada seguido pelos agradecimentos. A partir desse ato o grupo recolhe seus pertences, e se voltam a se posicionar em perfilados em por conseguinte em retirada, e da mesma forma como a entrada é realizada ao som de uma música, normalmente que apresenta quadras de saudade, como Tirana, em passos mais lentos todos se retiram do palco seguindo ao final a cantoria com seus instrumentos, finalizando assim a apresentação. Mas nem sempre a Tirana representa este final, por vezes a Chamarrita por ser uma moda alegre e contagiante ou, ainda, o Laré da Ilha Terceira, também são colocadas. Não seguindo o que uma folga dos bailes dos grupos açorianos que possui em seus rituais a música de entrada saudado o povo por uma Caramba, intercalando outros modas denominadas de bailhos e terminado, geralmente com uma Chamarrita. O grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano não possui este rigor.

Realizando uma analogia com as atuações dos grupos folclóricos que se dispõem a esse olhar, percebe-se o quão é importante o papel dessa instituição no fortalecimento das discussões e participações no engajamento político, ora vivido pelo País, ora atrelado à cultura popular, através da revitalização de outras instituições folclóricas e da presença dos mestres artesãos nas atuações. Isso só é possível a partir do reconhecimento nos próprios ambientes de vivência e do emponderamento social.

O ritual de dança em roda se comporta, normalmente por oito casais. A formação tem a ver com a disposição das canções e suas quadras que determinam na maioria o fechamento das coreografias. Já, algumas modas retratam certa flexibilidade combinada as quadras, as brincadeiras de terreiros, são compostas

por coreografias que não possuem o rigor do número de pares e, por isso, são apresentadas de maneira solta e bastante descontraída, podendo entrar na roda um número indeterminado de casais, condicionado apenas ao espaço físico para a apresentação. A exemplo, do que se refere, se reconhece nas Chamarritas, nos Pezinhos em roda, no Pai do Ladrão, na Francisquinha, na Ratoeira, no Balancê, na Bela Aurora, Manjerição a não posição do rigor ao número de casais para a sua execução.

Outro ponto importante, que se refere ao ritual de apresentação do referido Grupo, está centrado quando se tem início já na sua chegada ao espaço. Posicionados, despertam a atenção dos espectadores que produzem filmagens e sacam fotografias, acompanhando-os, em muitos casos durante todo o percurso até atingirem o local da apresentação, formando na maioria das vezes, uma verdadeira “procissão”.

O grupo se comporta como uma vitrine, um museu vivo a céu aberto, sem limites de inserção. Representa a cultura popular e o folclore açoriano do litoral catarinense e do Arquipélago dos Açores, onde as pessoas interagem de muitas formas (ANEXO - IV). Vez por outra, o grupo é obrigado a parar durante o percurso montar a eira de engenho, a pedido das pessoas e muitas vezes da imprensa, outras vezes assim procede para oportunizar as pessoas a se inserir no clima da apresentação, sacar imagens, produzir pequenas filmagens e realizar perguntas aos integrantes.

Esta é uma conduta que reporta a interatividade que ocorre em grande parte durante as apresentações, principalmente aquelas que são em grandes espaços abertos e palcos de festas populares. O grupo percebe a curiosidade das pessoas e o desejo que as mesmas possuem para entender o espaço em que estão inseridos naquele momento, quando se trata principalmente de turistas, outras ficam sensíveis ao ver sua história representada e a identificação identitária aflora.

Depoimentos de coordenadores de outros grupos folclóricos catarinenses, referem-se ao Grupo, como sendo uma instituição de referência cultural por sua postura desde os procedimentos de conduta relacionados à organização que se reflete durante as apresentações, embasados nas pesquisas que produzem e reproduzem, permitindo em muitos casos a se espelhar nos seus procedimentos que vai deste a conduta durante os rituais a apresentação de algumas modas.

Essa característica aproxima o público e outros grupos assim se refere o coordenador do Grupo da Dindinha de Ribeirão Pequeno de Laguna e a coordenadora do Grupo Açor Sul de Sombrio, durante as suas apresentações na Açor-Festa da Cultura Açoriana do litoral catarinense. Sempre que estão em contato público com o Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano agregam algo, pois observam o que estão a apresentar ou, ainda se necessitam tirar alguma dúvida recorrem a coordenação do Grupo, fato recorrente e isso vem de encontro ao que preconiza nos seus objetivos, difundir a cultura de base açoriana estimulado de forma bem direta outros grupos com a mesma intenção valorizar a cultura de base açoriano nos seus lugares de origem.

Quando se trata dos locais das atuações, não existe uma escolha por parte do Grupo ou de alguns de seus integrantes, para proceder, este ou aquele evento ou atender esse ou aquele segmento. Normalmente a trajetória mostra que acontecem por convites dos organizadores das festas culturais, populares, tradicionais ou não. Sejam elas religiosas, públicas ou privadas, nos mais diferentes níveis sociais, econômicos e étnicos.

Podem também acontecer festas para comemorar um aniversário particular na residência de uma família, num hotel ou tratar-se de uma participação de cortesia num asilo ou hospital a um centro comunitário ou religioso, inauguração de um empreendimento, abertura de campeonato de estadual de futebol, festivais folclóricos, atividades de entidades de classe, festas populares da cultura, alemã, italiana, austríaca, polonesa, afro-brasileira, luso-brasileira, religiosas, procissões, romarias ou desfiles cívicos ou comemorativos. Todos são considerados com distinção pelo Grupo e procedem o mesmo tipo de ritual durante as apresentações que estão habituados a realizar.

Desta forma, verifica-se, na conduta dos participantes o procedimento coerente na aplicabilidade do seu estatuto, onde o comprometimento com a salvaguarda e divulgação do patrimônio cultural do qual são signatários está retratado através das atitudes e das performances realizadas pelo grupo folclórico, sem distinção econômica ou social do público que os recebe.

Embora desfrute de um certo grau de importância na sociedade nem sempre os organizadores de eventos possuem a consciência que para haver uma boa apresentação existe a necessidade de haver palcos em tamanho apropriados e equipados, com sonorização adequada para todos os membros. Um piso firme e

plano, microfones suficientes e uma plateia que possa se posicionar de forma a acompanhar todos os movimentos da apresentação.

Não raras as vezes, a importância do grupo era esquecida pelos organizadores das festas, com palcos mal montados, sonorização improvisada e mesmo com o descaso, nem sempre voluntário, acredita-se por falta de conhecimento de um grupo dessa envergadura ou por falta de recursos para manter a festa, obrigando o Grupo a improvisar sua atuação no espaço mais conveniente encontrado no momento, para não interferir na qualidade da apresentação.

Teve casos, que a própria sonorização da festa mantinha-se com as músicas usadas para animar o público, enquanto o Grupo se esmerava para executar sua apresentação, fazendo com que os músicos, com suas violas e violões concorressem diretamente com centenas de watts de potência e músicas de sucesso a poucos metros dali do palco. Outra vezes, o palco era inexistente, o que fazia com que o improvisado se tornasse ainda maior, atuando em algum espaço vago no meio do público, o mais longe possível das caixas de som que animava as referidas festas.

Nas atuações em palcos não improvisados tudo acontece como em um ritual, os cantadores e músicos procedem o reconhecimento das instalações, microfones e testam os instrumentos. Quase sempre acontece da coordenação, ou o marcador o outro elemento subir ao palco para testar a resistência do mesmo, verificar se o assoalho não está escorregadio, se é firme ou se resistirá às danças que serão executadas, a atitude demonstra o cuidado com os bailadores, para não coloca-los em risco durante a atuação.

De forma geral, as apresentações não terminam no palco com o ritual de saída. Os integrantes permanecem nas festas ou nas cerimônias e caminham pelo recinto paramentados, ambientando o lugar e assim formam outra dimensão do papel didático apresentado no palco. Com essa atitude reconhece o papel de cada um dos membros no contexto do Grupo, quando possam individualmente para as fotos e respondem as perguntas dos curiosos sobre os seus trajes e alfaias dando um outro dinamismo as atuações e o papel de cada um na instituição.

3.3.3 Danças e Cantorias breve caracterização

As danças, na configuração folclórica, são utilizadas como elementos importantes para a demonstrar as vivências relacionadas ao cotidiano dos grupos sociais. É uma forma de expressão que caracteriza um determinado grupo e o expõe a sua forma de ser e de manter os rituais dos ancestrais. Dançam para agradecer aos deuses pela boa colheita, estimular as relações sociais, demonstrar gratidão, venerar e brindar a vida por algo sucedido em comunidade. Dançam para celebrar a vida e a morte e as suas relações estabelecidas em sociedade. É por intermédio das danças e cantorias que ocorrem muitas das relações sociais instituída entre os homens e as divindades, narra a historiografia em seu sentido pleno.

Dança-se para manter o culto ao corpo, as tradições culturais, para agradecer, emitir boas vibrações, despedir-se. E, não só o que está estabelecido no que foi legado por gerações. Dança para se sentir bem, celebrar a vida e a morte. A tradição oportuniza essa ligação popular expressa pela energia dispendida no ato de dançar, que revela em muitas sociedades uma busca direta pela compreensão do mundo espiritual e corporal. Dançar sozinho ou em grupo se consagrando nas múltiplas formas de manter conexão com o outro e com algo que transcenda o próprio desejo de ficar bem é algo que acompanha as diferentes sociedades. No entanto, para que permaneça é necessário que ocorra o entendimento nos grupos sociais naquilo que lhe diz respeito aquilo diz respeito. Muitos são os cenários criados e recriados por aqueles que desejam manter as tradições de acordo com suas interpretações. Os grupos culturais de características folclóricas exercem um papel fundamental, quando há que se manter e representar as tradições porque repetem os rituais e produzem de certa maneira motivação para que as práticas continuem ligando muitas vezes as tradições de origem.

O Grupo Arcos, por meio do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, reaviva, o cenário do ritual de dança, fundamentado na memória coletiva dos seus ancestrais açorianos, com o objetivo de manter as tradições, considerando as danças e cantorias de origem que aprendem no meio familiar, ou aquelas, relacionadas por informantes ou adquiridas de outros grupos folclóricos da mesma matriz cultural. Para efetivação da ação que se propõem, num primeiro momento,

bailam o que trazem por tradição e introduzem as modas que foram repassadas através da oralidade no município de Biguaçu, por ser este um dos primeiros núcleos de fixação, partindo da Ilha de Santa Catarina, do povoamento açoriano, registrados a partir de 1750 nessas paragens.

Durante o processo de recolha das modas e cantorias referidas, algumas foram bailadas pelos informantes espontaneamente nas suas comunidades. Dentre elas, cita-se, por exemplo, o caso do Pezinho, Chamarrita, Quebra-quebra-Gabiroba, Ratoeira, Pau de Fita, a Jardineira e a Dança de São Gonçalo, encontrada no litoral norte de Santa Catarina, e o Fandango⁸¹ em parte do litoral. A dança do Vilão, somente na cidade de São Francisco do Sul, por exemplo. Alguns, são apontadas, ocorrem apenas fragmentos, como a Tirana e o Sarrabalho.

Os informantes, por vezes, sempre que questionados sobre o que conheciam arriscam alguns passos. As cantigas de roda como a Ciranda, a moda da Viuvinha e as quadras relacionadas à “cantoria” ao drama “Juliana e São Jorge”, são também mencionadas. Igualmente, estão os Ternos de Anunciação, de Reis, de São Sebastião e de Navegantes; o Cacumbi de negros ainda praticado na sua originalidade, a dança do Vilão no litoral norte e o Cacumbi de brancos somente relacionado a memória de alguns poucos informantes na região sul.

Das relacionadas, nem todas fazem parte do repertório do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, que opta somente pelos que denominam de bailes e as cirandas, tão comuns nos terreiros das comunidades, quando se juntavam um grupo de crianças ou de adultos e são vinculadas em muitas das comunidades do território brasileiro como o caso do norte e nordeste. Apenas são citadas durante as apresentações para chamar a atenção e estimular as pesquisas nas comunidades.

Outras, foram incorporadas ao repertório somente em ocasiões que julgam importantes para chamar a atenção desta ou daquela comunidade que encontram relação, embora exista, o conhecimento de outras modas, como a moda da Carranquinha, do Caranguejo, do Maçanico, que figuram as letras no acervo da instituição à disposição dos integrantes.

No cenário proposto o Grupo baila as modas do Arquipélago dos Açores, que possui identificação com as letras e ritmos simbolizados pela herança açoriana no território litorâneo catarinense. Assim procede com o objetivo de dinamizar a

⁸¹ No município de Laguna, foi encontrado um fandango, de nome “Chimango”, relacionada aos soldados da Revolução Farroupilha.

salvaguarda do patrimônio imaterial e a cultura popular e folclore proceder a visibilidade da cultura açoriana nesse espaço geográfico, firmando-a entre seus pares.

Na realização da composição das danças e cantorias durante o processo de pesquisa, confesso que não foi fácil a junção e o arranjo das mesmas, haja vista, o número de fragmentos atribuído pelos informantes. Destaca-se, neste caso, a moda da Tirana relacionada ao depoimento de Marina Costa Silvy, Maria Helena Prazeres e Júlia Machado no município de Biguaçu. Quando reportam-se a herança dos pais e avós, descrevem apenas frases soltas, o mesmo acontecendo com outros informantes relacionados na pesquisa, quando citam, apenas estrofes: “Tirana, oh! Minha Tirana/ Quando saíste à rua/levaste contigo o meu coração/ Tirana, oh! Minha Tirana”, repercutindo apenas aspectos contidos na memória.

Diante das lembranças e colocações não se consegue visualizar a composição do todo e tão pouco os passos da dança. Contudo, essas mulheres recordam que se dançava durante a noite, nos bailes comunitários e também eram cantadas pelos mães e as avós durante as tarefas domésticas. Cantavam quadras soltas dessa moda, quando estavam executando os trabalhos domésticos à beira das fontes ou nas suas residências. Talvez essa situação leve ao encontro da falta de instrumentos e dos bailes que foram gradativamente se extinguindo na sociedade.

A falta de informação dificulta sobre maneira a composição por inteiro da referida letra da moda, mesmo percorrendo a região do litoral não foi possível durante a pesquisa compô-la por inteiro. Marina Costa Silvy, completa a informação dizendo que a “letra da moda é linda e foi muito bailada na época de sua infância, pelos seus pais e avós”. Isso significa dizer que, na região de Biguaçu, à moda da Tirana fazia parte das vivências coletivas e está relacionada a herança cultural, provavelmente, trazida pelos açorianos daquele arquipélago.

A esse respeito, relaciono ainda, as andanças realizadas com o maestro Hélio Teixeira da Rosa, sempre muito interessado nesta moda, pois na sua lembrança de criança havia escutado no ciclo familiar algo a respeito ocorrido nas freguesias de Florianópolis, o que leva a pensar, que esta dança fazia parte da sua herança cultural de base açoriana, no município. Saliento, que o maestro, na sua insistência, não conseguiu compor uma Tirana, por inteiro, no litoral de Santa Catarina, herança esta, que deixou ao Grupo Arcos, cuja o compromisso estar em

continuar procedendo as pesquisas, pacto realizado com a coordenação. Reafirmo, que durante o arrolamento, tão pouco nos deparamos como algum outro informante que possuísse o conhecimento dessas quadras que pudessem se compor a letra da referida música ou a sua coreografia por inteiro. Mas como se entende que o processo de pesquisa é algo dinâmico que sabe possa se deparar algum dia com algum informante que se reporte a mesma com mais precisão.

Por estar arrolada pelos informantes, o Grupo Arcos, mantém a decisão de incluir no repertório uma Tirana, executada pelo Grupo da Doze Ribeiras, da Ilha Terceira, dos Açores, por encontrar semelhança na frase solta nominada, o que resulta apenas na cantoria, apresentada no seu ritual de entrada, muitas vezes. Com essa atitude, demonstra e exemplifica ao público que a moda tem relação com a herança do município e considera o compromisso cultural de continuar as pesquisas. Esse fato tem gerando novas incursões de pesquisa, e pondera como importante a vinculação porquê de certa maneira oportuniza durante o ritual de apresentação as pessoas de ter contato com a letra e melodia da música. Durante as apresentações observam e atentam se existe uma identificação com o público através das suas reações. Esta estratégia tem levado, em muitos casos, as pessoas a procurar os elementos do Grupo, ao final das danças, para prestar informações a respeito da Tirana, mas nada que concretize a sua composição. Por outro lado, gera uma certa confiabilidade nos dados obtidos ainda que fragmentos.

Retornando à composição do arrolamento e a descrição etnográfica do patrimônio imaterial e a oportunidade de se estar com inúmeras pessoas e instituições, presenciar suas experiências e saberes me curvei à quantidade de quadras soltas pertencentes a esta ou, aquela moda, tocada para bailar e, também, as cantigas de rodas, que na memória dos mais velhos, se confundem e muitas vezes, dificultam, sobre maneira, a composição de uma dança por inteiro.

Constata-se, no entanto, que as pessoas com sobrenomes de matriz luso-açoriana, quando indagadas se conhecem as danças arroladas, a maioria delas, se manifesta de forma positiva. Alguns acenam que já bailaram esta ou aquela moda na sua mocidade. Isso, implica dizer, que essas danças ou modas como preferem citar, faziam parte do cotidiano dessas comunidades e foram desaparecendo gradativamente, deixando de existir em muitas das cidades do litoral catarinense por volta dos anos 40 e 50, do século XX; outras, no final da década de 60.

Em face das misturas realizadas quando da apresentação das narrativas, o pesquisador, ao proceder a etnografia deve ficar atento para não misturar os versos, as rimas e as coreografias. Em muitos casos são encontradas quadras de Chamarrita, ora em cantorias de Ratoeira de um extremo a outro do litoral catarinense. Este, caso, talvez, possa estar relacionada a falta de ocorrência dos bailes e o conseqüente desaparecimento, passando a ser incorporada alguns versos tradicionais a Ratoeira, por ter sido mantida até a atualidade em algumas comunidades, principalmente em Florianópolis. Interessante, que aparecem as mesmas quadras, sem as pessoas terem um dia se cruzado. Talvez, a permanência, esteja relacionada a memória afetiva desses grupos sociais repassadas através da oralidade. Aliás é através desse componente que as tradições sem mantêm.

Ainda, com relação as danças, constata-se que muitas das manifestações foram mantidas por famílias mais abastadas nas comunidades, que durante os períodos de festas, cediam suas residências, com salas de grandes proporções ou espaços de engenhos, para proceder as danças. Realidade, raramente existente na atualidade e se comporta quando instituições recriam na buscar de reavivar as tradições.

A esse respeito, o Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, recorre ao depoimento de Maria Júlia da Rocha Linhares⁸², numa de suas primeiras pesquisas, de descendência luso-açoriana, quando se refere à ocorrência dos bailes, reforçado outros informantes, durante a pesquisa desse trabalho. Refere-se a informante, os casais tinham por hábito bailar a Chamarrita que ao ser iniciada pelos tocadores contagiava os presentes. Geralmente, “iniciava-se o baile com a essa Moda, também conhecida e citada como “limpa banco”, por ser alegre e movimentada a sua coreografia. Assim, procede uma das narrativas:

(...) para se bailar a Chamarrita era preciso se possuir um bom par e um cantador que soubesse improvisar os versos. Esses versos eram tirados e respondidos pelos que estavam na roda. Um de cada vez. A Chamarrita é uma moda muito alegre e rapidinha tipo um valseado na ponta dos pés. Alguns pares dançavam com mais elegância outros não. Quando a Chamarrita era cantada e tocada ninguém ficava no banco, os pares logo se cruzavam. Alegre, muito

⁸² Maria Júlia da Rocha Linhares, nasceu em Tijuquinhas, em 04 de maio de 1897 e faleceu em 1996, no lugar em que nasceu. Seus depoimentos foram gravados, muito antes dessa pesquisa acontecer e o material, faz parte do acervo do Grupo Arcos.

alegre, não deixava ninguém no banco a não ser aquele que não sabia dançar ou não tinha par. Também havia a Chamarrita marcada. As moças eram convidadas para dançar pelos seus pares ou escolhidas pelos moços que iam até os bancos que ficavam em volta do salão e tiravam as moças ou raparigas para bailar. A medida que ia-se formando os pares, fazia-se uma roda, e o cantador puxava os versos juntamente com a tocata. Geralmente uma rabeça, uma acordeom, uma viola. Para começar cada par ficava de frente um para o outro e a roda ia girando, ora se dançava trançado os pares, até chegar no seu par. A gente ia dançando conforme o mandador ia mandando a roda. Os pares faziam o que ele mandava. Todos de braços para cima, para começar. Enquanto o puxador cantava as quadras o baile não parava, que ficava por conta desse marcador da roda.(COUTINHO:1995).

Outra forma de bailar a moda da Chamarrita, completa outra informante quando foi realizado o primeiro arrolamento realizado pelo Grupo com Martinha Angélica Corrêa⁸³:

(...) as mulheres convidadas ficavam de frente para os seus pares. Aí os tocadores começavam a tocar e o marcador pronunciava, o que as pessoas tinham o que fazer. Mulheres, às vezes, com a mão na cintura e os homens com os braços levantados, começam a dança, em roda. Mulheres, também, levantam os braços, após o sinal da saída. Os homens que tinham mais desenvoltura, estralavam os dedos, ajudando no ritmo da dança. As pessoas, cruzavam uns com os outros, dando as mãos. Direita da mulher com a direita do homem e assim a roda ia girando, sempre no mesmo sentido, até encontrar o par. Depois as pessoas rodavam junto ao par e saltavam para pegar o outro par. Sempre a frente até encontrar o seu par outra vez; da terceira vez, dava-se o braço e seguia-se um do lado do outro. Enquanto, havia quadras, ia-se dançando e repetindo os passos. Dançava-se aos pares. Havia muitos movimentos. Era um ritmo alegre, tocado ao som da viola, rabeça e violão e, as vezes, a acordeom, também entrava. Não havia pandeiro e nem cavaquinho. Quando os instrumentos foram ficando escassos, apareceu a acordeom que também dava para dançar. A Chamarrita era tipo um valseado, feito na ponta do pé. Falava-se sempre de amor e de saudade. Havia passos como “olha a cobra”, “olha a chuva”, “ir à praia” e, assim por diante. Pena que hoje já não se dança mais” (COUTINHO:1995).

Como se pode perceber, ambas as informantes, descrevem com precisão os passos da dança, mas não na sua totalidade. Verifica-se, neste caso, que na coreografia da Chamarrita, algumas expressões, são semelhante com a dança da Quadrilha de São João, quando se refere: “olha a cobra”, “olha a chuva”, por

⁸³ Nasceu no Distrito de Sorocaba, em 1918 e faleceu em 1995 na cidade de Florianópolis. Seu depoimento encontra-se gravado no acervo do Grupo Arcos.

exemplo, mas os depoimentos vinculam a uma mesma dança contagiante e que englobava a todos.

Nesse baile específico, a vida social se expunha. Ocorriam os namoros disfarçados pela dança. Segundo o depoimento da informante dança-se “olho no olho”. Mas, se a mãe da rapariga percebesse algo, ou desconfiasse da atitude do rapaz, já desfazia o casal. Desta maneira, tudo era muito sutil. Segundo a informante Maria Júlia, a Chamarrita atravessou fronteiras e “a nossa é da nossa gente”, completa. Verifica-se neste caso o sentimento de pertença e a sacralização da identidade açoriana do litoral evidenciada através do ato de bailar esta dança.

O Grupo Arcos na sua composição, baila duas Chamarritas. Uma da Ilha do Pico, bailada pelo Grupo Folclórico “Ilha Morena” e outra da Ilha Terceira, bailada pelo Grupo das Doze Ribeiras, ambos os casos, existem semelhança com quadras e passos coreográficos no litoral catarinense, no entanto é possível que está memória afetiva esteja relacionada aos primeiros povoadores. Nomeia-se as quadras a partir de depoimentos, de Martinha Ângélica Correia, Maria Júlia Linhares da Rocha Linhares e Aclício Campos⁸⁴:

*Quando pego na viola
Me lembro da Chamarrita
Prá quem sabe dançar
Não há moda mais bonita (Tijuquinhas/São Miguel)*

*Quem sabe dançar a Chamarrita
Não arreda do lugar
Entra logo na roda
Pra mostrar o seu bailar. (Três Riachos/Sorocaba)*

A primeira quadra descrita, aparece numa Chamarrita, cantada e bailada na Ilha Terceira/Açores. Outras quadras são relacionadas, demonstrando a decadência da falta de instrumentos e de tocadores. O ritmo é solicitado pelos participantes e realizado ao se tocar numa garrafa:

*Rapaz toca uma Chamarrita
Chamarrita ligeira pra nós dançar
Enquanto o Mané garrafa
Toca a garrafa que é para animar (Sorocaba)*

⁸⁴ É natural do interior de Biguaçu de uma comunidade chamada Três Riachos, reside na área urbana de Biguaçu. No seu linguajar popular figura uma série de termos, quadras soltas de modas, do saber popular relacionado a herança açoriana. As informações foram prestadas em maio de 2012 e agosto de 2015.

*Quem dançar a Chamarrita
Tem que ter agilidade
Tem que usar calça de chita
Pra dançar bem à vontade (Tijuquinhas e São Miguel)*

Nesta, quadra, observa-se o que foi narrado pela Senhora Maria Júlia, a Chamarrita ser uma moda bailada de forma ligeira, indicando um tecido usado pelas mulheres bastante popular. No entanto, este tecido não era apreciado e tão pouco utilizado para roupas masculinas, a não ser quando se tratava e apresentação de folguedos como o boi- de- mamão.

As quadras seguintes existem exemplos de referência ao amor, segredos:

*Deixe que eu te ame
Minha flor de alecrim
Que queres que te diga
Se não olhas para mim (Tijuquinhas).*

*Raparigas tu não contes
Teus segredos a ninguém
Se contares a uma amiga
Essa amiga, outra têm (Tijuquinhas e Ilha do Pico)*

*A Chamarrita é faceira
Linda como uma flor
Tocou meu coração
E depois me abandonou.*

*Rouxinol do bico marrom
Avoa bem ligeirinho
Vá dizer a Chamarrita
Que me coração magoou.*

*Rouxinol do bico marrom
Avoa bem ligeirinho
Vá dizer a Chamarrita
Que meu coração sossegou.*

No que se refere as duas últimas quadras, também são encontradas nas cantorias da Ratoeira. Possuem várias características que podem ser destacadas durante as apresentações da dança da Chamarrita: eram apreciadas nos salões de origem popular; apresentam quadras enaltecendo a mulher; eram consideradas vulgares; por ser uma dança alegre e saltitada. Para a sua formação havia que ter no

mínimo de oito a 12 casais; corria em roda; cantada em versos, onde as quadras, muitas vezes, eram tirados de improviso.

A Chamarrita apresenta duas formas de bailar: uma marcada que possui um marcador aquele que aponta o que a roda deverá apresentar de acordo com os versos, e uma outra que se apresenta de forma simples. Aquela que não depende do marcador ou mandador da roda. Apenas obedece ao puxador dos versos da cantoria, segundo os depoimentos. Importante destacar que não “existe Chamarrita sem apresentação de tocata ou de cantoria”, destacam os informantes.

Ainda, sobre os elementos posicionados em danças tradicionais, o Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, baila, o popular Pezinho, uma influência, ocorrida através das trocas e das idas e vidas dos tropeiros existentes com o estado vizinho do Rio Grande do Sul. Cita-se uma versão, resgatada no município de Biguaçu e bailada de forma espontânea nos terreiros rurais, até a década de 60, do século XX:

*Aí bota aqui, aí bota ali o teu pezinho
O teu pezinho bem juntinho com o meu (bis)*

*Aí bota aqui, aí bota ali o teu pezinho
O teu pezinho, o teu pezinho ao pé do meu (bis)*

*E depois não vá dizer
Que você já me esqueceu (bis)*

*E no chegar desse teu corpo
Um abraço quero eu (bis)*

*Agora que estamos juntinhos
Dá cá um abraço e um beijinho (bis)*

Baila-se o pezinho aos pares, obedecendo ao que a quadra determina. A coreografia neste caso, cumpre-se apenas com seis casais, perfilado. É uma moda alegre. Na atualidade, são frequentes as apresentações dessas danças com ocorrências nas escolas e por grupos folclóricos em festividades escolares e comunitárias, festivais, congressos e festas populares, apresentadas pelos grupos folclóricos ora em evidência no litoral catarinense.

Durante a realização das pesquisas foi encontrado outra dança, ao que parece bastante popular, denominada de Sarrabalho ou Serra o Baile. Este, o

mais polêmico de todos. Não há registro do número exato de casais para participar da referida dança. Existe apenas na memória das pessoas e não foi encontrada nenhum tipo de ocorrência do enquadramento da dança nos repertórios dos grupos folclóricos do litoral. Todavia, considera-se, importante o registro, para se manter o resgate histórico e estimular os grupos culturais a continuar mantendo em seus repertórios de pesquisas. Segundo, um dos informantes, "era uma dança, que ocorria de forma espontaneamente", bastava haver um tocador de cavaquinho e outro de pandeiro que a dança tinha o seu início.

No entanto, "já se sabia, que poderia ocorrer sacanagem com quem entrasse na dança, através das quadras, pois havia uma certa liberdade quando tiravam as quadras de improviso. Sempre havia um elemento no grupo que se apoderava do momento para expressar algo que estava sentindo, entrava na "brincadeira", e resolvia tirar quadras com palavras de desagravo, por exemplo, aí a coisa não ficava bem", declara Alcício Campos, provocando um mal estar entre os presentes. Algumas quadras a respeito forma mencionadas por outros informantes:

*Chapéu de quatro moldes
Por aqui quem tem sou eu
Glória para o meu marido
E figas para quem lhe deu*

*Chapéu de quatro moldes
Por aqui quem tem és tu
Mas tu não sabes dizer
Que custou o suor desse teu (...)*

*Eu estava escondida
Na beira de um poço grande
Batia na (...) escura
Esperando um (...) grande*

*É verdade sim Senhor
Isso foi a sucedido
Três tinha ganhado
Mais de quatro tinham perdido*

*Lá vem a dona Polônia
Com a sua bota amarela
Os rapazes estão dizendo
Oh! que (...) não tem ela.*

*Se tu és figo maduro
Não fui eu que te chamei
Como os passarinhos te comem*

Eu também posso te (...)

*Lá de perto do tocador
Saiu um furtidão
Os rapazes estão dizendo
Que foi a Teresa do Jordão.”*

*Abusado tu bem sabes ser
Filho da (...)
Vai procurar a tua turma
Se não o pau vai comer*

*Diante de tanta moça
Meu coração se curvou
Vou buscar aquela de trança
Que está perto do seu Sinhô.*

Diante do referido, logo se conclui que não era uma dança com características de salões. Era algo de terreiro, dançado ao relento. Os improvisos na composição das letras das quadras refletiam situações de denúncias de algo existente naquele grupo social, naquele momento reunido e exposto. Em desacordo, com as quadras o ofendido “partia para briga e outros preferiam resolver a situação à sua maneira, saindo da dança ou respondendo com outra quadra de igual valor “poético”.

Segundo os informantes, é uma moda onde as pessoas “dançavam bem juntinhas e bem agarradinhas. É, uma dança de origem portuguesa e muito antiga”. Ocorria na maioria das vezes, após os serões dos engenhos ou quando procediam as cantorias de serenatas, ou, ainda, após o final do peditório do Divino Espírito Santo, quando todos já estavam embalados pelas bebidas caseiras, oferecidas aos participantes, pelos moradores, das residências, quando realizavam as visitas.

Dançavam nos terreiros e também às escondidas. Segundo um dos informante, “aqui, dançava-se assim, e era muito animada. Mas, moça de família não entrava na dança, porque senão ficava falada e se alguém soubesse não arrumava casamento”. Esta dança estava presente sempre nas classes menos favorecida, segundo o depoimento e completa. Um morador do município de Biguaçu cantou um Sarrabalho, para a sua ex-mulher” por estar indignado com a situação conjugal e assim se expressa:

*Pensas que tu me enganas
Com esse lenço caído
Eu sou figo maduro
Ruído do passarinho*

*O amor enquanto é novo
Como do pão e do ovo
E quando fica velho
Bebe do fel amargoso.*

Como pode-se notar existe uma riqueza de detalhes nos depoimentos para enriquecimento das apresentações do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, no entanto, o mesmo, neste caso, não se sente seguro em compor a coreografia, a partir dos testemunhos, por não ter conseguido juntas os fragmentos da letra, ritmo e coreografia. Desta maneira, incorpora, apenas como conhecimento, aos registros mencionados ao seu repertório.

Já, com a dança da Ratoeira, o procedimento é diferente. Está incorporada ao seu repertório, por estar presente no município de Biguaçu e, principalmente, na Ilha de Santa Catarina, onde a prática é realizada através de cantoria de roda e faz parte do cotidiano de alguns grupos de mulheres da Terceira Idade que mantêm a tradição repassando as gerações. A moda apresenta-se com quadras tradicionais, herdadas de mãe para filha, que jogam umas às outras. No entanto, em depoimento colhido pelo Grupo Arcos, uma versão antiga foi mencionada, referindo-se aos rapazes, que por vez ou outra também faziam parte da dança.

Nos depoimentos figura que não entravam no início da dança, apenas ficavam apreciando as raparigas próximo da roda, “do lado de fora e, no momento oportuno, após escolherem, a rapariga, através de olhares, entravam na roda, que ocorria de maneira espontânea”, assegura Valdir Agostinho da Barra da Lagoa. As quadras ocorre em formas de “desafio”, mas numa delicadeza ímpar. Quando reunidas essas mulheres abasta uma delas tirar um verso para que outra logo responda.

A dança faz parte do entretenimento e serve para passar o tempo, já que as comunidades eram carentes de atividade social. É conhecida na atualidade como a brincadeira da Ratoeira e a prática ocorre durante eventos sociais, escolares e religiosos. Acontece nos horários disponíveis para lazer quando mulheres se juntam para exercer alguma atividade. Expressavam os sentimentos individuais e coletivos: o amor, a saudade, a amizade, a tristeza, a raiva, a conquista. Não há

número específico para participar da roda, basta apenas disposição para a brincadeira.

A Ratoeira é considerada uma dança tradicional do folclore açoriano do litoral catarinense que está em evidência. É a mais importante de todos, por não ter ocorrido interrupção. Sempre encontra-se mulheres disposta a cantoria que se renova com os grupos da Terceira Idade e pelos grupos folclóricos.

No caso desta dança não se consegue uma conexão com as manifestadas no Arquipélago dos Açores. No entanto, é algo que remete exclusivamente aos descendentes de açorianos do litoral catarinense e mantida com singularidade por esses grupos, que raramente improvisam os versos. Replicam, os versos herdados repassados de geração à geração.

Observa-se que há bem pouco tempo era a Ratoeira pensada, ser uma cantiga de roda, realizada exclusivamente por mulheres. Porém, as pesquisas apontam outros depoimentos que a moda era realizada também aos pares, como mencionada anteriormente. As quadras eram, neste caso, exclusivamente, jogadas pelas mulheres. Assim, como a Chamarrita da Ilha do Pico, com centenas de quadras resgatadas na atualidade, compondo mais de cinco mil delas no século XXI.

O litoral catarinense mantém na memória dos mais velhos um volume considerado e expressivo, cada vez, que se depara com a apresentação de um grupo de senhoras, havendo a necessidade de se envolver com mais pesquisas específica e quem sabe reproduzir uma publicação a modo do que realizaram a a Terceira Idade na Ilha do Pico. De forma cadenciada e de ritmo lento as mulheres expressam o que sentem, através das quadras:

*Eu entrei na Ratoeira
Mas não foi para cantar
Quem o meu coração queria
Na Ratoeira não está*

*Ratoeira bem cantada
Faz chorar faz padecer
Também faz um triste amante
Apartar um bem querer*

*Meu galho de malva, meu manjeriço
Dá três pancadinhas no meu coração*

*Oh! que praia tão comprida
Tão custosa de se andar
Já se fora as passadas
Que meu amor dava por mim.*

Nas participações presentes nesta memória coletiva estão a “Carranquinha”, a “Viuvinha” e o “Caranguejo”, encontradas na região metropolitana de Florianópolis e outros municípios do litoral. No entanto, tem-se conhecimento que versões semelhantes são apresentadas em muitas outras comunidades brasileiras, fazendo parte do folclore. Destaca-se que a Carrinha e Viuvinha são vinculadas a cantigas de roda e não se refere ao formato de bailes, como exemplo estão mencionadas versões encontradas durante a pesquisa:

Carranquinha

*A moda da carranquinha
É uma moda escancarada (bis)
Seja moço ou seja velho
Está sempre aprumada (bis)*

*Carranquinha sacode a saia
Carranquinha sacode o braço (bis)
Se não queres dar um beijo, oh! Lindinha
Daí-me logo um abraço (bis)*

*Esta moda da Carranquinha
É uma moda apressadinha (bis)
Põe o joelho em terra, oh! Lindinha
Bate o coração no peito (bis).*

Outra versão da Carranquinha:

*À moda da Carranquinha
É uma moda ligeirinha (bis)
Põe o joelho em terra, oh! lindinha
Ficam todos abismados (bis)
Refrão*

*Carranquinha sacode a saia
Carranquinha levanta o braço (bis)
Se não me deres um beijinho, oh! Lindinha
Dai-me ao menos uma abraço (bis)*

*A moda da Carranquinha
É uma moda bem aceita (bis)
Põe o joelho em terra, oh! Lindinha
Ficam todos abismados (bis).*

A Viuvinha

*Viuvinha bota luto
Teu marido já morreu
Foi por causa de carinho
Viuvinha caso eu*

*Seja a Senhora viúva
Com quem você quer casar? Quer casar?
Se é com o filho do Conde? Filho do Conde?
Ou com o Senhor General? General?*

*Não quero nenhum desses homens
Porque não são para mim
Eu sou uma pobre viúva
Aí coitadinha de mim*

*Vem cá meu benzinho
Eu quero contar
Um amor ausente
Que quer me matar.*

Outro traço que vincula a herança açoriana no litoral catarinense e também na região do Rio Grande do Sul, não só a Chamarrita, outros exemplo, aparecem:

Caranguejo

*Caranguejo não é peixe
Caranguejo peixe é
Caranguejo está na toca
Tá a espera da maré*

*Palmas, palmas, palmas
Pé, pé, pé
Caranguejo peixe é.*

*A mulher do Caranguejo
Foi à praia passear
A maré veio e levou
Pra nunca mais voltar*

*Palmas, palmas, palmas
Pé, pé, pé
Caranguejo peixe é.*

Caranguejo não é peixe

*Caranguejo peixe é
Caranguejo está na toca
Tá espera da maré.*

Esta moda era realizada em roda. Na primeira estrofe girava-se à direita e em seguida, para-se a roda e batem-se palmas e os pés no chão, segundo os depoimentos. Na segunda estrofe gira-se ao contrário da primeira. Repete-se o refrão e assim sucessivamente. Não apresenta tocata, apenas canta-se.

Outra versão presente durante a caracterização do Grupo Folclórico está a dança do Quebra-Quebra Gabiroba, mencionada em alguns municípios do litoral catarinense e brasileiro como uma brincadeira de roda. No entanto, o Grupo, apresenta-a em colunas, com instrumentos e cantoria e com passos definidos que marcam a coreografia.

A versão é apresentada, segundo a informação de três informantes do município de Biguaçu, Alda Prazeres, Vânia Faria e Silva e Júlia Machado:

*Quebra-quebra Gabiroba
Quero ver quebrar
Quebra lá, que eu quebro cá
Nas ondas do Mar*

*Esta noite eu não dormi (bis)
Só pensando em ti
Vou deixar de ti amar
Pra poder dormir*

*Lá na Vila onde nasci (bis)
Procurei por ti
Fui pra lá e vim pra cá
Só pra te encontrar*

*Outra noite eu sonhei (bis)
Que estava no mar
No balanço da canoa
A te abraçar*

*Passa noite, passa dia (bis)
E eu não te esqueci
Quero muito te encontrar
Pra pode dormir*

*Muitas flores vou jogar (bis)
Pra te encantar
Quero vê meu bem chegando*

Nas ondas do mar

*Quebra-quebra gabirola
Quero ver quebrar
Quebra lá, que eu quebro cá
Nas ondas do mar*

*Nos teus braços vou ficar (bis)
Ver o sol raiar
Vou dormir na tua rede
Pra poder casar*

*Quebra-quebra gabirola
Quero ver quebrar
Quebra lá, que eu quebro cá
Nas ondas do mar.*

A versão apresentada pelo Grupo é alegre e a coreografia segue os passos ditados pelas quadras, com semelhança inicial, da coreografia, reproduzindo o movimento do remar, quando os homens estão nas embarcações. É semelhante a formação do baile do Rema, da Ilha do Pico, mas essa característica não implica uma aproximação com aquela moda. No entanto, não existe aprofundamento quanto ao comparativo. O Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu, foi a primeira instituição do litoral, a apresentar o resultado de uma pesquisa realizada inclusive no seu repertório.

Na atualidade, outros grupos folclóricos reproduzem a dança, os passos e a melodia, por encontrar identificação com fragmentos nas suas regiões de origem é o caso do Grupo da Dindinha em Laguna e o Grupo Açor Sul, seguido por escolas municipais, estaduais e particulares do corredor cultural litorâneo, após presenciarem as apresentações do referido Grupo Folclórico, o que tem contribuído para que a moda se mantenha viva entre os participantes de instituições culturais.

Com a prática que adota no desenvolvimento de pesquisas o Grupo Arcos, se diferencia de outras instituições ligadas ao resgate e a proteção da cultura popular e do folclore, apresenta por seu Grupo Folclórico. Apresenta o resultado das pesquisas e divulga as manifestações da cultura popular, muitas já desaparecidas, outras em vias de desaparecimento, de forma alegre, estimulante e que envolve a população, e os seus elementos e familiares que contribuem no

papel da proteção e divulgação cultural, estimulando os seus filhos e familiares a permanecer no Grupo.

3.3.4 Ensaios e Normas: características fundamentada

Podemos considerar que uma apresentação do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos começa muito antes de uma data previamente marcada para uma apresentação. Tem início já nos ensaios que são organizados com a finalidade de aprimorar as danças e aperfeiçoar os passos para as apresentações. As músicas e os rituais são repetidos, incansavelmente, até que se atinja a perfeição, o que não se traduz em padronização, a exemplo de grupos de danças profissionais, até porque o objetivo é representar num determinado momento a cultura popular que faz parte da sua identidade cultural a jeito que cada aporta durante a atuação.

Os ensaios são parte das apresentações e proporcionam um certo volume conferindo-lhes uma certa confiabilidade durante o processo. Também é uma maneira de socializar o conhecimento e manter a vivência de maneira contínua, e não consideram os espaços que utilizam para manter os ensaios. São movidos pelo entusiasmo que cada um emprega ao grupo.

Durante anos os mesmos foram realizados na garagem de uma residência disponibilizada para este fim, na casa da presidente do Grupo, localizada no bairro mais central do município de Biguaçu. Ali, nos finais de semana, normalmente em dias determinados, os integrantes mantêm os encontros periódicos. Chegam aos poucos, confraternizam, afinam os instrumentos e em poucos minutos estão prontos para proceder os ensaios, embora muitos deles já cansados das suas atividades profissionais e das tarefas estudantis com ocorrência durante todo o dia não esmorecem. Todavia não se esquivam em participar para manter as tradições e pelas relações com os amigos e com a instituição que escolheram por aproximação da identidade.

Um ponto que chama atenção durante os ensaios, é o fato de que, antes de dar partida, ocorre uma conversa sobre a cultura popular e sua importância no contexto social, futuros compromissos, repercussão das atuações anteriores e explicações sobre o que significava cada uma das danças a ser praticada. Esse um

ritual sempre seguido, principalmente se ocorre a chegada de um novo elemento ou quando o Grupo recebe outros grupos para repassar os conhecimentos.

Neste caso, repete-se somente quando surgem novas perguntas a respeito da origem da dança ou da história da comunidade e dos Açores, demora-se um pouco mais nas explicações, até para que ocorra uma maior integração e entendimento.

No Grupo existe um compromisso com o conhecimento e com a manutenção das tradições e suas relações, envolver o novo elemento é também papel da instituição, demonstrando que o trabalho agrega, e reforça o compromisso de ambos os lados, embora a descontração, também faça parte em muitos momentos, retirando de cada um a espontaneidade, traduzida durante os períodos de ensaios e que refletem sobre maneira no compromisso dos integrantes com a instituição não só nos aspectos culturais mais com relação a integração social.

Os ensaios são realizados com pontualidade, o que não quer dizer que todos sigam essa norma à risca, embora raramente ocorra entre eles um atraso que prejudique o andamento. Ao dar início ao bailado no horário programado, todos se colocam a postos em pares previamente determinados pela coordenação ou por afinidade de cada um, o que transparece uma certa liberdade e inclusão. Aos possíveis retardatários durante o ensaio, se encaixam à medida que vão chegando sem prejudicar o que ora ocorre, o que traduz a harmonia e o compromisso individual de cada um. A atitude dos integrantes caracteriza o envolvimento sociocultural com o movimento identitário, levando afincos os objetivos da instituição.

Constituídos pelos tocadores de violão, viola, da percussão do tambor, e, às vezes, da participação do triângulo e da acordeom, acrescidos por músicos profissionais relacionados ao violinos e bandolim para ensaios especiais as músicas vão dando vida a coreografia. Durante os ensaios repetem horas sem parar, para atingir a boa forma, ou talvez, porque gostam de bailar o que os identifica. Consideram que através da dança existem a socialização, os encontros, o namoro, as brincadeiras, criam e recriam vínculos de amizade e reiteram o compromisso com a salvaguarda do patrimônio imaterial. Desta maneira, são os verdadeiros atores da instituição, da salvaguarda do patrimônio imaterial e da consequente divulgação.

Na composição do Grupo folclórico também é presente a hierarquia. Aos mais velhos e experientes cabe a responsabilidade de assumir as funções que tem como objetivo repassar os passos aos mais novos, o que também se estende ao uso dos trajes que são delegados aos membros de acordo com a função social do que desempenha na sociedade demonstrado durante as atuações. Na distribuição dos trajes é considerado, ainda, o tempo de permanência no Grupo e a dedicação e seriedade que encaram as responsabilidades, uma maneira talvez, de meritocracia, causada pelo estímulo a responsabilidade instigada pelo comprometimento individual e coletivo compartilhado.

Quanto à dança, esta hierarquia se reflete no jeito de posicionar o elemento na roda. Alguns dançam, com maior desenvoltura outros levam meses para aprender e outros nem chegam a aprender, todavia todos são inseridos e recebem da coordenação e dos mais velhos as orientações que funcionam como uma espécie de monitoramento daquilo que sabem fazer. Contudo, durante os ensaios todos se misturam e os ensaios são consideradas verdadeiras oficinas de danças compartilhadas e abertas para quem dela desejar participar. No entanto, a prática junto à comunidade é pouco aproveitada na atualidade.

Os ensaios possuem tempo determinado. Ocorrem normalmente das 20 às 22 horas, quase sempre excede os horários programados, que se transformam muitas vezes, ao fim dos ensaios em confraternizações noutros espaços coetivos, estendendo-se, desta maneira, as relações sociais que criam vínculos uns com os outros, permanecendo por anos no Grupo.

Outra, característica do grupo, para além dos ensaios, são as explicações relativas aos trajes, acrescidas das informações sobre o folclore dos Açores e trajes daquelas ilhas, a forma de se comportarem em público, quando estão trajados durante as suas representações.

Integrar o grupo significa ter cada um o seu papel, relacionado à função social da época que representam e na própria instituição. O membro do grupo assume um personagem no momento em que veste seu traje, e deve corresponder a ele o seu papel assumido naquele momento, seja ele de um homem abastado de alguma das ilhas ou um camponês pobre, um brincante ou uma artesã, todos integrantes sem exceção tem conhecimento a partir das informações prestadas durante os ensaios, objetivando obter uma melhor atuação contribuir e para a formação de cada um.

Durante o processo de troca e aprendizagem ensaiam também o ritual de entrada, normalmente composto por uma moda mais lenta. Com os casais perfilados caminham ao ritmo da música, pré-estabelecidas em direção ao centro do palco imaginário, onde formam um cenário, denominada de eira de engenho como já mencionado anteriormente. E, ali dão sequência a apresentação, reproduzindo a vida em comunidade, da época que estão a representar, neste caso, o final do século XVIII e XIX e meados do século XX. É este um dos momentos que requer atenção nos ensaios. Constrói simbolicamente o espaço da apresentação, uma verdadeira oficina de educação patrimonial, onde cada um, simula as atividades, profissões, fazeres da vida litorânea catarinense, procedendo um comparativo com o Arquipélago dos Açores.

No que se refere a realização das atuações, as instituições que solicitam as apresentações são responsáveis pela logística, enviam o transporte até o local para a condução do Grupo ao destino desejado, despendem a alimentação e o alojamento, caso tenham que pernoitar. Antes do embarque os integrantes se reúnem no local pré-determinado pela organização, geralmente em frente ao paço municipal, na praça principal da cidade, ponto que já tornou-se referência ao embarque, onde as crianças e adolescentes chegam, em sua maioria, acompanhados dos pais que lhes confiam a responsabilidade à coordenação do Grupo. Outras, ainda, ficam ao encargo de parentes mais velhos que atuam no Grupo, dividindo, de certa maneira, as responsabilidades, o que permite uma certa tranquilidade administrativa e social durante os afastamentos das residências durante o percurso da viagem.

O Grupo possui ainda uma série de normas estabelecidas que têm como objetivo o seu desempenho, acatadas por todos, sem distinção. A primeira delas envolve o cuidado que o integrante deve ter com a indumentária e os utensílios que acompanha, que denominam de pertencentes (utensílios e objetos), pois é algo que lhe pertence apenas simbolicamente. Quando deixam a instituição devem ser devolvidos para que outros integrantes possam usá-los. A norma adotada é considerada pelos integrantes como um dos pontos importantes da organização porque gera a responsabilidade e o respeito pelo coletivo, ao mesmo tempo em que o acervo se mantém não havendo necessidade de reposição de peças a não ser aquelas que com o tempo foram danificadas pelo constância do uso.

Para as apresentações devem chegar ao local de embarque paramentados nos seus trajes folclóricos. A conduta adotada, diferentemente de outros grupos, distinguindo-se como uma forma de propaganda gratuita, ao mesmo tempo, que indica que estão em atividade folclórica, proporcionado a visibilidade das atividades que estão desenvolvendo.

Outra questão, está representado pela logística. Como na configuração do Grupo as peças usadas são pesadas, geralmente confeccionados no tear manual, mais os objetos que conduzem, assim procedem com o intuito de facilitar a chegada nos locais de apresentação e, também, com a norma estabelecida evitam perdas dos paramentos e da indumentária, desfalcando o acervo. Toda ação possui uma lógica de funcionamento e de organização pautada e incorporada pelos integrantes para o bom desempenho.

A esse respeito, outra estratégia utilizada para o bom funcionamento e organização está centrada na condução da formação no momento da chegada ao local de apresentação. Ao deixar o transporte, cabe ao mandador da roda de dança, ou a coordenação, solicitar o posicionamento da porta bandeira ou condutora da identificação do Grupo, que se posta à frente de todos, facilitando a organização dos casais, tocata e artesãs. Cada um ocupa a sua posição que segue uma hierarquia social do que representam, previamente estabelecida. Após esse passo, tudo muito natural, ligeiramente um olhar é lançado, para verificar se todos estão corretos nas posições e nos trajes que representam e assim dão prosseguimento ao ritual até o local do evento.

Ainda no transporte, uma postura é tomada pelos integrantes, geralmente liderada espontaneamente entre eles. Cada um sabe das suas responsabilidades e as coloca em prática. Diante desse fato, segue um cuidado especial uns com os outros, observam desde a colocação do avental que vai preso as saias, as meias os lenços se estão colocados de maneira correta, as botas, galochas, ceroulas, camisolas, albargas, tamancos, chinelas, meias, anáguas, saquinhas, pertences de mãos, coques e as transas dos cabelos, suspensórios se estão presos as calças, cintos amarrados, palheiro na orelha, bordões com as sacas penduradas com as merendas. Tudo é cuidadosamente conferido. Se os instrumentos estão afinados e todos os trajes bem arranjados. No clima de cordialidade, todos se ajudam e se cuidam, mantendo a postura impecável, fato este que o diferencia de outros grupos, dado a maneira como se posicionam perante as pessoas qualificando a

apresentação e mantendo o respeito à cultura que os identifica, o que facilita em muito o trabalho da coordenação.

Toda essa postura é repassada durante os ensaios e absorvidas pelos integrantes. Durante os ensaios, os mesmos, seguem o cronograma de uma apresentação, primeiro ensaia-se o ritual de entrada, depois a formação no palco, as apresentações e a seguir as danças na mesma ordem em que vão ser apresentadas no dia da atuação, mas nem sempre essa última orientação é seguida à risca. Muitas vezes a coordenadora, sente o comportamento do público acrescenta ou retira por conta própria alguma música. Por fim, ensaia-se o ritual de saída, o grupo escolhe a música mais adequada e a formação, de retirada do local do ensaio da mesma forma como sairão do palco na apresentação, inclusive mantendo alguns gestos que ora atribuem à despedida.

Para a aprendizagem de músicas novas utilizam o mesmo tempo de ensaio, caso exista a necessidade de mais aprimoramento, definem entre si a necessidade de mais horários o que normalmente acontece. Muitas vezes os integrantes mais velhos se aventuram no aprimoramento em pequenos grupos fora do horário dos ensaios e trazem a coreografia pronta, facilitando o repassar para os que possuem maior dificuldade reproduzindo em seus espaços o caráter de oficina.

3.3.5 Trajes e Alfaias: descrição e simbologias

O Grupo Arcos possui um acervo significativo e de importância cultural, comparado com outros grupos do mesmo nível sediados no Brasil e fora dele. Este acervo é composto por trajes, alfaias, instrumentos musicais, de pesca, acessórios de vestuário, ferramentas agrícolas, prêmios, livros, flâmulas, cestaria, cerâmica, medalhas que recordam cada apresentação ou local visitado, que foram se acumulando ao longo dos anos e fazem parte muito deles da composição dos trajes que refletem a sua atuação e o que representam socialmente.

No caso dos trajes e alfaias foram compostos baseados em pesquisas relacionados a depoimentos de famílias do litoral catarinense, fotografias nos acervos particulares, desenhos em publicações relacionadas. E sua composição sofreu evolução, já, nos primeiros três meses de criação, após as primeiras apresentações. Os primeiros trajes foram compostos em tecidos de algodão, aplicados nas barras das saias fitas coloridas, imitando as listras, que não

correspondiam as originais confeccionadas no tear e tão pouco o que a pesquisa atribuía. Por essa razão as saias que tinham essas características foram todos substituídos e permanecem no seu acervo para mostrar a evolução e o cuidado que se deve ter quando se trata de reprodução.

Em 1990, apenas se apresentavam com três trajes originais, tomados emprestado da Casa dos Açores, Museu Etnográfico de São Miguel, no Município de Biguaçu. Eram trajes rurais da Ilha do Pico e da Ilha Terceira, doados pelo Governo dos Açores, aquela instituição. Seguido por trajes confeccionados em tecido por uma costureira local. Cada traje representava um fazer da comunidade o que exigiu da pesquisadora do Grupo, maior dedicação e envolvimento na busca de dados, para produzi-los.

O trabalho surte efeito e o acervo ampliado logo nos primeiros meses. Os primeiros trajes foram substituídos e deram lugar a trajes considerados originais, pelo cuidado que possuem durante o processo de confecção. Estudo são aplicados desde o tecido aos modelos utilizados pelos antepassados. A produção dos novos trajes abre caminho para novas pesquisas e estudos permanentes. Contam, no caso específico, com a contribuição da artesão proprietária do Atelier “Arte Viva”, da comunidade de Rio Vermelho, norte da Ilha de Santa Catarina, durante o primeiro ano de fundação. Este, um lugar de estudo e pesquisa de fios para o tear manual, baseada no conhecimento e nos fazeres das mulheres de origem açoriana do lugar. O mesmo procedimento foi realizado com os artefatos dos fazeres artesanais: a roca para fiar o fio; a almofada de bilros para produzir a renda; bastidores para prender o tecido e realizar o crivo; a vassoura para limpar o terreiro e, os utensílios, utilizados na agricultura, como o rastele e o rodo de madeira para espalhar os grãos na eira; o pote para buscar a água na fonte, a tarrafa, para pegar o peixe; a cerâmica utilitária, a cestaria empregado na agricultura e na pesca, cada qual com a sua utilidade doméstica.

Estão, ainda, neste rol, o carrinho de mão e o carro de boi, usado para o transporte agrícola; as brincadeiras infantis: a bola de meia; a peteca; as Cinco Marias, a boneca de pano; os ferrinhos, o pé de lata; pula-corda e a perna-de-pau são peças que fazem parte do conjunto apresentado durante os rituais de apresentação e são salvaguardados pela instituição.

Todos esses elementos compõem os trajes folclóricos por simbolizar um patrimônio coletivo na representatividade local. Através deles, recuperam e valorizam as diferenças identitárias, preservam a etnografia dos ancestrais e tornam-se guardiões da cultura local. Essa abrangência lhe confere uma cultura muito própria a de estarem comprometidos com o seu papel social e cultural no tratamento a identidade local.

Considerando, as mais distintas formas de apresentação da cultura através dos grupos culturais e folclóricos, o comprometimento com a pesquisa é um passo importante, atendendo aos detalhes do comportamento da sociedade, observando os objetos e artefatos que utilizam e, que, complementam as atividades para satisfazer as rotinas humanas. Malinowski (1977), atribui que “la cultura consta de la massa de bienes e instrumentos, así como de los costumbres y de los hábitos corporales o mentales que funcionan directa ou indirectamente pra satisfazer las necesidades humanas.” Prática executada pela instituição para atingir os objetivos assinalados.

Na composição da indumentária basicamente dois modelos definem os trajes domésticos e de trabalho da mulher do litoral catarinense, tanto os utilizados no ambiente familiar ou na lida diária durante as atividades agrícolas, até meados de 1950. Geralmente são confeccionados em duas peças. A parte de cima e a parte de baixo. O tamanho do comprimento das saias, acompanharam a moda e o tempo. Dos comprimentos, até o tornozelo, as saias mais curtas conhecidas na linguagem popular de “meia canela”.

As mulheres usavam as saia de tecido, geralmente, em xadrez miúdo de algodão ou de lã batida, sempre nas cores discretas, franzidas e com cós, abotoada numa das laterais. Por baixo da saia, empregavam as ceroulas de algodão fino e as anáguas, por vezes, franzidas e outras cinturadas. Se a mulher tinha um pouco mais de recursos e possuía habilidade com os trabalhos manuais, transferia-os para a barra interna das vestes, bordando pequenos raminhos de flores, baseado do ambiente familiar, que representam o que existia nos jardins de casa, empregando na maioria das vezes, o ponto cheio e o ponto atrás, herança da sabedoria popular açoriana; o crochê, o crivo e os bordados industriais, também são aplicados como acabamento e reflete-se em bom gosto e, também,

são sinônimos de indicação do cuidado que as mulheres tinham com seus trajes íntimos.

Para completar a saia, para o ambiente de trabalho, uma peça era fundamental e nunca desgarrava do vestuário feminino, era o avental, confeccionado na cor mais escura ou branca, com bolsos a frente ou numa das laterais, muitas vezes, enfeitados com bordados e com aplicações em renda e borda inglês, nas pontas conferindo-lhe o acabamento. Ao contrário de Portugal e dos Açores a mulher não usa o avental nos dias festivos em sinal de luxo ou indicação de posses, usa apenas durante o trabalho para que as roupas permaneçam mais tempo limpas. Importante registrar, que as mulheres do litoral catarinense nunca saiam a rua (fora dos seus ambientes de trabalho e de convívio) com os aventais. Essas peças simbolizavam o trabalho doméstico e, o gesto, ao retirá-los, significava não precisar trocar de roupas, para ir a rua ou praticar outra atividade, até porque não possuíam muitas peças em guarda-roupas.

Para o trabalho doméstico, raramente, usavam calçados. E, quando, usavam, preferiam os tamancos de cepa de madeira com acabamento em tecidos ou, ainda, os chinelos com solado de couro mais duro e a pelica na parte da frente e superior. As cores sempre eram discretas. De preferência o marrom escuro ou preto, que também eram utilizados, quando estava em convívio social ou religioso. Os sapatos e as botas de couros preta com saltos baixos, somente se aplicava aqueles trajes das pessoas que possuíam mais recursos financeiros, assim como o uso dos xailes, lenços de seda, chapéus de lã, luvas e sombrinhas, que usavam para se proteger a pele do sol e como complemento do vestuário. Eram feitas em crivo branco para as mulheres solteiras e as de rendas ou bordados finos na cor preta para as mulheres casadas e viúvas.

A parte superior das vestimentas, eram confeccionadas as blusas, no algodão ou no puro linho nas cores brancas ou nos tons sobreposta as cores das saias, sempre agarradas ao pescoço, ora com golas, ora sem golas, abotoadas na parte de trás ou na frente, mas, sempre, com mangas longas, geralmente, abotoadas nos punhos. As blusas que utilizavam em casa eram de modelos muito simples, geralmente não aplicavam nenhuma espécie de bordado. Já as atualizadas para eventos sociais produziam com mais esmero, aplicando nervuras e pregas a frente e bordados.

A mulher descendente de açoriano do litoral, manteve a tradição de usar o lenço de algodão ou de lã, dobrado em três pontas a moda de Portugal e dos Açores e amarrados em baixo do queixo, quando saiam a rua e, amarrados atrás do pescoço, ou acima da cabeça, quando estavam em atividades domésticas. Nas tarefas ao ar livre, como nas atividades agrícolas ou, da caça ao siri, catação de ostras e berbigão, durante o procedimento da escalada do peixe, descasque do camarão, acrescentam o chapéu de palha para se proteger do sol, já que a tarefa ocorria ao ar livre.

Esse, costume era, também, utilizado pelas mulheres mais jovens e, por vezes, aplicado as meninas. Outra, característica na amarração do lenço, refere-se se está amarrado à frente do pescoço, para ir a rua, quando não está na lida doméstica. amarra-o com um único nó, que na linguagem popular indica mulher solteira, dois nós refere-se a mulher casada, não havendo distinção para mulher viúva neste caso. Outro, elemento, que faz parte da vestimenta da mulher mais velha e casada era o xaile, geralmente, feitos em crochê, na cor cinza e no preto. O lenço e o xaile, geralmente nessa cores são peças, que acompanham as senhoras em ocasiões distintas como completo do vestuário em dias mais frios e durante toda a época em que se encontrava de luto.

Este procedimento incorporado indica o recato com o sentimento e dor exposta pela perda relacionada. Este um hábito que se extinguiu no litoral, no final da década 1960, embora durante o processo de pesquisa vez por outro se deparava com mulheres de luto fechado, que significa estar toda de preto dos pés à cabeça (meias, sapatos saias, lenço, sobrinha e xale, luvas e bolsa) .

Na representação dos trajes do grupo encontra-se o da mulher viúva do século XIX, abastada o que instiga a curiosidade das pessoas, que interrogam e sugerem novos modelos, afirmando ser este de “antigamente”, reportando-se, geralmente, a década de trinta e quarenta do século XX, o que caracteriza a prática usual presente na memória coletiva.

Os trajes do litoral, como em qualquer outra parte do mundo são verdadeiras peças etnográficas, através das quais, pode-se descrever a forma de viver das sociedades, sua evolução econômica, social e tecnológica. No caso, do litoral, o traje de trabalho das mulheres foi único por décadas, variando apenas, os utensílios e adornos que utilizam para as atividades, que estavam a desempenhar.

Como por exemplo estão caracterizados pelo Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, o traje da padeira, criveira, bordadeira, crocheteira, marisqueira, lavadeira de roupas, socadeira de café, debulhadeira de milho, dentre outros.



Figura 8: Trajes domésticos do Litoral Catarinense. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*

O traje da padeira apresenta um avental de corpo inteiro de algodão mais grosso, saia xadrez miudeiro franzida em nós e abotoada na lateral e blusa branca também em tecido de algodão fino, com mangas longas, abotoadas nos punhos e a frente, com arremate de gola no formato meia lua ou de um feijão. Na parte de baixo superior é utilizada uma camiseta em cambraia de algodão em alça fina com a finalidade de compor bem o corpo não deixando nada a mostra. Também utilizavam uma peça inteira com leve franzido na cintura que denomina-se combinação.

O traje da Criveira localizado na parte central, compõe a manequim com uma saia de xadrez em cores discretas, levemente franzida confeccionada em linho, arrematada por um nós de quatro centímetros. A blusa branca também de algodão fino com modelo do mesmo formato anterior. Sobre a saia o avental branco de puro linho, confeccionado em modelo quadrado compondo parte da saia, amarrado para trás, com acabamentos em bicos de crivo, exibindo diferentes amostras do referido saber. Completando o traje está o lenço amarrado à frente,

geralmente, também, produzido com um leve acabamento nas pontas em crivo, quando estão a usar na cor branca. Apresenta chinelos de couro preto e o tradicional bastidor de crivo na lateral, indicando a tarefa designada pela artesã e a forma de como executa o fazer. A direita está a figura de uma mulher que representa a apanha, limpeza e de como pila o café.

Neste caso da imagem representa uma saia de flanela quadriculada em xadrez branca e preta, chapéu de palha, para proteger do sol, colocado sobre o lenço dobrado em três pontas, trançado a frente e amarrado para trás. O lenço, neste caso, tem dupla função, está relacionado a mulher não querer mostrar os seus cabelos e, a segunda opção representa, proteger, as madeixas dos galhos dos arbustos durante a panha dos grãos de café, quando estão executando a tarefa, protegendo-as de possíveis insetos que ali se alojam. Com esta prática de proteção repassada no ambiente doméstico evitavam acidentes, como por exemplo ser picada dos referidos insetos. Outra função está em manter os cabelos limpos após a tarefa.

O avental, geralmente de cor clara, quando estão a socar os grãos de café no utensílio denominado de pilão, representa a limpeza que a tarefa dispensa e por outro lado conserva a higiene da roupa. Observa-se na imagem que sobre a peneira estão os grãos, que serão secos e posteriormente limpos pelas mulheres que executam o movimento de vai-e-vem, jogando os grãos para o auto, para tentar retirar a casca dos grãos ou as possíveis fagulhas deixando-os limpos para pilar.

Os três trajes são completados pelas roupas de baixos. As tradicionais ceroulas e anáguas brancas também de algodão ou de flanela fina, que recebem acabamento em rendas, gregas coloridas, bicos de crochê ou crivo. Existem aquelas que não recebem nenhum tipo de ornamento quando se trata de pessoas muito simples sem recursos para aplicar os enfeites.

Existiam ainda, as peças de tecidos mais finos, como as de lã mais grossas ou as finas, conhecida como lã batida. O veludo também são apreciados com modelos das saias em pregas e cós abotoado num único lado. Com roupas de baixo, ceroulas e anáguas, bordadas e acabamento em renda e bordados inglês. Algumas, com barras avantajadas de crivo, produzido na cambraia de linho branco,

utilizadas no serviço doméstico, quando já estão desgastadas pelo uso, passam ser utilizadas no seu dia a dia.

As blusas confeccionadas, também em tecidos finos, como o linho, por exemplo. O acabamento, são arrematadas em rendas finas. Sobre, a peça, era acrescida, casaquinhos cinturados com pregas a frente e nas costas na altura da cintura. Sobre esses trajes, geralmente, são completados o manto curto do mesmo tecido da saia ou xale de tecido ou de crochê. Acompanha o traje meias de seda ou de linha branca, sapatos, ou botas curtas em couro, sombrinha de renda, lenço de mão, uma pequena bolsinha em tecido bordado, franzida na parte superior e o chapéu em feltro que vai colocado sobre o lenço dobrado em três pontas. Estas eram vestes festivas ou de ir à missa aos domingos, utilizadas, apenas por uma pequena camada da população, a mais abastada. Confeccionadas e duas peças também estão os trajes que representam as viúvas da comunidade. Os modelos quase sempre se repetiam ou acompanhavam a moda, quando a mesma alcançava as comunidades.

Outro ponto importante, da forma vestir dessas mulheres está o cuidado com os cabelos, sempre presos em coque próximo a nuca, para as mulheres casadas e mais velhas. As mais jovens, muitas vezes, optavam por tranças que escorrem pelos ombros, com acabamento em fitas de cetim, deixando-as as vistas ou também prendendo-as da mesma forma anterior.

Ainda existiam as saias feitas no tear manual, geralmente em tons mais escuros como preto e o marrom e os mais claros, optam na maioria deles pelo castanho, talvez pela facilidade que tinham dos produtos próximos as suas residências para proceder o tingimento. Os fios eram tingidos com cascas de árvores, sementes e o processo era preparado nos quintais de casa, utilizando objetos domésticos de suas propriedades como os tachos produzidos em ferro. Além de produzir o fio e proceder o tingimento as mulheres produziam os tecidos nos teares e confeccionavam as próprias vestimentas. No cotidiano doméstico, também eram portadoras do conhecimento da técnica para produzir o tecido do linho, que utilizavam para confeccionar as blusas femininas e as camisas masculinas mais rústicas, algumas com riscado na cor castanho ou no azul. Esse processo foi se extinguindo, pela prática de uso cada vez maior dos tecidos em peça que chegavam ao comércio dos armazéns das comunidades.

Durante o processo de pesquisa, foi possível se deparar com mulheres na região de Sombrio, Itajaí, Araquari, Passos de Torres, Araranguá, Biguaçu, Tijucas, Florianópolis, Paulo Lopes, Porto Belo, Barra Velha, Itapema, Laguna, Tubarão que conheciam a técnica de cardar e fiar o fio, conhecimento adquirido e transmitidos através da oralidade nas suas comunidades, todavia, o hábito da produção só existe na memória, raramente produzem e, em algumas dessas comunidades litorâneas desses municípios grupos culturais tem procedido o interesse da revitalização, através da cotação de histórias e práticas de vivências reproduzindo esses saberes. Costa ainda a maneira que tecem o fio de uma fibra vegetal, denomina na linguagem popular de tucum, que produziam o fio para confeccionar as tarrafas que os maridos utilizam na pesca.

Os trajes masculinos no litoral, assim, como os femininos, passaram pelas variações da moda. Conservaram para o trabalho agrícola as características das calças de risca escuras, com bolsos embutidos, na parte de trás e, na frente, os de algibeira e em muitos casos os bolsos laterais. Utilizam os tecidos para a confecção de camisas, geralmente, de algodão, flanelas e lã, com modelos comuns, abotoadas no colarinho e de mangas longas com punhos. A frente, geralmente, dois bolsos para conduzir o palheiro (cigarro de palha). As cores utilizadas sempre eram as mais discretas, por vezes, de riscas finas e o xadrez.

Para prender a calça a cintura, utilizavam pedaços de corda, ou uma fibra de bananeira. Poucos, são, os que usavam cintos de couros, para ir ao trabalho doméstico, a não ser quando tinha alguma e a peça já havia ultrapassado o seu tempo de uso. Por serem pobres essa era a prática. Os pés estavam sempre descalços, salvos algumas exceções que utilizam os tamancos de cepa de madeira, revestidos a parte superior pelo couro cru, ou, ainda, botinas de couros, bastante rústicas. Na cabeça os chapéus de palha de aba mediana, protegia-os do sol durante o trabalho. O uso do chapéu também significava respeito, tanto é, que para se adentrar um espaço e pedir licença o movimento do cumprimento as pessoas era realizado com ato de tirar o chapéu. Assim, como as mulheres, nunca deixavam as cabeças descobertas, quando saiam a rua. O chapéu é peça fundamental e de complemento ao traje do século XIX e, para muitos de uso até a atualidade, quando estão em tarefas domésticas ou estão a utilizar os trajes de festa ou domingueiros.

As roupas domingueiras e as de festas eram feitas nos melhores tecidos, linho, pura lã, para uso no inverno. Àquele que tinha condições de adquirir um terno, geralmente, adquiria em puro linho, tecido fino próprio para este fim ou de lã batida que dura uma vida.

O traje era composto por três peças distintas: o casaco (paletó), colete, abotoados a frente e as calças presas a um suspensório. Usavam como complemento o chapéu de feltro, a gravata borboleta e, muitas vezes, a bengala e o relógio de algibeira. Até o final da década de 60, algumas comunidades próximas a Florianópolis, os homens tinham o hábito, nos dias de frios, de usar o capote de lã, na cor castanha escura, azul marinho, cinza escuro e preto com comprimento próximo ao tornozelo. Esses trajes foram reproduzidos pelo Grupo Arcos, exceto o capote masculino, e são utilizados nas apresentações do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano demonstrando a época em que estão inserido.

Na composição dos trajes para o ritual de apresentação, outros, são igualmente, apresentados e, representam a etnografia dos Açores, compondo o acervo. São trajes doados pelo Governo dos Açores e por simpatizantes da instituição e, outros, ainda, adquiridos pelo grupo em viagem aquele arquipélago, com o objetivo de divulgar a terra dos ancestrais e, ao mesmo tempo, produzir um comparativo com os modelos das vestes utilizadas pelos descendentes de açorianos no litoral catarinense. Compõem este acervo, trajes de casal abastado; casal remediado e casal pobre da Ilha de São Miguel, nos seus diferentes bordados em barra e pelos diferentes símbolos que os compõem; Capote e capelo usado pela mulher da Ilha do Faial e da Terceira, por lembrar os capotes que eram utilizado na região litorânea, ao contrário dos Açores, eram principalmente utilizados, pelos homens. Também representam a Ilha de São de Jorge, Santa Maria, ilha Graciosa, Pico por ter essas ilhas enviado casal durante o processo de imigração no século XVIII.

O capote por necessitar uma quantidade significativa de tecido para a sua confecção eram utilizados por pessoas de certo prestígio econômico-social.



Figura 9. Traje de um casal abastado (Sec.XIX) da Ilha de São Miguel e de uma mulher trajada com o Capote e Capelo da Ilha do Faial e que figura entre os trajes do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu. Fonte: Catálogo TAP, Portugal.

Por fim, uma apresentação do Grupo Folclórico envolve tanto trajes vindos diretamente dos Açores e os de estudo do litoral, que na linguagem do grupo são chamados de originais. Gerando assim uma representação etnográfica mais completa, com a mescla entre o que existe nos Açores e o que foi produzido em Santa Catarina. E isto acontece também com os instrumentos musicais, adornos e utensílios domésticos, alguns açorianos e outros do litoral o mesmo ocorre com as brincadeiras infantis e até a culinária, também, representada por uma série de receitas, neste que é o momento culminante do papel do grupo no seu contexto social como uma das formas de empoderamento da cultura local relacionada ao termo açorinidade, posicionando um determinado período da história e as suas vivências.

Foca na pesquisa histórica e utiliza a interpretação antropológica para entender as relações, fundamental durante o processo para se entender e demonstrar o que estão a representando no contexto da sua comunidade e fora dela.

No acervo da instituição também estão representadas os trajes infantis masculinos e os femininos em tecido de algodão e de risca de giz, sobra de tecido,

quando da confecção das peças masculinas dos adultos e adolescentes. Para os femininos utilizam tecidos lisos e florais com motivos miúdos, geralmente imitam os modelos das vestes das mães. Os cabelos sempre presos em coque ou transas presa ao final em fitas coloridas. Meninos até doze anos utilizam as calças curtas, até o joelho que são presas a um suspensório feito do próprio tecido, camisa de manga longa e boné de tecido ou chapéu de palha, para classe social menos abastada completa o traje. Andam na maioria das vezes descalços, quando muito, um chinelo de couro na cor escura e saquinhos de tecido, para conduzir em muitos casos as brincadeiras infantis, muito desses preenchidos com bolinhas de vidros.

A facultado a coordenação do grupo a responsabilidade de apresentar algum outro traje após o cumprimento da pesquisa. Estão implícitos ainda ao cervo da instituição trajes antigos masculinos doados por moradores da comunidade.

3.4 GRUPO ARCOS: INTEPRETAÇÕES ANTROPOLÓGICAS

O reconhecimento da importância do Grupo Arcos na preservação e valorização dos bens culturais de natureza material e imaterial, na formação da criança e do jovem-adulto egresso, deriva do compromisso participativo em garantir e dar acesso ao conhecimento, utilizando o recurso da pesquisa e da socialização das informações através das ações nominadas. No desenvolvimento do seu papel enquanto agente sociocultural busca atingir a consciência coletiva, agindo através de planejamento, aplicabilidade de ações claras e objetivas que nomeia, desenvolve e compartilha na sociedade.

O resultado da relação estabelecida com a comunidade ocorre quando as pessoas e as instituições se reconhecem durante o processo e interagem. Notadamente, a cultura permite engajar as pessoas porque oferece reciprocidade. A relação harmônica e o reconhecimento da sociedade lhe legitimam a transitar em todos os níveis sociais e nos diferentes grupos étnicos.

Apesar da relativa contradição gerada nos últimos dois anos no sentido de se extinguir o grupo por falta do interesse de lideranças em assumir o trabalho, ninguém duvida do papel desempenhado pela instituição com parcela de participação ativa de cada um dos seus integrantes, dos que se foram e dos que permanecem. E do papel destes dentro do grupo, como braços do grupo nos bairros e nas famílias, replicando os saberes, os fazeres a valorização do

patrimônio cultural local e regional, fazendo permanecer no cenário da cultura popular como um símbolo institucional, onde as pessoas de outros segmentos sociais e culturais buscam apoio a suas ações nesse campo do conhecimento.

As relações sociais culturais estabelecidas lhe barganham a condição da liderança efetiva e ativa estabelecida pelo desenvolvimento de pesquisa, ao acervo etnográfico, iconográfico e bibliográfico, construindo características que lhe asseguram práticas administrativas e culturais de interação interna e externa. A atuação sistematizada para atingir a proteção e a preservação das práticas culturais, representações, expressões, conhecimento e técnicas, lugares de memória que lhe são associados e, que os integrantes do grupo são parte integrante do seu patrimônio cultural.

As crianças, os jovens e adultos, quando entram ao grupo, levam consigo os saberes e fazeres pessoais e familiares, aparentemente não organizados de forma histórica ou antropológica, mas, ao acompanhar as atividades do grupo, passa a classificar seus conhecimentos pessoais dentro daquilo que o grupo representa. Assim, as histórias contadas em casa, o artesanato produzido por seus avós, a literatura popular, o ato de praticar as celebrações, passa a ser reconhecido como patrimônio da comunidade. As cantigas que seus antepassados cantavam passam a ter uma origem e significado, na maioria dos casos, a açoriana, e toda a história pessoal e familiar passa a se enquadrar no panorama cultural mais amplo, que passa a ser classificada como patrimônio cultural do município.

Este entendimento que o grupo leva de forma sutil e quase sem intenção aos seus membros, faz com que ele, independentemente do nível, popular, acadêmico ou econômico, tenha consciência de sua vinculação e importância dentro de algo mais amplo e importante, a própria história e a cultura local, e que, por sua vez, conecta-o com a própria história cultural do Estado e do Brasil.

Este caracterizado pelo sentido de pertença que o grupo traduz e insere nos seus membros, sejam crianças, jovens ou adultos, irá permanecer durante a vida, e, provavelmente, será repassado para as gerações seguintes, demonstrando, assim, uma das dinâmicas fundamentais e não menos perceptível dentro da atuação e objetivos do Grupo Arcos. A valorização, preservação e divulgação da cultura local em nível individual e familiar permeia o seu universo. Muito para além do próprio sentimento de pertença a um grupo cultural reconhecido e respeitado popularmente na sua região de atuação fora dele.

Outra dimensão desta participação na vida dos membros da região tem a ver com a história de cada um e a conexão com a própria autoestima do componente, pois ao fazer parte de um grupo como este e estar inserido nas suas atividades, passa a ter uma identidade mais abrangente e reconhecida e, portanto, um papel mais ativo na vida sociocultural local. É o que leva a este jovem um novo sentido de responsabilidade, ao ponto de participar também nas decisões da comunidade, muitas vezes diretamente, por pertencer a um grupo ativo na cultura local. Esta representatividade extrapola o Grupo e se insere na vida familiar, política, social e econômica, partindo do contexto familiar até as esferas mais abrangentes de atuação.

Hoje, notamos, na carreira de muitos sujeitos antigos do Grupo Arcos, exemplos de sucesso profissional, social, político, econômico e até mesmo acadêmico, parte talvez proporcionada pela participação na instituição, mesmo que de forma imperceptível, mas sem esquecer do reconhecimento que o Grupo mantém diante das forças sociais e políticas da sociedade. Ou seja, o sentido de responsabilidade inserido pelo Grupo, seu papel sociocultural, no status de cada um dos membros e na diversidade cultural e por meio de viagens e atuações, inserem ao integrante algo que não seria possível proporcionar pelos meios formais de educação, nas escolas ou universidades.

Percorrendo os caminhos da instituição, recorro ao seu arquivo e deparo-me com uma série de documentos que expõem a vida e os resultados gerado pelos compromissos assumidos pela Diretoria, em consonância com os seus objetivos nos vinte e seis anos de existência (1989-2015), marca registrada pelo reconhecimento dos múltiplos segmentos sociais, empresarial, acadêmico, religioso, econômico, o que confirma o quão o Grupo é importante pelas atividades que desempenha é solicitado para demonstrar as ações relacionados aos trabalhos de pesquisa, criações culturais, da literatura histórica, apresentações folclóricas, do teatro popular, o artesanato e a gastronomia, confirmados em depoimentos que solidifica o empoderamento sociocultural, não só na sociedade em que atua, mas pelos seus integrantes.

A Conselheira de Cultura do Estado de Santa Catarina Carin Machado (2015), dedicada à manutenção e à divulgação da renda de bilro em Florianópolis, idealizadora com outros companheiros do Projeto Centro de Referência da Renda de Bilro, situado no Centro Cultural Jornalista Bento Silveiro (Casarão da Lagoa) na

Lagoa da Conceição e ex-Presidente da Casa dos Açores de Florianópolis, refere-se ao Grupo Arcos “como o melhor representante e mais completo da cultura popular açoriana, graças a sua dedicação e compromisso com a cultura popular e seu trabalho, sempre pesquisando e mantendo a qualidade do grupo. Consequentemente é um trabalho considerado de grande importância para a preservação do patrimônio material e imaterial de Santa Catarina”.

É importante lembrar como qualquer membro do Grupo, independentemente de sua função social, poderá se sentir ao ser reconhecido como membro do mesmo, e assim, imaginar o simbolismo que este ato importa e pode gerar na sua atuação como membro da sociedade. Muito mais do que isto, para além dos objetivos gerais do grupo está a relação que membros de outras comunidades e instituições contribuem para essa cultura.

Vale lembrar, também, que o próprio grupo não surgiu como uma instituição por si só, nasce com um objetivo específico, em um contexto histórico e social próprio, num período em que a cultura açoriana procura se enquadrar no litoral catarinense, num momento de abertura política, quando a redemocratização do País se instala e ganha força e que as organizações sociais sentem-se seguras na prática de suas atividades, já sem medo de atuação e repressão a produzir atividades consideradas de caráter social ou comunitárias de que se envolveu a partir do seu espaço construindo na comunidade.

Surge, ainda, num contexto de resgate, quando esta mesma cultura de abse açoriana, predominante no litoral catarinense, encontrava-se carente de visibilidade diante da cultura de outros grupos étnicos da região, no caso a cultura alemã e a italiana, o que relegava o descendente de açoriano a algo meio vergonhoso de ser assumido perante a outros grupos sociais. Algo pejorativo, que por um longo período, foi sinônimo de inculto, fora dos padrões sociais, referido sobretudo aos agricultores e pescadores ou pessoas mais pobres e tradicionais das antigas freguesias da orla catarinense.

Esta dinâmica serve para entender outro ponto fundamental, e está, explícito nos objetivos do Grupo Arcos, o fato de inserir também, em cada um de seus membros, uma identidade cultural, antes não tão visível, diante da forte presença cultural das comunidades alemãs e italiana, que permeiam parte dessas fronteiras. Preenchendo, assim, uma lacuna que permanecia aparentemente vazia dentro da

identidade local, e que passa a ser preenchida pelos respectivos membros, em primeiro plano, e depois, por seus familiares, amigos e simpatizantes.

A partir de sua participação no Grupo, e da atuação na própria instituição, reforça-se a identidade individual e coletiva, tanto dos membros quanto daqueles que observam tudo no seu entorno. As comunidades, que antes sentiam uma carência identitária por não pertencerem às comunidades italianas ou alemãs, que muitas vezes, se sentiam acanhadas por pertencerem a uma cultura não reconhecida como sinônimo de status, passam a ver no Grupo Arcos e em seus membros, um exemplo de como promover esta dinâmica, e se sentir, também, como parte da história e da cultura regional.

Exemplo disto tem a ver com a prática mais atuante do Grupo Arcos, relacionada ao projeto de pesquisa, inserida ao Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos, que passou a realizar uma série de apresentações de danças e cantorias, a ministrar oficinas de danças folclóricas em vários municípios do litoral catarinense, apadrinhando assim o surgimento de vários grupos folclóricos e de resgate a cultura local.

O efeito destes movimentos, tanto nos integrantes do Grupo quanto nos familiares ou na comunidade em geral, provocou um reconhecimento próprio de que sua cultura popular, antes relegada a conotações pejorativas, tinham valor que era reconhecido até por outras comunidades, fazendo, assim, com que seus efeitos positivos ultrapasassem o próprio elemento do Grupo, seus familiares e a comunidade de origem, seus próprios limites.

Neste sentido, cada integrante do grupo atua como multiplicador dos conhecimentos adquiridos, e isto, no seio de sua família, identificando e reportando as atividades culturais que o grupo executa, tanto no município de Biguaçu, quanto ao longo do litoral catarinense, ou em outros estados e países. O que demonstra que seu objetivo, inicialmente proposto, alcançam uma profundidade difícil de se medir dentro da comunidade em que atua e fora dela.

Numa outra ótica podemos perceber que o Grupo Arcos exerce durante anos, um papel importante na educação patrimonial da comunidade e no litoral catarinense uma vez que se utiliza dessas práticas para repassar o conhecimento relacionados aos aspectos culturais e sociais de sua área de atuação. Talvez um dos maiores legados do Grupo está também na grande fluência de elementos que

participaram da instituição durante seus anos de atuação, o que o legitima ao caráter participativo e associativo.

Uma outra dimensão no papel do Grupo Arcos enquadra-se no lado político com a aproximação de instituições regionais, nacionais e internacionais que tratam sobre cultura popular. O que pode ser visto através das viagens e intercâmbios já realizados tanto para outros estados brasileiros, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Brasília, quanto para outros países como Portugal e a Região Autónoma dos Açores ou Uruguai. As viagens conferem aos integrantes uma maior integração e troca de conhecimento institucional e das práticas corroborativas no âmbito não só da cultura popular. Pois o exercício na prática lhe confere maior dinamismo e proporciona maior autoconfiança para o desenvolvimento a sua vida pessoal, familiar, profissional em muitos casos e em grupo.

Enquanto instituição já participou de conselhos culturais vinculados a cultura popular e ao patrimônio material e imaterial e congressos voltados para preservação e salvaguarda da cultural, mas também atua como elaborador de congressos e seminários, encontros e oficinas, o que eleva seu papel a um produtor cultural, não apenas como agente que participa do ato cultural, como aquele que se preocupa com dinamização e a disseminação setorial das informações da prática e do conhecimento.

Outra extensão relacionada ao seu papel está a prática da inclusão social, a partir do momento em que todos os indivíduos que procuram a instituição são recebidos sem questionamentos e passam a compartilhar as suas vivências, proporcionando, sobre maneira, uma troca coletiva que corrobora para o fortalecimento do Grupo. Nesta troca também estão inclusos os familiares que confiam seus filhos ao Grupo, muitos deles, sem ter nunca participado de um grupo social ou cultural ou de uma reunião. A confiabilidade estabelecida está no resultado das ações desenvolvidas e colocadas em práticas pelo Grupo visíveis à sociedade. Estão também nos resultados obtidos pelos integrantes em relação aos seus períodos escolares, como melhoria de notas e a busca por um futuro melhor, através do egresso a universidades e a conquista a postos de trabalho.

Outra comprimento pertinente ao papel da instituição está no seu envolvimento acadêmico com a pesquisa no âmbito do patrimônio imaterial açoriano catarinense, que lhe afere uma maior confiabilidade ao trato dessas

questões, ao mesmo tempo, em que, tem proporcionado a abertura para uma série de trabalhos acadêmicos, tanto em nível interno, aquele ligado aos seus integrantes, quanto a estudantes universitários no campo da Cultura e do Turismo, Pedagogia, Antropologia, História, Geografia, Administração, Arquitetura e do Direito, que buscam orientações e o seu acervo a fim de trabalharem correlações do patrimônio cultural com suas áreas de atuação. Para além disso, estão, também, as pesquisas relacionadas ao Grupo, para produzir trabalhos acadêmicos no âmbito de monografias, artigos e teses de mestrado.

Nas dimensões dispostas está o seu legado à sociedade, talvez caracterizado em três vertentes principais:

a) o campo da pesquisa, que lhe confere maior sustentação e que utiliza como plataforma para promover a salvaguarda das manifestações culturais, celebrações e os saberes fazeres na comunidade e no litoral catarinense, que disponibiliza aos segmentos da sociedade, através da organização de publicações (ANEXO - V), seminários e palestras;

b) o comprometimento com o empoderamento dos seus integrantes e da sociedade quanto à visibilidade cultural local;

c) a formação do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriana já mencionado, que movimenta os aspectos relacionados à cultura popular num esforço de proteção e de salvaguarda à cultura de base açoriana litorânea;

Todos estes aspectos e dinâmicas, contribuem para oportunizar na criança, jovens e aos adultos o contato com o patrimônio cultural material e imaterial, como uma das células na formação do desenvolvimento pessoal e coletivo ao estabelecer contatos com outras instituições e pessoas a fim de se enfileirar para proteger a memória e a herança cultural dos seus grupos sociais; e ainda está relacionado à construção de um acervo cultural para ser utilizado por instituições que buscam na cultura o caminho para o exercício da cidadania, através do envolvimento consciente e coletivo das práticas culturais utilizadas para esse fim, instituindo por vez o empoderamento coletivo e articulado ao sentimento de pertença.

3.5 SÍMBOLO E IDENTIDADE

No caminho das interpretações antropológicas estão os símbolos que marcam os múltiplos feitos da existência humana, através do qual demonstram uma determinada ato singular ou coletivo, uma ação ou passagem que se pretende materializar, geralmente, transformado em uma artefato ou elemento, que simbolizam e mantêm a interação entre o indivíduo ou seus grupos com uma determinada obra ou fato ocorrido em sociedade. Certamente que a cultura é marcada por símbolos e pela criatividade e produção humana que as cria e as utiliza, para exibir seus feitos, suas práticas caracterizadas muitas vezes por um certo dinamismo imposto e cristalizados pelos grupos sociais que reafirma a sua representação através de ações concretas.

Para Corrêa (2008), quando trata sobre o termo cultura e as múltiplas interpretações por ela representada atribui ao seu comentário que a “teia de significados, constitui-se num entrelaçamento de símbolos interpenetráveis, justamente por haver uma gama de realizações que a simbolizam, bem como os significados e sentidos que expressam.” Logo os símbolos nasce das relações humanas atribuídas em sociedade e através deles ocorre a identificação individual e coletiva dando sentido o que representam.

Neste caso, a Antropologia Cultural tem demonstrado que os símbolos são parte da explicação da vivência humana para expressar o abstrato, e, segundo a autora, “representam épocas, períodos distintos da humanidade nos diferentes modos de ser e de viver do homem” e são criados segundo a sua vontade, interpretação e abstração.

Deste modo, a cultura é o caminho que confirma os símbolos que foram herdados ou criados pela natureza humana como necessidade de explicar e evocar algo que necessitam para satisfazer as necessidades inerentes a sobrevivência humana. Também pode estar relacionada a intenção individual ou coletiva quando desejam ficar próximo de algo que acreditam ou de até mesmo estabelecer uma relação com o outro. Os símbolos resignificam as experiências humanas nos mais diferentes níveis de entendimento social, religioso, econômico, político.

Exemplificando, nas comunidades católicas de origem luso-açoriana, as famílias constroem oratórios para seus santos de devoção e os colocam no interior das residências para manter uma comunicação direta com a divindade. Muitas

vezes postam à frente das residências, num espaço visível, nos terreiros ou na parte superior das residências com a intenção de deixar a amostra a fé que irradiam aquela família e fazer da imagem algo capaz de proteger ou de captar as más e boas energias que sugere a proteção. A fé está materializada através da colocação da imagem ou por outros objetos que muitas vezes agrupam, herdados ou adquiridos como por exemplos as ferraduras de animais, acreditando, de certa maneira, que o objeto e a ação é capaz de afastar o mal, colocando-os, de certa maneira, em comunicação direta com o santo protetor para atingir o sagrado. Profano e religioso muitas vezes disputam os mesmos territórios residenciais. No simbolismo interpretativo os santos padroeiros são os intermediários entre o carnal e o espiritual e os elementos pagãos uma relação de proteção contra as forças do mal. Por isso constroem e replicam esses espaços com dedicação, mantendo sempre bem cuidados, alguns até recebem doações e pagamentos de promessas o que não refutam pelo proprietário do lugar, quando se trata da exposição externa.

Outra manifestação de fé está ligada as procissões e romarias a oratórios colocados em grutas por algum devoto em sinal de pagamento de promessa na maioria das vezes, geralmente, fixadas próximo a cachoeiras, onde a água corrente possui a simbologia no imaginário popular de levar a alma e mandar embora toda impureza humana. Também são escolhidos as partes mais altas das encosta e elevações de morros e montanhas, onde a imagem simbolicamente possa ter a visão do lugar protegendo-a em toda a sua plenitude. É como se o padroeiro ou santo de devoção esteja protegendo as pessoas que visitam ou habitam aquele lugar. Estas representam o sacrifício humano para atingir o local, marcado pela distância e pelo grau de dificuldade muitas vezes impenetrado durante as caminhadas, na intenção de alcançar ou pagar as promessas por graças alcançadas.

Nesta linha de raciocínio, Corrêa (2008), ao mencionar outros autores como Ferreira e Santaella, “diz que símbolo é aquilo que, por natureza evoca, representa ou substitui, num determinado contexto, algo abstrato ou ausente”, incorporado e submerso no imaginário popular. Argumenta, ainda, que os símbolos “trazem à tona também a possibilidade de memorização dos elementos humanos”⁸⁵, que traduzem seus feitos individuais e coletivos.

⁸⁵ CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Cultura e diversidade. Curitiba: IBPEX, 2008.

Outro exemplo, na cultura de base açoriana relacionado a utilização de símbolos para manter a aproximação entre o espiritual e o carnal na busca de cura para os males acometidos está a relação mantida entre as pessoas com a benzedeira da comunidade. Essas mulheres procedem os rituais de cura, utilizando o imaginário simbólico revertido nos objetos que possuem a mão repassada de geração em geração através da oralidade, como a lã de carneiro, tesoura, pedaços de tecidos, copos com água e brasa, cascas de árvores, ramos de árvores, sementes, galhos de ervas. Através deles criam uma sintonia e transferem a esses objetos ao poder da cura através das rezas que só elas possuem o conhecimento. Esses símbolos no imaginário de cura nunca são substituídos e reafirmam a prática que se consagra e se perpetua nos seus grupos sociais. Outro exemplo da tradição açoriana estão os romeiros que utilizam os cajados e sobre eles são postados imagens em formas de uma cruz romana, que representa no ato da caminhada durante os períodos de peregrinação, a fé na igreja elevando o seu espírito de devoção. Na prática reproduzida pelos diferentes pessoas e grupos, os atos cometidos possuem a mesma dimensão espiritual, refletida pela fé, para se atingir algo representado através da materialização do objeto.

A mesma dimensão pode ser dada às insígnias do Divino Espírito Santo, representadas pela bandeira, a pomba branca, a coroa, o cetro. Os dois últimos concede ao cidadão comum o poder, após assumir o papel de rei, e lhe confere o poder de reinar por três dias de festa sobre a proteção do Divino. Enquanto que as bandeiras, presa a um mastro arrematada pelo símbolo maior a pomba branca representa a materialização do poder do Divino e, ao mesmo tempo, apresenta o imaginário popular e a sua relação entre o profano e o religioso consagrado na espiritualidade e na devoção à cultura secular herdada e mantida.

Ao mencionar a narrativa histórica relacionado aos símbolos da cultura litorânea catarinense, distingue-se no cenário da cultura popular os “símbolos representam épocas, períodos distintos da humanidade nos mais diferentes modos de ser e de viver do homem”⁸⁶, as bandeiras, por exemplo, são elementos antigos que são utilizados para identificar grupos, indicar serviços, nacionalidades. Representam uma série de categorias para as quais foram criadas. Ao estarem relacionadas a um determinado grupo social, indicam a função para a qual foi

⁸⁶ CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *Ibidem*.

criada e distingue-se no seu meio. Todavia, mesmo deixando de existir, a sua função é materializada e reconhecida entre seus pares.

Diante de tantos símbolos representados pela natureza humana de seus mais distintos encontros e representações, o Grupo Arcos, na sua razão de existência conferido pelo papel que desempenha, sua cultura em sociedade está representada por uma bandeira cuja definição está atribuída a múltiplas interpretações representa por cores e insígnias, expostas num tecido branco, no formato retangular, e ao centro o desenho da logomarca estampada numa única cor, a azul marinho escuro, onde transmite através do seu traçado uma série de significados. No caso específico, aspectos da cultura local. A simbologia concebida pela bandeira tem a função de marcar o território e define a identidade, identificando-o perante outros grupos sociais e culturais.

As insígnias existentes descrevem graficamente dois ícones do patrimônio histórico, cultural e paisagístico existente no município de Biguaçu relacionados a aspectos da cultura teuto-brasileira e a lusobrasileira. Um deles é o casarão Born um chalé de dois pisos, construído com técnica em estuque, em duas águas, com acabamento em gradio de ferro e uma varanda na parte superior frontal e, o Aqueduto São Miguel, construção de pedra e argamassa, caiado (pintado de branco. Principal catalizador de água potável da principal cachoeira que dispõe o seu nome. Ambos reconhecidos pela sociedade como elementos importantes da cultura local, tombados pelo patrimônio histórico, arquitetônico de Santa Catarina.

Na bandeira, o tecido branco simboliza a pureza e a paz entre os povos. No centro da bandeira um círculo, representando o globo terrestre, sobre ele, está bordada, em primeiro plano, a imagem do centenário aqueduto, originalmente, reproduzido na cor azul marinho. Utiliza a técnica do bordado em ponto cheio, do saber fazer das mulheres descendentes de açorianas há gerações, repassado através da oralidade, quando produzem peças domésticas para o cotidiano familiar. Bordam peças para enxovais: lençóis, toalhas, panos de prato, camisas, blusas e peças íntimas.

O aqueduto é uma construção, símbolo da cultural local, aos olhos dos seus habitantes, que serve para conduzir a água da cachoeira de São Miguel até um engenho de farinha cuja função implícita está em tocar a roda d'água e reproduzir o funcionamento do engenho construído em meados do século XIX. Na parte

superior da construção está a calha embutida, um elemento importante na condução da água fazendo cumprir o seu papel coletivo.

A reprodução do desenho traduz o elemento arquitetônico por inteiro, porém retrata apenas os traços da empena do referido engenho, parte sobrevivente da destruição causada pela passagem da BR101 na década de 60 do século XX. O aqueduto é uma construção realizada, num primeiro momento, em madeira, no final do século XVIII, e compõe a paisagem do atual Distrito, símbolo da chegada dos povoadores açorianos ao local e que serve para o abastecimento de água as famílias estabelecidas, e também aos navios estrangeiros que rumavam ao Rio da Prata.

Dada a sua importância histórica e simbólica para a história do lugar e do Brasil a construção, ainda na época, foi substituída por pedras do lugar, montadas uma a uma e ligadas por uma argamassa, indicada pelos moradores antigos como a do uso de óleo de baleia, no entanto, esta indicação se contrapõe a especialistas. Segundo a pesquisadora da arquitetura luso-brasileira, a Arquiteta Eliane Veras da Veiga (2015), não existe essa possibilidade, haja vista ser o óleo “um elemento que representa um lucrativo comércio durante o período colonial brasileiro, estendendo-se, também, durante a época do Império”. Na sua concepção não seria desperdiçado o uso para este fim.

Embora São Miguel tenha sido um vila que sobre o seu domínio encontrava-se a exploração de uma armação de baleias - Armação da Piedade – hoje Governador Celso Ramos, não significa tal feito se ponderarmos a argumentação feita pela referida arquiteta. A principal função do comércio do óleo de baleia, segundo a historiadora Mirian Ellis, estava em abastecer o Rio de Janeiro durante a colônia e o Império.

O aqueduto também possuía a função de abastecer de água potável a população local e facilitar o carregamento dos tonéis para os navios estrangeiros que aportavam a antiga vila, rumo aos seus destinos.

Por estar localizado no entorno do sítio tombado pelo IPHAN, compõe o cenário urbano construído pelos povoadores açorianos, possui uma ligação nacional por ter sido capital da Província, quando da invasão espanhola em 1777 e se constitui num dos símbolos de resistência da destruição total da vila, na segunda metade do século XX, quando da passagem da BR 101.

O segundo ícone exposto no seu símbolo está a representação do sobrado eclético de características teuto-brasileira com leve toque da arquitetura luso brasileira.. Acoplada a duas construções. De um lado, um casario de características arquitetônicas luso-brasileira⁸⁷ e, do outro, a construção⁸⁸ que serviu de comércio de produtos e de ponto de parada obrigatória a quem se dirigisse a área urbana do município, no final do século XIX. No meio das duas construções está o imponente sobrado descrito por Alcides Mafra, estudioso das artes plásticas brasileira e de construções, quando se refere no Guia dos Bens Tombados de Santa Catarina (1991), ser este um dos mais belos sobrado da arquitetura teuto-brasileira do sul do Brasil, por ser dotado de excelente técnica de construção de estuque, com acabamento em lambrequim de madeira e com gradio ornado.⁸⁹

A construção compõe um conjunto harmônico, onde beira o primeiro Jardim planejado da cidade, nominado de Alfredo Silva, na Praça Nereu Ramos, com a igreja matriz São João Evangelista e o Fórum no mesmo sentido linear do lado norte. Na outra lateral, lado sul, estão os prédio da Prefeitura Municipal e do Banco do Brasil, completando o entorno da praça principal da cidade. Ainda sobre a sua arquitetura, escreve os arquitetos André Luís de Lima, quando contratado para fazer o projeto de restauro em 2002⁹⁰:

Construído em alvenaria de tijolos autoportantes, dotado de sótão e telhados em duas águas, com a empena voltada para a via pública e ornado por preciosos lambrequins na extremidade dos grandes beirais trabalhados com esmero e por bela fachada provida de relevos ao gosto eclético, o Casarão Born destaca-se pela imponência, apuro construtivo e estético, tornando-se uma demonstração cabal da relevância dos “chalés” brasileiros (...) e a fachada principal é ornada com excepcional apuro. É relativamente sóbria, apresentando-se com elementos decorativos cometidos, mas suficientes para conferir graça e elegância ao conjunto. (LIMA, 2002:p19).

Pelo que representa no ecletismo arquitetônico de Santa Catarina, é também o marco histórico da transferência definitiva da sede política da antiga vila

⁸⁷ Construção de propriedade do Banco Bradesco.

⁸⁸ Construção de propriedade particular destinada ao comércio de roupas e calçados.

⁸⁹ Na atualidade a parte superior do Sobrado está designado o uso do Grupo Arcos, através do Termo de Cessão de uso Precários”, datado de 21 de agosto de 2015, designado pelo Poder Executivo Municipal.

⁹⁰ Projeto foi contratado pelo Grupo Arcos em campanha deflagrada em prol da restauração do Sobrado, com a parceria de várias instituições. O projeto consiste na elaboração de projeto de restauro com a análise estrutural e os recursos para pagamento do referido foram provenientes de verba legislativa do Gabinete do Deputado Lúcio Mauro da Silveira, presidente da comissão.

de São Miguel da “terra firme” para a vila de São João Evangelista da “barra do Biguaçu” e marco da insistência da mudança definitiva sobre a liderança de um alemão que deseja reafirmar o lugar como marco definitivo da nova vila e, por outro lado, simboliza a resistência dos descendentes de açorianos quanto o declínio definitivo do poder da referida vila. O processo sofreu idas e vindas, por três datas consecutivas, até que declinou por definitivo. Esta dicotomia faz do referido casarão um símbolo importante da história local considerado por seus moradores que assim o reconhecem.

O sobrado da Família Born⁹¹ é construído em 1981. A data exposta na parte superior da sua fachada, simboliza a transferência definitiva da sede administrativa do município para a nova sede da Barra do Rio Biguaçu, onde a liderança política de João Nicolau Born, se impõe aos moradores. Ao transitar por diferentes espaços e pelo falta de atuar em diversos setores da sociedade essa condição lhe favorece e os argumentos do lado oposto se esgotam ao contrário dos seus que passam a sustentar o que a liderança política simboliza na comunidade.

Como se observa, as insígnias que representam o símbolo do Grupo Arcos são marcadas por ícones construtivos arquitetônicas resumidos por inúmeros simbolismos, dois marcos importantes do processo de fixação do povoamento do município de Biguaçu, que traduzem os feitos humanos retratados na cultura local.

Por outro lado, a logomarca instituída não se constitui em algo moderno aos olhos dos novos *designers* e, tampouco, possui uma intenção mercadológica. Todavia, configura o compromisso da instituição com a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural e compõe, de certa maneira, uma homenagem às pessoas que se debruçaram suas vidas, resistiram a ação imposta pela política nacional e local e construíram o lugar.

Com a iniciativa de criação de um símbolo que represente o Grupo, configura através da imagem a cultura da instituição, cuja a intenção está basicamente centrada no dever de chamar a atenção da comunidade para a importância da preservação dos bens culturais, quando se propõe a destacar fatos importantes que marcam a história político-administrativa do seu município.

⁹¹ Conhecido pela população como o “Casarão da Família Born”, por sua importância arquitetônica e histórica foi tombado em dezembro de 1993, pela Fundação Catarinense de Cultura, órgão responsável pelo patrimônio histórico estadual.



Figura 10. Símbolo do Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*

A cor azul marinho reporta as janelas dos antigos casarios de influência luso-brasileira, espalhados pela antiga vila e que foram destruídos, ora pelas razões nominadas, ora, talvez, por falta de interesse e de conhecimento das lideranças locais, relacionado ao papel da preservação do patrimônio cultural local, ou ainda, por haver casos de famílias tradicionais terem aportado novos lugares para fixar residência, perdendo de certa maneira o vínculo com o lugar.

As janelas no tom de azul, são demarcadas por cimalhas pintadas na cor amarelo ouro, contrastando pelo branco caiado das paredes de suas residências. Todavia na representação do Grupo o elemento arquitetônico figura na cor azul, talvez para não aumentar o custo durante as possíveis reproduções. A escolha da cor reporta a sua história, resgate realizado mesmo antes da fundação do Grupo utilizando a memória oral dos sujeitos relacionados a história do lugar.

Importante ressaltar que as casas da antiga vila e as espalhadas pelo município não seguiam um único padrão de cor. Também existiam as unidades com janelas verde escura com cimalhas amarelas e outras pintadas em tom de rosa seco escuro com janelas e portas também verde. Todavia a memória afetiva reporta de forma significativa às unidades caiadas de branco com as janelas azuis, talvez por serem unidades existentes na época de maior volumetria e maior número na região, todas destruídas.

Ressalta-se que as cores aludidas ao símbolo da instituição não reporta ter uma relação com a bandeira do Arquipélago dos Açores, simbolizada pelas cores branca, azul e amarelo, como algumas pessoas imaginam e, muitas vezes, questionam a instituição a esse respeito. Embora ocorra semelhança neste aspecto, com distinção para as duas primeiras cores, o Grupo atribui às cores do seu símbolo (bandeira) uma relação com as construções e pinturas que remete a arquitetura luso-brasileira, das quais muitas unidades também faziam parte do seu patrimônio material.



Figura 11: Bandeira do Grupo Arcos com os símbolos do município de Biguaçu no centro, Casarão Born e Aqueduto de São Miguel. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*

As casas caiadas de branco e as janelas, geralmente, pintadas na cor azul, simbolizam o reconhecimento ao esforço dos primeiros imigrantes e seus descendentes de manter a cultura trazida dos ancestrais exposta pela bagagem e as ralações coletivas nelas contida, reflexo dos conhecimentos adquiridos e mantidos. Também é parte desse reconhecimento o compromisso de retratar as novas gerações a perda do patrimônio construído, destruído pelo descaso humano, o que consiste simbolicamente em marcar o sentimento de perda de parte da cultura transmitida nas cores representadas. Num contraponto histórico,

consideram uma homenagem aos primeiros povoadores que transportaram ao lugar a identidade de origem o que reflete o sentimento de perda de um patrimônio cultural secular, mesmo considerando que “toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução” (CUCHE:1999).

Ressalta que as cores originais do Casarão Born não repercute em momento algum de sua existência as cores azuis tão nominadas no imaginário herdado da cultura luso-brasileira. Possui uma cor branca de fundo no seu corpo, janelas e na cor marrom ocre, cimalhas amarelas e portas verdes escuras.

Ao se considerar o comportamento do Grupo é pertinente observar a consciência coletiva existente entre os seus membros fundadores que repassam as gerações o compromisso de cuidar do patrimônio cultural material e imaterial, através de um símbolo que incorpora e difunde aos que chegam e permanecem respeitando o movimento de cada elemento na instituição.

3.6 PRÁTICAS CULTURAIS APLICADAS: INTERPRETAÇÕES⁹²

A prática cultural aplicada faz parte da administração do Grupo Arcos como uma das formas de atuação para atingir os objetivos nominados no estatuto e na missão do grupo. É através deste mecanismo que o conjunto de atividades e ações são executadas e levadas a público no sentido de contribuir com a preservação dos bens culturais.

Relacionados as práticas, estão dois pontos considerados de importância, quando se trata da sua aplicabilidade. O primeira delas está relacionada à “repetição e manutenção de comportamentos, mesmo havendo a substituição de participantes”, quando da execução de atividades, ações e das manifestações culturais. É algo corrente nos grupos sociais e podem ser exercidas de várias maneiras, basta se ter a sensibilidade para executá-las.

Ao dar cumprimento da ação pelos grupos sociais, representam a maneira que produzem para manter um determinado feito que pode ser um bem cultural ou não. Assim, as instituições culturais criam ou adotam as práticas para manter vivas as suas tradições, reproduzindo-as nos seus espaços de vivências.

⁹²Assim atribuído pela Diretoria da Instituição, quando organiza a publicação denominada de Passaport do Grupo Arcos em 2007. A publicação em formato bolso resume os objetivos, finalidade ações e atividades, aplicadas através de práticas culturais que executam para atingir os objetivos da instituição.

A repetição na execução do ato gera a continuidade e reproduz, em muitos casos, a visibilidade do bem cultural, reconhecido pela comunidade como algo que faz parte da identidade desse ou daquele povo. Ao se considerar esse fato, neste caso, as instituições culturais têm se valido deste papel, baseado no interesse da instituição. Criam, recriam e reproduzem práticas culturais para manter as tradições e assim reafirmar a identidade local. Por exemplo, uma prática cultural exercida por uma benzedeira, quando realiza o ritual para atingir a cura serve para manter o empoderamento do saber aos olhos do outro que lhe credita saber e a interlocução com o Divino. De certa maneira quando da prática do ato, ela reproduz o conhecimento, através do ato repetitivo, durante a execução da sessão da mesma forma que realizavam seus antepassados e pode ser substituída na continuação da prática, quando repassa o conhecimento a outra pessoa com habilidade para este fim, fazendo se repetir a prática cultural nos seus diferentes ambientes.

O mesmo pode ocorrer durante uma apresentação de um grupo folclórico, quando está em atividade. Seus personagens reproduzem o saber através da execução da prática ao executar a roda de dança e seus passos no transcorrer da apresentação, mesmo ocorrendo o desfalque de um determinado bailador ao sofrer um impedimento qualquer, logo é substituído por outro, que atua executando o seu papel e a dança não é interrompida e cumpre o seu papel. A prática da execução, embora possa ocorrer diferenças no jeito de bailar de um para outro, não invalida o ato e tampouco altera a estrutura do que estão a executar, o que significa dizer, que a substituição do integrante faz parte da ação, para que algo seja mantido.

O Grupo Arcos como prática cultural utiliza ações relacionadas ao desenvolvimento dos relacionamentos internos e externos à instituição. Nos relacionamentos internos estão as reuniões periódicas voltadas às discussões de manutenção do Grupo e o desejo de manter a cultura popular e o folclore relacionado a herança de base açoriana. Na relação externa a instituição se utiliza de contatos diretos com instituições governamentais e com a sociedade civil, no âmbito nacional e estrangeiro, como forma de assegurar o andamento do Grupo e proporcionar a sua visibilidade através dos trabalhos que são realizados. Esta uma medida que acata os interesses da instituição ao mesmo tempo em que expõe os seus saberes e conhecimentos, considerando a complexidade de se viver em grupo e atender os interesses individuais e coletivos onde a pluralidade e a diversidade é parte e a média de idade dos elementos estão em torno de 30 anos.

Mesmo fazendo parte da prática administrativa e da política organizacional esses aspectos são administráveis e coexistem e faz parte do comportamento simbólico, garante a manutenção e se reflete em resultados considerados positivos, através dos quais, estão os intercâmbios culturais periódicos, as apresentações folclóricas em feiras, festas populares, as exposições sobre temas populares, os congressos relacionados a sua missão.

Como prática cultural, ainda, desenvolve a pesquisa permanente relacionada ao arrolamento e à descrição dos bens culturais de natureza imaterial no litoral catarinense, com o intuito de sensibilizar a população no sentido de criar mecanismos para o estabelecimento das políticas de preservação e salvaguarda. Executa, para este fim, as oficinas de patrimônio cultural relacionadas à educação patrimonial.

Produz palestras, exposições permanentes e itinerantes e publicações. No entendimento da instituição a cultura é o resultado da soma dos feitos conscientes e inconscientes da produção humana relacionados aos inúmeros desafios dispostos para interpretá-los, relacionados à “teia de significados”, mencionado por Geertz.

A instituição, desta maneira, opta pelo caminho do patrimônio imaterial, tecendo as relações com as instituições e os sujeitos, aborda conceitos sobre tradição, memória e tradição como o caminho para a execução das práticas culturais dispostas pelas interpretações que permanecem ou aquelas reinventadas, utilizadas para a salvaguarda do patrimônio.

Na execução das práticas, as ações desenvolvidas estão em consonâncias com os objetivos, discutidas e aprovadas em reunião de diretoria, assinaladas no seu estatuto, instrumento que norteia toda e qualquer ação da instituição, responsável por sustentar seus atos e ações, ritos e símbolos durante o percurso.

Essa prática faz avançar e amadurecer os seus objetivos e princípios quando disponibiliza para a atuação junto aos integrantes e faz manter o foco no trabalho a partir do voluntariado, que se traz como um dos princípios de funcionamento da instituição. No olhar da instituição, este é considerado um dos aspectos de importância no exercício da cidadania. Obviamente, que nem todos os grupos culturais do litoral de Santa Catarina possuem esta característica ou estão dispostos a esse comportamento quando se trata da salvaguarda do patrimônio cultural.

No entanto, as práticas desenvolvidas pelo grupo Arcos se mantem desde a fundação, onde todos se doam para manter o grupo ativo na ação de salvaguarda das práticas culturais dos bens relacionadas à cultura popular luso-açoriana catarinense. Traduzem a prática cultural como algo à disposição do bem comum e as suas escolhas exprimem uma ação revertida na satisfação social e cultural.

Ao executar a missão no cumprimento dos objetivos o mesmo transforma-se em ritual simbólico a ser seguido. As ações se materializam através da elaboração e execução de projetos colocados em prática pela instituição, disponibilizado à sociedade. As oficinas sobre o patrimônio cultural estão relacionadas aos saberes e fazeres populares, a reprodução das brincadeiras infantis, executadas por mestres que repassa o conhecimento produzindo as peças. O mesmo ocorre com os folguedos do pau de fita e com o boi de mamão, aos mestres carpinteiros navais das embarcações tradicionais, as formas de produzir a cestaria, tramar uma tarrafa, as danças e as danças folclóricas açorianas, a arte de tramar o crivo, as rodas de cotação de histórias, as jornadas fotográficas, que se constituem em produção e divulgação do patrimônio a partir das pesquisas relacionadas no processo de revitalização, a fim de proteger a identidade local.

Estas práticas estabelecidas pelo grupo são realizadas através de encontros previamente marcados que ocorrem nos mais variados locais ou durante as apresentações realizadas pelo Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano (ANEXO - IV). Ocorrem em praças públicas, universidades, salões comunitários, seminários, quermesses, durante a ocorrência de eventos empresariais e festas populares e acadêmicas, com a participação dos seus integrantes habilitados para o fim atribuído ou, ainda, se valem de mestres e mestras para repassar os seus saberes e fazeres.

Esta método estimula os integrantes e as pessoas detentoras dos saberes a dar continuidade as suas práticas que proporciona a visibilidade no exercício da cidadania.

As parcerias realizadas, ainda que muitas são simbólicas, lhes dão a condição para a continuidade e o reconhecimento pelo trabalho realizado, contribuem para abrir portas profissionais e acadêmicas aos mestres que multiplicam os fazeres, aos integrantes, além de oportunizar e agregar

conhecimentos na área sugerida, tornando-os sujeitos multiplicadores e possíveis guardiões.

Para ilustrar, menciono o depoimento da Conselheira Caroline Coutinho Locks⁹³:

No sentido simbólico já somos todos guardiões do patrimônio cultural. Oficialmente a Constituição Brasileira assegura esse direito. No entanto, para que se efetive é importante exercitá-la e, muitas vezes, a prática está condicionada à organização e participação social. Ela oportuniza o encontro e a discussão de forma direta não espera que algo ocorra para haver a manifestação. Assim se cria uma vinculação direta ou indireta no tratamento destas questões. Cada indivíduo é responsável por tecer no dia a dia redes de convívio que envolvem as pessoas nos mais diferentes níveis sociais, acadêmico, com o objetivo de articular o compromisso com as práticas que envolvem a salvaguarda do patrimônio cultural, tão importante no exercício da cidadania. O Grupo Arcos assim se comporta. É através dele que se executa uma série de ações e se faz planos para cuidarmos destas questões, principalmente, as relacionadas com a cultura popular.

E, na sua interpretação, continua a mencionar a relação estabelecida do Grupo Arcos com a comunidade, vinculando-a a práticas culturais aplicadas que proporcionam resultados e oportunizam:

Além disso, o grupo desenvolve projetos que contribuem para a humanização das relações sociais, ministrando oficinas de danças folclóricas, cantorias, artesanato etc. Acredita, ainda, que o indivíduo ao fazer parte de um segmento cultural ativo na comunidade, tem a oportunidade de compreender o mundo de forma holística, pois é através do exercício constante, das suas práticas, nas questões que envolve o ser e o saber que as relações se constituem. Troca-se e agrega-se experiências entre as pessoas e os grupos. Desta maneira, a instituição oportuniza contatos com segmentos culturais que permitem compreender, resguardar e compartilhar os conhecimentos designados para tal fim. Ao fazer parte do Grupo Arcos me sinto duplamente feliz, por duas razões: a primeira delas consiste nas oportunidades que proporciona aos seus integrantes, principalmente nas trocas de experiências e das vivências com outros segmentos sociais e, a segunda, porque me proporciona se ter contato direto com uma organização não governamental, que permite ao integrante a participação, ver como age, como recebe e interage com os diferentes segmentos na sociedade. Ainda, me faz despertar para os aspectos relacionados à liderança, focada no compartilhamento, na solidariedade e na prática do voluntariado. Algo que considero importante no mundo

⁹³ Inicia as suas atividades no grupo ainda criança, colaborando com as atividades de guarda do acervo, após apresentação do grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, participou das atividades referentes às brincadeiras infantis, bailadora, porta bandeira e desenvolve as atividades como Conselheira da instituição. Profissionalmente é advogada e administradora de empresas.

que vivemos. Esses ensinamentos e trocas foram por mim incorporados e faz parte do meu cotidiano que não hesito em colocar em prática, no exercício das minhas atividades profissionais. (LOCKS: 2014).

Ainda, sobre a questão das relações externalizadas durante o processo de pesquisa na função de manter as práticas culturais, outras manifestações foram abordadas como ilustração de práticas⁹⁴. Menciono a primeira viagem internacional de intercâmbio cultural ao Arquipélago dos Açores (2001), a convite do Grupo Folclórico da Relva, da Ilha de São Miguel, citada pelos integrantes como prática cultural, com o objetivo de interagir com a cultura açoriana.

O convívio citado faz parte na manutenção das relações institucionais que estão voltadas à troca de experiências e na execução dessas práticas mantidos pelo intercâmbio local, nacional e internacional, que oportuniza a troca de experiências e das vivências, ao mesmo tempo em que divulga a cultura popular local vinculada às origens.

Mantidos pela mesma língua portuguesa, celebrações, manifestações e saberes participam de oficinas de danças folclóricas, que os conectam e faz perceber que os símbolos que cultuam em seus territórios como as festas de padroeiros, as procissões, as romarias, as novenas, o culto ao Divino Espírito Santo, são manifestação que aproximam da sua raiz cultural. Percebem que a cultura é dinâmica e que as conexões mantidas se traduzem no sentimento de pertença a partir dos símbolos que identificam na perpetuação das manifestações. Não importa se recriam para manter as tradições que vinculam a sua identidade.

A esse respeito, refere-se a pedagoga Maria Paulina Delagnello, integrante: “Toda história tem começo, meio e fim. O começo foi há treze anos. O meio é o que estamos vivendo, aprendendo, realizando. E, o fim, é e serão as sementes que plantamos e plantaremos. Valeu apenas semear no jardim dessa história”.⁹⁵ (DELAGNELLO: 2001). No dizer da integrante se observa durante o processo de pesquisa que as ações se renovam a cada ano e repercutem o que implantaram.

Ao se referir desta maneira incorpora a cultura da instituição como algo que que se constrói e que está constante movimento a partir do que herdaram e se

⁹⁴ Documento dirigido à presidente do Grupo Arcos, denominado “Manifestações de Carinho” manifestado pelo Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano, na Ilha de São Miguel, em agosto de 2001, acervo do Grupo Arcos.

⁹⁵ Documento dirigido à presidente do Grupo Arcos. Ibidem.

transmite na sociedade, considerando as oportunidades criadas e recriadas por cada um dos integrantes enquanto pessoas ativas na instituição.

Ainda, nesta mesma linha de raciocínio, relaciono o depoimento de uma mãe⁹⁶ que teve um filho adolescente até a fase adulta, no Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano. Estão nelas embutidas outras ações instituídas e que envolvem, desta feita, a educação transversal abordando o patrimonial cultural na formação do indivíduo. Assim se refere:

O Grupo Arcos foi fundamental na educação do meu filho. Com o grupo, aprendeu sobre os conceitos de cultura, relacionamento, respeito ao próximo e a olhar para a cultura de forma diferente e a gostar das coisas que envolve esse segmento. O que aprendeu foi importante na sua formação humana. (SALUM: 2015).

A razão da existência da instituição no cumprimento de suas funções extrapola a sua função no cuidado com o patrimônio, é algo que vai além da perspectiva da sua salvaguarda e contribui para a formação do indivíduo. A partir da contribuição na formação o caminho está exposto para que o indivíduo se empodere das coisas do lugar, pois se sente partícipe para contribuir com instituições dos mais variados níveis institucionais.

Afirma ainda, a conselheira Catarina Rüdiger, que “a interligação com a educação transversal é fundamental na formação do indivíduo. Tanto no grupo como fora dele”. A esse respeito colabora com a instituição nas ações pertinentes à divulgação e se envolve na captação de imagens sobre a cultura popular e ao folclore. Enfatiza os saberes e fazeres, gestos, lugares, paisagens, celebrações, as manifestações atribuídas, principalmente, o que é executado pelo grupo folclórico.

Utiliza a máquina fotográfica como instrumento na obtenção e coleta do material, compondo um acervo de imagens que destina à instituição de modo a valorizar e divulgar as práticas relacionadas às atividades do grupo e contribuir para o registro, enquanto documento histórico e formação do seu acervo permanente.

No envolvimento voluntário comunga com os objetivos da instituição. Na concepção interpretativa a chave para o desenvolvimento da sociedade está no reconhecimento da relação entre educação e cultura, neste sentido, considera as

⁹⁶ Andréa Salum é colaboradora do Grupo Arcos desde 1993.

práticas realizadas pela instituição importantes na formação dos indivíduos, tanto os que dele fazem parte, quanto para o contexto da sociedade. Reconhece que,

O Grupo Arcos procura colaborar na formação integral dos jovens. Acredita que cada indivíduo pode se organizar para tornar a sociedade melhor. A educação é um desses caminhos, aliada a outros segmentos. Tornando-os mais preparados e mais capacitados no exercício de suas funções. É através de instrumentos como esse, que ficam mais confiantes e conseguem mais oportunidades pessoal e profissional. É um direito da humanidade lutar por uma vida mais feliz para todos. A participação em grupos culturais e suas práticas é uma delas. A responsabilidade social e coletiva nos obriga a olhar para o todo e o exercício da cultura é uma delas, possui a capacidade de transformar as pessoas e cuidar do seu patrimônio cultural. Neste caso, o Grupo Arcos faz todo o esforço para contribuir para um mundo melhor. (RÜDIGER: 2012).

Através dos depoimentos dos informantes a relação com as práticas para a manutenção dos bens culturais e suas relações advêm de um caminho percorrido e consciente da organização que tem na sua missão e nos seus objetivos a sintonia administrativa, configurada na interação entre os seus membros e a comunidade. É algo pensado, articulado e colocado em prática pela diretoria, impulsionado pelo líder e fortalecido no apoio despendido pelos conselheiros e com a participação ativa dos seus integrantes. Esta característica interna lhe confere a legitimidade que transcende a sua fronteira.

No exercício diário para manter o funcionamento e o equilíbrio nas relações estabelecidas, tanto em nível interno quanto externo há que seguir as normas para manter as práticas no direito à memória. Neste caso, as instituições mantêm proximidades com instituições públicas e privadas através das práticas já relacionadas que se revertem em compartilhamentos socioculturais e noutras práticas relacionadas ao exercício da preservação.

Comparo o exercício ao fazer de uma roda de um engenho, quando bem talhada pelo artesão e colocada para funcionar, obedecendo a todos os seus encaixes, não há que dar errado. Seu trabalho está em reproduzir o movimento através do toque da água e essa, por sua vez, fará girar uma série de engrenagens que farão girar a farinha num grande tacho não deixando-a queimar. A peça, ao ser produzida, tem que ser perfeita ou estar próxima desse adjetivo, caso contrário o efeito será desastroso. Como se vê, a peça é um elemento do todo no processo,

assim como as articulações através das práticas são imprescindíveis para se atingir o bem comum.

A articulação proposta pelo grupo acontece de forma natural e espontânea e cumpre a função para a qual foi destinada. Ao refletir sobre a questão verifico que está nos detalhes da sua composição, o arcabouço para a obtenção e o alcance dos resultados que, na materialidade, aparecem como frutos da interação de trabalho que agrega as relações estabelecidas no conhecimento e na arte de administrar.

A engenharia funciona e agrega outros elementos, reflexo das experiências e do aprofundamento das singularidades relacionadas ao conhecimento individual disposto ao coletivo. A soma desta disposição gera o equilíbrio para o sucesso. Se olharmos pelo ângulo da razão na verdade não existe receita para ser fazer um bom trabalho em grupo há que se ter desprendimento, conhecimento e vontade de fazer. Considerando o que foi mencionado, o que existe é a disposição da organização em alcançar os seus objetivos, através de práticas laborativas propositivas. Se juntam a estas o desenvolvimento de programas e projetos, embora com começo, meio e fim, contribuem para a execução dos objetivos. É a partir de exercícios como este que os resultados aparecem e se conquista o reconhecimento da sociedade. Caso contrário, há que se rever os objetivos.

Certa vez, um Conselheiro do Núcleo de Estudos Açorianos, após uma palestra realizada pela presidente do Grupo Arcos, no seminário em comemoração aos 30 anos instituição (2012), pergunta: qual a receita para o bom desempenho de um grupo cultural, sem fins lucrativos e sem receita mensal, dar certo, a exemplo do Grupo Arcos?

A resposta emitida foi a seguinte: não existe receita pronta para esta ou aquela questão. No caso do Grupo Arcos, o que se observa, em primeiro lugar, é que os integrantes sabem onde estão inseridos. Gostam do que fazem e são unidos na busca da salvaguarda dos bens culturais locais e encontram na organização a motivação de vivência em grupo a partir das suas tradições. A partir desta questão as chances de um grupo dar certo depende da liderança, organização interna, clareza nos objetivos e demonstração nos resultados a partir do compartilhamento das ações e das parcerias realizadas, mesmo que sejam simbólicas. As práticas de execução têm que estar claras e os sujeitos empoderados socialmente.

O Grupo Arcos, por exemplo, não tem uma receita específica, mas age de acordo com os princípios coletivos estabelecidos no estatuto que encontra amparo na missão. Para ilustrar a questão desenvolve práticas que contribuem para a sua manutenção. A criação do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano é uma delas que tem a função de divulgar as ações da instituição e, através das suas apresentações, são cobrados cachês com valores pré-estabelecidos. Essa prática visa não deixar o grupo refém das instituições públicas, na busca de recursos para a sua manutenção. A alternativa criada dá origem à sustentabilidade, que, aliás, trata-se da fonte mais promissora.

Ao deflagrarmos a proposta de sustentabilidade se verifica que está em consonância com os seus objetivos e fundamenta-se em três palavras-chaves: foco, determinação e dedicação. Percebe-se, claramente que a organização interna é algo vivo e dinâmico e funciona pautada na liberdade de expressão, considerando a figura do líder que está à frente do processo e possui o despojamento em vincular a interação interna e a externa como fator importante para o fortalecimento da instituição. Postula-se ter a instituição uma cultura própria, baseada na execução dos seus princípios, firmado no espírito de solidariedade e de integração atribuído ao senso comum de organização, como já mencionado. Baztán, em seu estudo: a “Evolución etnográfica de cultura de la empresa”, chama a atenção para essa questão e ilustra com dois aspectos fundamentais tratado pela Antropologia organizacional:

(...) la cultura surge del proceso de interacción interna (sobre todo entre el líder y sus cooperadores) de cara a la consecución de los objetivos que constituyen “la razón de ser” (misión) de la organización. Por eso la cultura es definida como: un conjunto de elementos interactivos fundamentales, generados y compartidos por los miembros de una organización, al tratar de conseguir lá misión que dá sentido à su existência. BLAZTÁN:2008).

Sugere o autor que toda organização possui e desenvolve a própria cultura o que denomina de um corpo cultural expresso no seu conjunto: “los esquemas comunes de pensamiento, creencias, sentimientos y valores que resultan de las experiencias compartidas y el aprendizaje común” o que o autor denomina como cultura de grupo”.

Considerando o que está nominado os grupos são o reflexo dos desejos comuns compartilhados que se agregam e compartilham suas experiências, valores e crenças Assim se constituem para o seu fortalecimento, no caso específico, pautado em manter as tradições, reflexo de uma identidade própria constituída.

No entanto, o que é aparentemente espontâneo e livre no desenvolvimento de suas tradições e o trata de suas funções, é também, cercado por uma série de imposições legais, como por exemplo, ter que registrar o estatuto para, assim, ser reconhecido perante as autoridades constituídas a estar apto a manter relações institucionais, principalmente, no que tange a apresentação de projetos que envolve a aplicação de recursos de recursos públicos e privados.

Esta questão é, no mínimo, curiosa, pois se atribui às instituições o senso comum e libertário no que afeta as suas relações e ações junto à sociedade e, no entanto, para o seu reconhecimento, há que se legalizar. Essa questão lhe impõe de certa maneira o registro de princípio, parâmetros metodológicos organizacional na manutenção da organização, que lhe tira de certa maneira o caráter de liberdade associativa.

Parece aqui haver um equívoco. As organizações independentes, aquelas criadas nos terreiros e nos fundos de quintais das residências, nos campos de futebol, estão, hoje, submetidas à legislação imposta pelo poder público que as enquadra, na devida proporção, como qualquer outra organização, conferindo-lhes a “certidão de nascimento”. No entanto essa exigência tem prejudicado de certa maneira o andamento de muitos grupos culturais que nas suas esferas de atuação apresentam dificuldade, quando se esbarram com a burocracia. Na percepção legal não basta ter identidade própria e estar constituída de acordo com o desejo e a necessidade de um determinado grupo social. Há que se ter registro em cartório com Ata de fundação e adquirir o CGC-Cadastro Geral do Contribuinte.

O grupo que não possui a documentação não é reconhecido institucionalmente perante os setores públicos e privados, lhes é facultado o direito de participar de programas e ações governamentais e privadas, que envolvem recursos, o que não significa dizer, que não seja reconhecido pela sociedade e legitimado por ela.

Nesta linha de raciocínio, o Grupo Arcos, por meio do conjunto de experiências, possui o registro civil. É uma sociedade civil de direito privado, sem

fins econômicos, políticos, raciais ou religiosos, constituído por número ilimitado de pessoas físicas, sem distinção de nacionalidade, religião, sexo, cor ou raça⁹⁷, o que lhe confere a legalidade institucional, perante a Código Civil Brasileiro.

A estrutura organizacional está confirmada por seus objetivos voltados para conhecer, preservar, valorizar e divulgar as questões afetas ao patrimônio cultural do Estado Catarinense. Não obstante, está, o seu envolvimento particular, com a cultura de base açoriana, por ser, o município de Biguaçu, de povoamento predominante dessa matriz, embasado, ainda, no desejo permanente de salvaguarda dos bens culturais dessa referência composta pelo resultado de pesquisas em fontes primárias, secundárias e nos depoimentos e narrativas utilizando a oralidade.

Promove de maneira contínua a pesquisa e os registros através da elaboração de arrolamento⁹⁸ e descrição etnográfica das celebrações, dos saberes e fazeres e das manifestações culturais. Foca nos traços da cultura popular que estão ligados à história desses imigrantes que povoaram o município e o litoral catarinense. Seus objetivos são abertos e possuem o olhar para outras áreas do conhecimento que se cruzam. A educação é uma delas alicerçada no desenvolvimento das relações humanas na área da administração, foca a parceria com instituições afins e de outros segmentos sociais.⁹⁹

Ainda sobre este patamar referenciado na trajetória do grupo destaca-se o papel de liderança da presidente que, por ser historiadora de formação, professora, pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e ao ICOMOS,¹⁰⁰ está envolvida nas questões que tratam do patrimônio cultural brasileiro, o que lhe confere segurança e serenidade no tratamento e na forma de conduzir o grupo e compartilhar suas experiências na formação de novas lideranças. A esse respeito,

97 Passaporte Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu. Biguaçu, Alternativa: 2007. Está inscrito sob o CNPJ 85.385.771/0001-05. Seu Estatuto possui registro no livro A-02 às fls. 84v/86, sob o nº 145, do Registro de Pessoas Jurídicas, em 13 de julho de 200. É declarado de Utilidade Pública pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina desde 200 e pelo Município de Biguaçu, através da Lei no 227 de 9 de dezembro de 2005 e, também, cadastrado no Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu sob o no 091/2007.

98 Produziu o primeiro arrolamento cultural em 1989, percorrendo as comunidades e os bairros do município de Biguaçu.

99 Parceria com a instituição da cultura afro-brasileira no município, escolas e empresas públicas e privadas, associações de bairro, igrejas e fundações.

¹⁰⁰ Conseil International des Monuments et des Sites, Brasil, Santa Catarina, 1993.

comenta Acyr de Oliveira membro do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina e do Conselho do Núcleo Açorianos. (2015)¹⁰¹:

(....) o espírito solidário e disponível não hesita em compartilhar seu conhecimento e as informações referentes a cultura material e imaterial do litoral catarinense, para aquele que dela quer fazer uso e utiliza-o com desprendimento o que a distingue no espírito de liderança.(OLIVEIRA:2015)

Ainda na mesma lógica, comenta Orival Prazeres, membro-fundador do Grupo Arcos, ex-presidente do Rotary Club, e do Partido Social Democrático Brasileiro, sessão Biguaçu e membro da Academia de Letras do referido município, no texto denominado “GRUPO ARCOS, nascimento” (2004)¹⁰²: “Reconhecida por seu talento e compromisso com a cultura e a história do povo de Biguaçu e do litoral do Estado, dotada de espírito criativo e inovador, vibrante e de grande energia positiva.”

Assim, refere-se ao espírito de liderança despojado pelo líder do Grupo. Imposta a questão de liderança mostra o quão é fundamental ter numa instituição o espírito criativo, de liderança e de solidariedade disponibilizado ao bem comum e a serviço da instituição. É através destes que o reconhecimento interno e externo surge e ajuda fortalecer o grupo. Acyr Oliveira, no seu texto denominado “A Descoberta” (2015), dirigido ao Grupo Arcos, procede outros exemplos:

Quando fiz parte da comissão organizadora de uma festa baseada na cultura portuguesa, sai em busca de um aprofundamento cultural, para que a personalizasse com o objetivo proposto. Por esse caminho, tive a honra de encontrar presidente do Grupo Arcos, na cidade de Biguaçu. E foi assim que consegui, através do conhecimento adquirido nesse grupo, que alcançamos o sucesso almejado. Ao mantermos o contato com o Grupo Arcos, a disponibilidade em nos passar a história luso-açoriana nos fez ser um assíduo visitante aos seus ensaios, apresentações e tiradúvidas. (OLIVEIRA:2015, p.1)

A questão a que se refere está atribuída ao espírito solidário, disponível, aliado à vontade de estabelecer conexões e trocas de experiências com pessoas, instituições públicas e privadas e outros grupos culturais. Esta prática se

¹⁰¹ Escolhido entre os pares para a Cadeira do Patrimônio Imaterial e da Cultura Popular, biênio 2015 a 217. Enquanto Conselheiro do Núcleo de Estudos Açorianos de Santa Catarina o cargo é permanente e trata-se de ação voluntária.

¹⁰² Texto, acervo do Grupo Arcos Pró-resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu.

caracteriza em ser uma instituição cidadã voltada a estabelecer parcerias institucionais que ajudam a manter o equilíbrio social e político. Convém lembrar que esta prática é também utilizada por empresas públicas e privadas para alcançar os seus objetivos e metas organizacionais, no trato a instituições sociais e culturais.

Outro ponto importante a ser salientado está no resultado da relação que se estabelece. A partir da parceria ela gera o sentimento de pertença sobre algo de interesse comum e permite que as pessoas que dela façam parte passem a conhecer melhor a instituição. Essa junção de interesses distancia a falta de conhecimento e agrega as forças. Outro fator considerado pelo Grupo Arcos, nesta tendência, está em estabelecer uma política de boa vizinhança, socializar o conhecimento, dar espaço ao diálogo que permita valorizar a identidade cultural. Quanto mais houver entendimento da sociedade sobre as ações e as práticas adotadas, mais transparente torna-se a instituição frente aos atos que pretende realizar.

Ainda, sobre o comentário realizado pelo referido Conselheiro do Núcleo de Estudos Açorianos, quando se refere ao líder do grupo, observa-se que destina o seu projeto particular de pesquisa e de vida à instituição na confiança de oportunizar ao cidadão o acesso à cultura, imbricada no que atribui à socialização do conhecimento compartilhado entre as pessoas, respeitando a diversidade cultural e o pluralismo. Considera ser esta a chave do entendimento entre as pessoas para se manter o respeito às tradições culturais, ponderando os valores atribuídos e os princípios de cada um, reconhecidos e vivenciados pela memória coletiva.

Neste sentido, compartilha das múltiplas formas de se entender, tratar e viver o patrimônio cultural como algo a se apreciar, conhecer, compreender e distinguir como realidades que se projetam na formação de um mundo melhor. Há um ditado popular que diz “só se ama aquilo que se conhece” e só se distingue aquilo que se percebe e nos toca, caso contrário, fica adormecido na memória e só reavivamos quando temos a oportunidade de trocar com o outro e perceber o que realmente faz parte da nossa formação cultural.

O Grupo coloca em prática ações que estão vinculadas à divulgação das atividades, utilizando como suporte: exposições fotográficas e de utensílios relacionadas à cultura popular, realização de palestras, oficinas de danças e cantorias folclóricas, pinturas em painéis (técnica de grafite realizada em painéis na

cidade, utilizando como espaço os muros e paredes de prédio no centro urbano da cidade), com a participação de artistas locais, desfiles cívicos. Elaboração de barracas voltadas para a gastronomia de referência cultural açoriana, executada durante a festa do Município e das mesas também relacionadas à gastronomia da etnia para festas e eventos turísticos culturais. Montagem de espetáculos e peças teatrais ligadas às manifestações culturais relacionadas à literatura popular e voltadas para o imaginário da cultura popular local.

Na trajetória da instituição percebe-se a existência de uma harmonia institucional baseada nos caminhos traçados e definidos há mais de duas décadas e meia de existência, estampada nas crenças e ideias compartilhadas por suas lideranças. A esse respeito, compartilho com Ángel Aguirre Baztán, quando atribui:

Para alcanzar la misión que dá sentido a la actividad de la “empresa” o tarea organizacional, el líder crea rumbos y caminos. A esta tarea entrega su esfuerzo biográfico, enmarcado em la cosmovisión de sus ideas y creencias. Por ello, como diria Schein, liderazzo y cultura son dos caras de la misma moeda. (BAZTÁN:2008).

À luz da interpretação, considera-se ser o papel desempenhado do Grupo Arcos, talvez uma das mais importantes instituições de voluntários que despence seu tempo as práticas culturais para manter o resgate e a salvaguarda do patrimônio imaterial, focando a cultura popular e o folclore como um dos elos de entendimento das práticas identitárias.

Sua cosmovisão está centrada na pesquisa, e nas relações humanas que estabelece com os integrantes, respeitando a individualidade de cada um no trato com o outro e com a sociedade civil, reconhecendo os resultados dos trabalhos e das mudanças instituídas, do empoderamento individual e coletivo, através das manifestações culturais e das práticas culturais que institucionaliza para obter a salvaguarda dos bens, o reconhecimento aos mestres dos saberes, verdadeiros guardiões do saber e, considera que neste sentido está a compreensão da identidade local, através dos valores que identificam e preservam. Transparece nesta visão, a lógica atribuída no slogan Grupo Arcos “ideia que deu certo”, outro elemento instituído a partir do reconhecimento da sociedade. Transferem a frase toda a relação de sentimento de pertença que resume o resultado das normas, dos

valores, as ideias, as atitudes, o comportamento, os símbolos, as crenças naquilo que acreditam e compartilham no território do Grupo e fora dele.

Atribuem a “ideia que deu certo” estampadas em camisetas de uso próprio o resultado da essência de um comportamento coletivo, compartilhado que resume o efeito do trabalho, onde cada integrante se percebe naquilo que contribui para a cultura da instituição nas suas ideias e abstrações.

CONCLUSÃO

Este trabalho não tem a pretensão de ser conclusivo, espera sim, que motive outros integrantes da instituição e fora dele a buscar elementos para complexidade de um tema tão apaixonante que é a cultura popular brasileira nos seus mais variados tons.

No entanto, referencia-se ser as práticas culturais institucionalizadas formas democrática que estimulam aos cidadãos cada vez mais à participação social e cultural, valendo-se da sua história, dos símbolos, das danças, lendas, mitos, saberes e fazeres, reflexo tantas vezes, de uma memória oculta que busca-se entender se valendo muitas vezes de projetos de pesquisa instituídos. E, que se utilizando dessa prática se identifica nas comunidades e nos grupos culturais o surgimento de líderes vocacionados para cuidar da área da preservação do patrimônio cultural..

Levados por essa intenção estimulam outros grupos culturais que trilham o mesmo caminho, durante o processo de pesquisa e conduzem ao debate local, para que mais pessoas se engajem em ações coletivas. Provocam a participação de profissionais dos mais variados campos do conhecimento para que as instituições não-governamentais continuem no caminho que se proponham.

Cumpra o seu papel de agente social cultural a partir das múltiplas interpretações relacionados ao termo cultura, memória e identidade o que a “teia de significados” (GEERTZ:1989), tecida nos seus ambientes sociais reproduzam os feitos dos saberes e fazeres na construção da trama no reconhecimento da cultura popular, enquanto valores fortalecidos no empoderamento social reconhecem os elementos que são capazes de fazer valer o exercício da cidadania,

As pesquisas realizadas e abordadas no arrolamento cultural certamente foram de importância para conjugar o fazer, e estimular o sentimento de pertença no corredor cultural litorânea catarinense e o compromisso institucional do Grupo Arcos, certamente, retratam de maneira absoluta a diversidade e os contrastes da cultura popular existente a partir dos descendentes açorianos, que mostra-se de forma singular no seu legado. As simbologias, lendas, crenças, celebrações, danças, saberes, fazeres, literatura retratada por seus grupos sociais nesses mais

de duzentos e sessenta anos de imigração reproduzem o modo de ser e de viver das gerações representadas por um sentimento de pertença.

Da pesquisa no corredor cultural catarinense se produziu o arrolamento e as descrições etnográficas dos 38 municípios se constituindo numa amostra, organizada, que está em consonância com os objetivos e pauta direcionada de forma concreta ao trabalho realizado pelo Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu que produz uma atuação que lhe confere identidade própria refletida pelas práticas culturais que executa para obter a salvaguarda do patrimônio imaterial. Possui uma cultura própria e por ela é reconhecida por outras instituições até mesmo fora do país, onde existe grupos relacionados ao à cultura popular. Seus integrantes são os verdadeiros protagonistas das ações que executam num estado híbrido de culturas múltiplas.

Ao abordar os conceitos de cultura, memória e patrimônio recorre aos mestres e mestras do saber popular, informantes, instituições culturais e sociais para obter as narrativas através da pratica da oralidade os conhecimentos legado, mas muitas vezes oculto. Considera o imaginário individual e coletivo cristalizado no sentimento de pertença como uma das vertentes de se entender o que foi produzido pela ação do homem nos seus diferentes universos. Essa singularidade tem envolvido sua missão e a relação com outros grupos culturais na organização da salvaguarda do patrimônio cultural num esforço de proporcionar a visibilidade na coletividade.

Os resultados descritos, atribuídos durante a pesquisa, acrescido pelas experiências pessoais, vivências e conexões com os informantes, estabeleceram de forma conscienciosa e criteriosa, uma relação de confiança com as comunidades no transcorrer do processo. Desta maneira, a amostra dos bens culturais produzida formam um conjunto visível das observações pertinentes à análise na sua composição a partir do papel desenvolvido por instituições culturais, onde cada sujeito se reconhece no seu universo e é parte do que compõe o todo catarinense a partir das ações e práticas que estabelecem e executam para atingir o empoderamento sociocultural como uma das formas de compreensão identitária.

No processo de pesquisa reflete sobre os conceitos de memória, identidade, cultura, empoderamento e sentimento de pertença na sua relação no contexto individual e coletivo. Relaciona ao papel que desenvolve na criação, recriação de simbologias, reprodução de representações das manifestações culturais,

construindo valores de cidadania e de proteção ao patrimônio. No processo se vale do conceito atribuído por Geertz, quando se reporta a centralidade de cultura relacionada a “redes de significados” às quais estamos sempre imersos e ao conceito de Marshall Sahlins, quando estabelece a centralidade no processo de simbolização na produção humana foi fundamental para se entender essa memória oculta que produz os elementos e proporcionam a vida nas relações humanas.

Assim, o trabalho executado pelo Grupo Arcos na preservação do patrimônio cultural imaterial é considerado pelas instituições congêneres, informantes e participantes, como um símbolo de referência cultural com cultura própria no tratamento da salvaguarda do patrimônio imaterial de matriz açoriana no litoral catarinense. A abertura à participação coletiva se constitui num verdadeiro exercício democrático às práticas coletivas de inclusão sociocultural que reverte-se em atrativo e incentivo para os elementos do Grupo se portarem frente aos seus objetivos e dos resultados obtidos quando se trata da formação humana.

Conclui-se que no caminhar observa-se a busca constante dessas ações que conferem o desenvolvimento da pesquisa, da manutenção, da dinamização e da interatividade com outros grupos culturais inseridos nas suas comunidades e que compactuam dos mesmos desejos e anseios voltados ao reconhecimento da cultura popular e do folclore como algo que deve ser percebido, construído e que se inclui numa sociedade plural capaz de entendê-la e valorizá-la.

Essa memória, muitas vezes, oculta faz refletir sobre a importância de se ter na comunidade uma instituição não-governamental, voluntária, no cumprimento do seu papel sociocultural.

A relação estabelecida com os grupos sociais, informantes das comunidades e suas inúmeras experiências, contribuiu para agregar conhecimento, compartilhar as vivências e de reafirmar o compromisso com o campo da Antropologia Cultural, para compreender as múltiplas relações estabelecidas.

A relação de interatividade entre os segmentos sociais estabelece uma troca recíproca de infinita fonte de conhecimento, permeando as inter-relações profissionais e afetivas. O Grupo Arcos, por exemplo, está sempre em constante processo de pesquisa estimulado a autoestima de seus participantes, conduzindo-os a desenvolver projetos relacionados a divulgação e à proteção do patrimônio cultural imaterial, concebendo cultura nas suas mais variadas formas de produção humana e de interpretações.

Conclui-se, ser o Grupo Arcos, reconhecido pela sociedade e entre os seus pares como uma instituição de fonte inesgotável de pesquisa e de interpretações se utilizando do campo da Antropologia Cultural para entender as relações estabelecidas com outras instituições e grupos sociais através da aplicabilidade de práticas culturais que institui para manter a salvaguarda do patrimônio imaterial. É considerado por seus pares uma referência cultural e um produtor cultural, quando trata da organização e implantação das práticas, abordando a cultura local. Mantém em constante atualização o arrolamento e a descrição etnográfica das manifestações culturais do litoral catarinense, sendo seguido por grupos culturais.

O esforço da instituição em salvaguardar os bens culturais reflete o trabalho, envolvimento a integração dos componentes do Grupo e a relação substancial do papel que cada um desempenha na tentativa permanente de reforçar o empoderamento social e o sentimento de pertença da coletividade.

Percebe-se ser esta uma transformação lenta, porém continua nos últimos 30 anos, considerando o surgimento de novos grupos culturais, o reconhecimento dos trabalhos realizados, as interpretações dos informantes que detêm o saber motivados por sua história carregada de símbolos que abriga elementos que resignificam o trabalho e produzem o resultado transcrito no arrolamento, utilizado pela instituição. No conjunto de práticas que utiliza para proceder a visibilidade do patrimônio imaterial e a sua salvaguarda, talvez, a prática cultural mais significativa consiste no projeto de criação do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano cujo objetivo está centrado em divulgar as ações instituídas e aprovadas, quando refere-se a proteção das manifestações culturais de matriz açoriana no litoral catarinense. É através dessas ações que o trabalho se mantém, ganha volume permeia a sua base cultural e contribui para a visibilidade perante outros grupos étnicos.

Essa condição gera um certo conforto administrativo pelo lastro institucional construído. No entanto, por tratar-se de uma grupo cultural de características voluntárias há que manter a liberdade associativa para que novos elementos se agreguem e dediquem parte do seu tempo na continuação da salvaguarda do patrimônio cultural, contribuindo com seus valores e conhecimento para o exercício da cidadania se valendo da “memória como um fenômeno individual e social fundamental para a construção da história” (PIPPI:2005).

REFERÊNCIAS

Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Volume II, Florianópolis: IOESC, 1950.

Anais do Simpósio Comemorativo ao Cinquentenário do I Congresso de História Catarinense e 250 Anos da Presença Açoriana em Santa Catarina. 8 e 9 de setembro de 1998. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1998.

Anais do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1971.

AFONSO, João. **O traje nos Açores**. Terceira-Açores: Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, 1987.

AGUIRRE, A. (org) **Cultura e Identidade Cultural**. Barcelona: Bardenas, 1997.

ALMEIDA, Cleide Rita. **O humano, lugar do sagrado**. São Paulo: Olho d'água, 1996.

ANDRADE, Júlio. **Bailhos, Rodas e Cantorias**. Faial-Açores: Câmara Municipal da Horta, 1960.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities. Reflections on the Origins and Spread of Nationalism**. Londres/Nova York: Verso, 1991.

ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e Antropologia: olhares fora-dentro**. São Paulo: Estação Liberdade, Edusc, 2002.

ARAÚJO, Alceu M. **Cultura Popular Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

AYALA, Marcos; Ayala, Maria Ignez Novais. **Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise**. São Paulo: Ática, 1987.

AUGÉ, Marc e COLLEYN, Jean-Paul. **A Antropologia: Perspectivas do Homem**. Lisboa: Edições 70, 2005.

AZEREDO, Flávio Antônio. **Herança açoriana nas danças tradicionais do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre conceitos de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BARRIO, Angel-B. Espina. **Manual de Antropologia Cultural**. Recife: Massangana, 2005.

BELTRAME, Valmor. **Teatro de bonecos no Boi-de-Mamão**: festa e drama dos homens no litoral de Santa Catarina. 1995. 230 f. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BELTRÃO, Luiz. **Comunicação e folclore**: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação e expressão de ideias. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BELTRÃO, Luiz. **Folk comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

BERNARDES, Elizabeth L. Jogos e brincadeiras: ontem e hoje. Uberlândia. Cadernos de História da Educação, n 4 jan./dez.2005. Edufu, 2006.

BERSI, Pedro. **Frankilin Bento**: causos, bruxas antigas e novas histórias. Itajaí: Berger, 2001.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel. 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas: Papyrus, 1989.

BRETÃO, José Noronha. **As danças do Entrudo uma festa do povo** teatro popular da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura, 1998.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Média- Europa 1500-1800**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Laudes, 1970.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro memória I**. Florianópolis: [s.n.], 1971.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os açorianos**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Potes, Rendas, Trovas e um Congresso de História**. Atualidades, Julho de 1948.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os açorianos. Contribuição ao estudo do Povoamento e da Evolução Econômica e Social de Santa Catarina**. Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense, Vol. II. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1959.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Contribuição aos estudos dos folguedos populares de Santa Catarina.** Florianópolis: Boletim da Comissão Catarinense de Folclore IV (15-16), 1953.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Olaria Josefense.** Angra do Heroísmo: Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira 9. 1951.

CALDEIRA, Almiro. **Reminiscências Açorianas.** Boletim da Comissão Catarinense de Folclore I (1), 1949.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp, 2006.

CANCLINI, Nestor García. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARDOSO, Simone Rossi. **Memórias e Jogos Tradicionais Infantis: lembrar e brincar é só começar.** Londrina: Eduel, 2004.

CARNEIRO, Márcio Matos. **Origem dos nomes dos municípios de Santa Catarina.** Blumenau: Nova Letra, 2006.

CARUSO, Raimundo C. **Franklin Cascaes: vida e arte, e a colonização açoriana.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

CARUSO, Raimundo C. e CARUSO, Mariléa M. Leal. **Vida e cultura açoriana em Santa Catarina: 10 entrevistas com Franklin Cascaes.** Florianópolis: Edições da Cultura Catarinense, 1997.

CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina.** 5. Ed., 2 v. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do folclore brasileiro.** São Paulo: Global, 2001.

CATÁLAGO BARCOS DO BRASIL (org) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação liberdade; Editora Unesp, 2010.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COELHO, Gelci José e PEREIRA, Francisco do Vale. **O Pilão na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC / MU, 2005.

COELHO, Gelci José. Frankilin Cascaes, Narrador de Causos Fantásticos. In: Cascaes. F. **O Fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Vol.II. Florianópolis: UFC, 1992.

COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. **Memória Histórica da Província de Santa Catarina**. 2 ed. Florianópolis: Tip.J.J, Lopes, 1977.

CONWAY, D.J. **Altars Magia e Ritual**. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004.

CÔRTEZ, João. **Danças Tradicionais Rio-Grandenses**. Passo Fundo: Padre Berthier, 1994.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. Curitiba: Ibpes, 2008.

COSTA, Pe. Auricélio. **A Nossa História do Nosso Jeito - projeto resgate histórico das comunidades da Paróquia de Imaruá SC**. Tubarão: Hunaité, 2005.

CORREA, Isaque de Borba. **Porambuba-Papa-Siri**. Catalogação de manifestações inéditas do folclore do centro do litoral catarinense. Florianópolis: Academia Brasileira de Letras, 2001.

CORRÊA, Isaque de Borba. **História de duas cidades: Camboriú e Balneário Camboriú**. Balneário Camboriú: Ed. do Autor, 1985.

CORREIA, Luiz Nilton. Festa do Divino Espírito Santo: **Dos Açores ao Brasil, um estudo comparativo**. Tese de Doutorado, Salamanca: USAL, 2012.

COUTINHO, Ana Lúcia; RÜDIGER, Catarina. **Florianópolis: Ilha Açoriana/Florianópolis: Azorean Island**. Florianópolis: Mares do Sul, 1998.

COUTINHO, Ana Lúcia. (org). **As Benzeduras de Maria Olímpia dos Reis**. Florianópolis: Alternativa, Coleção Grupo Arcos, 2007.

COUTINHO, Ana Lúcia.. (org). **Grupo Arcos: ideia que deu certo**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2001.

COUTINHO, Ana Lúcia. (org). **Passaport Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória, Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu.** Florianópolis: Alternativa, 2007.

COUTINHO, Ana Lúcia..(Org.). **São Miguel da “Terra Firme”:** 250 anos 1747-1997. Florianópolis: Edeme, 1997.

COUTINHO, Ana Lúcia. Devaneios de Verão (diversos autores). In: **O Imaginário Açoriano.** Academia de Letras de Biguaçu.2002.

COUTINHO, Ana Lúcia. **Arrolamento do Patrimônio Cultural de Biguaçu.**(Inédito).Biguaçu: Grupo Arcos:1989.

COUTINHO, Ana Lúcia. **Biguaçu: História e Memória.** In:Rüdiger, Catarina Maria (org), Blumenau: Nova Letra, 2013.

COUTINHO, Ana Lúcia e LIMA, André (Itú) Luiz (fotografias).**Arrolamento do Patrimônio Imaterial do Litoral Catarinense.** Florianópolis: IPHAN, 2006.

COUTINHO, Ana Lúcia e ARAUJO, Iaponan Soares. **História de Biguaçu através de sua Gente.** Florianópolis: Imprensa do Estado, 1983.

COUTINHO, Ana Lúcia. e ARAUJO, Iaponan Soares. **Vamos Conhecer Biguaçu.** Florianópolis: Imprensa do Estado, 1983.

CUCHE, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais.** Bauru (São Paulo): EDUSC,1999.

CUNHA, Regina. **Da tecelagem ao traje: Aspectos da Vida Jorgense.** Angra do Heroísmo: BLU edições, 2000.

CUNHA, Danilo Fontanele Sampaio. **Patrimônio Cultural: Proteção Legal e Constituição.** Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

D'ÁVILA, Edison, D'Ávila, Marcia. **Festas e tradições populares de Itajaí.** Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2001.

DA MATTA, Roberto. **Notas sobre el simbolismo dela comida em Brasil.** In: revista L'Homme, França,1988.

DA MATTA, Roberto. **Relatizando: uma introdução à Antropologia Social.** Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DA MATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E.O. (org). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandro e heróis: por uma Sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

DANTAS, Beatriz, Góis. **Tu me ensina a fazer renda - Gerações e processos de aprendizagem de ofícios tradicionais**, in: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Patrimônio Imaterial e Biodiversidade, nº 32, p.225 a 243. Brasília, 2005.

D’EÇA, Othon. **Homens e algas**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1978.

DIAS, Francisco José. **Cantigas do povo dos Açores**. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1981.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELÍADE, Mircea. **Imagens e Símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico - religioso**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Enciclopédia **Delta Universal**. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1984, vol. 10.

ETZEL, Eduardo. **Divino: Simbolismo no Folclore e na Arte Popular**. São Paulo: Livraria Kosamos Editorial, 1995.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil Meridional - uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura Açores e o litoral catarinense: um livro para o ensino fundamental**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1998.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo: 500 anos, litoral catarinense: um livro para o ensino fundamental**. 2. ed. Florianópolis: Ed. do Autor, 2000.

FARIAS, Vilson Francisco de. **De Portugal ao Sul do Brasil 500 anos** história, cultura, turismo. Florianópolis: Ed. do Autor, 2001.

FERREIRA, Sérgio Luiz (org.). **Histórias quase todas verdadeiras** 300 anos de Santo Antônio e Sambaqui. Florianópolis: Ed. das Águas, 1998.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do boi: palavras, sentidos, ficções**. Florianópolis:

Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A invenção da açorianidade**. In: Ô Catarina! Florianópolis, julho/agosto, 1996.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Teatro da vida, cenários da história: a farra do boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina: leitura e interpretação**. 1991. 341 f. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A Farra do Boi. Palavras, Sentidos, Ficções**. Florianópolis: UFSC, 1998.

FONTES, Henrique da Silva. **A Irmandade do Senhor dos Passos e o seu hospital, e aqueles que os fundaram**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1965.

FONTES, Henrique da Silva. **Corações de Pão-por-Deus**. Florianópolis: Boletim da Comissão Catarinense de Folclore II (11), 1952.

FRADE, Cásia. **Folclore/ Cultura Popular: Aspectos de sua História**. Unicamp. Disponível em: <www.unicamp.br/folclore/material/extrasaspectos.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2015.

FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES. **Roteiro das manifestações culturais do município de Florianópolis**. 2. ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1995.

FUNR, Gabriela (Coord.). **Estudos sobre a cultura popular**. Açores: Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios sobre antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.,

HERRERA, Mercedes Cano. **Entre anjanas y duendes, mitologia tradicional ibérica**. Valladolid: Castilla Ediciones. 2007.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

JANCSÓ, István; RANTOR, Íris (Orgs.). **Festa, cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Ed. da USP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001. v. 1.

KOFES, Suely. **Experiências Sociais, interpretações individuais: história de vida, suas possibilidades e limites**. Cadernos Pagu (3), 1994.

KRIEGER, Maria do Carmo Ramos. **Penha, Santa Catarina: o relicário do Divino**. (Fotocópia). Penha: 2003. (Fotocópia).

LACERDA, Eugênio. **De praiano indolente a açoriano-descendente- a emergência da cultura açoriana em Santa Catarina**. Adaptação da Tese de Mestrado em Antropologia Social, USFC, Florianópolis, 2003.

LACERDA, Eugênio. **Farra do Boi: introdução ao debate**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1990.

LACERDA, Eugênio. **O Atlântico Açoriano. Uma Antropologia de Contextos Globais e Locais da Açorianidade**. Florianópolis: UFSC, 2003. Disponível em http://www.musa.ufsc.br/docs/eugenio_tese.pdf. Acessado em 24 de maio de 2015.

LAPLANTINE, François. **A especificidade da prática antropológica: In: Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

LE Goff. **História e Memória**. (Campinas) São Paulo: UNICAMP, 1990.

LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007.

LEAL, João. **Açores, EUA, Brasil: Imigração e Etnicidade**. Direção Regional das Comunidades: Nova Gráfica, 2007.

LEAL, João. **Açorianidade: Literatura, Política, Etnografia (1880-1940)**. In: Revista Etnográfica. CRIA, Vol.II, n 2, 19997. Livros Horizontes, 2006.

LEAL, João. **Antropologia em Portugal: Mestres, Percursos e Tradições**. Lisboa: Livros Horizontes, 2006.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Pie Monte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

LÉVI-STRAUSS, CLAUD. **Mito e Significado.** Lisboa: Edições 70, 2007.

LIMA, A. C de. **Folclore Açoriano.** In: boletim da Comissão Catarinense de Folclore II (5). Florianópolis, 1950.

LIMA, André Luís. **Anteprojeto de Restauração do Casarão Born.** Florianópolis, 2002.

LOCKS, Ana Lúcia Coutinho e SOARES, Iaponan. **História de Biguaçu através de sua gente.** Biguaçu: Prefeitura Municipal, 1989.

LOPES, Frederico. **Notas de Etnografia.** Instituto Histórico da Ilha Terceira: Angra do Heroísmo, 2003.

LOPES, Antônio Herculano; CALABRE, Lia (Orgs.). **Diversidade Cultural Brasileira.** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

LUPI, João [Eduardo P. B]. Açores e açorianos na obra de Franklin Cascaes. In: **Anais do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, 1987/1988.**

LUPI, João Eduardo P. B.; LUPI, Suzana M^a. **São João do Rio Vermelho memória dos Açores em Santa Catarina.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. [19--].

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos no Arquipélago da Nova Guiné e Melanésia. São Paulo: Abril, 1976.

MANSON, Michel. **História do brinquedo e dos jogos – brincar através dos tempos.** Lisboa: Editorial Teorema, 2002.

MARCONI, Maria de Andrade e PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia uma Introdução.** São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. **Festas populares dos Açores.** [s.l.]: [s.n.], 1985.

MARTINS, Guilhermes d'Oliveira. **Patrimônio, Herança e Memória: a cultura como criação**. Portugal: Gradiva, 2009.

MARTINS, J. H. Borges. **Crenças populares da Ilha Terceira I: o lobisomem - as feiticeiras as bruxas benzeduras**. Lisboa: Salamandra, 1994.

MARTINS, J. H. Borges. **Crenças populares da Ilha Terceira II: almas do outro mundo o diabo encantados**. Lisboa: Salamandra, 1994.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil – 1764-1829**. Tradução de Selena B. Viana. São Paulo:USP,1978.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura, História, Cidade e Trabalho**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

MAUSS, Marcel. **Sociología y Antropología**. Madrid: Editorial tecnos, 1979.

MEIRELES, Cecília. **Panorama Folclórico dos Açores especialmente da Ilha de São Miguel**. In: Insulana XI,1955.

MELO [Filho], Osvaldo Ferreira de. **O Terno de Reis no folclore catarinense**. Florianópolis: Oficinas da I.O.E, 1950. 16 p.

MELO [Filho], Osvaldo Ferreira de. **Temas Açorianos**. In: Boletim da Comissão Catarinense de Folclore I (1), 1949.

MELO [Filho], Osvaldo Ferreira de. **Notas e Pesquisas sobre o Boi de Mamão**. In: Boletim da Comissão Catarinense de Folclore IV (15-16), 1953.

MELO [Filho], Osvaldo Ferreira de. **Influência Cultural dos Açores em Santa Catarina**. In: Congresso de Comunidades Açoriana. Angra do Heroísmo: Direção dos Serviços de Emigração, 1986.

MELO [Filho], Osvaldo Ferreira de.(Org.). **História sócio-cultural de Florianópolis**. Clube 12 de Agosto/ IHGSC. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

MELO [Filho], Osvaldo Ferreira de e ROSA, Hélio Teixeira da. **Um estudo de sobrevivência cultural na relação Flandres/ Açores / Santa Catarina (Brasil)**. In: IIIª SEMANA DE ESTUDOS DA CULTURA AÇORIANA E CATARINENSE, 1989, Ponta Delgada. Ponta Delgada: Barbosa e Xavier, 1993.

MENDES, Hélder Fonseca. **Festas do Espírito Santo nos Açores proposta para uma leitura teológico-pastoral**. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura e Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. 2001.

MENDONÇA, Luís. **História dos Açores visão geral séculos XV e XIX**. Ponta Delgada: Açores, 1996.

MENDONÇA, Luís. **Aspectos da Vida Quotidiana nos Açores: perspectiva histórica**. Ponta Delgada: 1998.

MENDONÇA, Luís e Ávila, José. **Emigração Açoriana (Sécs. XVIII a XX)**. Lisboa: Edição dos autores, 2002.

MENEZES, Avelino. **Estudos de História dos Açores**. Ponta Delgada-Açores: Jornal de Cultura Artes Gráficas e Publicações, Ltda, 1995.

MENEZES, Manuel de Souza. **Os Casais Açorianos no Povoamento de Santa Catarina**. In: Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira 10,1952.

MIRANDA, Danilo Santos de (org). **Memória de Cultura**. São Paulo:SESP, 2007.

MORAES FILHO, Mello. **Festas e Tradições Populares no Brasil**. Belo horizonte: Itatiaia, 1999.

MOTA, Alisson. **Canções do folclore da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2001.

MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz Resende. **Inventários de Identificação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NOVAES, Adauto (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NUNES, Lélia Pereira. **Caminhos do Divino – Um olhar sobre a festa do Espírito Santo em SC**. Florianópolis: Insular, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2000.

ORTIZ, Renato. **Cultura popular: românticos e folcloristas**. São Paulo: Olho d'Água,1992.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, rito e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PELLON, Eloy Gómez. **Oralidade e Memória: sobre los testimonios del pasado**. ETNIAX: revista de estudos etnográficos, N 4. 2012.

PELLON, Eloy Gómez. **Ruralidade y discursos: del caso español de Cantabria**. AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana,. Vol 7. N3, 2012.

PELLON, Eloy Gómez. **De re etnográfica: pensando em el patrimônio cultural**. Anales de la Fundación Joaquín Costa, N17, 2000.

PEIRANO, Mariza G.S. **Rituais: Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PEIRANO, Mariza G.S. **O dito e o feito: ensaios de Antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PELUSO JR., Victor Antônio. **A favor da Etnografia**. Série Antropologia 130. Brasília, 1992.

PELUSO JR., Victor Antônio. **O Dito e o Feito: Ensaios de Antropologia dos Rituais**. Rio de Janeiro: Delume Dumaía, 2002.

PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: ed. da UFSC: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, 1984.

PEREIRA, Júlio César. **O conceito de cultura na Constituição Federal de 1988**. In: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Faculdade de Comunicação – UFB, 2008.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Contributo açoriano para a construção do mosaico cultural catarinense coletânea de trabalhos do autor versando a presença do português açoriano na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Papa-Livros, 2003.

PEREIRA, Nereu do Vale. **As Folias e a Festa do Divino Espírito Santo: ribeirão da Ilha, Vida e Retrato: Um Distrito em Destaque**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural. Uma visão antropológica**. (Tenerife) España: ACA Y PASOS, RTPC, 2009.

PIAZZA, Walter Fernando. **A epopéia açórico-madeirense (1746-1756)**. 2. ed. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1999.

PIAZZA, Walter Fernando. **E a semente frutificou (Relações Culturais do Brasil Meridional com os Açores)**. In: III Congresso das Comunidades Açorianas. Angra do Heroísmo: GEACAI, 1991.

PIAZZA, Walter Fernando. **Apontamentos sobre o “Pão-por-Deus”**. In: Boletim da Comissão Catarinense do Folclore VI (22). Florianópolis, 1956.

PIAZZA, Walter Fernando. **Contribuição ao Folclore do Boi de Mamão**. In: II (8). Florianópolis, 1951.

PINTADO, Margarida del Olmo. **Dilemas éticos em Antropología: las entretelas del trabajo de campo etnográfico**. Madrid: Editorial Trotta, S.A., 2010.

PIPPI, Gladis. **História Cultural das Missões, Memória e Patrimônio**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2005.

PIRAPELI, Rosa Gaudino Percival. **Festas de Fé**. São Paulo: Metavideo SP Produção e Comunicação Ltda, 2003.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção ao patrimônio Cultural: o tombamento como instituto**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos 5, n.10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos 2, n.3, 1989.

PRATS, Llorenç. **Antropología y Patrimonio**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

FREITAS, Cesar Gomes, **Desenvolvimento Local e Sentimento de Pertença da Comunidade de Cruzeiro do Sul – Acre**, Campo Grande: (S.E.), 2008.

QUINT, Ivete Ouriques; GULARTE, Marisa; LOPES, Marize Amorim (Orgs.). **Danças Folclóricas da Ilha de Santa Catarina: dança do Pau-de-fita e Arco-de-Flores, dança do Cacumbi ou Ticumbi, dança da Quadrilha**. Florianópolis: UFSC: Secretaria de Estado e do Esporte, 1990.

RAPOSO, Paulo. A construção antropológica de um terreno: performances culturais. In: CARIA, Telmo H (org.). **Experiências Etnográficas em Ciências Sociais**. Porto: Ed, Apontamento, 2002.

RÜDIGER, Catarina Maria (Org). **Biguaçu: a terra dos biguás**. Blumenau: Nova Letra, 2013.

RODRIGUES, Donizete. **O terreiro das Bruxas: o religioso no maravilhoso popular**. Covilhã: Universidad da Beira do Interior, 2004.

ROTA, José A. Fernández de. **Nacionalismo, cultura y tradición**. Barcelona:Anthropos Editorial, 2005.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio Imaterial e Políticas Públicas. In: MIRANDA, Danilo Santos de (org). **Memória de Cultura**. São Paulo:SESP, 2007.

SANTOS, Silvio Coelho (Org.). **Santa Catarina no século XX**. Florianópolis: UFSC, 1999.

SANTOS, Silvio Coelho. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: editora Terceiro Milênio, 1995.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo:DPH, 1992.

SCHADEN, Egon. **Homem Cultura e Sociedade no Brasil: Seleções da Revista de Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 1972.

Seminário do Patrimônio Naval Brasileiro (org.) André Luiz de Lima, Guilherme Freitas Grad e Ulisses Mundarim, São Francisco do Sul: Museu Nacional do Mar, 2005.

Seminário Nacional para as Culturas Populares. São Paulo: Instituto Pólis: Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí: Univali, 1999.

SILVA, Frederico A. e ARAÚJO, Herton, Ellery (org.) **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação**. Brasília: Ipea, 2010.

SILVA, V.G. **Nos bastidores da pesquisa de campo**. Jornal da Tarde, São Paulo, 13 de setembro de 1997.

SOARES, Doralécio. **Folclore Catarinense**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

VIEIRA Fº, Dalmo. **Santa Catarina 500 anos: Terra do Brasil**. Florianópolis: Jornal a Notícia, 2001.

VEIGA, Eliane Veras da. **Turismo e Identidade nos Municípios da Grande Florianópolis** (inédito), 2001.

TEXEIRA COELHO. **A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2008.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual**. Petrópolis: Vozes. 1974.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

ZILLES, Urbano. **Significação dos Símbolos Cristãos**. Porto Alegre: Edipucs, 2001.

SITES/WEB

Cordas Portuguesas. Disponível em: <www.cordasportuguesas.com> Acessado em: 23 Set. 2015.

FECAM. Disponível em: <www.fecam.org.br> Acessado em: 09 out. 2009.

Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br>>. Acessado em: 27 out. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 27 out. 2009.

Prefeitura Municipal de Araquari. Disponível em: <www.araquari.com.br>. Acessado em: 27 out. 2009.

Governo do Estado de Santa Catarina: Municípios de Santa Catarina. Disponível em: <www.sc.gov.br/conteúdo/municípios/framesetmunicipios.htm>. Acessado em: 13 nov. 2009.

Prefeitura Municipal de Itapoá. Disponível em: <www.itapoá.sc.gv.br> Acessado em: 27 out. 2009.

Grupo Arcos. Disponível em: <http://br.geocities.com/grup_arcos>. Acessado em: 20 mar. 2012.

Kulatrafió. Disponível em: <www.Kultrafro.com.br> Acessado em: 07 mar. 2013.

Padre Faus. Disponível em: <www.padrefaus.org> Acessado em: 04 mar. 2014.

Imaterial.org. Disponível em: <www.imaterial.org/celebrações> Acessado em: 05 mar. de 2014.

NESC. Disponível em: <www.nesc.br/icer/artigos/festas_culturais_mercia.pdf> Acessado em: 12 mar. 2014.

Conceito de herança. Disponível em: <<http://www.conceito de herança.com.br>> Acessado em 30 de jun. de 1914.

Wikipédia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>> Acessado em: 09 out. 2014.

Etnografia Folclore. Disponível em: <<http://etnografiaefolclore.blogspot.com.br/>> Acessado em 10 de mai. 2015.

Açorianidade. Disponível em: <[http:// wikipedia.or.wiki/vitorino_Neni](http://wikipedia.or.wiki/vitorino_Neni)> . Acessado em: 15 de jun. 2015.

Açorianidade. Disponível em: <http:// wikipedia.or.wiki/vitorino_Neni> . Acessado em: 15 de jun. 2015.

EPA. Disponível em: <www.epa.adm.br/cultura.htm> Acessado em 07 de jul. de 2015.

Grupo Escolar. Disponível em: <www.grupoescolar.com/material/cultura:_um_conceito_antropológico>Acessado em: 07 jul. 2015.

Secretaria Geral, Disponível em: <www.secretariageral.gov.br/arquivos/monografia>, in: André Luiz Fernandes. Pontos de cultura, uma experiência de política pública participativa. 2010. Acessado em 15 de jul. de 2015.

Cultura Viva. Disponível em: <www.culturaviva.Org.br/programa-culturaviva>. Acessado em: 20 ago. 2015

Pinterest, Disponível em: <www.pinteres.com> Acessado em: 22 nov. 2015.

Imagens:

Acervo do Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu.

Informantes: Região 1 – São Francisco do Sul

BAUNGARTEN, CONNY;
 BERNARDES, Juliano;
 BORBA, Antônio Rosalbo;
 BORGES, Lourenço;
 CARVALHO, Aldair;
 CORREA, Maria da Graça;
 CUNHA, Antônio José da;
 FLORES, Lilian;
 OLÍVIO, Márcia Rosa;
 ROCHA, Raul;
 SANTOS, Rosemeri;
 SHETZ, Jair, 2006.

Informantes: Região 2 - Itajaí

ADRIANO, Maria da Graça Duarte;
 CORREA, João Tibúrcio;
 CORREIA, Isaque de Borba;
 D'ÁVILA, Edson;
 FLORIANO, Neide;
 JESUS, Cristiane;
 LEICHTENEGGER, Rosane;
 MARTINS, Lília Cristina;
 MARTINS JÚNIOR, Darlan H.;
 OLIVEIRA, Acyr Omar de;
 RODRIGUES, Ênio Ferraz.

Informantes: Região 3– Florianópolis

AGOSTINHO, Valdir;
 BOVEE, Aliete Anderson;
 CLETSON, Jói;
 SILVA, Maria da Costa;
 COUTINHO, Thomaz de Azevedo;

DELAGNELLO, Maria Paulina
 FERREIRA, Sérgio;
 LOCKS, Caroline Coutinho;
 LUPI, João;
 MACHADO, Carim, 2006;
 MACHADO, Júlia, 2006, 2009;
 MARTINS, CLÁUDIA;
 MONTEIRO JR, Arantes;
 PEREIRA, Nereu do Vale;
 RÜDIGER, Ana Cláudia;
 RÜDIGER, Catarina Maria;
 RÜDIGER, João Pedro;
 RÜDIGER, Lúcia Maria;
 SALUM, Andréa;
 SANTOS, Cesar Floriano dos;
 SILVA, Antonieta Mercês;
 SILVA, Milton Ferreira da Silva (Beju/Zico);
 SILVY, Mariana da Costa, 2006, ;
 VIEIRA, Dayanna Coutinho;
 VIEIRA, Manoel Antônio.

Informantes: Região 4 – Laguna

CORREA, Maria da Glória Bento;
 FARIAS NETO, Egídio;
 INÁCIO, Aníbal Manoel;
 INÁCIO, Silésia Nascimento;
 MACHADO, Maria da Rocha;
 MARTINS, Almir;
 MIQUELINO, Édio Coelho;
 OLIVEIRA, Laércio Victorino de Jesus;
 OLIVEIRA, Izaltina;
 PEREIRA JR, Luiz Lauro;
 TAVARES, Maria Inácia Miguel.

Informantes: Região 5 – Criciúma

CARDOSO, Joelson Manoel;
 FERMINO, Clair Hahn;
 GUIMARÃES, Hermínia da Silveira;
 LIMA, Alvina Simão;

MARCELINO, Bernardina, 2006;
 MOTA, Osmar Jovino;
 RAULINO, Neuza;
 ROSA, Alexandre;
 SOUZA, Taíse Martins;
 VIEIRA, Darci H.

INSTITUIÇÕES INFORMANTES

Boi de Mamão (Garopaba/Governador Celso Ramos/Florianópolis/Itajaí/
 Itapema/Jaguaruna/Laguna/Palhoça/ São José/ Sombrio e Tijucas);
 Casa dos Açores de Santa Catarina;
 Casa dos Açores Museu Etnográfico de Biguaçu;
 Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu;
 Grupo Cultural Cru – Jaguaruna;
 Grupo Cultural de Laguna – Laguna;
 Grupo Folclórico Açor Sul – Sombrio;
 Grupo Folclórico Casa da Dindinha – Laguna;
 Grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu – Biguaçu;
 Grupo Folclórico Dança do Vilão – São Francisco do Sul;
 Grupo Folclórico Mixtura – Bombinhas;
 Grupo Folclórico da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis;
 Fundação Cultural Açorianista – Florianópolis;
 Instituto do Boi de Mamão – Bombinhas;
 Rancho Açoriano – Criciúma;
 Terno de Reis (Barra Velha/Biguaçu/Camboriú/ Florianópolis/Governador Celso Ramos/Içara/
 Itajaí/Laguna/ Penha/São Francisco do Sul/São José/ Tijucas/ Sombrio).
 Secretarias de Educação (Coordenações de Cultura e Fundações Culturais) Municipais do corredor
 cultural litorâneo.

ANEXO - I

MINIC - MINISTÉRIO DA CULTURA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS ANEXO - I BENS CULTURAIS INVENTARIADOS				CÓDIGO DA FICHA	
				---	---
UF	SITIO	LIN.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

2. RELAÇÃO DOS BENS

2.1. CELEBRAÇÕES

DENOMINAÇÃO				IDENTIFICADO		1
				SIM	NÃO	
TIPO	<input type="checkbox"/> CELEBRAÇÃO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> FORMA DE EXPRESSÃO <input type="checkbox"/> LUGAR <input type="checkbox"/> OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA					
OCCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR			
DESCRIÇÃO						
REGISTROS					Nº	
CONTATOS					Nº	

DENOMINAÇÃO				IDENTIFICADO		2
				SIM	NÃO	
TIPO	<input type="checkbox"/> CELEBRAÇÃO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> FORMA DE EXPRESSÃO <input type="checkbox"/> LUGAR <input type="checkbox"/> OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA					
OCCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR			
DESCRIÇÃO						
REGISTROS					Nº	
CONTATOS					Nº	

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3
---	----	----	----	----	-----	----

2.2. EDIFICAÇÕES

DENOMINAÇÃO					IDENTIFICADO		3
					SIM	NÃO	
TIPO	<input type="checkbox"/> CELEBRAÇÃO	<input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO	<input type="checkbox"/> FORMA DE EXPRESSÃO	<input type="checkbox"/> LUGAR	<input type="checkbox"/> OFÍCIO		
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO		<input type="checkbox"/> MEMÓRIA	<input type="checkbox"/> RUÍNA			
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR				
DESCRIÇÃO							
REGISTROS						Nº	
CONTATOS						Nº	

DENOMINAÇÃO					IDENTIFICADO		4
					SIM	NÃO	
TIPO	<input type="checkbox"/> CELEBRAÇÃO	<input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO	<input type="checkbox"/> FORMA DE EXPRESSÃO	<input type="checkbox"/> LUGAR	<input type="checkbox"/> OFÍCIO		
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO		<input type="checkbox"/> MEMÓRIA	<input type="checkbox"/> RUÍNA			
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR				
DESCRIÇÃO							
REGISTROS						Nº	
CONTATOS						Nº	

2.3. FORMAS DE EXPRESSÃO

DENOMINAÇÃO					IDENTIFICADO		5
					SIM	NÃO	
TIPO	<input type="checkbox"/> CELEBRAÇÃO	<input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO	<input type="checkbox"/> FORMA DE EXPRESSÃO	<input type="checkbox"/> LUGAR	<input type="checkbox"/> OFÍCIO		
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO		<input type="checkbox"/> MEMÓRIA	<input type="checkbox"/> RUÍNA			
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR				
DESCRIÇÃO							
REGISTROS						Nº	
CONTATOS						Nº	

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS

-- -- -- -- F1- A3

DENOMINAÇÃO					IDENTIFICADO		6
					SIM	NÃO	
TIPO	<input type="checkbox"/> CELEBRAÇÃO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> FORMA DE EXPRESSÃO <input type="checkbox"/> LUGAR <input type="checkbox"/> OFÍCIO						
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA						
OCCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR				
DESCRIÇÃO							
REGISTROS						Nº	
CONTATOS						Nº	

2.4. LUGAR

DENOMINAÇÃO					IDENTIFICADO		7
					SIM	NÃO	
TIPO	<input type="checkbox"/> CELEBRAÇÃO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> FORMA DE EXPRESSÃO <input type="checkbox"/> LUGAR <input type="checkbox"/> OFÍCIO						
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA						
OCCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR				
DESCRIÇÃO							
REGISTROS						Nº	
CONTATOS						Nº	

DENOMINAÇÃO					IDENTIFICADO		8
					SIM	NÃO	
TIPO	<input type="checkbox"/> CELEBRAÇÃO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> FORMA DE EXPRESSÃO <input type="checkbox"/> LUGAR <input type="checkbox"/> OFÍCIO						
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA						
OCCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR				
DESCRIÇÃO							
REGISTROS						Nº	
CONTATOS						Nº	

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS

--

--

--

--

F1-

A3

2.5. OFÍCIOS E MODOS DE FAZER

DENOMINAÇÃO					IDENTIFICADO		9
					SIM	NÃO	
TIPO	<input type="checkbox"/> CELEBRAÇÃO	<input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO	<input type="checkbox"/> FORMA DE EXPRESSÃO	<input type="checkbox"/> LUGAR	<input type="checkbox"/> OFÍCIO		
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO		<input type="checkbox"/> MEMÓRIA	<input type="checkbox"/> RUÍNA			
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR				
DESCRIÇÃO							
REGISTROS						Nº	
CONTATOS						Nº	

DENOMINAÇÃO					IDENTIFICADO		10
					SIM	NÃO	
TIPO	<input type="checkbox"/> CELEBRAÇÃO	<input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO	<input type="checkbox"/> FORMA DE EXPRESSÃO	<input type="checkbox"/> LUGAR	<input type="checkbox"/> OFÍCIO		
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO		<input type="checkbox"/> MEMÓRIA	<input type="checkbox"/> RUÍNA			
OCORRÊNCIA	ÉPOCA		LUGAR				
DESCRIÇÃO							
REGISTROS						Nº	
CONTATOS						Nº	

3. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)			
SUPERVISOR			
PREENCHIDO POR			DATA
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO			

ANEXO - II

MNC - MINISTÉRIO DA CULTURA		INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN					
INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS ANEXO - II				CÓDIGO DA FICHA			
				--	--	--	--

1. FOTOGRAFIA E ARTES VISUAIS

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		1
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		2
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

2. VIDEO

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		3
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		4
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

3. GRAVAÇÃO SONORA

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		5
ASSUNTO				

PÁGINA 1 DE 2

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	--	--	--	--	F1-	A2
---------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

DESCRIÇÃO TÉCNICA	
LOCALIZAÇÃO	
AUTOR / FONTE	

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		6
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

4. CD-ROM E OUTROS REGISTROS DIGITAIS

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		7
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		8
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)			
SUPERVISOR			
PREENCHIDO POR		DATA	
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO			

ANEXO - III

ANEXO - III		AMOSTRA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO LITORAL CATARINENSE	
CELEBRAÇÕES	RELIGIOSIDADE	JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS	CRENÇAS E CRENÇICES
Corpus Christi Festa de Navegantes Festa de Santa Cruz Festa do Divino Espírito Santo Festa do Senhor dos Passos Festa de Padroeiro Novenas e Lactânias Procissão, Novena e Santa Cruz e Cruz	Ararevênia Anapuca Bandeira São Mateus Batizado de Boneca Bolinha de Vidro ou Quilica Biloque ou Bloque Boi que Bole Boca da Mãe Boneca de Favo Cabo de Guerra Carriga de Roda Carruagem Castrinha de Boneca	Comida de Ovo na Cozinha Comida do Saco Cozido ou Cozinhadinho Enxande-enxande Escravo de Jó Funda ou Estingue-joá Malhação de Judas Mauco ou Calha Mata Solado Monte-ovo Ovo Choco Penedregos ou Pipa Prasa Anel	Bençadeiras Bombo ou Breme Coberta d'Alma Fringim Provérbios Quilinas e Tendas Trava Língua e Linguagem de "P" e "Q" Adornações e Diálogos Populares
DANÇAS E CANTORIAS	FORMAS DE EXPRESSÃO	FOLGUEADOS	OFÍCIOS E MODO DE FAZER
Aço de Flores ou Jardineira Cacamba ou Tucumbi Cancinha Verde Caneva Virvy Ciranda, Cirandinha Chamanta Dança de São Gonçalo Dança de São Sebastião Fandango	Pe-de-Fita Quadrilha Quilica-quilica-Gabocica Mogango Puzinho Moleira Santinho ou Sema o Balha Tercinha de Jesus Vilão	Brincadeira do Boi/Fava do Boi ou Boi na Vira Boi do Mamão Carnaval Entrudo Festa Junina Folia do Divino Terno de Natal/Rio/ São Anivers e de São Sebastião	Calé Torrado, Coado, Sombreado e Cabeludo Cava-de-espica (melado, repoludo e apucar maracani) Carne seca e torresmo Coado de Carne Docas (banana, jaboticaba, laranja, cajuítoia) Enfuleidos (linguiça e moçoirão) Fruite do Mar (peixes enfiados, filo e escalado, camarão enfiado e filo, ostra, marisco e berinjela) Licor de Frutas Mandioca (farinha, beija, goma, cocca de massa e de polvilho, flegua, mani-panga, pilão d'água) Matto (brócolis e platin) Trigo (prasa e platin)
MEDICINA POPULAR	PATRIMÔNIO NAVAL	TRANSPORTE TERRESTRE	INDÚSTRIA ARTESANAL
Bençadeiras Chis Garrufadas Homenagens Simpulhas	Bico Bemim Carro de um pau só e Borlaia Lancha Balsaia Traineira Rancho do Pescador	Chamelo Carro de Boi Carro de Mulo Carraga	Amábique Engenho de Açúcar Engenho de Fábria Estaleiro
LITERATURA POPULAR	PRODUÇÃO ARTESANAL		
Causais, Contas e Lendas Pão-por-Dous Pateletas Fringim Provérbios Quilinas e Tendas Trava Língua e Linguagem de "P" e "Q" Adornações e Diálogos Populares	Barrô (cerâmica figurativa e vitelina) Cococha do mar Fibra vegetal (restana, esteira de taboas ou junco, ipô e covô) Lerinas (tarifa, espiguet, bordado, croché, crivo e renda de lino) Madeira (embalagens tradicionais, gamela, pilão, lençoco, caro de boi, caro de mão, canoça e charrada) Sementes (batido de arroz ou arroz e colozal) Teguino (jeitos balles, vovô e arapuca) Pau de milho (bonecas) Teat (mandas e lapetas) Teido (cuchas de estafas, luacas e bonecas de palmo)		

ANEXO – IV**AMOSTRA DE IMAGENS DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO LITORAL CATARINENSE.**

Brincadeiras Infantis do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos de Biguaçu. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*



Apresentação Folclórica com interação do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos de Biguaçu. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*



Apresentação Folclórica do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos de Biguaçu. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*



Apresentação do Terno de Reis do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos de Biguaçu. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*



Artesanato (Renda de Bolro) do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos de Biguaçu. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*



Artesanato (Crivo) do Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos de Biguaçu. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*



Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos de Biguaçu. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*



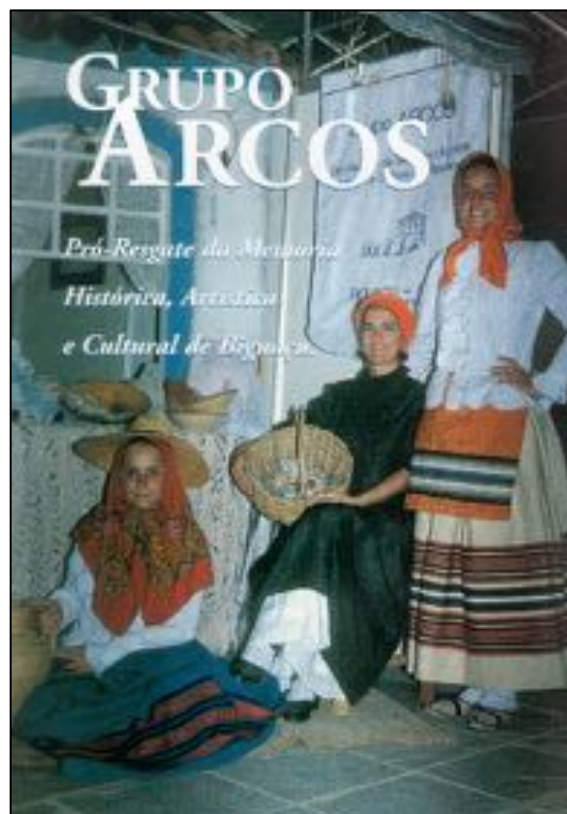
Grupo Folclórico Danças e Cantares Açorianos de Biguaçu. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*

ANEXO – V

Publicações:



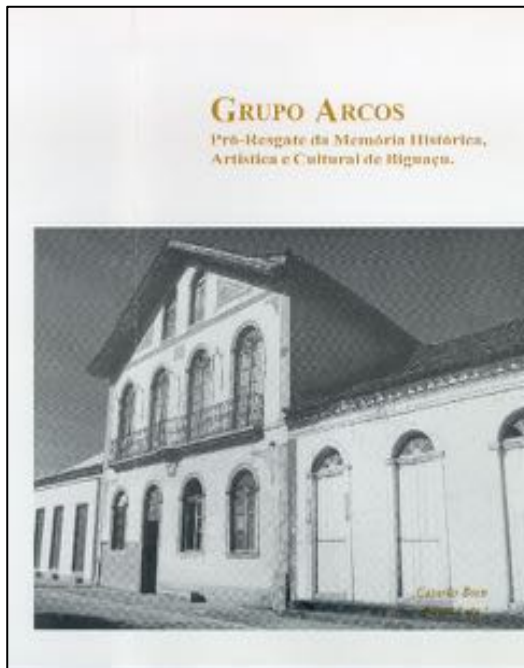
Publicações do Grupo Arcos. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*



Publicações do Grupo Arcos. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*



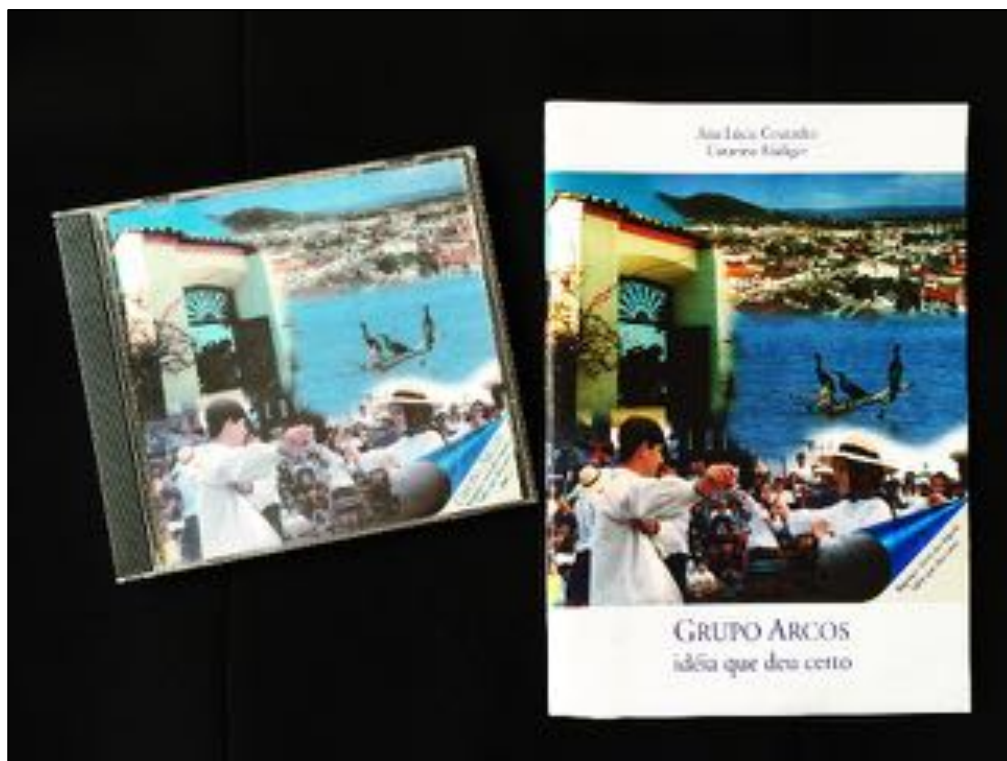
Publicações do Grupo Arcos. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*



Publicações do Grupo Arcos. *Fonte: Acervo do Grupo Arcos.*



Publicações do Grupo Arcos. Fonte: Acervo do Grupo Arcos.



Publicações do Grupo Arcos. Fonte: Acervo do Grupo Arcos.